EDIÇÃO ESPECIAL SOB O PATROCÍNIO DA

COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO

SERVIÇO DE COMEMORAÇÕES CULTURAIS

História e Tradições
da
Cidade de São Paulo

Volume I

História e Tradições da Cidade de São Paulo

3 desenhos em côres de *Cândido Portinari*
112 bicos-de-pena de *Clovis Graciano*
170 fotografias e plantas de S. Paulo antigo e moderno

Livraria *JOSÉ OLYMPIO* Editora

Rio de Janeiro: Rua do Ouvidor, 110
São Paulo: Rua dos Gusmões, 100
Belo Horizonte: Rua Curitiba, 482
Recife: Av. Manuel Borba, 23-C
Porto Alegre: Rua dos Andradas, 717

ERNANI SILVA BRUNO

História e Tradições da Cidade de São Paulo

VOLUME I

Arraial de Sertanistas (1554-1828)

★

Prefácio de Gilberto Freyre

★

Com 285 ilustrações, fotografias e plantas
Bicos-de-pena de CLOVIS GRACIANO
Desenhos em côres de CÂNDIDO PORTINARI

2.ª edição

EDIÇÃO ESPECIAL SOB O PATROCÍNIO DA
COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO
DA CIDADE DE SÃO PAULO
Serviço de Comemorações Culturais

Livraria José Olympio Editôra
Rua do Ouvidor, 110 — Rio de Janeiro — 1954

À memória de Alberto Bruno, meu pai.

A Cecília da Silva Bruno, minha mãe.

A Maria Barleta da Silva Bruno, minha mulher.

Mapa que dá bem a idéia do isolamento da povoação piratiningana durante os tempos coloniais. Lagamar de Santos, serra de Paranapiacaba e vila de São Paulo — Atlas de João Teixeira Albernaz, 1631. (Reproduzido da mapoteca do Itamarati)

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

VOLUME II

VOLUME III

TERCEIRA PARTE

APÊNDICE

ÍNDICE DE GRAVURAS DO

VOLUME I

FORA DO TEXTO

Entre as págs.

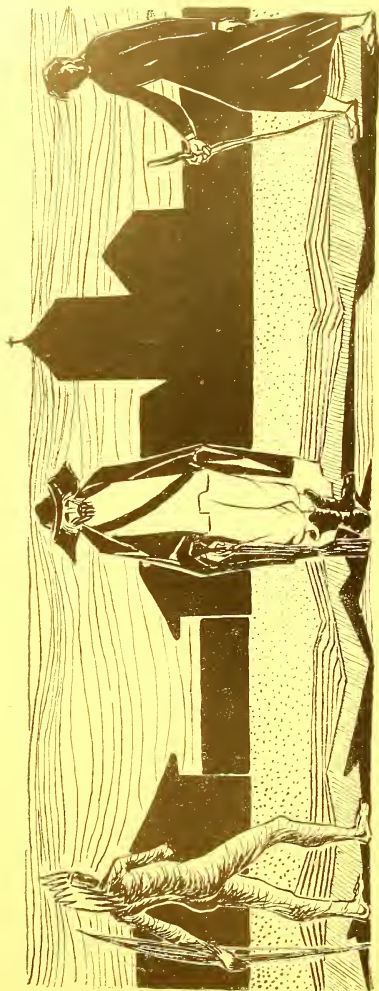
NOTA DOS EDITORES À 1.ª EDIÇÃO

Em 1948 procurava-nos em nossos escritórios do Rio um escritor chegado de São Paulo. Vinha êle oferecer os originais de seu livro de estréia, intitulado "Retrato de uma Capital de Província". Ernani Silva Bruno narrava nas trezentas páginas dêsse volume a história paulistana no século 19. Sugerimos, então, ao autor que estendesse seu belo estudo aos demais séculos, escrevendo a biografia completa da nossa fabulosa cidade. Deu-nos Ernani Silva Bruno a satisfação de aceitar o convite, e é assim que, decorridos êstes cinco anos de intensa atividade sua, podemos ter a alegria e a honra de apresentar os três volumes dêste importante trabalho. Para a realização desta nossa contribuição às comemorações do 4.º Centenário da fundação de São Paulo, contamos com a cooperação valiosa, que de público agradecemos, de um grupo de paulistas, entre os quais se destacam, pela sua participação mais direta na obra: os pintores Cândido Portinari, o grande paulista de Brodosqui, legítima glória do Brasil, que, atendendo ao nosso convite, vem dar aqui a sua única contribuição artística às festas do 4.º Centenário com três magníficos desenhos em côres, e Clovis Graciano, paulista de Araras, que executou os excelentes bicos-de-pena da obra; as oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., e as da Fotogravura São Paulo (Fortuna & Cia.) e o Studio Grafix, que se incumbiram da clicheria do livro. A êsse punhado de bandeirantes veio juntar-se Gilberto Freyre, pernambucano mas já hoje paulista honorário, tantas e tão íntimas são as ligações afetivas e culturais

do eminente sociólogo com a terra e a gente de São Paulo, que do Recife nos mandou a admirável mensagem que abre esta obra.

Cumprindo nosso dever de editores, temos a convicção de que *História e Tradições da Cidade de São Paulo* ultrapassa, pela sua importância, as proporções de simples e ocasional trabalho comemorativo, para incorporar-se ao patrimônio cultural do Brasil como uma de suas obras mais originais e definitivas no gênero.

Rio, agosto de 1953.

PREFÁCIO

Em Ernani Silva Bruno não reconheço um discípulo, por mais vago. O fato de sinceramente não me considerar mestre de ninguém nem de coisa alguma, guarda-me da pretensão de vir fazendo escola no Brasil ou fora dêle.

O que não deve ser interpretado como modéstia ou elegância da minha parte. Sem de modo nenhum considerar-me mestre no sentido convencional de chefe de escola ou criador de sistema, considero-me pequeno iniciador de um também pequeno movimento de renovação intelectual, talvez não de todo desprezível entre os movimentos intelectuais da nossa época: uma das mais ostensivamente marcadas por aventuras de renovação de perspectivas e de métodos de indagação e de interpretação da natureza humana. Renovação quer através da filosofia com os Eddington, os Croce, os Santayana, os Whitehead, os Russell, os Bergson, os Dewey, os Neotomistas, os Existencialistas; quer da biologia e da psicologia mais capazes de afetar as demais ciências do homem; quer da antropologia, com os Boas, os padre Schmidt, os Malinowski, os Rivet, os Lowie, as Ruth Benedict, as Margaret Mead; quer da sociologia, com os Gurvitch, os Mumford, os Thomas, os Znanieki, os Weber, os Von Wiese; quer da literatura, com os Joyce, os Proust, os Gide, os Faulkner, os Dos Passos, ou da história, com os Spengler, os Toynbee, os Blocks, os Febvre, a "New History", quer, ainda, das artes plásticas e da música, com os Picasso, os Manuel de Falla, os Vila-Lobos, o cinema italiano, Le Corbusier, o teatro de Pirandello, Chaplin, Walt Disney, o "realismo social" dos russos.

Não sou tão imodesto que me suponha aos cinqüenta anos um homem de todo sem influência sôbre homens e adolescentes do meu tempo, e não apenas do meu País, só por não ter podido ou não ter querido ser nem mestre nem chefe de escola. Nem se pode, aliás, chamar de mestre ou chefe de escola, qualquer dos grandes renovadores aqui lembrados como expressões de fortes e até contraditórias influências que se vêm dramàticamente cruzando diante dos olhos ou dentro da inteligência e da sensibilidade dos homens mais agudos ou inquietos da nossa época. A época que corre não é de mestres nem de sistemas hirtamente didáticos, embora rica, como talvez nenhuma, em influências renovadoras: algumas de tal modo renovadoras que têm substituido até raizes em sistemas que pareciam definitivos de explicação do homem pelo homem.

Sem pretensões a ser mestre ou ter formado escolas, não me repugna à vaidade supor que das minhas aventuras de experimentação intelectual, alguma influência venha resultando sôbre estudantes tanto quanto eu empenhados, hoje, dentro e fora do Brasil, no esclarecimento de problemas dos quais pareça depender melhor ou mais lúcida interpretação da natureza humana. Inclusive daquele passado íntimo do homem, até há pouco abandonado pelos historiadores acadêmicos aos antiquários ou aos cronistas seduzidos apenas pelo pitoresco superficial das épocas desfeitas. ou ainda em decomposição mas já capazes de atrair o interêsse de gourmets *de passados mal acabados de morrer. O mil e novecentos europeu ou norte-americano ou brasileiro, por exemplo.*

Essa influência — se é que ela realmente se está fazendo sentir — vem alcançando de modo particular estudantes brasileiros do Sul do Brasil, não sei se pelo

fato de sua formação universitária — porventura mais sistemática — em São Paulo e em certos meios do Paraná e de Minas Gerais do que no Norte — dar-lhes maior receptividade a sugestões ou provocações no sentido de uma nova ordenação daquela parte do passado ou da vida de um povo que Croce chamava sua "vitalidade". Sugestões que só por exceção alcançam inteligências ou sensibilidades de todo, ou quase de todo, independentes daquela formação. Pois não há milagre de linguagem simples ou de expressão inacadêmica que consiga simplificar, em certos problemas, sutilezas que exigem do estudante não só capacidade incomum de compreensão como preparação acima da oferecida pelos estudos apenas secundários seguidos dos profissionais. E esta é a deficiência de que sofrem hoje quase todos os meios acadêmicos do Norte do Brasil, por falta, talvez, de maior número de bons mestres estrangeiros. Ao lado dos mais capazes professores dentre os nativos — em sua maioria autodidatas — e à frente de cátedras básicas nas novas escolas, dariam os estrangeiros altura universitária a estudos que completassem ou ampliassem os de Direito, Medicina e Engenharia, pura ou simplesmente técnicos.

Contra essa deficiência vem se preparando sòlidamente São Paulo desde velhos dias. Sua Faculdade de Filosofia iniciou-se no Governo Sales Oliveira com a presença e sob a ação de numerosos e bons mestres estrangeiros, ao lado de nacionais como André Dreyfus e Fernando de Azevedo. Mestres estrangeiros — principalmente franceses — também influentes nos começos do melhor sistema universitário que já conheceu o Brasil: a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1935 pelo Professor Anísio Teixeira com o apoio do então Prefeito do Distrito Federal. Nenhum fracasso de maior e mais

catastrófica repercussão sôbre o desenvolvimento dos estudos superiores no Brasil do que o dessa autêntica Universidade com suas Faculdades de Filosofia e de Economia e Direito, servidas por mestres estrangeiros dos melhores que a França pôde enviar então ao Brasil, ao lado de algumas das mais altas vocações brasileiras para o ensino universitário como Prudente de Morais, neto e Jaime Coelho, Heloisa Alberto Torres, Hermes Lima, Delgado de Carvalho e Artur Ramos.

Salvou-se a Faculdade de Filosofia de São Paulo de igual desmoronamento, firmando-se sôbre bases menos expostas às flutuações políticas. Tornando-se de início uma instituição profundamente paulista e não apenas a expressão de um programa messiânico de homem público bem intencionado mas, talvez, ingênuo. Sua sobrevivência como centro de estudos superiores explica que haja hoje, em São Paulo, uma seriedade nesses estudos e uma elevação no modo de considerarem os governos do Estado e da Capital problemas sociais e de cultura, que faltam às demais províncias e capitais do Brasil. Essa seriedade, dos meios universitários vem se comunicando às publicações, às revistas, à imprensa e ao próprio público que em São Paulo excede ao de qualquer outro Estado brasileiro no gôsto, e não apenas na capacidade, de ler, absorver e comentar livros menos fáceis e mais densos, editados na sua capital e no Rio de Janeiro, no Recife ou em Salvador.

Sendo assim, compreende-se a alegria que me dá o fato de virem meus estudos alcançando em São Paulo sua maior repercussão no Brasil. De tal modo que se eu tivesse a pretensão de considerar-me "mestre" ou "chefe de escola", em São Paulo é que estariam hoje meus melhores "discípulos" brasileiros. Repito, porém, que nem pretendo ter discípulos nem ser mes-

tre de coisa alguma. Ao contrário: dou razão aos que, como o professor Charles Wagley, meu amigo e ilustre pesquisador da Universidade de Colúmbia, hoje especializado no estudo de problemas brasileiros de antropologia cultural, insinuam que uma das minhas deficiências de ação intelectual vem sendo esta: não apresentar discípulos nos quais se reflitam minhas doutrinas e meus métodos, de modo sistemático.

Creio, entretanto, que nessa deficiência se revela menos um fracasso de objetivos ou de programa de vida intelectual do que a falta de ânimo didático ou de vocação pedagógica que sempre me caracterizou. Nunca procurei fazer discípulos; nem organizar com um sentido didático — convencionalmente didático — o que porventura exista de doutrinário — potencionalmente doutrinário — em meus trabalhos. Donde a justa aversão dos pedagogos e dos acadêmicos mais ortodoxos às minhas páginas, para êles de tal modo turvas e confusas, contraditórias e inacabadas, que seriam a negação mesma das mais rudimentares virtudes didáticas. E na verdade o são.

Se estudantes brasileiros, em geral, e paulistas, em particular, vêm encontrando nessas páginas algum interêsse ou algum sabor ou alguma provocação ou estímulo, é que encontram em mim e nos meus próprios defeitos, defeitos e indecisões antes de um camarada em quem a adolescência se prolonga do que de um mestre não só plenamente autoritário como quase perfeito em seus atributos magistrais. Antes os defeitos de um companheiro de aventuras de estudo experimental que as virtudes de um mestre definitivo em suas idéias e em seus métodos. Antes sugestões que conclusões. Foi, aliás, em São Paulo, na sua velha Faculdade de Direito, que em conferência proferida a convite dos seus então estudantes — um dêles Osmar

Pimentel, desde êsses dias meu amigo fraternal — acentuei a necessidade de os estudantes e os homens de estudo do Brasil se empenharem mais na análise dos problemas sociais e de cultura que na adesão ou na devoção a doutrinas ou sistemas ideológicos rígidos e abstratos.

Como outros paulistas ainda jovens, Ernani Silva Bruno é um daqueles meus camaradas de aventuras intelectuais de indagação e de estudo do comportamento brasileiro e da natureza humana, nos quais na verdade me encontro e me reconheço. Encontro-me nêle não como um mestre num convencional discípulo, mas como um inspirador de atitudes e de métodos, capazes de levarem jovens como êsse paulista admirável a conclusões um tanto diferentes das alcançadas pelo inspirador. Valem, porém, de tal modo, por si mesmas, as atitudes e os métodos que um pensador ou um escritor já velho inspire a outro, novo ou da mesma idade mas ainda plástico, que as conclusões tornam-se um aspecto secundário da relação entre os dois.

É uma jovem mas já autônoma personalidade de historiador, com o sentido ao mesmo tempo sociológico e psicológico do passado paulista a animar de sugestões novas, páginas sôbre assuntos aparentemente gastos de história regional, que se afirma esplêndidamente no livro de Ernani Silva Bruno acêrca da formação da cidade de São Paulo. E no seu sentido a um tempo sociológico e psicológico de reconstituição dêsse passado não se torna difícil encontrar-se alguma coisa daquela antropologia ou sociologia histórica e psicológica, elaborada nos últimos vinte anos no Brasil e em que o Professor Roger Bastide reconhece as condições de "proustiana", pretendida pelos seus iniciadores brasileiros. É uma sociologia que se opõe, na verdade, com suas muitas curvas, não

só à tradição cartesiana, em geral — que é uma tradição de método linear de estudo na sua mais bela, angélica, elegante pureza — como, em particular, a própria sociologia durkheimiana, à própria sociologia weberiana dos alemães, à italiana ou pan-européia, de Pareto, para aproximar-se da dos antropólogos-psicólogos que vêm transferindo técnicas de indagação do comportamento humano, de sociedades primitivas, ou "simples", ou mistas, para as pura ou quase puramente "civilizadas". Técnicas que subtilizadas e aguçadas para a análise dêsses complexos mais densos, vêm resultando em expressões do que o Professor Georges Gurvich chama de "micro-sociologia", nas quais o observador se torna particularmente atento a pormenores íntimos mas significativos de vida e de cultura, dos quais êle só pode descobrir os significados mais esquivos aos olhos apenas fotográficos dos estranhos, fazendo-se quanto possível de participante da mesma vida ou da mesma cultura. Para tanto é quase sempre necessário que o estudo de tais complexos se faça não através de uma só das ciências chamadas do homem, mas de várias, em combinações de método que em obras brasileiras têm tido algumas das suas antecipações mais ousadas: talvez as mais ousadas e as mais remotas.

Essas combinações vão do emprêgo, na mesma obra, do método biográfico ao histórico-sociológico; da indagação de fatos sociais de economia pelo método estatístico ao estudo de expressões folclóricas, aparentemente só pitorescas ou anedóticas mas na verdade socialmente expressivas da realidade ou do passado que se procura estudar e interpretar como um todo ou como um complexo. Donde a necessidade de limites de tempo e de espaço — tempo e espaço antes sociológica que cronológica ou cosmogràficamente con-

siderados — para maior consistência dos esforços de combinação de métodos em tôrno de assuntos assim delimitados. Esforços que sendo ainda aventuras de inovação dependem principalmente da capacidade do inovador para ser um subtil especialista em correlações de ciências vizinhas e combinações difíceis de métodos — combinações e correlações que não se confundam com as façanhas dos simples e simplistas homens-orquestras, tão perigosas nas ciências sociais quanto em quaisquer outras.

Sob o critério de combinação mas não de confusão de métodos assim diversos de estudo, é que o paulista Ernani Silva Bruno, num trabalho que surpreende pelo que há nêle de paciente e lúcida pesquisa não só de arquivo e de biblioteca como de campo, aproxima-se dêsse denso complexo que é, dentro da realidade brasileira, o complexo metropolitano paulista, isto é, o da segunda e, sob alguns aspectos, primeira cidade do Brasil. O complexo que hoje se concentra na área em que se expandiu, quase por milagre, a remota Piratininga, de simples aldeia de Jesuitas e caboclos em cidade múltipla. A única área no Brasil de hoje em que os economistas encontram uma economia maduramente capitalista em contraste com a ainda verdemente capitalista dos Estados do Sul e a retardadamente pré-capitalista dos Estados do Norte. Arguto observador europeu, o Professor Tullio Ascarelli, chega a considerar São Paulo o centro de "americanização" — não de ianquização ou norte-americanização, note-se bem, mas de pura americanização — da vida brasileira, no sentido de ser a área do País onde maior se apresenta "a natural predominância psicológica da esperança no futuro sôbre a tradição de um breve passado..." A concentração industrial, ao lado da imigratória — inclusive a imigração de brasileiros do Norte, atraidos

por uma São Paulo messiânica — definiria em traços decisivos essa predominância, cada dia maior em São Paulo, da "esperança no futuro" sôbre a "tradição de um breve passado".

Predominância que não devem os paulistas deixar confundir-se com absorção: a inteira absorção do que em São Paulo seja sobrevivência de breve mas significativo passado por "uma esperança no futuro" que se extreme em repúdio completo à tradição regional como "vitalidade" já ordenada por um espírito de nítida "civilidade". No excelente ensáio de historiador social que é o de Ernani Silva Bruno, o passado paulista surge aos nossos olhos, reconstituido não como a figura de um morto, cuja reconstituição apenas de ossos resultasse em simples curiosidade de museu, mas como uma daquelas figuras de mortos de que fala com um fervor quase de Espiritistas a sociologia dos Positivistas: mortos capazes de governar os vivos.

Nem tudo nesse passado é "feudalismo agrário" ou "aventureirismo predatório", ou "bacharelismo estéril" que o São Paulo de hoje, americanamente voltado para o Futuro e o Progresso em suas formas urbanas e industriais, precise de repudiar ou desprezar para engrandecer-se. Há nêle valores que apenas necessitam de ser readaptados a novas condições sociais de espaço e de tempo para continuarem válidos e úteis à gente paulista: "passado útil" e não apenas passado pitoresco. Necessitam dessa readaptação à vida metropolitana para que em São Paulo o messianismo, o futurismo — no sentido sociológico — o progressismo não se tornem obcessões tais do espírito paulista que o levem, desprotegido de compromissos estéticos, éticos e sentimentais com o passado, a crises profundas de desencanto com o Futuro ou com o chamado Progresso com P *maiúsculo. Progresso que tal-*

vez não exista de modo absoluto mas só relativo. O próprio capitalismo industrialista, do ardente desejo daqueles "progressistas" brasileiros de hoje para quem fora dêsse industrialismo não há salvação, para corresponder ao melhor espírito nacional já definido em "civilidade" — no sentido croceano — precisa de ser tão igualitarista quanto à raça — biològicamente evidente — quanto ao status *— sociológica ou culturalmente ostensivo — do indivíduo. Indivíduo velho ou novo no Brasil, louro ou escuro na aparência, que seja ou se torne membro da comunidade brasileira industrializada. E não há dúvida de que a tradição que o Professor Ascarelli chama "igualitarista" corre, quanto à raça, o perigo de "americanizar-se" em São Paulo no pior sentido de "americanização", valorizando-se o adventício branco que, filho de operário ou de camponês europeu, se engrandeça pelo esfôrço próprio ("self-made man", "strenuous man", etc.) em barão industrial mas criando-se obstáculos à ascensão social do brasileiro ou do paulista se não de quatrocentos, de trezentos ou duzentos, que conserve no rosto e no corpo marcas demasiadamente visíveis da origem africana. Donde poder concluir-se que "o acentuamento de atmosfera igualitária no Brasil" nem sempre decorrerá, como parece pretender o Professor Ascarelli, da instauração pura e simples de um capitalismo industrial em lugar de um feudalismo agrário e colonial. Pois a tendência do capitalismo industrial tem sido nas Américas para ser igualitário quanto à origem social, mas não quanto à étnica, dos indivíduos: em certas áreas para desenvolver-se até em "feudalismo" industrial, às vêzes pior que o agrário em suas consequências sociais anti-igualitárias. Nesses seus pendores pode, é certo, ser o industrialismo deliberadamente retificado pelos paulistas metropolitanos de*

hoje que não desejem "americanizar-se" de todo sob a mística do progresso apenas mecânico. Sem oposição é que o excesso de "americanização" fará desaparecer dêles não apenas a marca indo-ibérica — tão exaltada por neopaulistas como, no século passado, o irlandês Daunt e capaz de fazer da ex-Piratininga uma expressiva Catalunha em vez de uma dura Chicago sul-americana — como indo-latina ou indo-européia. Marca indo-européia que desde velhos dias lhe tem valido situação especialíssima na paisagem étnico-cultural de um Brasil mais acentuadamente luso — luso-africano ou luso-índio ou luso-indo-africano — em sua composição; ou mesmo luso-germânico, como em algumas áreas do Rio Grande do Sul. Ou apenas sub-germânico, como noutras áreas, estas de Santa Catarina, hoje felizmente em processo de retificação no sentido luso-brasileiro de cultura nacional.

São problemas, êsses, a que o ensáio de Ernani Silva Bruno conduz as preocupações de todo brasileiro ou de todo americano empenhado em que a metropolização de áreas como a paulista não signifique o desaparecimento e sim a renovação de complexos regionais nas Américas. Complexos que alguns de nós, estudantes de antropologia e de sociologia alongados às vêzes em moralistas de um novo feitio — o caso de um Lewis Mumford ou de um Waldo Frank, nos Estados Unidos, e não apenas o de um Martinez Estrada, na Argentina ou de um Amoroso Lima ou de um Sérgio Buarque ou o de um Sérgio Milliet no Brasil — consideramos essenciais à saude social das Américas, em geral, e do Brasil, em particular. Pois as perspectivas de uma estandardização cultural e até certo ponto paisagística do continente nos repugnam não só pelas suas consequências estéticas como éticas: éticas no mais amplo significado de ethos.

Ernani Silva Bruno conseguiu reconstituir o passado da cidade de São Paulo como um passado sempre em função de uma experiência regional de sentido ou repercussão constantemente nacional e até continental. Uma experiência que por já se ter tornado em suas formas características "civilidade" mostra-se capaz de dominar o que seja dentro e fora dela simples "vitalidade".

São Paulo nunca foi — nem nos seus dias mais humildes — povoação ou burgo isolado do resto da América, a princípio colonizada principalmente por Portuguêses e Jesuítas e, de certa altura em diante, autocolonizada: façanha de que a gente paulista participou mais do que nenhuma através de Bandeirantes que, ao sangue ibérico — português e espanhol — juntavam quase sempre o indígena.

Dêsse processo de autocolonização brasileira não se deve separar a atividade desenvolvida no século dezenove pela Escola de Direito de São Paulo, cujo passado Ernani Silva Bruno não desprende do passado urbano paulista. Prepararam-se aí bacharéis, magistrados, homens públicos, publicistas, advogados, burocratas, que concorreram poderosamente para aperfeiçoar num Brasil ainda informe em sua vitalidade mestiça, aquilo que Croce denominava "civilidade". Brasileiros de origens diversas tornaram-se numa modesta São Paulo de sobrados baixos e de casas de rótula — verdadeira Maria Borralheira ao lado do Rio de Janeiro e do Salvador e rivalizada apenas por Olinda em seu recato de burgo acadêmico — bacharéis em Direito que durante anos foram mais do que técnicos ou peritos em ciências ou artes jurídicas: agentes de civilidade. Essa civilidade aprendida dentro dos muros de uma acanhada e tristonha São Paulo que, entretanto, cedo — e ainda mais que o Recife,

mais intelectualista em seu modo de ser político e mestre de política — começou a ensinar ao brasileiro, a ser cidadão em oposição a cortesão. Nunca tendo sido Côrte nem se esmerado em graças e requintes de sede de govêrno colonial, nacional ou quase nacional como o Rio ou Salvador no Brasil, ou como a Lima dos vice-reis, na América Espanhola, São Paulo madrugou na paisagem não só brasileira mas sul-americana, como centro de uma civilidade menos urbana porém mais cívica que a irradiada das cidades-Côrtes. Dessa sua civilidade antes de modos de sentir e de pensar políticamente de que de belas maneiras de vestirem-se as mulheres e de cumprimentarem-se os homens polidos, impregnaram-se baianos como Rui, fluminenses como o segundo Paranhos e até fidalgos pernambucanos como um Joaquim Nabuco polido pelas artes urbanas aprendidas nos salões do Rio e do Recife. E não apenas brasileiros de origens mais rústicas, civilizados pelo burgo, hoje metrópole paulista, sob mais de um aspecto de civilização, de urbanização e de politização.

À função de centro de civilidade e de civismo se seguiria para o paulista da capital a de centro de industrialização do Brasil: função em que de algum modo se amplia seu velho espírito — seu e do paulista de Santos — de insubmissão republicana e de reação, não só paulista como brasileira representada principalmente por São Paulo, ao status *colonial. Seu velho espírito de cidadão em oposição ao de cortesão: cortesão tanto no mau como no bom sentido em que souberam ser cortesãos os homens bons de Lima e Salvador. Sua velha tendência para desenvolver-se no Brasil numa Catalunha, ciosa de direitos regionais em face da sistemática subnacional ou nacional de convivência, dominada por Lisboa, por Salvador ou pelo Rio de Janeiro.*

Apenas essa tendência deixou de manifestar-se dentro dos antigos estilos políticos de afirmação de personalidade regional em face da nacional — mas nem sempre em oposição a ela, às vêzes até em sua defesa — para exprimir-se por uma crescente intensificação de autonomia econômica menos em relação ao resto do Brasil — em grande parte, ainda colonial no seu status *econômico — que em relação ao estrangeiro mais acostumado a considerar a América do Sul inteira, campo passivo — e não cooperativo — de expansão para sua exuberância de capitais e seus arrojos de técnica. São Paulo, metrópole industrial, apresenta-se hoje, paradoxalmente, como uma cidade que, por um lado, muito deve ao estrangeiro e não apenas ao neobrasileiro — aos seus capitais e à sua técnica — e, por outro lado, como a principal expressão, no Brasil e na América do Sul, de independência econômica em face do europeu e do norte-americano de ânimo ainda imperial.*

Sendo assim, se os líderes de São Paulo continuarem a saber ser paulistas, brasileiros, e, no seu caráter, indo-latinos, e, ao mesmo tempo, líderes de um industrialismo e de um trabalhismo de proporções grandiosamente metropolitanas, a cidade de São Paulo desempenhará no Brasil e na América do Sul uma função que nem Buenos Aires, nem o Rio de Janeiro parecem capazes de desempenhar com o mesmo vigor: a de ser a afirmação de um poder industrial de proporções tais que a só existência dêle constitua uma garantia para um quase continente inteiro — o sul-americano — contra as audácias ou as tentativas de absorção do mesmo quase continente por superindustrialismos exóticos, cujo domínio absoluto nestas áreas pudesse vir a comprometer seu ethos; ou o caráter predominantemente indo-latino e, democràticamente étnico, da sua cultura de base.

O que não significa nem que a xenofobia seja uma característica da mentalidade urbano-industrialista de São Paulo — e Ernani Silva Bruno destaca recentes e não apenas remotas contribuições estrangeiras para o progresso paulista — nem que essa mentalidade exclua hoje, nos paulistas da Capital, o aprêço pelos valores agrários da Região e do País. Ao contrário: parecem os paulistas metropolitanos de agora saber melhor que os brasileiros de outras áreas que a sua jovem potência industrial reduz à insignificância o perigo de técnicas e capitais estrangeiros virem da Europa, dos Estados Unidos e do Japão concorrer com as técnicas e os capitais regionais e nacionais para o desenvolvimento brasileiro. E sabem igualmente que uma economia urbano-industrialista como a sua não se basta a si mesma mas necessita, para ser saudável e fecunda, de que a completem atividades agrárias de tôda uma região de que a metrópole seja apenas o centro. Sabem que a metrópole paulista é o centro de um complexo regional; e que para o vigor dêsse complexo concorrem energias rurais que não devem ser desprezadas nunca sob a mística de um exagerado industrialismo — com o risco de tornar-se a seu modo feudal — mas estimuladas, animadas e desenvolvidas ao máximo, em benefício de uma economia paulista e brasileira, não só urbano-rural como industrial-agrária; e de uma cultura que junte ao seu caráter básico — o indo-latino — valores cosmopolitas que a enriqueçam com novas perspectivas sem a descaracterizarem.

O estudo de Ernani Silva Bruno parece-me contribuir de modo notável para que se firme ou se aguce no paulista metropolitano de hoje a consciência de responsabilidades de São Paulo, cidade, para com São Paulo, campo, e de São Paulo, cidade e campo, para

com o Brasil e com a América: principalmente a chamada latina. Responsabilidade cujo sentido só se esclarece pelo exato conhecimento do passado regional paulista em comparação com os de outras regiões do continente. Dêsse passado o ainda jovem mas douto ensaista nos faz participar de maneira às vêzes intensa, como que associando o leitor ao seu afã de autor: o de reviver pela imaginação histórica — e não apenas recordar pela documentação exata — as lutas, os entusiasmos, as crises, os triunfos, as angústias das várias gerações que vêm criando uma ainda inacabada e incompleta, mas já imensa cidade, que sendo uma autêntica grandeza da América mestiça é também uma expressão de vigor do espírito europeu em terras americanas.

Gilberto Freyre

Santo Antônio de Apipucos, Recife, julho de 1953.

NOTA PRELIMINAR

Apesar de extenso e por isso apresentado assim em três volumes, *História e Tradições da Cidade de São Paulo* é o tipo do livro sem pretensões. Ensaio em que não se pretende formular teoria nova em tôrno dos lineamentos gerais da história da cidade, por outro lado não foi escrito com base em qualquer espécie de documentação desconhecida ou inédita. O mérito da contribuição estará na aproximação, no confronto ou até mesmo na fusão de dados contidos por exemplo em uma ata de Câmara, em um anúncio de jornal ou de almanaque, em uma narrativa de viajante, em uma carta, em uma crônica de evocações, em uma gravura de álbum — disso resultando em relação a cada ambiente ou a cada época que se procura reconstituir uma visão mais ampla. Pois parece evidente que a aproximação de dados esparsos — que andavam esquecidos ou perdidos por aí — enriquece o conhecimento que se pode ter do passado da cidade e de sua personalidade, ajudando a iluminar por vêzes aspectos que iam ficar meio no escuro desde que olhados de um ponto de vista só. Claro que o pro-

cesso não é novo. Mas parece que não tinha sido ainda tentado em relação à história da cidade de São Paulo em seu conjunto.

Os elementos para essas tentativas de reconstituição foram colhidos em documentos oficiais e não-oficiais; em almanaques, guias, indicadores, poliantéias e álbuns relativos à cidade ou a alguma de suas instituições; em revistas e jornais antigos; nas obras de historiadores e cronistas do passado paulistano desde os tempos coloniais; nos depoimentos de viajantes; em livros de memórias ou autobiografias; em cartas, poesias, novelas ou peças teatrais em que se fixaram aspectos ou costumes da cidade em várias fases de sua existência; em ensaios modernos a propósito de problemas urbanísticos, econômicos, sociais, demográficos ou culturais da metrópole paulista; e em trabalhos de interpretação da formação de São Paulo ou em geral do Brasil, de autores contemporâneos.

Entre os documentos oficiais, principalmente as *Atas da Câmara da Vila e da Cidade de São Paulo* (desde 1562), proporcionando ao observador — de primeiro na linguagem quinhentista portuguêsa estropiada bàrbaramente pelos rudes membros do Conselho de Piratininga — algumas imagens das ruas e dos pátios da povoação, dos seus caminhos e das suas pontes, de algumas de suas habitações, procissões e festas urbanas; os volumes do *Registro Geral da Câmara;* os *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* divulgados pelo Arquivo do Estado e entre os quais se destacam os relatórios sem dúvida curiosos de alguns capitães-generais setecentistas, não apenas em tôrno das condições gerais da capitania, como de aspectos da cidade: os relatórios de presidentes da província (de 1835 a

1872) focalizando minuciosamente a situação das estradas do município, do abastecimento de água e da iluminação pública, do Teatro e do Jardim da Luz; as "Ordens Régias" e os "Papéis Avulsos" publicados pela *Revista do Arquivo Municipal;* os "Recenseamentos de Ordenanças da Cidade de São Paulo e seu Município" (1768) divulgados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;* os *Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo* (de 1835 a 1861); os *Melhoramentos do Centro da Cidade de São Paulo* (1911) e o *Regulamento para Construções Particulares* (1918). Dos documentos não oficiais, sobretudo os do Arquivo do Mosteiro de São Bento, publicados pela *Revista do Instituto Histórico,* e o prospecto e o relatório da Companhia Carris de Ferro de São Paulo (de 1883 e 1889).

Entre os almanaques, guias e indicadores, o *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857* e o *Almanaque da Província de São Paulo para 1873;* o *Almanaque Literário de São Paulo para 1877;* o *Indicador de São Paulo,* de Abílio Marques (1878); os almanaques da província editados por Jorge Seckler no período de 1884 a 1888 e os almanaques do Estado de São Paulo para 1890 e 1891: o *Completo Almanaque Administrativo Comercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895 e 1896;* o *Almanaque Paulista Ilustrado para 1896* e o *Almanaque de "O Estado de São Paulo" para 1896* — publicações tôdas essas que através do registro de profissões, casas comerciais, indústrias e sobretudo de seus anúncios — agora pitorescos — revelam detalhes interessantes para a fixação dos costumes paulistanos do oitocentismo; e ainda do *Almanacco della Tribuna Italiana* (1905), o *Guia do Estado de São Paulo* (1912) de

Antônio Fonseca e Domingos Angerami, *O Estado de São Paulo e seus municípios* (1913) de Roberto Capri, *El Estado de São Paulo* (1913) de Juan Solorzano y Costa e *Cidade de São Paulo — Guia Ilustrado do Viajante* (1924) de Jacinto Silva.

Dos álbuns e poliantéias, particularmente o *São Paulo* (de Gustavo Koenigswald, 1895), o *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno* (de Jules Martin, Nereu Rangel Pestana e Henrique Vanorden, 1905) e *A Capital Paulista* (comemorativo do centenário da independência do Brasil) com resenhas às vêzes aproveitáveis em tôrno de vários aspectos da existência paulistana e sobretudo através de suas gravuras gostosas revivendo coisas da cidade de 1860 a 1920; mas além dessas publicações a poliantéia comemorativa do qüinquagenário de fundação do Seminário Episcopal (1906) e a do primeiro centenário do ensino normal em São Paulo.

Entre os jornais antigos, além do *Correio Paulistano* e de *A Província de São Paulo, O Farol Paulistano* (1830), *O Novo Farol Paulistano* (1831-1832), *O Observador Constitucional* (1831-1832), *O Paulista* (1832), *O Federalista* (1832), *O Paulista Oficial* (1835), *O Nacional* (1836), *O Pensador* (1839), *O Publícola* (1840), *O Observador Paulistano* (1842), *O Tebireçá* (1842), *O Governista* (1845-1846), *O Futuro* (1847), *O Crepúsculo* (1852), *O Acaiaba* (1852-1853), *O Industrial Paulistano* (1856), *O Azorraque* (1858), *A Legenda* (1860), *O Diabo Coxo* (1864) e *Cabrião* (1866-1867), alguns com ilustrações muito boas — as de Ângelo Agostini, por exemplo — e todos êles guardando em suas colunas de texto ou de anúncios flagrantes característicos da vida paulistana de seu tempo. Das revistas — redigidas por estudantes da

Academia de Direito — a da Sociedade Filomática (1833), *Ensaios Literários* (1847-1850), *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano* (1853-1859), *Revista Guaianá* (1856), *Revista Paulistana* (1857), *Revista da Sociedade Brasílea* (1859), *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano* (1859), *O Kaleidoscópio* (1860), *Trabalhos Literários* (1860), *Revista Dramática* (1860), *Revista da Associação Recreio Instrutivo* (1861-1862), *Revista do Instituto Científico* (1862-1863), *Revista da Associação Clube Acadêmico* (1863), *Revista da Associação Tributo às Letras* (1863-1866), *Memórias da Associação Culto à Ciência* (1863) e *Revista do Ensaio Literário* (1871).

Obras de historiadores e cronistas, os relatos de Anchieta, Nóbrega, Fernão Cardim, Pero de Magalhães Gandavo, Frei Vicente do Salvador e Simão de Vasconcelos; as contribuições de Pedro Taques, Frei Gaspar da Madre de Deus, Padre Manuel da Fonseca, Antônio Rodrigues Velozo de Oliveira, Manuel da Cunha de Azevedo Coutinho Sousa Chichorro, Manuel Cardoso de Abreu, José Arouche de Toledo Rendon, Luís dos Santos Vilhena, Daniel Pedro Muller, J. J. Machado de Oliveira, Francisco de Assis Vieira Bueno — com sua saborosa evocação da cidade na primeira metade do século passado — Couto de Magalhães, Azevedo Marques, José Jacinto Ribeiro, Ulrico Zwingli, Joaquim Floriano de Godói, Antônio de Toledo Piza, Antônio Egídio Martins — cujo *São Paulo Antigo* evitou que se perdessem detalhes fabulosos da cidade oitocentista — Estêvão Leão Bourroul, Teodoro Sampaio, Afonso A. de Freitas — com uma contribuição particularmente valiosa para o conhecimento do passado paulistano — Washington Luís, Bandeira Júnior, Afonso de E. Taunay — o

mestre da historiografia paulista — José Wasth Rodrigues, Paulo Rangel Pestana, V. de P. Vicente de Azevedo, Eugênio Egas, Antônio Figueiredo, Pedro Dias de Campos, Gentil de Assis Moura, Francisco de Assis Carvalho Franco, Ezéchias Galvão da Fontoura, Alcântara Machado — pesquisador seguro dos inventários coloniais — João Vampré, Spencer Vampré, Alberto Sousa, Nuto Santana — através da riqueza de informações de seu *São Paulo Histórico* — Aureliano Leite, Afonso Schmidt, Plínio Airosa, Afonso José de Carvalho, Everardo Valim Pereira de Sousa — com evocações muito boas das últimas décadas do século passado — Batista Pereira, Alfredo Ellis Júnior, Vanderlei Pinho, Belmonte, Otoniel Mota, Miguel Milano, Aluísio de Almeida, Tito Lívio Ferreira, Amador Florence, Caio Jardim, Cássio Mota, Tolstoi de Paula Ferreira, Sebastião Pagano, Carlos Penteado de Rezende, Paulo Cursino de Moura.

Dos depoimentos de viajantes, os da primeira metade do século dezenove, destacando-se pela abundância de informações e detalhes interessantes as narrativas de John Mawe, de Gustavo Beyer, de Von Martius, de Saint-Hilaire, de D. P. Kidder, mas também as referências de Von Eschwege, de Luís D'Alincourt, de Hércules Florence, de João Maurício Rugendas, de Alcide D'Orbigny, de Ferdinand Denis, de J. F. X. Sigaud, de Samuel Greene Arnold, de Alphonse Rendu, de Tomás Davatz, de Eugene Delessert. Da segunda metade do oitocentismo sobretudo os depoimentos de J. C. Fletcher, de Emílio Zaluar, de Tschudi, de William Hadfield, de Carl Von Koseritz e de Henrique Raffard completados pelas notas de Adolphe D'Assier, de John Codman, de Charles Wiener, de Frederic Houssay, de Giovani Pietro Malan, de Edward Edgcumbe, de C. C. An-

drews, de Alfred Marc, de Max Leclerc, de Alfonso Lomonaco, de Frank Vincent, de Ferrucio Macola, de Alessandro d'Atri, de Maurício Lamberg. Do século atual as observações de Louis Casabona, de Gina Lombroso Ferrero, de Henri Turot, de Pierre Denis, de Manuel Bernardez, de Latteux, de Joseph Burnichon, de Domville-Fife, de Nicolau Fanuele, de Manuel de Sousa Pinto, de Georges Rougier, de Georges Clemenceau, de Alfredo Cusano, de L. A. Gaffre, de Archibald Forrest, de Paul Adam, de Ernesto Bertarelli, de Charles Bernard e de Paul Walle.

Das memórias, autobiografias e documentários de épocas, o livro do Visconde de Araxá rememorando as proezas dos primeiros estudantes de Direito; o de Firmo de Albuquerque Diniz (Június) estabelecendo um paralelo cheio de sugestões entre a Paulicéia de 1850 e a de 1880; o de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, que conviveu na cidade com Alencar, com Álvares de Azevedo e com Bernardo Guimarães; o de Alfredo Moreira Pinto, evocando em 1900 a cidade que conhecera em 1870; as evocações dos tempos de estudante de Lúcio de Mendonça, de Valentim Magalhães, de Silva Jardim, de Rodrigo Otávio, de Cícero Caldeira Brant, de J. Nogueira Itagiba; os livros de Albino José Barbosa de Oliveira, de Pessanha Póvoa, do Visconde de Taunay, de Dona Maria Pais de Barros; as nove séries da *Academia de São Paulo* em que o paciente Almeida Nogueira compendiou tanta coisa interessante da existência acadêmica mas também da vida da cidade; e as contribuições sobre épocas mais recentes, de Artur de Cerqueira Mendes e de Cícero Marques.

Dos trabalhos de ficção, poesias ou cartas em que se fixaram aspectos e costumes paulistanos, o romance *Rosaura, a Enjeitada,* de Bernardo Guima-

rães, a correspondência e cenas do *Macário*, de Álvares de Azevedo, poemas de Fagundes Varela, comédias de França Júnior focalizando coisas da existência acadêmica em São Paulo, cartas de Castro Alves, cenas de teatro de Paulo Eiró, referências de Martins Pena e de José de Alencar, e mais recentemente observações de José Agudo e de Edmundo Amaral registrando cenas da vida paulistana do começo do século atual, além das crônicas irreverentes mas bastante documentárias de Antônio de Alcântara Machado.

Dentre os ensaios modernos em tôrno de problemas urbanísticos, econômicos, sociais, demográficos ou culturais da capital de São Paulo, os de Augusto C. da Silva Teles, Adolfo Augusto Pinto, Milcíades Porchat, Antônio Le Voici e Bruno Rudolfer e principalmente os de Prestes Maia, sôbre questões gerais de urbanismo e as transformações da cidade nos últimos tempos; os estudos de Pierre Deffontaines e de Aroldo de Azevedo a propósito dos condicionamentos geográficos de certos desenvolvimentos urbanos; as pesquisas de Oscar Egídio de Araújo e F. Pompeu do Amaral a respeito de assuntos de alimentação e distribuição demográfica; o estudo comparativo de Donald Pierson sôbre habitações de São Paulo; o de Dorothy M. Gropp sôbre as suas bibliotecas e o de Nicanor Miranda sôbre o seu estádio municipal.

E dos ensaios de interpretação da formação de São Paulo ou em geral do Brasil, as contribuições de Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Eduardo Prado, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Rubens Borba de Morais, Sérgio Milliet, Afonso Arinos de Melo Franco, Fernando de Azevedo, Roberto Simonsen, Cassiano Ricardo, Ian de Almeida Prado, Caio Prado Júnior,

Richard N. Morse, Roger Bastide, Lúcio Costa e Luís Saia.

* * *

Divide-se neste ensaio em três períodos a história da cidade de São Paulo: o primeiro, da fundação em 1554 até o ano em que se instalou o Curso Jurídico (1828), pois até o começo do século dezenove subsistiu a feição que dava à cidade o caráter de um arraial de sertanistas; o segundo período, de 1828 a 1872, em que a capital da província se caracterizou acima de tudo como burgo de estudantes; e o terceiro período, dêsse último ano até aproximadamente o fim da primeira Grande Guerra, fase em que a cidade se definiu sobretudo pela sua função de metrópole ou de quase-metrópole do café; focalizando-se finalmente em ligeiro apêndice a cidade de agora (1918-1953).

Cada um dêsses períodos foi estudado aqui através de uma pequena introdução — em que se fixaram as suas linhas gerais e os seus condicionamentos históricos, políticos e econômicos — e de mais dez capítulos em que se tentou a reconstituição da existência da cidade através da observação de sua arquitetura (residências, igrejas, conventos), de seus logradouros públicos, chácaras e bairros, de seus meios de transporte e de condução, das condições de abastecimento de gêneros e de água para seus moradores, de seu aparelhamento comercial e industrial (quitandas, mercados, lojas, fábricas), das condições de higiene, de salubridade e de policiamento, das suas procissões, suas festas religiosas e seus divertimentos dominantes, de sua organização como centro educativo e intelectual (comércio de livros, bibliotecas, escolas, atividades literárias) e como centro artístico (artes plásticas, teatro e música).

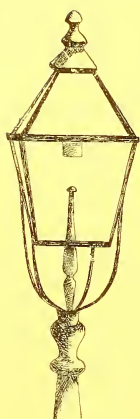
No desenvolvimento dêsses capítulos fixaram-se as marcas que possìvelmente imprimiram, na fisionomia da cidade, as terras, as águas e o clima de sua região; os traços delineados em sua feição pelo povoador português e o jesuíta, o índio e o mameluco, o caboclo e o negro, o espanhol e o italiano; os elementos incorporados à sua existência pelo bandeirismo e pelo ouro, pelo açúcar e o café, pelas primeiras indústrias e as primeiras estradas de ferro.

* * *

Devo deixar aqui consignados os meus agradecimentos às pessoas que de qualquer forma contribuíram para que eu escrevesse êste ensaio: acolhendo com simpatia e interêsse os artigos de jornal em que primeiro se esboçaram alguns de seus capítulos, em *O Estado de São Paulo;* cedendo ou indicando publicações e livros de consulta difícil ou prestando informações e debatendo problemas relativos à história paulistana; e às que, de qualquer modo, emprestaram seu concurso para que *História e Tradições da Cidade de São Paulo* pudesse contar com o material iconográfico que apresenta: os srs. Agenor Guerra Correa, Alexandre Haas, Avelino Ginjo (fotografias modernas de São Paulo) Benedito Duarte (chefe da Secção de Iconografia do Departamento de Cultura da Municipalidade), Carlos Borges Schmidt, Carlos Penteado de Rezende, Cruz Costa, Dino Fausto Fontana, Fernando Goes, Florestan Fernandes, Francisco Rodrigues Leite (da Secção de Documentação do Museu Paulista), Germano Graeser (reproduções fotográficas), José Fernandes, Ian de Almeida Prado, Leonardo Arroio, Luís Saia, Mário da Silva Brito, Mário Neme, Nuto Santana,

Olímpio de Sousa Andrade, Olinto Moura, Osmar Pimentel, Paulo Florençano, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Silviano de Oliveira, Ubirajara Dolácio Mendes, e particularmente os srs. Gilberto Freyre — pelas referências animadoras, feitas em notas à 2.ª ed. de *Sobrados e Mucambos* (1951) ao meu trabalho manuscrito *Retrato de uma Capital de Província* (de que o atual é um desenvolvimento) — os pintores paulistas Cândido Portinari e Clovis Graciano, pelas magníficas ilustrações com que enriqueceram sensìvelmente êste livro, e José Olympio, sem cujo estímulo e colaboração não teria ido por diante o empreendimento, cujos planos traçamos em 1948.

E. S. B.

São Paulo, janeiro de 1953.

INTRODUÇÃO

CIDADES-GRANDES DO BRASIL

A cidade — no conceito de Geddes e Brandford — acumula e incorpora a herança de uma região, combinando essa herança em certa medida e de certa forma com a herança cultural de unidades maiores, nacionais, raciais, religiosas e humanas. Ou, na síntese de Lewis Mumford: "Na cidade fôrças e influências remotas se fundem com o local"[1]. Nem aquelas fôrças e influências remotas nem êsse elemento local podem ser perdidos de vista quando se procura reconstituir a vida de uma cidade em várias fases de sua história. As etapas da evolução humana, através de suas manifestações religiosas ou políticas e de suas diferenciações raciais e culturais condicionam e limitam a estrutura,

---

[1] Lewis Mumford, *La Cultura de las Ciudades,* I, págs. 13 e 17. "Devido a que só extrai a essência das regiões vizinhas — escreveu Mumford — devido a que muitas manifestações de vida chegam a ela em formas fìsicamente desmembradas ou sublimadas (simbólicas) a cidade incorpora a região e em realidade todo o mundo exterior, mais do que o pode fazer um só fragmento da paisagem". (Mumford, op. cit., II, pág. 169).

os contornos e a significação de cada núcleo urbano em qualquer momento de sua existência.

Nestas palavras de introdução cumpre todavia destacar apenas alguns aspectos mais expressivos dêsse condicionamento, fixando-se os fatôres comuns e sobretudo os fatôres de diferenciação que atuaram sôbre o desenvolvimento histórico da cidade de São Paulo em confronto com o de outras cidades do Brasil. Não seria possível negar a existência de um tipo de cidade-grande brasileira, dentro do qual devem ser procurados os lineamentos gerais que condicionaram também a formação histórica de São Paulo. Muitos traços e elementos poderiam ser apontados como denominadores comuns ao fenômeno urbano representado pelo Rio de Janeiro, pela capital de Pernambuco ou a de Minas, a da Bahia ou a de São Paulo. Resultantes, afinal de contas, da própria existência de uma "cultura" brasileira apresentando caracteres uniformes. É claro que a paisagem local e a herança regional fazem no entanto de cada um dêsses núcleos urbanos aparentados por grandes traços comuns, uma cidade com feição própria e característica. São Paulo sobretudo tinha de ser, por mais de um motivo, uma cidade com fisionomia algo diversa da do Rio de Janeiro, de Salvador ou de Recife — os três núcleos que parecem ter sido as expressões mais autênticas da cidade-grande brasileira no passado.

Um dêsses motivos, o clima de sua região. Um clima que não se parecia nada com o do litoral do nordeste ou o do Rio de Janeiro. Que agradava, pela sua semelhança com certos climas europeus ou pelo menos com os do Reino, aos cronistas dos primeiros tempos e aos viajantes do século dezenove. E pelas mesmas razões deixava aborrecidos os cariocas ou nor-

tistas que estudaram depois na sua Academia de Direito, e de que se conhecem vários depoimentos.

Anchieta — é verdade que com uma espécie de corujice de pai — dizia que São Paulo "era terra de grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados, de bois, porcos, cavalos, e abastada de muitos mantimentos." Davam bem, na região, as uvas, os marmelos, as romãs e outras "árvores de fruto da terra de Portugal"[2]. A pequena cêrca que os Jesuítas plantaram em São Paulo junto de sua igreja — escreveu Eduardo Prado — é um lugar célebre na história das plantas no Brasil: "Ali se cultivaram pela primeira vez as espécies indígenas novas para os colonos, ao lado das velhas plantas clássicas trazidas da Europa, plantas ligadas à história das raças e que estas transplantam nas suas migrações com as suas tradições e os seus altares".[3] Em São Paulo, nos tempos primitivos, dava trigo e pão "como lá", informava para o Reino Baltazar Fernandes[4], e os Jesuítas qüinhentistas falavam ainda de um frio que persistia forte e contínuo durante meses, a ponto de causar a morte de índios perdidos na mata[5]. Frei Vicente do Salvador, êsse já no comêço do século dezessete, mostrava que os ares da terra de Piratininga eram frios e temperados como os de Espanha, e

---

[2] Padre José de Anchieta, *A Província do Brasil* (1585), págs. 25-26.

[3] Eduardo Prado, *Coletâneas,* IV, pág. 81.

[4] Citado por Afonso de E. Taunay, *Non Ducor, Duco,* pág. 4.

[5] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 214.

assim a terra "mui sadia, fresca e de boas águas"[6]. Em fins do século dezoito, referindo-se ao planalto onde fôra edificada a cidade, Lacerda e Almeida por sua vez em seus *Diários de Viagem* escrevia que êle dominava um campo coberto de relva e de feno, de matas baixas e pequenas chamadas capões, dispersas por tôda a campanha, e debaixo de um ar temperado — porque o ardor do verão era suavizado pelas chuvas e o frio do inverno pelo calor do sol[7].

Os viajantes do século dezenove — comerciantes, naturalistas ou missionários norte-americanos, inglêses, alemães, franceses e mesmo brasileiros — continuaram destacando êsses lados positivos, principalmente sob o ponto de vista europeu, do sítio de São Paulo. Particularmente o seu frio saudável, que contrastava com o calor quase africano das zonas tropicais do país. John Mawe, chegando em 1807, escreveu que logo na primeira noite passada na cidade teve a surprêsa de sentir tamanho frio que se viu forçado a fechar as portas e janelas da casa em que se alojara. E a acender o seu fogareiro de carvão, pois lareira era coisa que o quarto não tinha[8]. D'Alincourt, viajando em 1818, louvou o clima da cidade, a fertilidade do distrito e a propriedade do solo tanto para a cana como para o trigo. Achou magnífico sobretudo o contraste entre a situação geográfica do sítio — no limiar da zona tórrida — e a amenidade termométrica. Sua atmos-

---

[6] Citado por Afonso de E. Taunay, *Non Ducor, Duco,* pág. 9.

[7] Lacerda e Almeida, *Diários de Viagem,* pág. 99.

[8] John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil,* pág. 78.

fera lavada de ventos[9]. Na mesma época Von Martius opinou que o clima de São Paulo era um dos mais amenos da terra. E explicou porque: tanto pela sua posição, quase abaixo do trópico de Capricórnio, como pela sua altitude de mil e duzentos pés acima do nível do mar, a região tinha sido favorecida com todos os encantos da zona tropical, sem os inconvenientes do calor em grau elevado. Nas imediações da cidade não raro caía geada na época do inverno. Mas o frio — salientou o sábio alemão — nunca era tão rigoroso ou persistente que tornasse necessário, além dos fogareiros, botar lareiras nas habitações[10]. Pisando na primeira rua da cidade em 1855 Fletcher se convenceu por sua vez, mais do que nunca, de que estava realmente ao sul do trópico. Embora visse por tôda parte uma vegetação perene sentia um frio que reclamava sobretudo. Estavam aliás bem encapotados — como no inverno de qualquer cidade norte-americana — os estudantes com os quais o reverendo entrou em contacto logo depois de sua chegada[11]. E alguns anos depois — em 1868 — o inglês Hadfield visitava São Paulo e escrevia: "Sem dúvida um grande número de confortos e conveniências da vida são encontrados aqui, que não existem em outras cidades brasileiras, porquanto o clima é infinitamente superior"[12].

Bem o oposto dêsses depoimentos foi a série de desabafos que a partir de meados do século passado

---

[9] Citado por Afonso de E. Taunay, *Non Ducor, Duco*, págs. 145-146.

[10] Von Martius, *Viagem pelo Brasil*, I, págs. 214-215.

[11] D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros*, II, pág. 69.

[12] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868*, pág. 69.

deixaram sôbre a natureza e o clima de São Paulo os cariocas, os baianos e outros nortistas que para estudarem na sua Academia de Direito se exilavam do calor de suas terras. Exilavam-se para um lugar em que às vêzes a geada era tão forte de noite — como contou em uma de suas cartas Álvares de Azevedo (espécie de carioca nascido em São Paulo) — que um negro que adormecera bêbado na Várzea do Carmo amanhecera morto[13]. Por sua vez Castro Alves, embora louvasse em seus poemas "as belas filhas do país do sul", escrevendo de São Paulo a um companheiro dizia: "Escrevo-te à noite. Faz frio de morte. Embalde estou embuçado no capote e esganado no cachenê... Olha, se leres poesias nebulosas, germânicas, tiritantes, híbridas, acéfalas, anômalas... não critiques nunca antes de ver se são de São Paulo e se forem... cala-te. São Paulo não é o Brasil... é um trapo de pólo pregado a goma-arábica na falda da América (como diria o Tobias)"[14]. E em carta de 1868, para a Bahia, notava: "Sim! porque aqui não há senão frio, mas frio da Sibéria..."[15].

Essa diferença acentuada de clima entre a região de São Paulo e aquelas zonas em que se desenvolveram o Rio, Salvador e Recife, não podia deixar de ter influência diversificadora. Em relação às plantas, por exemplo, sabendo-se que muitas espécies européias deram bem nos arredores de São Paulo, condicionando

---

[13] Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pág. 468.

[14] Castro Alves, *Obras Completas,* II, págs. 556 e seguintes.

[15] Castro Alves, op. cit., II, pág. 556.

um regime de alimentação diferente daquele que seria característico das populações das cidades do norte[16]. A maior parte das espécies botânicas que Saint-Hilaire colheu nas circunvizinhanças da cidade de São Paulo pertencia a famílias igualmente existentes na França, e várias se relacionavam mesmo com gêneros da flora francesa. "Sementes e plantas européias — escreveu aquêle naturalista — sem dúvida transportadas com sementes de legumes, se naturalizaram na região"[17]. Um relatório do govêrno da província em 1855 revelava que prosperavam, no Jardim Público da cidade, as plantas oriundas da Europa, o mesmo não acontecendo porém com as do norte do Império, por falta de "meios para preservá-las dos frios excessivos e das geadas"[18]. Por outro lado, como é evidente, a diversidade de clima repercutiria até certo ponto no vestuário, nos costumes e na própria habitação, confrontando-se São Paulo com o Rio e outras cidades do nordeste do Brasil. Em São Paulo antes que no norte, por exemplo — apesar de Bahia e Pernambuco terem se antecipado notàvelmente a Piratininga na incorporação de inúmeros traços de cultura e elementos de técnica européia — em São Paulo se generalizou primeiro o uso de vidraças nas casas, segundo observação de Gilberto Freyre, pois a temperatura do sul exigia de modo mais premente essa proteção[19]. Outras di-

---

16 "O alimento e a bebida — observou Mumford — não menos que o clima, contribuem para acentuar a individualidade de uma cidade; afetam o porte, os gestos, a atividade dos seus habitantes". (Mumford, op. cit., II, pág. 166).

17 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à província de São Paulo*, págs. 75-76.

18 *Relatório do presidente da província de São Paulo José Antônio Saraiva* em 1855, pág. 30.

19 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos,* 1.ª edição, pág. 208.

ferenciações remotamente determinadas pelo clima e pela posição geográfica marcaram com horizontes e perspectivas diferentes cidades brasileiras de planalto — como São Paulo — e cidades plantadas à beira-mar e desde os primeiros tempos em contacto freqüente com Portugal. Pierre Denis, em livro dêste século, falou da semelhança entre São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba — cidades onde é a mesma a luz e o horizonte igualmente vasto — em contraste com as velhas cidades litorâneas, com seus jardins de mangueiras e fruta-pão ou as pequenas cidades do litoral sul do Brasil, "com as suas velhas alfândegas de paredes decrépitas"[20]. É São Paulo climatèricamente — observava em 1905 um visitante português — uma cidade européia, "apenas com os inconvenientes das mais bruscas mudanças de temperatura e das teimosias de um renitente nevoeiro acacimbado, a que se chama aqui a garoa, o que pode levar muito legìtimamente um cronista amigo da novidade dos títulos a chamar-lhe a cidade da garoa"[21].

Foi por outro lado o relativo isolamento — durante grande parte de sua existência histórica, e bastante acentuado ainda até pelo menos os meados do oitocentismo — outro motivo que contribuiu para marcar com traços próprios a capital da província de São Paulo em confronto com outras cidades brasileiras. De sua localização em planalto de acêsso difícil resultou a falta de contacto da capitania tôda com a Metrópole desde os tempos coloniais. Já em sua *Informação* de 1585 escrevia Anchieta: "A quarta vila na capitania de São Vicente é Piratininga, que está dez a doze léguas pelo sertão e terra a dentro. Vão

---

[20] Pierre Denis, *O Brasil no século XX*, págs. 36-37.

[21] Sousa Pinto, *Terra Moça — Impressões Brasileiras*, pág. 343.

lá por umas serras tão altas que dificultosamente podem subir nenhuns animais, e os homens sobem com trabalho e às vêzes de gatinhas por não despenharem-se, e por ser o caminho tão mau e ter ruim serventia padecem os moradores e os nossos grandes trabalhos"[22]. Ainda na era quinhentista sabe-se que enquanto as capitanias do norte eram servidas de todo o gênero de panos e sêdas, andando os homens bem vestidos — isto é, de forma aproximada, tanto quanto possível, dos padrões europeus, ou pelo menos dos do Reino de Portugal — escreveu Fernão Cardim que os moradores de São Paulo sofriam "por falta de navios" que trouxessem mercadorias e panos[23]. As condições econômicas de Piratininga de outra parte e daí por diante — diria Capistrano de Abreu — não favoreciam nem mesmo a feitura de caminhos bons entre o interior e o litoral da capitania, pois em troca dos produtos que recebesse apenas poderia dar São Paulo — nos primeiros séculos — algum ouro e os índios catados pelas bandeiras, e êsses, "movendo-se pelo próprio pé, dispensavam conduções dispendiosas"[24]. Aliás, de quanto viveu isolada a vila do Campo de Piratininga nos tempos primitivos, mesmo em relação ao litoral vicentino, dá bem idéia — lembrou Taunay — o fato de não se encontrar nas atas de sua Câmara qualquer referência ao assalto, à tomada e à permanência por vários meses, em Santos, dos piratas de Tomás Cavendish em 1591[25].

---

[22] Citado por Paulo Prado, *Paulística,* págs. 8-9.

[23] Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil,* págs. 91-92.

[24] Capistrano de Abreu, *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil,* pág. 64.

[25] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 6.

Do ponto de vista político a Metrópole acabou sentindo que não era interessante tratar autoritàriamente a gente do "país dos paulistas", pois seriam ineficazes quaisquer tentativas de ação violenta contra os habitantes do planalto, que chegaram à ameaça de trancar o Caminho do Mar, isolando-se nas suas terras de serra-acima. Por certo foram exageradas as afirmações de Froger e de outros cronistas antigos de que os paulistas haviam fundado uma espécie de República pràticamente independente dos soberanos portuguêses — e inteiramente absurda a de que a povoação se originara de bandidos de tôdas as nacionalidades, acusação documentadamente desfeita por Frei Gaspar da Madre de Deus[26]. Mas o fato é que até aos olhos de autores portuguêses os moradores de Piratininga passavam, no século dezessete, por vassalos um tanto insubmissos[27]. Fama de que os paulistanos — ou os paulistas em geral — foram defendidos pelo poeta Cláudio Manuel da Costa e por Lacerda e Almeida. Aquêle, escrevendo: "Os naturais da cidade de São Paulo, que têm merecido a um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu soberano, faltos de conhecimento e respeito que devem às suas leis, são os que nesta parte da América têm dado ao mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zêlo pelo seu reino"[28]. E o autor dos *Diários de Viagem* observando: "... o caráter dos paulistas, inteira-

---

[26] François Froger, *Relation du voyage de Mr. de Gennes au detroit de Magallan,* págs. 82 e seguintes e Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo,* págs. 112 e seguintes.

[27] Afonso de E. Taunay, *Sob El Rei Nosso Senhor,* pág. 353.

[28] Cláudio Manuel da Costa, *Obras Poéticas,* II, pág. 152.

mente desfigurado por todos os historiadores que, discorrendo por todo mundo, ao mesmo tempo que estão encerrados nos seus gabinetes, tendo por verdadeiras as notícias dadas pelos êmulos e rivais, os capitulam por bárbaros, como se o valor, resolução e intrepidez dependessem de barbaridade, e não de ânimos honrados e ambiciosos de glória"[29].

Sob o ponto de vista cultural êsse isolamento teria sobretudo repercussões notáveis. Como salientou Sérgio Buarque de Holanda, desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitanias, a ação colonizadora realizou-se aqui por um processo de adaptação contínua a condições específicas de ambiente americano, não se enrijando logo em formas inflexíveis, mas retrocedendo a padrões rudes e primitivos[30]. Retrata bem essa situação o que dizia pouco depois de 1690 um escritor anônimo citado por Capistrano de Abreu: que os paulistas eram homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andavam contìnuamente, sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, pelo hábito que tinham dessa vida[31]. Depois de fixada em todo o Brasil uma população cuja base era formada pelo elemento ibérico, o indígena e o africano, em proporções regionalmente desiguais, a do litoral e a do nordeste, pelo menos nas regiões em que floresceram núcleos urbanos de certa importância, se mantiveram sempre em contacto mais permanente com a Europa, ao passo que a de São Paulo se conservou em relativo isolamento — desenvolvendo-se em cada uma delas valores nem sempre concor-

---

29 Lacerda e Almeida, op. cit., pág. 100.

30 Sérgio Buarque de Holanda, *Monções,* pág. 13.

31 Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial,* págs. 121-122.

dantes. Êsse isolamento de São Paulo se acusou sob mais de uma forma. A ponto de por exemplo apesar de em fins do século dezoito ter vivido um inglês na cidade — José Lince Vines, mencionado pelo recenseamento de 1765[32] — quando John Mawe estêve em São Paulo, no comêço do século seguinte, observar que a população parecia ainda nunca ter visto britânicos. Pessoas de tôdas as idades se aproximavam curiosas da casa onde êle estava hospedado, querendo ver de que jeito comia e bebia um inglês[33]. Fato que na época já não podia ocorrer, por exemplo, em Pernambuco, na Bahia ou no Rio de Janeiro. Do isolamento de Piratininga ainda nessa época aliás é bem expressivo o ponto de vista do economista Silva Lisboa, justificando sua opinião contrária à escolha de São Paulo para sede da Universidade que se pretendia criar: "A viagem por terra a São Paulò é detrimentosa; a importação de livros e instrumentos, difícil. Apesar da natural riqueza do País e de rios navegáveis, é bem sabido que pela transbordação de alguns, a cidade tem por vêzes moléstias endêmicas, e as grandes cachoeiras de outros quase impossibilitam a comunicação entre si e com os portos; o que muito diminuirá sempre as vantagens do seu comércio interno e conseqüentemente o progresso de sua riqueza"[34].

Ainda em meados do século passado era visível a incompreensão com que a população mais genuìnamente paulistana — segundo observação de Almeida Nogueira — olhava até mesmo os estudantes vindos

---

[32] Amador Florence, "Curiosidades do censo paulistano de 1765", *Rev. do Arquivo Municipal,* vol. LXXIX, pág. 147.

[33] John Mawe, op. cit., pág. 90.

[34] Citado por Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* I, pág. 10.

CAPITANª DE S. VICENTE
O. AMARO.

A PARTIDA DA BANDEIRA

(Reprodução fotográfica do mural de Clovis Graciano que orna a entrada do novo edifício do jornal *O Estado de São Paulo*. Por especial gentileza da direção do grande matutino paulista).

de fora para cursarem a sua Academia de Direito[35]. O que não impediu entretanto que muita jovem paulistana, é verdade que às vêzes às escondidas da família, bordasse para algum estudante de sua predileção as iniciais em relêvo, na pasta tôda de veludo vermelho que era usada pelos quintanistas como insígnia de autoridade[36]. Nem que muito nortista, mineiro, fluminense ou gaúcho estudante da Academia namorasse e casasse com moças de famílias paulistanas. Nem ainda que em 1854 — é verdade que pela primeira vez — se notasse a presença de senhoras e de moças em uma opa (festa de formatura de acadêmico) em um palacete dos Quatro Cantos[37]. Mas isso era o incomum, e só acontecia depois de àrduamente vencidas a incompreensão ou a desconfiança do rude morador do planalto. O espírito sedentário do paulistano genuíno nessa época — apesar do seu passado embebido nas aventuras sertanistas — era tamanho, escreveu Almeida Nogueira, a ponto de se contarem, mesmo na sociedade mais culta, muitas pessoas que nunca tinham visto o mar, nem mesmo haviam transposto jamais as serras que orlavam o horizonte da cidade e seus subúrbios[38]. Derivando daí por certo o traço de desconfiança atribuído geralmente ao caráter dos paulistanos ou paulistas. Em meados do século essa feição característica do homem de São Paulo se exprimia por exemplo nestas palavras de um personagem de José de Alencar: — "Paulistas, a senhora sabe como são desconfiados..."[39]. O mesmo autor,

---

[35] Almeida Nogueira, op. cit., III, págs. 209-210.

[36] Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* I, pág. 388.

[37] Almeida Nogueira, op. cit., IX, pág. 202.

[38] Almeida Nogueira, op. cit., III, págs. 210-211.

[39] José de Alencar, *Sonhos d'Ouro,* II, pág. 140.

em outro de seus romances, frisou ainda mais essa marca do caráter piratiningano, escrevendo em certa passagem: "... a festa perdeu desde logo a sua expansiva alegria; os mais desconfiados, ou os mais paulistas, cuidaram em retirar-se..."[40]. A situação de isolamento da cidade de São Paulo até meados do oitocentismo, apesar da existência de uma Academia de Direito e da freqüência de gente de tôdas as partes do Brasil — traduzindo-se em parte nessa desconfiança de seus moradores — foi que por certo permitiu que ela resistisse, mais que o Rio de Janeiro ou que as cidades-grandes do nordeste, à introdução de certos valores e traços de cultura e de técnica européias, dentro daquele processo geral de europeização das cidades brasileiras estudado por Gilberto Freyre. Um exemplo bastante claro, o das rótulas das janelas e dos balcões das casas, que no Rio de Janeiro e em Recife começaram a decair ràpidamente logo em seguida à transferência da Côrte portuguêsa para o Brasil em 1808[41]. E que na cidade de São Paulo ainda se mantinham em tôrno de 1870.

Mas a própria base econômica das duas sociedades — no nordeste a produção do açúcar, em São Paulo a procura do ouro e das pedras, como feição predominante — representou elemento de diversificação nos tempos coloniais. A vocação da sociedade formada no planalto da capitania de Martim Afonso — escreveu Sérgio Buarque de Holanda — estaria no caminho, que convida ao movimento, não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários[42].

---

[40] José de Alencar, *Til*, II, pág. 144.

[41] John Luccock, *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, pág. 25, e Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pág. 257.

[42] Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., pág. 12.

Sob aquela latitude, naquela altitude — escreveu Capistrano de Abreu referindo-se a êsse mesmo planalto de Piratininga — fôra possível uma lavoura semieuropéia, de alguns, se não de todos os cereais e frutas da península. Ao contrário, o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se a bandeirantes[43]. Enquanto êsses homens se lançavam longe de sua terra — notou um observador — seus campos deixavam de ser cultivados, seu gado se dispersava, suas habitações não eram mais reparadas... sua cidade natal caía em decadência [44]. Daí a maior pobreza da sociedade do planalto. Taunay frisou o exagêro do linhagista Pedro Taques quando descreveu os bens dos antigos potentados paulistas: atribuiu a êles uma opulência que não condizia com a penúria revelada pelos inventários[45].

Nos dois primeiros séculos, em conseqüência de seu tipo de economia, a capitania de São Vicente estava colocada em absoluto segundo plano na América Portuguêsa. Pequena mineração e pequena agricultura. As grandes fontes de vida paulista, mostrou Prado Júnior que eram o comércio de escravos índios preados no sertão e vendidos nos centros agrícolas do litoral, e o comércio de gado que vinha dos campos do sul com destino à marinha e sobretudo ao Rio de Janeiro[46]. Sua posição geográfica mesmo era desfavorável em relação com a Metrópole, comparada com as capitanias do norte. E também em relação

[43] Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, pág. 111.

[44] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 35.

[45] Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, pág. 273.

[46] Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 61.

aos mercados europeus consumidores de açúcar. O limitado comércio entre Santos e Londres, em fins do quinhentismo — referido por Southey — representou por certo coisa episódica e sem maior significação[47]. Como nos primeiros tempos a exportação brasileira consistia em grandes produtos coloniais e representava a base fundamental da vida no país — notou Caio Prado Júnior — os portos de exportação coincidiam com as maiores cidades. Era a qualidade de entrepostos comerciais que fazia a importância de centros como o Rio, a Bahia, Recife, São Luís do Maranhão ou Belém do Pará[48]. No século dezoito a situação atingiria ao máximo de sua intensidade, em São Paulo, com a emigração contínua de gente para as terras do ouro. A cidade ficou pràticamente despovoada. Os transeuntes, pela ausência de homens ocupados nos sítios dos arredores — sítios plantados em campos estéreis, inçados de saúva, matizados de capões e restingas, com lavoura rala de alguns cereais e de mandioca[49] — diria Paulo Prado, referindose à época da decadência, em tôrno de 1765, que eram sobretudo mulheres embuçadas em dois côvados de baeta preta, com chapéus desabados e as caras tapadas[50].

Entretanto a diferenciação de base econômica fêz sentir os seus efeitos também no decorrer do século dezenove, pois enquanto as cidades do norte se mantiveram como expressões da civilização do açúcar,

---

47 Olga Pantaleão, *Fontes Primárias Inglêsas para o estudo da história de São Paulo no século XVI*, pág. I.

48 Caio Prado Júnior, op. cit., pág. 229.

49 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes*, Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

50 Citado por Paulo Prado, op. cit., pág. 149.

embora decadente, São Paulo passou a refletir uma economia apoiada sucessivamente no açúcar e no café. Até meados do oitocentismo, sobretudo no açúcar, movimentado por tropas que rumavam para Santos e um pouco no comércio de gado, trazido do Rio Grande[51]. Em seguida e cada vez mais acentuadamente no café, de que a cidade se tornaria a metrópole ou a quase-metrópole. Em fins do século passado as indústrias e o comércio de maquinismos para as fazendas de café começaram a marcar densamente a paisagem paulistana. Foi então que São Paulo passou a se caracterizar acima de tudo como cidade de negócios. "Creio bem que os paulistas — escreveu Burnichon em 1908 — são um pouco os ianques do sul e pode-se dizer que São Paulo é a capital comercial e industrial do Brasil".[52] "É São Paulo — observou Pierre Denis na mesma época — que distribui pelas diversas regiões cafeeiras a onda dos imigrantes e é em São Paulo também que se reúnem os operários que deixaram as fazendas onde estiveram empregados e que procuram novo rumo". Em parte alguma do Brasil — notou agudamente o autor de *O Brasil no século vinte* — a coesão é tão perfeita entre a cidade e o campo; em parte alguma se acham os dois tão estreitamente ligados por comuns interêsses. Daí ser nessa época a sociedade paulistana menos apaixonada pela literatura e pela eloqüência que a do Rio.[53] O inverso do que observara Fletcher meio século antes.[54]

---

[51] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[52] Joseph Burnichon, *Le Brésil d'aujourd'hui,* págs. 226-227.

[53] Pierre Denis, op. cit., págs. 146-147.

[54] D. P. Kidder e J. C. Fletcher, op. cit., II, pág. 72.

Entretanto a própria composição racial não foi rigorosamente idêntica nas duas regiões: o nordeste e o Rio de Janeiro e aquela de que São Paulo se tornaria a expressão urbana mais característica e ao mesmo tempo mais criadora. A primeira dessas zonas acusando um aproveitamento maior do elemento de origem africana, e a última do elemento ameríndio — pelo menos durante os primeiros séculos. Em São Paulo a importância da contribuição indígena foi enorme nos tempos coloniais. O número de índios fôra aumentando na vila à medida que se intensificara o movimento das entradas pelo sertão. A índia preada em combate entre os despojos dos vencidos — observou Alcântara Machado — passava por direito de conquista a concubina do vencedor. Os casamentos entre brancos e índias eram raros, mas o amancebamento era comum. E assim, no dizer ainda do autor de *Vida e Morte do Bandeirante*, "ao lado e à sombra da família legítima crescia a legião imensa dos bastardos".[55] Os abusos na escravização dos índios foram sem conta, particularmente na vila de São Paulo. A primeira vez que estêve na povoação, no ano de 1700, Artur de Sá e Meneses — como contou em carta ao rei — viu que era grande o número de índios que se achavam nas casas dos moradores e que haviam sido abusivamente retirados de suas aldeias. "Tirar índios da casa daqueles moradores é para êles o golpe mais sensível".[56] Arouche, na sua memória sôbre as aldeias de índios, escrevia que vendo-se os mapas estatísticos da província de São Paulo encontrava-se um grande número de brancos. Mas que na verdade a

---

[55] Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante,* págs. 154-156.

[56] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* III, págs. 65-66.

maior parte dêsses supostos brancos era mestiça, gente oriunda "do grande número de gentio que povoava aquela província e que não teve a infelicidade de ficar em aldeias".[57] Não se enganou Von Eschwege escrevendo no começo do século passado que moravam na província de São Paulo muitas famílias importantes, de pessoas cuja estatura baixa, cabelos lisos, rosto pálido, olhos negros penetrantes, indicavam sua origem ameríndia. Seu brio e desprêzo pelos perigos, seu espírito empreendedor mas sua aversão aos trabalhos cansativos, sua sêde de vingança, mostravam "sua origem selvagem pelo lado materno".[58]

O fato é que o indígena, diretamente ou através do mameluco e depois mais diluído no caipira, deixaria marcas bastante visíveis em São Paulo ainda no século passado. O caboclo genuíno, da Freguesia do Ó ou da Conceição dos Guarulhos, participava da existência da cidade — já um tanto cosmopolizada — trazendo gêneros de sua roça ou produtos de sua indústria primitiva para vender no mercado paulistano. O mesmo podendo-se dizer do de Santo Amaro ou de Itapecerica que ainda na segunda metade do oitocentismo — segundo Almeida Nogueira e Valentim Magalhães — fazia suas feiras semanais de madeira no Bexiga, onde se alinhavam dezenas de carros de boi[59]. Outra participação do caboclo na existência ainda recente da cidade se fazia através do sistema das amas ou criadeiras, "mulheres de origem modesta, residindo nas vilas po-

---

[57] José Arouche de Toledo Rendon, "Memória sôbre as aldeias de índios da província de São Paulo segundo observações feitas no ano de 1792", *Rev. do Inst. Hist. Geog. e Etnog. Brasileiro,* vol. IV, pág. 295.

[58] Von Eschwege, *Pluto Brasiliensis,* I, pág. 28.

[59] Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pág. 128 e Valentim Magahães, *Quadros e Contos,* pág. 215.

bres dos arredores da capital", que recebiam da Santa Casa crianças para criar.[60] Como também através de um costume dos séculos coloniais: o de muitas famílias entregarem a índias velhas o cuidado de filhos que estudavam na cidade. Costume condenado pelo padre Manuel da Fonseca: essas índias, as mesmas que tinham dado o leite aos meninos, "eram as primeiras a induzi-los a perder a preciosa jóia da pureza".[61] Mas a influência profunda do índio, do mameluco, do caipira, na existência da cidade, ainda se refletiria na menor polidez de maneiras de seus habitantes em relação aos da Côrte, e na espécie de dialeto que se dizia ser o falado em São Paulo ainda no comêço do século dezenove — defeitos apontados quando se discutiu se a cidade podia ser escolhida para sede da Universidade. Dialeto por certo resultante do fato de que só no decorrer do século dezoito, como se sabe, a língua portuguêsa tinha suplantado completamente o uso da língua da terra no planalto de Piratininga.[62] Ainda em 1698 em carta ao rei dizia Artur de Sá e Meneses que os provimentos de párocos para as igrejas de São Paulo deviam recair em padres que conhecessem a língua geral dos índios, porque a maior parte da gente não se "explicava" em outro idioma. Sobretudo as mulheres e os servos.[63] Sabe-se por exemplo que a avó de Francisco de Assis Vieira

---

[60] Tolstoi de Paula Ferreira, "Subsídios para a história da assistência social em São Paulo", *Rev. do Arquivo Municipal,* LXVII, págs. 22-23.

[61] Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes,* págs. 41-42.

[62] Sérgio Buarque de Holandâ, op. cit., pág. 13.

[63] Citado por Basílio de Magalhães, "Documentos relativos ao bandeirismo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo,* XVIII, págs. 331-332.

Bueno, filha do primeiro povoador de Mogi-Guaçu, o português Jacinto Nunes Pôrto — que teve escravatura indígena domesticada por êle — sabia e empregava na conversa muitas palavras da "língua da terra".[64] Uma porção de vocábulos de procedência tupi que se incorporaram definitivamente à língua falada em São Paulo, e alguns talvez à de todo o Brasil, foi citada por Teodoro Sampaio: os verbos moquear (assar a fogo lento), cutucar, embatucar, encoivarar, pererecar, e nomes como mundéu, arapuca, caiçara, tapera, caipira, tabaréu, moqueca, jirau, urupema, jacá, capoeira, capão, peteca, pereba, catapora, pipoca, canoa, cuia, mingau, tijuco, coivara, coroca, jururu e outros.[65]

O modo característico de falar e a menor polidez dos moradores de São Paulo em relação à Côrte ainda eram bem marcados em meados do século passado. O povo paulista é monótono por excelência, dizia Teodomiro Alves Pereira em 1861 em sua *Vida Acadêmica*: chilenas, bangüês, burros, padres, capas, mantilhas, lama, caipiras...[66] As moças paulistanas não se mostravam. Punham entre si e o mundo — notou o mesmo escritor — "a terrível muralha de um par de rótulas espessíssimas" e de lá tudo devassavam, "salvando sua casta individualidade dos olhares cobiçosos da mocidade".[67] Parece que algumas mulheres humildes — e não tanto as de famílias mais aristocráticas — se exibiam um pouco mais. É ainda do autor de *Vida Acadêmica* a observação de que era

---

[64] Francisco de Assis Vieira Bueno, *Autobiografia*, pág. 4.

[65] Teodoro Sampaio, "São Paulo de Piratininga no fim do século XVI", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo*, IV, pág. 257.

[66] Teodomiro Alves Pereira, *Vida Acadêmica*, II, pág. 31.

[67] Teodomiro Alves Pereira, op. cit., II, pág. 30.

muito comum ver-se em São Paulo "colocada em alto camarote, perfume nos cabelos, leque ao vento e namôro em cena, a dengosa cozinheira que em outros dias desconhecerias com o balainho debaixo do braço, ao voltar das compras para alguma república de estudantes"[68]. Por sua vez, falando de uma das jovens mais bonitas que moravam em seu tempo em São Paulo, dizia Álvares de Azevedo: "é uma estúpida que diz "Nós não sabe dançá proquê..."[69] Além da menor polidez, possìvelmente o menor trato, sobretudo em paralelo com a mulher da Côrte. O que provocou comentários desfavoráveis em mais de um observador em meados do oitocentismo, particularmente em relação aos dentes. Um dêles ainda o poeta Álvares de Azevedo, em uma carta de 1849 e no "Macário"[70]. Outro, ainda Teodomiro Alves Pereira, que focalizando em seu livro coisas de São Paulo em 1860 por várias vêzes se referiu aos dentes feios das mulheres.[71] "A paulista em geral tem maus dentes", chegou êle a escrever[72]. Sabe-se que nessa época se considerava eficaz para a conservação dos dentes e das gengivas passar por êles um pedaço de fumo, costume por isso generalizado entre as paulistanas.[73]

Ainda um fator de caracterização de São Paulo em face de outras cidades-grandes brasileiras — do ponto de vista da composição racial e de traços de cultura — foi a contribuição de espanhóis à formação da população do planalto. Isso desde os primeiros

---

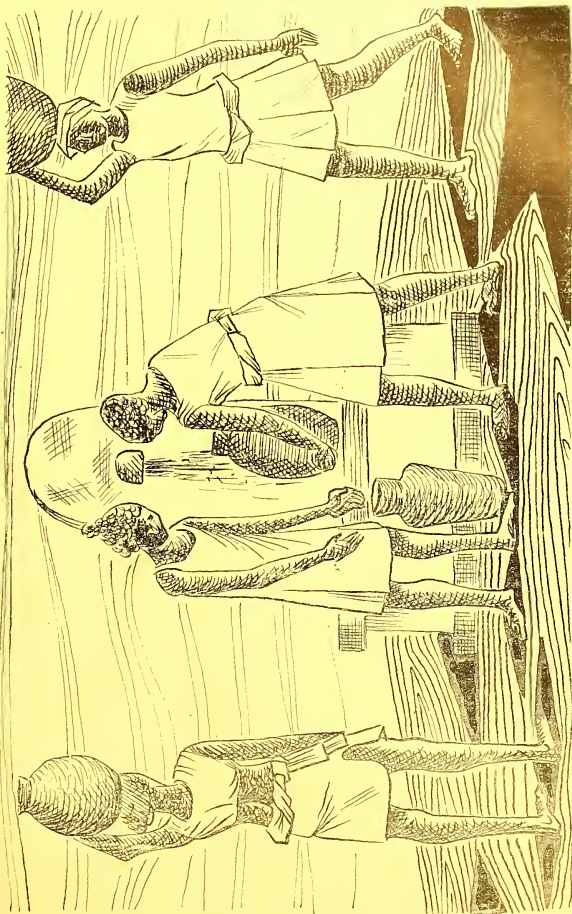
[68] Teodomiro Alves Pereira, op. cit., II, pág. 15.

[69] Álvares de Azevedo, op. cit., II, pág. 482.

[70] Álvares de Azevedo, op. cit., II, págs. 29 e 493.

[71] Teodomiro Alves Pereira, op. cit., I, pág. 19 e II, págs. 11 e 31.

[72] Teodomiro Alves Pereira, op. cit., II, pág. 31.

[73] Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes,* pág. 24.

1 — Negros com potes de barro em tôrno dos chafarizes, um aspecto comum às principais cidades brasileiras até meados do século passado.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

tempos e acentuadamente a partir de 1580, quando Portugal passou para o domínio da Espanha, falando-se então em São Paulo, ao lado da "língua geral", um português corrompido pelo castelhano.[74] Muita coisa, no caráter e nos costumes dos paulistas — observou o viajante Rugendas — pode ser explicada pela contribuição do sangue espanhol. Referia-se o desenhista alemão à simplicidade dos costumes paulistas e à ausência de luxo, mesmo entre as suas classes elevadas. E ainda ao fato de que entre os paulistas a música, a dança e a conversação substituíam o jôgo, que era um dos divertimentos principais em outros núcleos urbanos brasileiros, onde seguiam, nesse ponto, "os hábitos portuguêses e inglêses, ao passo que os paulistas conservaram as tertúlias da Espanha"[75]. Por outro lado Ferdinand Denis, referindo-se à província de São Paulo em tôrno de 1837, observou a semelhança de sua capital com certas cidades da Andaluzia.[76] Em parte talvez impressionado com os trajes das mulheres das classes mais abastadas, que usavam na época vestidos de sarja de Málaga e mantilhas de pano fino com largas rendas de retrós.[77] Traje pitoresco usado ainda em meados do século por algumas paulistas de distinção, no dizer de Bernardo Guimarães,[78] enquanto que "as escravas e as mulheres de baixa classe" usavam embrulhar a cabeça e os ombros em dois côvados de pano ou baeta "em que

---

[74] Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista,* pág. 25.

[75] João Maurício Rugendas, *Viagem Pitoresca Através do Brasil,* págs. 99-100.

[76] Ferdinand Denis, *Brasil,* I, pág. 340.

[77] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo," cit.

[78] Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pág. 119.

não andara nem tesoura nem agulha".[79] Ainda depois de 1860 o autor de *Vida Acadêmica* observava que a mantilha escura transformava a mulher paulistana "em uma familiar da Inquisição", mas que tinha a sua poesia e recordava a andaluza "no gesto, na volúpia, no acento e na beleza".[80] Rendas de mantilhas através das quais espreitavam olhos negros — como escreveu ainda em 1868 para a Bahia o poeta Castro Alves[81]. Havia aliás uma correspondência entre as mantilhas e as rótulas, finamente observada por Manuel Antônio de Almeida em suas *Memórias de um Sargento de Milícias*: "A mantilha para as mulheres estava na razão das rótulas para as casas: eram o observatório da vida alheia".[82]

Talvez aquela qualquer coisa de triste e taciturno ou de reservado que o viajante Zaluar e o senador Floriano de Godói surpreenderam na cidade em confronto com outras cidades brasileiras, no século passado, e que atribuíram à influência da educação jesuítica em relação ao caráter paulistano, possa antes ser explicada — além de pelo isolamento — pelo cruzamento étnico e cultural de portuguêses e castelhanos e sobretudo de brancos e índios, através do qual a sensibilidade mameluca embebeu as raízes piratininganas. Zaluar em 1860 dizia que São Paulo era uma cidade triste, monótona, quase desanimada. Que mesmo em seus dias de festa, em vez do riso jovial e franco, era taciturna e reservada. Conservava até então — explicou o cronista — em seus costumes e suas usanças tradicionais aquêle cunho de misteriosa

[79] Bernardo Guimarães, op. cit., pág. 147.
[80] Teodomiro Alves Pereira, op. cit., II, pág. 72.
[81] Castro Alves, op. cit., II, pág. 556.
[82] Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias*, pág. 55.

concentração "que os Jesuítas sabiam impor onde dominavam: não só ao povo como aos edifícios e — mais ainda — à natureza e ao próprio ambiente que os rodeava".[83] No fim do século passado o senador Floriano Godói escrevia que quem atentasse para os usos e costumes paulistanos sentiria um constrangimento tristonho no fundo da alma. "A educação doméstica modelada pelas épocas do govêrno de Franca e Horta, com sua moral cheia de desconfianças e irresoluções, mantém-se ainda a mesma como foi transmitida pelos educadores jesuíticos da velha Piratininga às famílias primevas. Por isso a mesma natureza da capital parece merencória e triste. No meio do ruidoso correr das carruagens, dos estrépitos atormentadores dos bondes, do sibilar retumbante das locomotivas e das fábricas, há qualquer coisa que melancòlicamente abraça-se ao espírito e parece que se está na solidão."[84] Afirmação no entanto talvez exagerada pelo fato de que Godói não gostava da capital de São Paulo e era defensor da idéia da criação da província do Rio Sapucaí, com o norte de São Paulo e o sul de Minas.[85]

Depois de meados do século passado o afluxo de emigrantes europeus em escala notável para a capital de São Paulo reforçaria mais ainda essa diferença de composição étnica entre sua população e a de outras cidades-grandes do Brasil, e introduziria traços culturais novos em Piratininga: nos costumes, nas relações sociais, na arquitetura da cidade. Já em 1895 era São Paulo uma cidade essencialmente cosmopolita:

---

[83] Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo,* págs. 137-138.

[84] Joaquim Floriano de Godói, *A Província do Rio Sapucaí,* págs. 115 e seguintes.

[85] Joaquim Floriano de Godói, op. cit.

em números redondos, de seus 130 mil habitantes, 71 mil eram estrangeiros e apenas 59 mil eram brasileiros. Dos estrangeiros, pequeno número de inglêses, de belgas e de suecos, cêrca de mil austríacos, de mil e cem franceses, de dois mil e quatrocentos alemães, de quatro mil e oitocentos espanhóis, de quinze mil portuguêses e de quase quarenta e cinco mil italianos.[86] A população da Paulicéia — observava em 1890 Raffard — é geralmente de origem estrangeira e fala quase tanto o italiano como o português.[87] Macola, um viajante italiano que visitou São Paulo alguns anos depois, ficou impressionado ao ouvir que se falava, se chamava e se imprecava, por tôda parte, "nos dialetos mais autênticos da Península".[88] Daí a impressão de espanto de um mineiro ao conhecer São Paulo em 1902: "Os meus ouvidos e os meus olhos guardam cenas inesquecíveis. Não sei se a Itália o seria menos em São Paulo. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões. Os maiores e mais numerosos comerciantes e industriais eram italianos. Os operários eram italianos".[89] Sousa Pinto, um jornalista português que estêve na cidade na mesma época, não conseguiu se fazer entender por vários cocheiros de tílburi, todos falando em dialetos peninsulares e gesticulando à napolitana. Escritas em italiano eram também as tabuletas de vários edifícios: "Encontra-

---

[86] Gustavo Koenigswald, *São Paulo* (álbum de 1895), págs. 13 e seguintes.

[87] Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéia", *Rev. do Inst. Geogr. e Etnog. Brasileiro,* vol. LV, II, pág. 159.

[88] Ferruccio Macola, *L'Europa alla conquista dell'America Latina,* pág. 384.

[89] Aureliano Leite, "De Américo Vespucci a Francisco Matarazzo", *Fôlha da Manhã,* São Paulo.

mo-nos a cogitar se por um estranho fenômeno de letargia em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à cidade do Vesúvio".[90] Depoimento ainda expressivo, alguns anos depois, o de Gina Lombroso Ferrero: "Ouve-se falar o italiano mais em São Paulo do que em Turim, em Milão e em Nápoles, porque entre nós se falam os dialetos e em São Paulo todos os dialetos se fundem sob o influxo dos vênetos e toscanos, que são em maioria".[91] Além de sua língua e seus dialetos, os imigrantes italianos influenciaram a cidade com muitas outras coisas. Na alimentação, com o maior consumo de massas, de vinho e de pão. Nas vendas paulistanas descobriu Gina Lombroso Ferrero em 1907 "montanhas de caixas de tomate siciliano e de massas napolitanas"[92]. E Sousa Pinto na mesma época, hospedado em um hotel da cidade, notava: "Ao jantar, servem-nos minestra e risoto — é a Itália, não há que ver, a Itália com arroz de açafrão e queijo ralado".[93] Também no vestuário se faz sentir a influência peninsular, observada já em 1890 por Raffard: trajes mais europeus, os do paulistano, que aquêles que tinham predominado em outras épocas.[94] Nas lojas viu a citada Gina Lombroso Ferrero que figuravam "todos os nossos algodões lombardos e nossos chapéus florentinos ou Alexandrinos".[95] À influência da imigração estrangeira para São Paulo — sobretudo à italiana — atribuiu por outro lado Raffard a implantação ou pelo menos

---

[90] Sousa Pinto, op. cit., págs. 333-334.

[91] Gina Lombroso Ferrero, *Nell'America Meridionale*, pág. 34.

[92] Gina Lombroso Ferrero, op. cit., pág. 34.

[93] Sousa Pinto, op. cit., pág. 335.

[94] Henrique Raffard, loc. cit.

[95] Gina Lombroso Ferrero, op. cit., pág. 34.

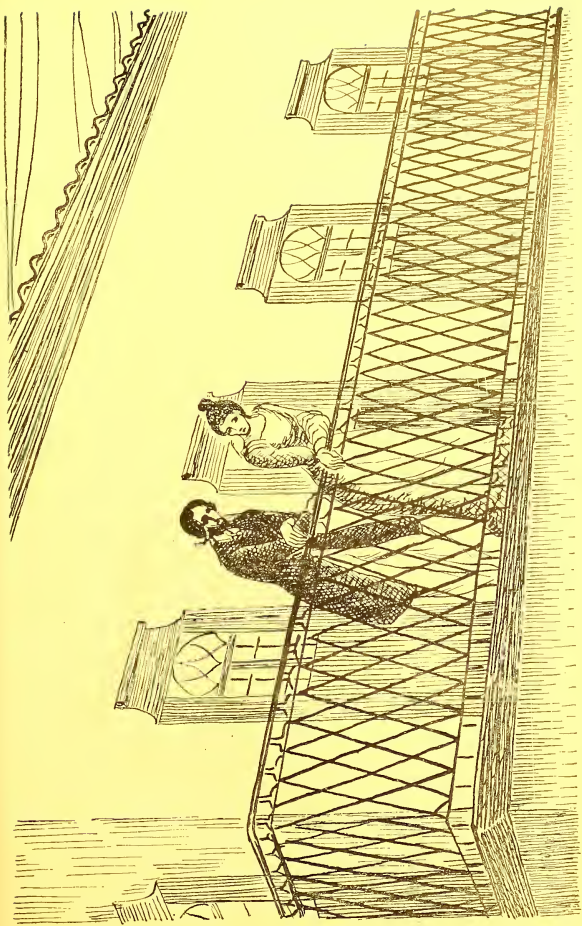
o desenvolvimento, entre os moradores da cidade, do espírito de economia e de previsão, e a de aceitação do ponto de vista de que a mulher pudesse se dedicar a outros serviços além dos caseiros.[96] De outra parte, segundo êsse cronista de São Paulo nos últimos anos do oitocentismo, "o elemento estrangeiro e sobretudo o italiano exerceu favorável influência sôbre a classe baixa da população paulistana, cujo nível intelectual se elevou, e algum efeito produziu também sôbre a classe média e mesmo a alta".[97] Muitas coisas italianas, por vêzes pitorescas, se introduziram na existência da cidade. Coisas que seriam evocadas — depois de sua decadência, naturalmente — por Antônio de Alcântara Machado em várias de suas crônicas: a banda musical dos Bersaglieri, a festa de São Vito, as comemorações do Vinte de Setembro, o Palestra Itália, os Garibaldinos. E também postas em destaque nas caricaturas de Voltolino e nas páginas de Juó Bananere.[98] Mas foi sobretudo em relação à arte de edificar e portanto à própria fisionomia da cidade que se verificou talvez a contribuição mais importante dos peninsulares que se fixaram na capital de São Paulo. Empreiteiros e arquitetos italianos construíram casas muito diferentes das que predominavam no passado, dando à cidade um aspecto mais europeu — assinalava Raffard — que o de qualquer outra cidade do Brasil.[99] "Não sei se proveniente de uma influência italiana — escrevia Sousa Pinto em 1905 — é certo que logo à primeira vista em São Paulo nos impressiona muito

---

[96] Henrique Raffard, loc. cit.

[97] Henrique Raffard, loc. cit.

[98] Antônio de Alcântara Machado, *Cavaquinho & Saxofone*, págs. 247-254.

[99] Henrique Raffard, loc. cit.

2 — A residência de famílias abastadas em sobrados localizados na zona central representou feição marcante da existência urbana brasileira em outros tempos.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

agradàvelmente o esmêro das construções".[100] Incorporando uma série de traços de cultura e de técnica italianas é claro que a cidade foi perdendo no entanto nos últimos tempos o caráter de italianidade que espantava os seus observadores nos primeiros anos dêste século. Mas alguma coisa ficou. "São Paulo tem alguma coisa de italiano — escrevia recentemente Gilberto Freyre — dentro do seu caráter português".[101]

Deve se recordar aqui, no entanto, que o imigrante não foi o único agente de europeização da cidade de São Paulo a partir de meados do século passado. "A invasão de estrangeiros e de costumes de fora na década de 1870 — obervou Richard N. Morse — foi facilitada por muitos fatôres de ordem econômica e tecnológica: riqueza do café, transporte regular por mar e terra, etc. Mas devemos enquadrá-la no contexto mais amplo de um padrão mental. Compreende-se a rapidez dessa cosmopolização como o resultado final de um período de gestação durante o qual a cidade vinha sendo gradual e psicològicamente orientada para receber em bloco os elementos da cultura européia".[102] A riqueza condicionada pelo café e a ligação ferroviária com a Côrte foram sobretudo elementos que contribuíram para romper o isolamento em que viveram, nos primeiros séculos, os moradores de Piratininga. O contacto com a Europa e com os Estados Unidos se fêz mais intenso. Não só o intelectual como o material. Além de bebidas alemãs e francesas tornaram-se comuns na cidade os medicamentos

---

[100] Sousa Pinto, op. cit., pág. 340.

[101] Gilberto Freyre, "O Paulista e o Catalão", *Correio Paulistano,* São Paulo.

[102] Richard N. Morse, *São Paulo — Raízes Oitocentistas da Metrópole,* pág. 474.

inglêses, competindo por certo com os remédios caseiros de origem cabocla. Artigos europeus de alfaiataria e de modas em geral. A Escola Americana abolindo os castigos corporais e anunciando métodos novos de ensino. E até a casa fotográfica de Vollsack — sucessor de Henschell — comprando na Alemanha, na Áustria, na Hungria e na Itália, as últimas novidades em máquinas de tirar retrato.[103] O fato é que através dêsse contacto com a Europa e com os Estados Unidos, aliado à incorporação de valores da técnica e da cultura européias trazidos pelos próprios imigrantes, e mais ao quadro natural em que a cidade se desenvolveu — menos marcado por côres tropicais que aquêles em que se formaram o Rio de Janeiro, Bahia ou Pernambuco — São Paulo, já nas últimas décadas do oitocentismo, exibia uma aparência um tanto européia. Mais européia, pelo menos, que a das outras cidades-grandes do Brasil também afetadas por um processo de europeização. Em 1885 o aspecto material da cidade era bastante agradável — segundo Lomonaco — "tanto mais que a sua colocação, o seu clima, o aspecto geral de suas construções e o grande número de forasteiros que a habitavam lhe davam um ar de cidade européia"[104]. O que eu via — notava na mesma época Lamberg referindo-se a São Paulo — me fazia lembrar por tal forma a Europa, que havia momentos em que não reconhecia os brasileiros aqui.[105] E em 1921 observava Charles Bernard: "São Paulo, mais ainda que o Rio, com suas ruas comerciais, seus imponentes palácios, sua animação intensa, dá a im-

---

[103] *Almanaque da Província de São Paulo para 1885,* pág. 609, e *para 1888,* págs. 89, 93, 94 e anúncios, págs. 17 e 28.

[104] Alfonso Lomonaco, *Al Brasile,* pág. 108.

[105] Maurício Lamberg, *O Brasil,* I, pág. 322.

pressão de uma grande cidade européia".[106] Outros viajantes e cronistas estrangeiros de fins do século passado e dos primeiros anos dêste século não se contentaram no entanto em caracterizar certos aspectos da cidade como vagamente europeus. Aproximavam ou filiavam êsses traços, mais precisamente, à Itália, à França, à Bélgica, à Inglaterra, ao próprio Portugal. Assim D'Atri, em 1895, dizia que o vaivém dos paulistas à capital da França, as relações comerciais e financeiras com êsse país, a própria tendência ao gôsto francês no vestir, no comer, na educação física e um bocado também na moral, faziam de São Paulo um pedaço de Paris.[107] Domville-Fife, em 1910, escreveu que passeando pela avenida Tiradentes, com sua fileira de árvores e suas carruagens, flanqueada por casas e mansões, imaginou-se em Paris; na rua de São Bento e no largo do Rosário, recebia sugestões de Londres; e aproximando-se do distrito do Tietê — "o East End de São Paulo" — julgava-se entre as docas de Lisboa ou do Pôrto.[108] Alguns anos mais tarde Paul Adam achava que o centro da cidade, com suas ruas estreitas atulhadas de bondes e automóveis, seus edifícios e seus magazines limpos, fazia alarde de certos aspectos de Londres.[109] E ainda o italiano D'Atri, escrevendo de novo sôbre a cidade em 1918, notava que como os paulistas eram "assimiladores perspicazes" resultava que em sua capital se via um pouco de tudo o que êles tinham visto nas capitais

---

106 Charles Bernard, *Où dorment les atlantes — Paysages bresiliens,* pág. 90.

107 Alessandro D'Atri, *Uomini e cose del Brasile,* págs. 222-223.

108 Charles W. Domville-Fife, *The United States of Brazil,* pág. 207.

109 Paul Adam, *Les Visages du Brésil,* pág. 124.

europeias: "muito de Paris, um pouco da Roma moderna, algumas impressões de Londres e de Bruxelas, as linhas direitas de Turim e, nos bairros populares, muito de Nápoles".[110]

A enumeração dos fatôres que marcaram com traços próprios e característicos a cidade de São Paulo, em face de outras cidades-grandes do Brasil, não deve fazer com que a gente esqueça porém o que existe nela de brasileiro. Do ponto de vista histórico sabe-se que tôdas elas — São Paulo e as outras cidades que hoje podem ser chamadas de cidades-grandes do Brasil — ostentaram aspectos comuns em suas habitações e em seus jardins, no traçado de suas ruas e de seus pátios, nos seus estilos de indústria e de comércio, nos seus sistemas de abastecimento e de iluminação, na sua existência marcada pela presença dominadora das igrejas, dos conventos e das procissões. As mesmas casas "feias e fortes" da tradição portuguêsa na América, com rótulas e muxarabiês mais cedo ou mais tarde substituídos por vidraças e sacadas, no próprio centro, onde se localizavam as residências aristocráticas. Ou os sobradões expressivos da mesma sociedade patriarcal e escravocrata, com alojamentos para cativos, poço e cavalariças no quintal, com os mesmos jardins meio-selvagens e esparramados e as árvores se derramando pitorescamente sôbre os muros. As mesmas casas de chácara, nos arredores, com seus portões de ferro e seus bichos de louça por cima dos pilares. E só mais tarde os seus solares de linhas monumentais e ainda depois o seu "carnaval arquitetônico". Os mesmos quarteirões irregulares, cortados por becos sombrios e ruas estreitas e tortuo-

---

110 Alessandro D'Atri, *L'Etat de São Paulo et le renouvellement economique de l'Europe,* pág. 189.

sas, pavimentadas com pedras desiguais e depois macadamizadas. Os mesmos pátios pelados ou apenas revestidos de relva, diante de algumas igrejas, e os mesmos jardins públicos cercados de grades de ferro, em cujos coretos tocavam as bandas de música. Os mesmos chafarizes com canos embutidos em carrancas de pedra, em tôrno dos quais se aglomeravam os negros com seus potes de barro. As mesmas negras vendendo em tabuleiros pelas ruas bugigangas e quitutes, e os mesmos carregadores em grupo, transportando cargas pesadas e correndo ao compasso de músicas africanas. As mesmas modistas e os mesmos cabeleireiros franceses. Os mesmos técnicos europeus dirigindo seus primeiros serviços de ligações ferroviárias, de aperfeiçoamento de canalização de água e esgotos, de sistemas mais modernos de iluminação pública. As mesmas igrejas que governavam os vivos — através de seus toques de sino — e onde se enterravam os mortos. Os mesmos conventos soturnos, edificados em elevações, que se converteram em academias, em palácios, em repartições do govêrno. Os mesmos irmãos das Ordens Terceiras caminhando de suas casas para os templos revestidos de hábitos religiosos e debaixo de um enorme guarda-sol. As mesmas procissões suntuosas como a do Corpo de Deus acompanhadas por São Jorge a cavalo ou a dos Passos, com o Farricoco na frente, estacionando nos "passos" iluminados e floridos ou ondulando pelas ruas atapetadas de fôlhas e de flôres, com os becos onde não houvesse "casas místicas" fechados por palmeiras. As mesmas romarias para afugentar as epidemias e as sêcas. As mesmas danças de bugres ou de negros em dias de festa religiosa. E as mesmas crendices de origem cabocla ou africana vivendo ao lado da crença oficial.

Lâmpada de azeite —
Epoca da mineração

PRIMEIRA PARTE

ARRAIAL DE SERTANISTAS

1554-1828

Na fase histórica que a gente podia delimitar aproximadamente entre os anos de 1554 e 1828 São Paulo (de primeiro São Paulo do Campo ou São Paulo de Piratininga) mais do que outra coisa qualquer foi uma espécie de arraial de sertanistas. Mais do que um entreposto comercial no jeito das feitorias da costa. Mais do que um núcleo urbano no sentido clássico da expressão.

Não podia ser de outra forma. A sua fundação — proeza quase miraculosa, como escreveu Sílvio Romero, pois era "fato excepcional em pleno século dezesseis"[1] — marcou o começo de uma fase nova no povoamento da América pelos portuguêses, até então e em outras regiões até muito depois arrranhando as praias como caranguejos, na tão repetida comparação do velho cronista. Deve-se recordar que quando os primeiros povoadores vieram se estabelecer nos campos de Piratininga[2] havia na capitania vicentina

---

[1] Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira,* tomo I, pág. 267.

[2] Numerosos trabalhos têm sido publicados, sobretudo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* sôbre a provável localização de Santo André da Borda do Campo e sôbre a possível existência de uma aldeia nos campos de Piratininga anteriormente à fundação de São Paulo. Entre outros autores, escreveram em tôrno dêsses assuntos Azevedo

apenas três povoações que já tinham a categoria de vila: São Vicente, fundada em 1532, Santos em 1539 e elevada a vila em 1545, e Santo André da Borda do Campo, que teve foral em 1553. Itanhaém, começada em 1549, só em 1561 seria elevada àquela categoria.[3] Entretanto a origem da povoação de São Paulo e os seus primeiros impulsos obedeceram a objetivos religiosos — os de catequese — e ela foi por isso de forma acentuada, durante alguns anos, uma espécie de aldeamento de padres e de índios Padres e índios que deixaram a marca de suas experiências nas primeiras edificações, nos primeiros arruamentos, na própria escolha do sítio em que ela se estabeleceu.

A primeira impressão que dos campos de Piratininga deviam ter tido os "soldados de Jesus" foi imaginada por Afonso Arinos em uma página de suas *Lendas e Tradições Brasileiras*: "A largueza e doçura do ambiente, para quem vinha da baixada marinha,

---

Marques *(Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo)*, Teodoro Sampaio ("São Paulo no Tempo de Anchieta" e "A Fundação da Cidade de São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* vol. X, pág. 524), Afonso A. de Freitas (*Tradições e Reminiscências Paulistanas,* págs. 131 e seguintes), Gentil de Assis Moura ("Santo André da Borda do Campo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* vol. XIV, pág. 3), Batista Pereira ("A Cidade de Anchieta" e "Piratininga no século XVI", *Rev. do Arquivo Municipal,* vols. XXIII, pág. 1 e XLIII, pág. 53), Nuto Santana (*São Paulo Histórico,* vol. V, págs. 263 e seguintes), padre Serafim Leite (*Páginas de História do Brasil*) e Tito Lívio Ferreira ("A propósito da fundação da Cidade de São Paulo", *Rev. do Arquivo Municipal,* vol. CXL, pág. 27).

[3] Antônio de Toledo Piza, "A Igreja do Colégio da Capital do Estado de São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. Geog. e Etnog. Brasileiro,* vol. 59, II, pág. 57.

apertada e quente, vencendo o trilho alpestre do Cubatão" era "a de um Campos Elíseos onde reinava a primavera eterna, com as suas águas límpidas e abundantes, as suas sombras e os seus variados frutos".[4] Os Jesuítas aliás em terras do Novo Mundo costumavam se estabelecer assim: "sôbre eminências onde as maravilhas da natureza, desdobrando-se em um horizonte vasto diante do espectador maravilhado fizessem com que êle elevasse o pensamento até o Criador", como observou Saint-Hilaire referindo-se ao local em que êles edificaram o colégio piratiningano.[5]

Tudo indica porém que a escolha do sítio de São Paulo obedeceu antes de mais nada a razões de defesa. E comparado com o de Santo André da Borda do Campo, a razões de abastecimento mais fácil. A carta de Jorge Moreira — um dos primeiros povoadores de São Paulo — dizia: "E assim mandou que a vila de Santo André, onde antes estávamos, se passasse para junto à casa de São Paulo, que é dos padres de Jesus, porque todos nós lhe pedimos por uma petição, assim por ser lugar mais forte e mais defensável e mais seguro assim dos contrários como dos nossos índios, como por outras coisas que a êle e a nós moveram".[6] Essas outras coisas talvez se prendessem ao fato de que — como escrevia Nóbrega em 1557 — em Santo André da Borda do Campo os colonizadores não tinham nada mais do que farinha, não podiam contar com o peixe do rio, que passava a

[4] Afonso Arinos, *Lendas e Tradições Brasileiras,* pág. 89.

[5] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de S. Paulo,* pág. 26.

[6] Citado por Gentil de Assis Moura, "Santo André da Borda do Campo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* vol. XIV, pág. 21.

três léguas de distância e não dispunham nem de lugar conveniente para as suas criações.[7]

Mas é fora de dúvida que o estabelecimento da casa dos padres da Companhia foi fator bastante decisivo na fixação dos moradores, chegando Nóbrega a afirmar que sem ela não só São Paulo como tôda a capitania de São Vicente correria o risco de se despovoar.[8] O colégio é que fixava na terra "moradores fáceis em mudar de pouso".[9] Êsses moradores fáceis em mudar de pouso — índios de várias tribos — tinham suas habitações nas vizinhanças do Colégio dos Jesuítas e formaram nos primeiros tempos a maioria da população de São Paulo de Piratininga.[10] A povoação teve assim em seus anos primitivos um colorido fortemente indígena.

Caráter que logo se atenuaria, não só em conseqüência daquele conhecido desassossêgo dos selvagens, como da afluência cada vez maior de povoadores brancos. Os índios — escrevia em 1557 o jesuíta Luís da Grã — quando envelheciam as suas casas, mudavam-se. E essas casas duravam apenas três ou quatro anos. "Assim foi nesta aldeia", dizia êle referindo-se a Piratininga.[11] Sobretudo quando se verificou na povoação concorrência maior de portuguêses, muitas vêzes ocupando terras pertencentes aos moradores primitivos — e isso ocorreu mais

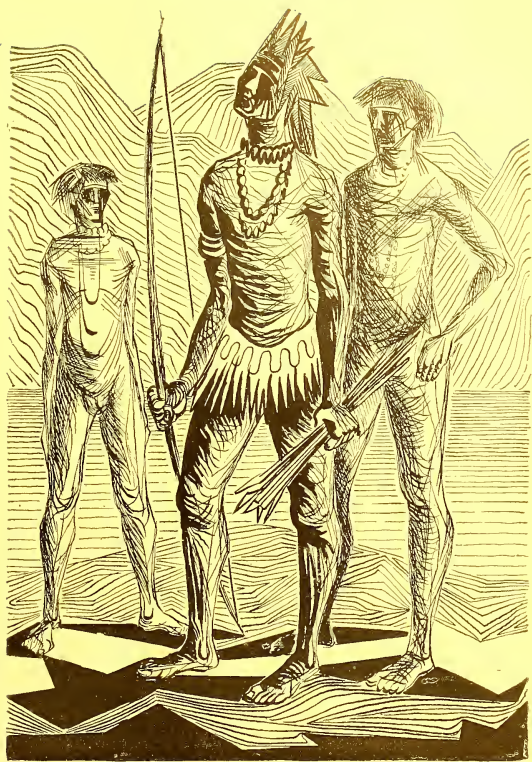
---

[7] Citado pelo padre Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 70-71.

[8] Padre Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 70-71.

[9] Padre Serafim Leite, *Páginas de História do Brasil*, pág. 49.

[10] Teodoro Sampaio, *São Paulo no Tempo de Anchieta*, págs. 32-33.

[11] Citado pelo padre Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 182-183.

3 — Índios. A povoação piratiningana teve em seus anos primitivos de existência um colorido fortemente indígena.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

pronunciadamente em tôrno de 1560 — muitos índios abandonaram São Paulo indo se situar em duas aldeias que então se edificaram em suas proximidades: Nossa Senhora dos Pinheiros, a sudoeste, e São Miguel a nordeste.[12] É que os guaianases e demais bugres começaram a se sentir constrangidos no meio dessa nova população de Buavas — que era como êles chamavam aos europeus em geral ou aos homens brancos que subiam da marinha para o planalto então à bôca do sertão.[13]

Êsses colonizadores brancos, com os índios que permaneceram em São Paulo e com os mamelucos já resultantes dos primeiros cruzamentos ocorridos na capitania, davam uma feição nova à povoação. Anos depois escrevia Gandavo no seu *Tratado* falando da capitania de São Vicente: "Pela terra dentro dez léguas edificaram os padres uma povoação entre os índios, que se chama O Campo, na qual vivem muitos moradores, a maior parte dêles são mamelucos filhos de portuguêses e de índias da terra".[14] Com essa nova população e êsse novo caráter a povoação superava os objetivos que haviam representado o impulso de sua fundação: a conversão do gentio pelos Jesuítas. Mas a sua localização, longe do mar e em planalto de clima temperado, fora da área em que os colonizadores fundaram as grandes culturas de canas de açúcar no Brasil, não permitiria que ela se assemelhasse às localidades estabelecidas no litoral do nordeste, cuja fartura e prosperidade tive-

---

12 Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo*, pág. 112 e Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 215 e 216.

13 Teodoro Sampaio, op. cit., págs. 40-41.

14 Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, pág. 37.

ram como fundamento a sua qualidade de entrepostos comerciais.

A carência de recursos deu mesmo a Piratininga certos tons de originalidade. Em conseqüência da dificuldade de contacto com o Reino e de receberem panos e outras mercadorias vestiam-se os paulistanos — ainda em 1585, por ocasião da visita de Fernão Cardim — "de burel e pelotes pardos e azuis, de pertinas compridas, como antigamente se vestiam". Aos domingos iam à igreja "com roupões ou bérneos com cacheira sem capa".[15] Homens e mulheres se trajavam de pano de algodão tinto e "se havia alguma capa de baeta e manto de sarge — diria Frei Vicente do Salvador — se emprestava aos noivos para irem à porta da igreja".[16] Só depois da visita de Dom Francisco de Sousa em 1599 — escreveu o mesmo cronista — vendo suas galas e de seus criados e criadas "houve logo tantas librés, tantos periquitos e mantos de soprilho que já parecia outra coisa..."[17] Mas o que vinha do Reino ainda valia muito, como se dizia em uma ata da Câmara em 1601.[18] A verdade é que com sua gente bastante mestiçada ostentando essas roupas pobres e antiquadas — em relação à metrópole ou às povoações litorâneas — movimentando-se em ruas estreitas e tortuosas, cercadas de casas de taipa de abas enormes e um ou outro edifício conventual esparramado nos pontos extremos da elevação, com os fundos dando para barrocas, São Paulo do Campo devia ter nessa época e por longos anos ainda, aos olhos dos que chegavam da Europa ou mesmo do

---

15 Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, págs. 313-314.

16 Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 382.

17 Frei Vicente do Salvador, op. cit., pág. 382.

18 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, II, pág. 89.

litoral do Brasil, alguma coisa assim de pequena localidade hindu edificada no alto das montanhas.

Fugira Piratininga até à regra dominante na formação das povoações brasileiras do quinhentismo. Essas — como Salvador, o Rio de Janeiro, mesmo São Vicente — lembrou um escritor que tiveram sua origem subordinada a um programa elaborado em Lisboa. A disposição e o aspecto dos edifícios, a orientação das ruas — tudo obedecia a planos traçados desde o início e cujo cumprimento cabia ao poder municipal[19]. São Paulo, ao contrário, se originou de um colégio de padres da Companhia congregando aldeamentos de índios e só depois incorporando povoadores brancos e mamelucos em quantidade maior. Não se pode no entanto exagerar o alcance dêsses fatôres locais. Pois é evidente que embora êles marcassem com alguns contornos próprios a fisionomia da localidade — ainda no próprio século dezesseis, com seu foral de vila e suas instituições municipais idênticas às das outras povoações da América Portuguêsa — ela se entrosaria até certo ponto no ritmo geral.

De outra parte a formação de São Paulo, como escreveu Luís Saia, não obedeceu nem ao tipo clássico — formação em tôrno da igreja, do mercado e da casa de administração (a sua Casa da Câmara, no quinhentismo e no seiscentismo andou sempre funcionando em prédios alugados de particulares, o que é bem significativo) — nem ao chamado tipo ipodâmico: criado na base do reticulado e empregado largamente no Brasil.[20] Nunca apresentou São Paulo nada de

---

19 Edmundo Zenha, *O Município no Brasil,* pág. 25.

20 Luís Saia, *Fontes primárias para o estudo das habitações, das vias de comunicação e dos aglomerados humanos em São Paulo no século XVI,* págs. 3 e 4.

parecido com aquêle esquema que faria mais tarde Hércules Florence dizer que ver um povoado do Brasil era ver todos êles: uma praça oblonga, com a igreja e a cadeia nos lados estreitos e mais uma ou duas ruas de cada lado, traçadas a cordel.[21] Não se formou a povoação do planalto nem obedecendo ao tipo clássico nem na base do reticulado. Mas de forma espontânea — se se pode dizer assim — dando em resultado nos primeiros tempos um curioso tipo de aglomeração: povoação de residência transitória para a maioria de seus moradores principais, que nela mantinham casa apenas para tratarem de algum negócio ou então para passarem os domingos e dias de procissão. Dessa situação se encontram nas atas de sua Câmara muitos testemunhos. Em 1609 os oficiais resolveram reunir-se apenas uma vez por mês "por estarem muito longe uns dos outros e desta vila"[22]. Em 1620 falava-se de oficiais que viviam cinco ou seis léguas da povoação "virem a ela sem necessidade a fazer câmara".[23] E em 1628 uma ata dizia expressivamente: "... por esta vila ser de homens nobres e honrados, e viverem de suas roças e lavouras em que todos se ocupam a mor parte do ano, ficando a vila deserta..."[24]

Entretanto a posição geográfica da vila, a porcentagem notável de mamelucos em sua população, a pobreza de seus recursos econômicos dentro do regime de exploração comercial do Brasil instituído pela Metrópole — foram todos êles fatôres que concorreram e se fundiram para produzir aquêle fenômeno que sobretudo a partir da época seiscentista influiria

---

[21] Hércules Florence, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*, págs. 148-149.

[22] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, II, pág. 241.

[23] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, II, pág. 449.

[24] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, III, pág. 301.

A PARTIDA DA BANDEIRA

(Reprodução fotográfica do mural de CLOVIS GRACIANO que orna a entrada do novo edifício do jornal *O Estado de São Paulo*. Por especial gentileza da direção do grande matutino paulista).

marcadamente sôbre o próprio destino da povoação: o bandeirismo. O arraial foi com o tempo se enfraquecendo com a partida das suas expedições sertanistas, embora sua Câmara vivesse hesitando — observou Taunay — entre duas correntes de opinião: aquela favorável à facilitação dessas entradas, de onde derivaria quantidade maior de negócios no grande mercado de escravos que era a vila; e aquela que se opunha a essas expedições que levavam ao seu despovoamento.[25] São Paulo não era uma vasta povoação que como as antigas cidades da Grécia — diria um cronista — espalhasse o excesso de uma população por demais considerável sôbre regiões desertas[26]. Sendo o quartel-general das entradas — a ponto de ter sido proposta, já em 1632, pelo vice-rei do Peru, Conde de Chinchon, a sua destruição, "pelos muitos crimes que tinha cometido"[27] — ela própria se despovoava e se enfraquecia, apesar de ostentar por exemplo na segunda metade do século dezessete algumas edificações mais avantajadas que as dos tempos primitivos — o que se tornava possível exatamente pelo acúmulo de fortunas em mãos dos traficantes de escravos índios.

O fenômeno foi se acentuando, no entanto, em todo o decorrer do seiscentismo. Havia moradores que abandonavam tudo para se enfiarem pelo sertão à procura de índios, de esmeraldas, de ouro. Ao findar o século dezessete a antiga capitania de São Vicente já entrava em uma fase bem visível de empobrecimento.[28] E a vila de Piratininga, talvez de forma

---

[25] Afonso de E. Taunay, *São Paulo no século XVI*, pág. 181.

[26] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 33.

[27] Citado por Paulo Prado, *Paulística*, pág. 30.

[28] Paulo Prado, op. cit., pág. 133.

ainda mais acentuada que outras localidades. Bem significativo do processo que levou a essa decadência foi o depoimento do ouvidor-geral sindicante, quando em 1679 escrevia em sua correição relativa ao lançamento do donativo real, que a relação de contribuintes tinha de ser modificada pois havia sido feita em um tempo em que a vila tinha mais moradores "dos quais muita parte se passava para as vilas circunvizinhas".[29] Não é de estranhar por isso que Itu, Parnaíba e mesmo Sorocaba disputassem com São Paulo a primazia do prestígio econômico e social no "país dos paulistas". E que Taubaté, com a sua casa de fundição, lhe fizesse sombra[30]. Um reflexo dessa situação seria assinalado recentemente por um historiador do mobiliário artístico dos tempos coloniais: "Encontramos em Itu, Sorocaba e Taubaté — escreveu José de Almeida Santos — sinais de maior vigor social, representado pelo seu mobiliário com atributos de mérito artístico... enquanto que para São Paulo pouca coisa cabia, devido à sua importância, a qual se resumia em ser o centro de preparação das bandeiras".[31]

Veio então o esgotamento. O próprio espírito de liberdade e de aventura de seus moradores cedia lugar — no ocaso dessa primeira fase sertanista — a um período de vida sedentária e ao gôsto pelo confôrto, conseqüente a algumas fortunas acumuladas. O govêrno de Rodrigo César de Meneses — já no comêço do século dezoito — observou Washington Luís que

---

[29] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 334.

[30] Machado d'Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822,* pág. 109, e Washington Luís, *Capitania de São Paulo,* pág. 13.

[31] José de Almeida Santos, *Mobiliário Artístico Brasileiro,* págs. 67-68 e 128.

4 — Sertanistas. A vila de São Paulo foi o centro de preparação das bandeiras que desbravaram o sertão.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

marcou a época de transição entre a vida antiga de liberdade rude e a vida nova amolecida pela riqueza. Depois dêsse govêrno "não havia mais Paulistas, mas apenas Capitania de São Paulo".[32] Alterou-se até certo ponto a fisionomia da cidade — São Paulo passou à categoria de cidade em 1711 — sobretudo em conseqüência das modificações administrativas e sociais resultantes das descobertas de ouro em Cuiabá. Refletiu-se a partir dêsse momento, particularmente em relação à capitania de São Paulo e sua capital, aquêle interêsse que desde a descoberta de importantes jazidas auríferas a Metrópole demonstrou pelo Brasil, seguido de uma política de opressão administrativa e de restrições econômicas.[33] Criado em São Paulo um govêrno separado do de Minas, com assistência permanente na cidade de um delegado régio, a capitania entrava no regime comum às demais unidades dependentes do Estado do Brasil. Uma imigração numerosa de habitantes do Reino — observou Washington Luís referindo-se à primeira parte do setecentismo — conhecedores dos direitos do rei e das obrigações dos vassalos, entrava em larga escala insinuando-se em tôdas as camadas como fôrça ponderadora a estabelecer o equilíbrio na capitania, a dar uma nova fisionomia, a formar por assim dizer uma nova sociedade.[34] Mas imigração de que participavam elementos de tôda espécie, a ponto de causar inquietação ao próprio Rodrigo César de Meneses, que tomava medidas a respeito e se queixava como se pode verificar por êste trecho de um seu bando: "Por me constar que nesta cidade estão algumas pessoas

---

[32] Washington Luís, op. cit., págs. 19 e 165.

[33] Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, págs. 64-65.

[34] Washington Luís, op. cit., pág. 62.

que chegaram a ela depois de eu ter tomado posse dêste govêrno sem me darem parte; e que todos os dias estão entrando nela várias pessoas que vêm dos sertões desta capitania sem me participar essa notícia, sendo contra o estilo observado e praticado nas cidades e praças do Brasil..."[35]

As descobertas de ouro representaram de início um fator negativo para São Paulo. Paralisou-se o pouco que havia de atividade pastoril, extraviando-se os rebanhos. Não sobrava gente para rotear as terras.[36] A emigração contínua para as zonas auríferas — como ocorrera no seiscentismo com a caça ao bugre — fêz com que se despovoassem de forma sensível, sobretudo a partir de meados do setecentismo, a cidade e a capitania. Por outro lado o seu comércio sofreu abalo violento com o desequilíbrio dos preços de gêneros causado pela mineração.[37] A situação ainda se agravou em conseqüência da medida tomada em 1758 pelo Marquês de Pombal, libertando da escravidão os indígenas, sôbre cujos braços assentava em boa parte a riqueza paulista da época. Os capitães-generais de modo geral quando não tratavam de desfrutar a riqueza das minas — ou de mandar pássaros e outros bichos caçados pelos índios (onças pardas, antas e guaiases) para as coleções de Sua Majestade[38] — pensavam em animar apenas o espírito

---

[35] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XII, pág. 10.

[36] Machado d'Oliveira, op. cit., págs. 144-146.

[37] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII,* tomo 3, pág. 157.

[38] Leiam-se, a propósito, os *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXIII, pág. 153, e XLIII, págs. 153 e 228.

militar dos paulistas, fazendo reviver sob os moldes novos o senso de aventura que caraterizara o bandeirismo. "Consegui diminuir-lhes — dizia Botelho Mourão em carta de 1767 — o horror ao nome de soldados, facilitei-lhes as comodidades desta profissão, fiz-lhes ver a estimação e honra dela, e consegui levantar seis corpos de milícias, quatro de infantaria e dois de cavalaria... e nesta cidade, todos os domingos componho por minha própria mão os soldados nas fileiras, mostrando-lhes algumas vêzes o passo da marcha, outras o manejo da arma, a fim de lhes tirar a vergonha de as tomarem e manejarem em público".[39] Mas com todos êsses brilhos representados pelos exercícios militares, a cidade era na época uma desolação. Nem se viam mais aquelas casas opulentas existentes no comêço do setecentismo, pertencentes a homens que se tratavam "com grandeza e estimação à lei da nobreza".[40] São Paulo estava com pouco menos de

---

[39] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXIII, págs. 119-120. O historiador Machado d'Oliveira mostrou como o morgado de Mateus soube fazer "reviver nos paulistas o prurido da lida nas matas, de que apenas tinham leves recordações". "Nesse remanso de idéias, quando havia ensejo de receber a capitania um impulso benéfico da parte do govêrno da metrópole se o seu pensamento não fôra absorvido pela ambição de fruir as riquezas do país, instituindo estabelecimentos de instrução, promovendo a sua agricultura, e introduzindo alguns ramos de indústria, para ficar independente de objetos insignificantes e ninharias, que dali lhe vinham em troca do seu ouro, foi que suscitou-se-lhe o gôsto por aventuras, que ainda se não achava de todo extinguido". (Machado d'Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822,* pág. 149).

[40] Afonso de E. Taunay, *Sob El Rei Nosso Senhor,* pág. 298.

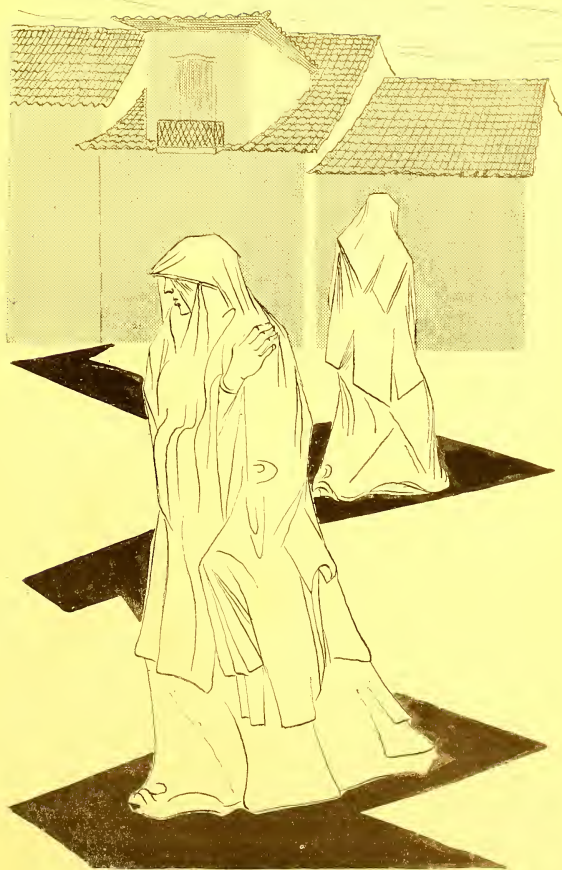
quatrocentos fogos[41]. Seus moradores — como escreveu Caio Jardim — mesmo os poucos fidalgos a que restassem alguns cabedais, viviam esparsos pelas redondezas em chácaras e sitiocas, entregues a misteres obscuros, no mais das vêzes modorrando numa indolência de vencidos, que tornou falada a "preguiça paulista" dêsse tempo[42]. As mulheres — no dizer de Martim Lopes, em 1775 — "rebuçadas em dois côvados de baeta preta assim como se cortavam nas lojas, e com chapéus desabados na cabeça; e dêste modo, com as caras tôdas tapadas, tanto nas ruas como nas igrejas, se precipitavam muitas a entrarem até de dia em casas de homens..."[43] Foi aliás êsse capitão-general quem, desejando estabelecer algum ramo de comércio na capitania, "por ser inteiramente destituída dêle", entrou "a animar alguns sujeitos do subúrbio desta cidade a que fabricassem o anil".[44] Iniciativas como essa porém não tinham fôrça para alterarem a situação quebrando a rotina representada pelos pequenos gêneros tradicionais de atividade. Ainda na penúltima década do setecentismo, em seu "Divertimento Admirável", escrevia Cardoso de Abreu que os habitantes, sobretudo os da cidade, viviam de vários negócios. Uns indo a Viamão buscar tropas de cavalos e rebanhos de vacas para venderem

---

[41] Ofício do governador Mourão, citado por Antônio de Góis Nobre, *Esbôço Histórico da Real e Benemérita Sociedade Portuguêsa de Beneficência em São Paulo,* I, págs. 11-12.

[42] Caio Jardim, *A Capitania de São Paulo,* pág. 26.

[43] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXVIII, págs. 42-43.

[44] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XLIII, pág. 225.

5 — Mulheres "rebuçadas em dois côvados de baeta" eram vistas nas ruas e nas igrejas paulistanas, segundo uma referência de 1775.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

em São Paulo ou nas Minas. Outros negociando já com açúcar e com panos de algodão[45].

Mas de modo geral a agricultura continuava mal. Nas suas reflexões sôbre a situação dela, quase em fins do século dezoito, Arouche de Toledo Rendon escrevia que o lavrador paulista trabalhava três meses por ano. Eram tão vadios os trabalhadores da roça na capitania de São Paulo — dizia êle — que "para haverem de trabalhar dois ou três meses no ano" era preciso "serem conduzidos como para a folia e não para o trabalho".[46] E em 1792 Frei Gaspar da Madre de Deus, o historiador, perguntava em carta ao governador Lorena: "Mas para que recordar o comércio e agricultura dos tempos mais antigos, se não ignoro que por espaço de quase dois séculos não se fêz açúcar algum nesta capitania; que cessou totalmente a navegação para Angola e que acabou o comércio com o Reino, por falta de frutos que se transportassem?"[47] Situação que o ouvidor Marcelino Pereira Cleto, através da sua "Dissertação", propunha que se remediasse transferindo-se a capital da capitania para Santos, e fomentando-se a navegação direta entre êsse pôrto e a Metrópole[48].

Entretanto a própria "mineração" havia de trazer indiretamente conseqüências favoráveis para a capitania e depois a província de São Paulo. As transformações provocadas pelo ciclo brasileiro do ouro determi-

---

[45] Manuel Cardoso de Abreu, "Divertimento Admirável", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, VI, págs. 253 e seguintes.

[46] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XLIV, págs. 196-197.

[47] Citado por Afonso de E. Taunay, *Ensaios de História Paulistana*, pág. 93.

[48] Afonso de E. Taunay, *Escritores Coloniais*, pág. 164.

naram aos poucos o deslocamento do eixo econômico da Colônia, do nordeste para o centro-sul, transferindo-se a própria capital do Brasil para o Rio de Janeiro em 1763. E a necessidade de abastecer a população concentrada nas minas e na nova capital estimulou as atividades econômicas da população, inclusive em São Paulo[49]. Já em seu relatório de 1797 Bernardo José de Lorena apontava os primeiros sinais dêsse lento ressurgimento econômico, dizendo: "A agricultura acha-se em um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que acabou a preguiça de que geralmente era acusada a capitania de São Paulo". E passava a falar da produção de açúcar de Itu, de Piracicaba, de Sorocaba, de Campinas, de Jundiaí, de Araraitaguaba e mesmo de Ubatuba e de São Sebastião[50]. Outro grande ramo de comércio desta capitania — acrescentava êle — é o das bêstas, cavalos e bois que vêm de Viamão e passam pelo Registro de Curitiba, onde pagam os direitos a Sua Majestade, e desta capitania se vendem para as confinantes com grandes lucros.[51] De fato, referindo-se ao comêço do século seguinte Eschwege observava que os habitantes de São Paulo, em virtude da proximidade dos portos de mar (comparando com os de Minas), obtinham maior lucro com a agricultura do que com a mineração, e principalmente com o plantio da cana de açúcar[52]. Já em fins do século anterior São Paulo figurava aliás como exportador de açúcar, embora com as suas modestas mil caixas anuais, quando a Bahia exportava vinte mil,

---

[49] Caio Prado Júnior, op. cit., pág. 73.

[50] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XV, pág. 124.

[51] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XV, pág. 126.

[52] Von Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, I, pág. 33.

Pernambuco catorze e o Rio nove[53]. A situação em São Paulo se tornou mais favorável com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional em 1808. As relações comerciais e a navegação de cabotagem da antiga capitania de São Vicente se ampliaram — mostrou Saint-Hilaire — os homens da terra desenvolveram as suas plantações e os engenhos se multiplicaram[54]. Conhece-se um documento de 1810 pelo qual o governador Franca e Horta mandava comunicar aos agricultores que estava esperando a chegada de comerciantes inglêses à cidade de São Paulo, onde vinham se estabelecer para fazer exportações de todo o gênero de mantimentos. Recomendava por isso aos lavradores que desenvolvessem as suas produções de milho, de feijão, de arroz, de farinhas, de azeites de mamona e amendoim, de toicinhos e carnes de porco, para atenderem a êsse comércio[55]. Por outro lado a população começou a se enriquecer de elementos novos, que vinham colaborar nesse ressurgimento econômico: reforços de negros africanos e imigração de europeus e de mineiros.[56]

Mas não houve tempo para que tôda essa transformação econômica e social da capitania se refletisse decisivamente na existência de sua capital até a época da independência do país ou até alguns anos mais tarde. Apesar da organização de alguns serviços de interêsse coletivo e de empreendimentos que contribuíram para melhorar um pouco as suas condições — de urbanismo, de higiene, de educação — de um modo geral a cidade se ressentia ainda, até o

---

53 Caio Prado Júnior, op. cit., págs. 87 e seguintes.

54 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 61.

55 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, LIX, págs. 109-110.

56 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 89.

primeiro quartel do oitocentismo, do longo período de decadência e de empobrecimento em que estivera mergulhado o "país dos paulistas" durante uma grande porção dos tempos coloniais. Ainda em 1823 e em 1826, quando se discutiu se a sede da Universidade deveria ser São Paulo ou a Côrte, Carneiro da Cunha opinava pelo Rio de Janeiro, por ser a cidade da província tão pequena que os estudantes não achariam nela casas para morar. E Vasconcelos tinha o mesmo ponto de vista: se houvesse cinqüenta ou sessenta estudantes, êles não saberiam onde habitar na capital de São Paulo[57]. Sua população se compunha nesse tempo — segundo Saint-Hilaire — de funcionários de tôdas as ordens, operários de diversas categorias, um grande número de mercadores, proprietários de casas urbanas e de bens rurais, além de várias pessoas que viviam da venda de legumes e de frutas cultivadas em suas próprias chácaras. Não era assim a cidade mais que um depósito — observou o viajante francês — das mercadorias da Europa, e de trânsito para os produtos do país. "São Paulo nunca teria sido mais florescente do que Santos se não se tivesse tornado a capital da província e a sede residencial de tôdas as autoridades civis e eclesiásticas"[58].

Notava-se ainda na cidade nessa época — de acôrdo com outro viajante europeu, Von Martius — a falta de meio circulante[59]. E isso como reflexo ainda da relativa pobreza da província comparada com as regiões do nordeste do Brasil[60]. Só alguns anos depois da visita dêsse naturalista — em 1820

---

[57] Citado por Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo*, I, págs. 11 e 17-18.

[58] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 172 e 179.

[59] Von Martius, *Viagem pelo Brasil*, I, pág. 212.

[60] Von Martius, op. cit., I, pág. 20.

— se instalaria em São Paulo uma filial do Banco do Brasil[61]. A cidade não tinha mesmo qualquer animação. Algum movimento maior que se notasse — escreveu Teodoro Sampaio — era o da passagem das tropas que desciam carregadas para Santos, ou a chegada de algum fazendeiro abastado, conduzindo a família em liteira ou em carro de boi e seguido de numerosa cavalgata[62]. "Já não era o torpor ou mesmo a retrogradação que no comêço do século se notara. Isso na verdade tinha passado de todo. Mas não era ainda — acrescentava em tom de discurso — o despertar auspicioso de um povo"[63]. Sobrava assim razão a Vieira Bueno para dizer então na sua autobiografia, referindo-se à cidade em que nascera: "Ela era ainda quase aquela mesma "formosa sem dote" de Freire de Andrade"[64]. Na era colonial — observou um pesquisador recente — São Paulo tinha atuado funcionalmente como ponto de partida das bandeiras. Mesmo no século dezenove a cidade foi, para muitos paulistas influentes, apenas um centro de periódicas cerimônias religiosas e cívicas: a vida cotidiana êles passavam em regiões afastadas, e nada faziam para criar um coerente e sólido núcleo urbano"[65]. São Paulo não era por isso pròpriamente —

---

[61] Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo,* II, pág. 271.

[62] Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, págs. 159 e seguintes.

[63] Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, págs. 159 e seguintes.

[64] Citado por Francisco de Assis Vieira Bueno, *Autobiografia,* pág. 5.

[65] Richard N. Morse, *São Paulo — Raízes Oitocentistas da Metrópole,* pág. 476.

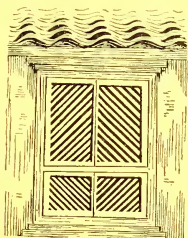
ainda no primeiro quartel do oitocentismo, no dizer de Rubens Borba de Morais prefaciando a tradução do livro de Saint-Hilaire — uma cidade no sentido europeu dessa palavra. As Câmaras Municipais preocupavam-se sobretudo com as populações rurais espalhadas pelos arredores. Os habitantes da cidade não gozavam de nenhum privilégio especial. Viviam sob o regime do direito comum. A cidade paulista antiga era uma "cidade rural"[66]. O que não impediu que ela tivesse em 1823 o título de Imperial Cidade de São Paulo[67].

De modo que se pode escrever sem qualquer exagêro que o caráter fundamental da povoação paulistana nos seus primeiros quase três séculos de existência (aproximadamente de 1554 a 1828) — a despeito do objetivo de conversão dos índios, que determinou a sua fundação e os seus primeiros impulsos, e apesar da sua lenta evolução para entreposto comercial a partir de fins do setecentismo — foi o de um arraial de sertanistas. Êsse caráter não pode ser perdido de vista ao se evocarem as suas casas, as suas ruas, os seus jardins, as suas chácaras, os seus caminhos e as suas pontes, o seu abastecimento e a sua indústria, e as atividades intelectuais, artísticas ou religiosas dos seus moradores durante os tempos coloniais.

---

[66] Rubens Borba de Morais, prefácio à tradução de *Viagem à Província de São Paulo,* de Auguste de Saint-Hilaire, págs. 14-15.

[67] Azevedo Marques, op. cit., II, pág. 276.

I — A RÓTULA SÔBRE A TAIPA

A casa piratiningana durante os tempos coloniais parece que não era feita para durar muito. E isso acontecia não apenas com as edificações das eras bem primitivas, feitas de paus roliços e de teto de palha — muitas vêzes para moradia de índios — por padres jesuítas improvisados em mestres de obra, mas também com aquelas outras feitas de taipa e cobertas de telha, não raro assobradadas, que representaram a partir de fins do quinhentismo um tipo comum de construção na vila.

Destas últimas muitas pertenciam a fazendeiros que morando na roça se utilizavam delas apenas em ocasião de festa. Nos outros dias elas ficavam de portas melancòlicamente trancadas — na sonolência da povoação quase deserta — a fôlha das janelas lavada pelas chuvas ou torrada pelo sol. Outras eram de sertanistas e aventureiros e para êsses — como

observou o padre Mansilla — pouco lhes custava abandonar suas casas, pois eram feitas de taipa ou de terra, e onde quer que êles estivessem podiam fazer outras semelhantes[1]. Situação que tinha sido ainda mais acentuada, como é evidente, nos primeiros tempos, quando parecia haver um certo receio em se fazerem construções mais duradouras em um povoado perdido no planalto, à mercê de todos os perigos[2].

As próprias igrejas e os próprios conventos, embora fôssem as construções mais importantes da vila, não passavam muitos anos sem que sofressem alguma reforma por dentro ou por fora, alguma remodelação de fachada ou até alguma reedificação completa. Às vêzes pela carência de recursos com que tinha sido enfrentado o problema de sua edificação primitiva. Ou pela falta de mestres taipeiros competentes ou de índios que trabalhassem nas suas obras.

O primeiro edifício de São Paulo foi a casa dos Jesuítas. Que no comêço não passava da pobre "casinha feita de barro e paus, e coberta de palha, tendo catorze passos de comprimento e dez de largura", da *Informação* de Anchieta. Entretanto servia de igreja, de quarto de dormir e de sala de comer para os padres da Companhia[3]. No claustro tinha um poço "de boa água"[4]. Apesar dessa humildade tôda devia ser bem superior às outras edificações dos primeiros tempos, também feitas pelos próprios "irmãos leigos" que entre outras coisas se improvisaram em carpinteiros e "sem que nunca aprendessem se houve-

[1] Citado por Afonso de E. Taunay, *Non Ducor, Duco,* pág. 28.

[2] Belmonte, *No Tempo dos Bandeirantes,* pág. 16.

[3] Citado por Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* págs. 16-21.

[4] Anchieta, *A Província do Brasil* (1585), pág. 26.

6 — O padre José de Anchieta, que em sua *Informação* descreveu a primeira casa paulistana: a dos padres da Companhia.

(RETRATO SUPOSITÍCIO, DE CLOVIS GRACIANO)

ram com muita habilidade e por suas mãos se fizeram muitas casas e igrejas"[5]. Afonso Brás — escreveu Serafim Leite — não se contentou em fazer as casas dos Jesuítas. Pode ser considerado o primeiro arquiteto de São Paulo. Porque estendeu o seu ofício de construtor às edificações dos bugres moradores da povoação[6]. Procurando-se dar um certo alinhamento e mais apuro à edificação dessas casas para índios, o jeito foi os Jesuítas servirem aliás não só de mestres de obra como também de operários[7]. Brás e seus companheiros ajudaram "na fábrica das casas necessárias para cada família, arruadas e feitas à moda portuguêsa", "trazendo junto com os índios a terra e a água às costas"[8].

Arruadas e feitas à moda portuguêsa essas casas eram no entanto nos primeiros tempos construídas com paus roliços e cobertas com sapé ou com palha aguarirana ou guaricanga[9]. Coberta de sapé foi até depois a primeira Casa do Conselho, e chovia tristemente dentro dela[10]. Um tipo de cobertura que não resistia nada, se desmanchava à toa e pegava fogo com

---

[5] Citado por Afonso de E. Taunay, *São Paulo no século XVI*, págs. 16 e 42.

[6] Padre Serafim Leite, "Os Jesuítas na Vila de São Paulo", *Rev. do Arquivo Municipal*, XXI, pág. 18.

[7] Teodoro Sampaio, *São Paulo no Tempo de Anchieta*, pág. 35.

[8] Padre Serafim Leite, loc. cit., pág. 18.

[9] A guaricanga ou aricanga era a espécie de palmeira com que — explicou Afonso A. de Freitas — os Guaianás de Piratininga cobriam as suas palhoças, e dela se armou também o teto que serviu de abrigo aos jesuítas fundadores da povoação em 1554. (Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo*, págs. 221-222).

[10] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, pág. 118.

a maior facilidade. E que com certeza contribuía para dar à povoação do Campo um colorido bastante selvagem. Êsse ar meio de aldeia de bugre ou de arraial africano só haveria de se atenuar a partir de uns vinte anos depois da fundação, quando um oleiro se fixou em São Paulo. Êsse foi Cristóvão Gonçalves, que em 1575 queria se obrigar "a fazer a telha para se cobrirem as moradas da vila, por ser coisa para enobrecimento dela e ser muito necessário, contanto que se obrigassem a lhe tomar tôda a que êle fizesse"[11]. Fixou-se um padrão: Gonçalves devia fazer a telha "de bom tamanho e boa forma", que ficasse de dois palmos e meio depois de cozida[12]. E foi então que o sapé começou a sumir dos tetos principais da povoação, a telha se firmando como coisa que não podia mais ser dispensada. A ponto de alguns anos depois o poder municipal não querer que se cumprisse uma sentença de degrêdo contra o oleiro Fernão Álvares — decerto sucessor de Gonçalves — pois êle era o único capaz de fazer telhas e a igreja matriz estava para ser edificada[13]. Cobertas de telha foram nessa época as edificações primitivas dos jesuítas, convertendo-se o seu conventinho — também chamado Mosteiro do Senhor São Paulo — em casa bem acomodada, com um corredor e oito cubículos de taipa, guarnecida de barro branco, e dispondo até de oficinas[14]. A igreja do Colégio, essa era pequena, mas tinha bons ornamentos e ficou "muito rica" com

[11] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 67.

[12] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 67.

[13] Citado por Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 48.

[14] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 197.

o Santo Lenho e outras relíquias que lhe deu o padre visitador Cristóvão de Gouveia[15].

Nesse tempo já era possível na vila pelo menos sonhar com edificações mais amplas. Pelo plano geral de edificação do "paço novo", cujo contrato foi feito em 1584, sabe-se que êle devia ser um edifício quadrado, de vinte e cinco pés de lado, de taipa e madeira, e coberto de telha. E com "bancos em redondo de tôda a casa de dentro"[16]. No ano seguinte resolveu-se até que essa edificação fôsse de sobrado, ficando o pavimento de baixo reservado para cadeia e o de cima servindo para Casa do Conselho[17], como era comum aliás nas cidades edificadas na América pelos portuguêses. Afinal tudo isso ficou só em projeto, e achou-se melhor consertar simplesmente a casa velha alugada em que a Câmara já vinha funcionando[18]. Entretanto não pode haver dúvida de que em fins do século dezesseis — em tôrno de 1590 — já havia muitas casas cobertas de telha, pois em 1593 os oleiros tinham até a sua organização e o seu juiz-de-ofício na povoação[19]. E em 1599 a Câmara já recomendava a êsses oleiros ou "telheiros" que êles fizessem as suas telhas de um tipo só[20]. Não parece ter tido razão Teodoro Sampaio quando escreveu que no fim do quinhentismo o comum das habitações de

[15] Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, pág. 315.

[16] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, págs. 246-247.

[17] Citado por Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, págs. 31-32.

[18] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, págs. 267-268.

[19] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, pág. 111.

[20] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, II, pág. 56.

São Paulo era "feito ao modo dos índios"[21]. Com muitas coberturas de telha e já com um edifício de sobrado — apesar de ter apenas uns cento e vinte "fogos de portuguêses" — a vila já podia ostentar uma feição bem diferente da dos tempos da fundação[22]. E sobretudo a partir dessa época foram se levantando muitas edificações de aspecto menos rude e de importância maior que as primitivas — grandes manchas de taipa cobrindo aos poucos o vermelho da terra ou o verde dos campos. As construções de que falou Alcântara Machado: com beirais exuberantes e rótulas nas portas e nas janelas, à moda mourisca[23]. Umas com alpendres, outras com balcões, mas tôdas — como observou sem razão um cronista — frias, pesadas e incaracterísticas[24].

O que não havia ainda era uma boa matriz. Já em 1588 começavam a aparecer nas atas da Câmara referências à preocupação de se construir um templo que fôsse o principal do povoado[25]. Cinco anos depois — em 1593 — parece ter sido concluída uma Sé primitiva que talvez não passasse no entanto de humilde capela. Pois em 1598 resolveu-se que se construísse a igreja matriz "onde estava começada, pelo bem que podia haver, por estarem já ali defuntos e

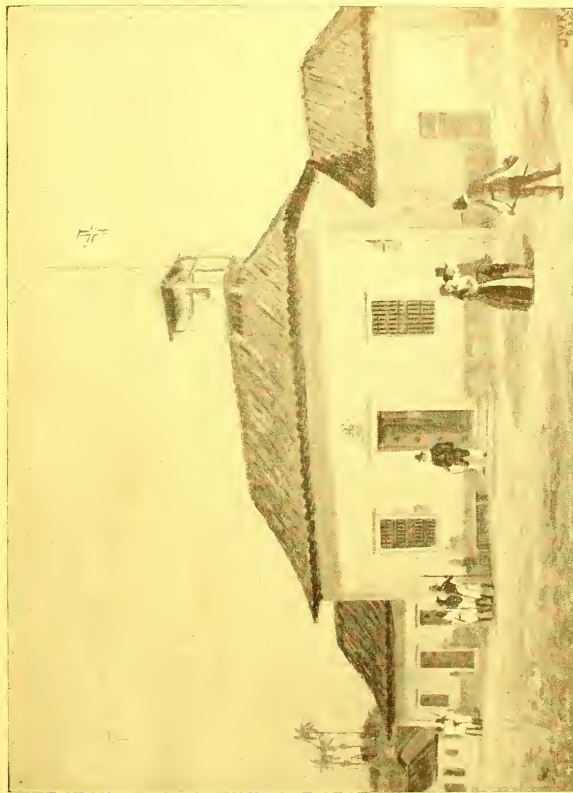
---

21 Teodoro Sampaio, "São Paulo de Piratininga no fim do século XVI", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* IV, págs. 257 e seguintes.

22 Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 109.

23 Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante,* pág. 33.

24 Belmonte, op. cit., pág. 45.

25 Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 46.

7 — Casa do Conselho da vila de São Paulo no comêço do século dezessete, em reconstituição baseada no roteiro de D. Luís de Cespedes Xeria (1628).

(Quadro de Wasth Rodrigues — Museu Paulista)

estar no meio da vila"[26]. Mas outros edifícios religiosos puderam ficar acabados nesse tempo. Em 1592 completou-se a construção da igreja primitiva do Carmo, datando de quatro anos mais tarde o convento dos Carmelitas[27]. Em 1598 edificou-se a igreja de São Bento[28] e em 1600 provàvelmente o convento dos Beneditinos, "com quatro celas junto e contíguo à igreja velha"[29]. E sabe-se que ao findar o século dezesseis havia na povoação além das igrejas do Colégio, do Carmo, de São Bento e da Sé — inacabada ou ainda em forma de capela — mais duas ermidas: a de Santo Antônio, que não se sabe direito em que ano foi edificada, e a de Nossa Senhora da Luz ou Guaré, ao norte, distante do núcleo mais povoado[30].

Desde os últimos anos do século dezesseis começou a haver por outro lado um cuidado maior do poder municipal pelas habitações comuns que se edificavam na povoação. Estando a vila nessa época com cêrca de duzentos e dez fogos[31], empenhava-se a Câmara em evitar que se fizessem construções defeituosas ou em locais escolhidos a ôlho pelos moradores, como com certeza acontecera nos primeiros anos. Em 1594 determinava mesmo que "ninguém armasse casa

---

[26] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 53.

[27] Machado d'Oliveira, *Quadro Histórico da Província de S. Paulo até o ano de 1822,* págs. 61-62.

[28] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* III, pág. 58.

[29] "Documentos do Arquivo do Mosteiro de São Bento em São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XVI, pág. 243.

[30] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* II, pág. 88.

[31] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 186.

nem alicerçasse sem sua permissão"[32]. Em compensação mandou fazer sete taipais que alugava ou aforava aos particulares[33]. As descrições dos espólios da época podem dar idéia de algumas dessas casas urbanas. O de João do Prado, em 1596, se referia a casas de taipa de pilão com dois lanços, cobertas de telhas[34]. Outros falavam ainda em casas com teto de palha aguarirana. Por certo as mais humildes. Ou a casas já danificadas, com as paredes derrubadas. Ou ainda em mau estado por causa do próprio desleixo dos moradores. Desleixo a que não era indiferente também a Câmara, revelando já no comêço do século seguinte — o dezessete — preocupações, embora rudimentares, de defesa da estética da povoação. Sabe-se que em 1610 foram afixadas ordens, na porta do Conselho e da Matriz, para que todos os moradores caiassem as suas casas[35].

É provável que não fôssem muito fáceis, porém, na época, os trabalhos de pintura ou de reparo e particularmente os de edificação de casas, por causa da falta de trabalhadores. De bugres que ajudassem os mestres taipeiros no levantamento de casas para a população que ia crescendo. Em 1600 por exemplo dizia-se que não havia índios em quantidade suficiente "para correr com a edificação de uma igreja"[36].

---

[32] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 108.

[33] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* págs. 19 e 110 e *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 410.

[34] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 329.

[35] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 341.

[36] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 53.

Tratava-se ainda da igreja matriz, que durante êsse tempo todo passou por uma porção de reformas e de reedificações feitas sôbre a capela primitiva. Em 1602 as atas da Câmara referiam que a "nova matriz" estava fora de compasso e que a sua edificação precisava obedecer a um critério diferente para que ela, "ficando mais estreita", ficasse mais fixa e se acabasse com brevidade[37]. Oito anos depois, todavia, ainda não estava acabada, e a Câmara então apelava para Gonçalo Pires, homem que entendia de obras e que tinha "oficiais e posse"[38]. Mas no ano seguinte insistia-se: era bom que se fizesse logo a construção, pois a vila não tinha igreja matriz, como tinham "as demais vilas de todos êstes reinos e estados"[39]. É curioso que apesar dessas dificuldades que retardavam anos e anos a feitura da Sé, tenha havido recursos, mestres de obra e trabalhadores para que na mesma época tenham sido construídos outros edifícios religiosos: o templo de São Francisco, a capelinha da Luz[40], a igreja da Misericórdia, que já existia antes de 1608, e a igrejinha primitiva de Nossa Senhora do Ó, em 1610[41]. Neste último ano fêz-se ainda uma segunda fundação do mosteiro dos Beneditinos[42].

Edificavam-se ao mesmo tempo várias casas assobradadas. Nos inventários dessa época Alcântara Machado encontrou uma porção de referências a sobrados: o de Lourenço Ruxaque, em 1611, o de Ma-

---

[37] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, págs. 107 e 108.

[38] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 258.

[39] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 298.

[40] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pág. 3.

[41] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pág. 139.

[42] Nuto Santana, op. cit., II, págs. 145-146.

rina Chaves, em 1617, e depois outros, no terreiro do Colégio, na rua que ia da Matriz para o Carmo, no beco junto de Santa Teresa, na rua Direita da Misericórdia e na rua Diogo Bueno. "Às vêzes a casa tinha um lanço de sobrado e meio lanço terreiro. Outras vêzes apenas uma camarinha era assobradada"[43]. Mas raras decerto — escreveu aquêle pesquisador — as que eram assoalhadas de tabuado e as que tinham alguma sala forrada[44]. Defendiam-se essas casas com dificuldade dos bichos que andavam soltos pelas ruas. Sujando até os alpendres das igrejas e dos mosteiros — como revelam atas de 1623 e de 1624[45]. Talvez em parte por isso mesmo foram tão comuns as reformas e as reedificações de igrejas e de conventos durante a segunda metade do seiscentismo. Em 1650 a igreja e o convento dos Beneditinos passaram por reformas consideráveis, em que trabalharam os índios de Fernão Dias Pais. O sertanista das esmeraldas reconhecera "a pequenhez do mosteiro e o apêrto em que estavam os monges"[46]. Passou a haver então um velho e um novo conventos comunicando-se por dentro[47]. A igreja dos Jesuítas, que só se tornara uma construção regular em 1640 — quando os padres da Companhia foram expulsos da vila — em 1653, quando êles voltaram, estava estragada e precisando de reparos. O edifício foi então sendo aumentado e embelezado aos poucos[48]. A porta

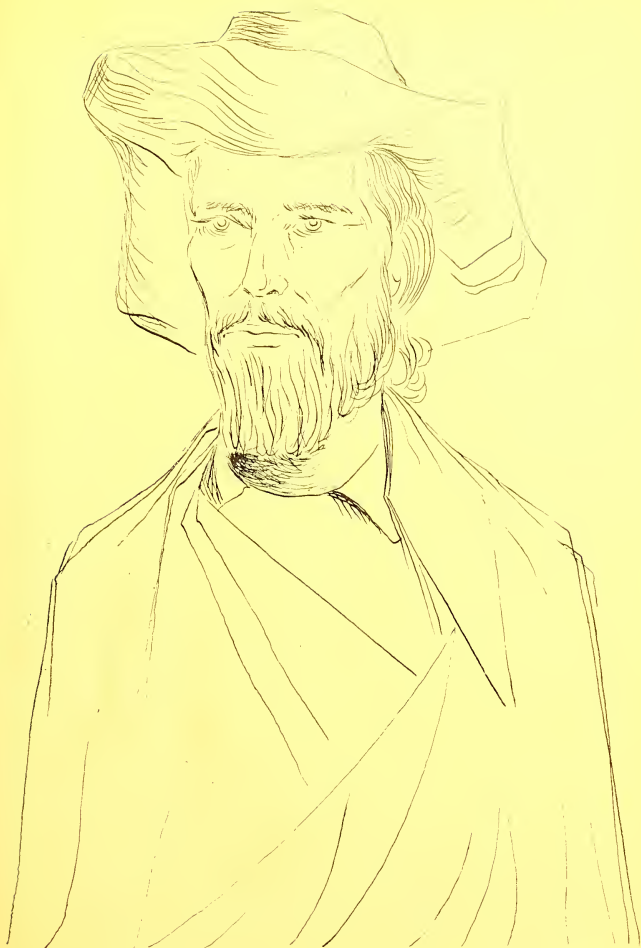
[43] Alcântara Machado, op. cit., pág. 34.

[44] Alcântara Machado, op. cit., pág. 34.

[45] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, III, pág. 31.

[46] "Documentos do Arquivo do Mosteiro de São Bento", cit.

[47] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pág. 114.

[48] Tito Lívio Ferreira, "A Igreja do Colégio", *Jornal de São Paulo*.

8 — Fernão Dias Pais, o sertanista famoso, foi quem reformou em 1650 a igreja e o convento dos Beneditinos.

(RETRATO SUPOSITÍCIO, DE CLOVIS GRACIANO).

principal, obra grosseira de entalho, só ficou pronta em 1663, com sua soleira de pedra e sua lumeira de madeira substituída por outra de pedra em 1681[49]. Mas as obras só ficaram acabadas no comêço do século seguinte — em 1701 — quando se levantou a sua nova tôrre de pedra e cal[50]. Foi se enriquecendo ao mesmo tempo a vila — que em meados do seiscentismo chegara à vizinhança de uns seiscentos fogos — de outros edifícios religiosos. Em 1640 parece ter sido começada a construção do convento de São Francisco e em 1646 a da capela dos Terceiros de São Francisco[51]. Dois anos depois edificou-se a igreja da Ordem Terceira do Carmo, junto à primitiva do Carmo. E na penúltima década do século — em 1685 — contou a povoação com mais um edifício conventual: o recolhimento de Santa Teresa[52].

Do ponto de vista artístico foi pobre a arquitetura religiosa paulistana representada por tôdas essas edificações. Muito mais pobre mesmo do que a que se desenvolveu no Rio de Janeiro e em algumas áreas do nordeste do Brasil. As igrejas brasileiras eram em geral nessa época pesadonas e de fachadas sóbrias, em estilo pré-românico ou monacal, como observou Augusto de Lima Júnior denunciando o êrro de que elas tenham sido classificadas como expressivas do barroco-jesuítico, que só se desenvolveria mais tar-

---

[49] Antônio de Toledo Piza, "A Igreja do Colégio da Capital do Estado de São Paulo", *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro,* vol. 59, II, págs. 57 e seguintes.

[50] Tito Lívio Ferreira, loc. cit.

[51] Nuto Santana, op. cit., III, págs. 71-72.

[52] Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro,* vols. XXXII, I, págs. 175 e 209, XXXIII, I, pág. 5, e II, págs. 27 e 149, XXXIV, I, págs. 5 e 141 e II, págs. 5 e 129, e XXXV, I, págs. 5 e 135, e II, pág. 5.

de[53]. A um "barroco brasileiro" se referiu o professor Roger Bastide: barroco bastante diferenciado do europeu por influência do patriarcalismo (simplificação do meio social) e de fatôres econômicos[54]. A riqueza dêsses templos estava às vêzes nas decorações do seu interior. A pobreza de recursos, sobretudo em São Paulo, não teria mesmo permitido nesse tempo fachadas mais ricas ou mais trabalhadas artìsticamente.

As casas de residências, essas a partir de meados do século dezessete e até o comêço do dezoito, às vêzes passaram a ostentar maiores dimensões e um confôrto superior ao das habitações quinhentistas, por certo como resultado do acúmulo de riquezas em mãos dos que negociavam no mercado de escravos, trazendo de suas entradas pelo sertão quantidades consideráveis de índios. Segundo Alcântara Machado a alta no valor dessas casas se manifestara a partir de 1650, e já cinco anos mais tarde alcançavam cento e trinta mil réis dois lanços de casas de sobrado "com seu corredor e quintal". Valor que se elevaria em média, para os fins do século, a cento e cinqüenta, cento e oitenta e mesmo duzentos mil réis, como se verifica pelo inventário de Pedro Vaz de Barros em 1697[55]. Do inventário de outro morador de recursos — Antônio de Azevedo de Sá, morto em 1681 — constava boa casa na vila, "lanço grande com seus repartimentos de tabuado, assobradado, corredor e

---

[53] Augusto de Lima Júnior, "Ligeiras Notas sôbre Arte Religiosa no Brasil", *Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 2, pág. 101.

[54] Citado por Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, págs. 247-248.

[55] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, pág. 331.

quintal", na rua Direita[56]. Nessas habitações de moradores de mais recursos já tinham sido substituídas em grande parte as "rêdes de carijó" pelos catres com as suas grades na cabeceira e o sobrecéu com as suas guardas em redor. Já havia "cadeiras de estado" ao lado das cadeiras rasas e dos tamboretes primitivos. Mesas de ferro, com pés e "cadeias de ferro"[57]. Ou às vêzes até bufetes marchetados de marfim e armários com incrustações de madrepérola, embora peças assim não representassem mais — como notou o cronista Belmonte — do que restos da arte orientalista decadente no Reino[58]. De noite seria menor o confôrto da casa piratiningana. Mesmo aquelas dos moradores mais abastados — e não apenas as da maioria — deviam ser então escuras e enfumaçadas. Proibidos de sair depois do toque do sino do Colégio, os habitantes da vila ficavam enfiados em suas habitações, observou Taunay, em tôrno de alguma luz fumarenta de candeeiro de azeite[59] ou de vela de cêra. Sabe-se que ainda na era seiscentista já se começou a fabricar na povoação o óleo de carrapicho ou de mamona para alimentar os candeeiros que espalhavam dentro das casas a sua luz mortiça[60].

Os materiais de construção e mesmo o estilo das casas provàvelmente não se alteraram substancialmente de fins do quinhentismo ao comêço do século dezoito. A taipa de pilão foi sempre o sistema dominante de edificação. Sabe-se que o seu uso era

---

56 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 254.

57 Alcântara Machado, op. cit., pág. 53.

58 Belmonte, op. cit., pág. 46.

59 Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* págs. 116-117.

60 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 301.

muito antigo em Portugal, algumas de suas formas tendo sido conhecidas também na África[61]. Além do mais havia aqui o refôrço do fator econômico de certa época em diante: a barateza do braço escravo. Daí sua aceitação no planalto de Piratininga, onde entretanto havia terra de argila boa para a fabricação do tijolo. A pedra é que não era nada fácil na região. Em 1653, quando se pensou mais uma vez em construir a Casa da Câmara e Cadeia, o ouvidor João Velho de Azevedo reconheceu que a obra de pedra seria por demais penosa para os recursos da terra e por isso acabou admitindo — contra os planos primitivos — que ela se fizesse de taipa de pilão mesmo, "com vigas da banda de dentro e pau a pique"[62]. Situação muito diferente da do Rio de Janeiro por exemplo — onde as pedreiras estavam perto — ou das cidades litorâneas do Nordeste, onde a facilidade de comunicação com a Europa e a abundância de recursos permitiu que houvesse casas construídas com pedras carregadas de Lisboa como lastro de navios[63]. E que impôs a São Paulo a taipa até para os sobrados e os grandes edifícios conventuais. Uma conseqüência dêsse sistema de construção foi a necessidade do beiral bastante largo, pois era preciso impedir que a água das chuvas molhasse e fizesse apodrecer os alicerces das edificações. Entretanto o chamado pau-a-pique ou taipa de mão coexistia na vila com a taipa de pilão, sendo por vêzes utilizado nas paredes de dentro das casas. Alcântara Machado encontrou, nos

---

61 Afonso Arinos de Melo Franco, *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, pág. 20.

62 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, II, pág. 213.

63 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, 1.ª edição, pags. 197-199.

inventários processados de 1578 a 1700, referências a edificações "de três lanços de taipa de pilão com repartimentos de taipa de mão"[64].

É provável que nas fachadas dessas casas de São Paulo durante o primeiro século e meio os "cheios" predominassem largamente sôbre os "vazios", pois como observou o arquiteto Lúcio Costa em relação à casa brasileira, mostrava-se diminuto o número de suas janelas, em fins do século dezesseis e durante todo o dezessete, quando era ainda pouco policiada a existência da sociedade colonial[65]. E embora predominasse nelas o branco da tabatinga — saibro ou barro branco tirado de certos locais da beira do Tamanduateí, de onde se originou o nome Tabatingüera — é possível que as fachadas de algumas dessas habitações fôssem pintadas de côres vivas. Em seu ensaio a respeito da primitiva arquitetura rural paulista (mas neste ponto talvez aplicável à urbana também) Luís Saia sugeriu "que deve ser de tradição relativamente recente o preconceito de entristecer as construções pela discrição exagerada na escolha das côres de sua pintura"[66].

Devem ter tido influência na melhoria da casa paulistana, no comêço do século dezoito — embora sem lhe afetar as linhas fundamentais — as situações decorrentes da elevação de São Paulo à categoria de cidade. Já em 1713 — dois anos depois dêsse fato — o procurador da Câmara achava que só havia uma

---

[64] Alcântara Machado, op. cit., pág. 22.

[65] Lúcio Costa, "Documentação Necessária", *Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 1, pág. 31.

[66] Luís Saia, "Notas sôbre a arquitetura rural paulista do segundo século", *Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 8, pág. 211.

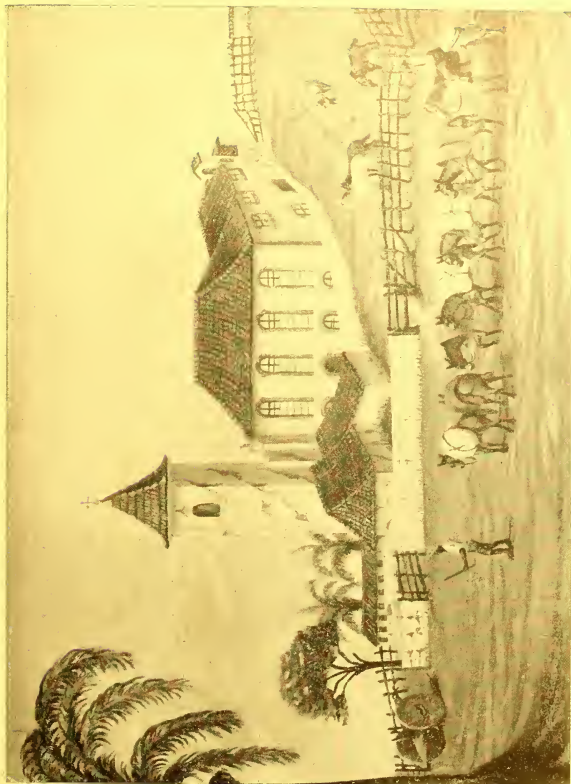
habitação que podia ser aproveitada para residência dos governadores: a de Fernão Pais de Barros[67]. Essa observação representava uma crítica às habitações paulistanas — tão primitivas e tôscas que nelas não poderia se instalar com gôsto um capitão-general procedente do Reino — e ao mesmo tempo uma sugestão para que se tentasse o seu aperfeiçoamento. A realização de festas religiosas continuou, de outra parte, a servir, com maiores razões que no tempo da vila, de motivo para que os moradores fôssem obrigados a melhorar pelo menos as fachadas de suas residências. "Rebotar de branco as suas casas" era a palavra de ordem da Câmara aos paulistanos nessas ocasiões[68]. Casas que em conseqüência das luminárias, que se faziam durante os festejos, então mais freqüentes, passaram até a ter encaixados em lugares próprios os bocais denominados "cachimbos"[69]. Dessa época — comêço do século dezoito — conhecem-se os detalhes do projeto de edificação de um prédio público importante: o destinado a Câmara e Cadeia. Projetava-se em 1717 que "às janelas exteriores guarneceriam grades de ferro fortes como as do velho ergástulo". As paredes contariam "a espessura e largura de quatro palmos, levantando-se uma estacada, pelo seu âmago, até as vigas, com o alicerce de um taipal"[70]. Uma casa-forte para que se evitassem as fugas de prisioneiros. Entretanto como não havia em São Paulo pedra e cal, dizia uma Carta Régia de

---

[67] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720)*, pág. 22.

[68] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720)*, págs. 22 e 56.

[69] Nuto Santana, op. cit., II, pág. 109.

[70] Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720)*, pág. 77.

9 — A igreja da Glória, no comêço do século dezenove, em reconstituição baseada em desenho de *Carlos Rath*

(Quadro de Adelaide G. Cavalcanti — Museu Paulista)

alguns anos depois — 1723 — que se fizesse com madeiras e vigas[71], de acôrdo com a rotina.

Foi também nessa época que se edificaram mais alguns templos em São Paulo e se reformaram alguns de seus conventos primitivos, como se a povoação, passando à categoria de cidade e habitação de capitães-generais, sentisse a necessidade de se enriquecer de novos edifícios religiosos e de se enobrecer com o aprimoramento de suas construções antigas de maior porte. Em 1715 (segundo Afonso de Freitas) ou em 1725 (segundo Nuto Santana)[72] construiu-se a igreja do Rosário, que ficava no local onde é agora a praça Antônio Prado, com a fachada voltada para a futura rua Quinze de Novembro. Em 1717, no local da primitiva, se edificou a nova igreja da Misericórdia, suas obras tendo ficado a cargo do capitão Pedro Fernandes[73]. De 1724 (Azevedo Marques) ou 1727 (Antônio Egídio Martins)[74] era a dos Remédios, na futura praça João Mendes, cuja fachada, reformada em 1825 e coberta de azulejos, parecia-se com a do Mosteiro Cartuxo em Caxias, perto de Lisboa, edificado no comêço do setecentismo[75]. De 1740 a de São Pedro, que ficava no largo da Sé mais ou menos no ponto em que agora se ergue o edifício da Caixa Econômica[76]. Em 1757 foi começada a edificação da igreja de São Gonçalo, à custa

---

[71] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XVIII, págs. 97-98.

[72] Nuto Santana, op. cit., III, pág. 58.

[73] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista,* II, pág. 15, e Francisco Martins de Almeida, *Primeiro Relatório sôbre a Santa Casa de Misericórdia da Cidade de S. Paulo,* págs. 19 e 21.

[74] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pág. 40.

[75] Rubens Borba de Morais e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros,* pág. 59.

[76] Nuto Santana, op. cit., III, pág. 58.

de devotos de uma imagem de São Gonçalo Garcia existente em um altar da igreja de Santo Antônio[77]. Igrejas, tôdas essas, de fachadas despretensiosas, no entanto, e que só aos poucos — como ocorreu também com as mais antigas — foram se enriquecendo internamente de obras de entalhe, de douração ou de pintura. Às vêzes por conta de algum devoto mais abastado, como foi José da Silva Ramos nessa primeira metade do século dezoito. Que chegou a contratar no Reino mestres entalhadores, operários douradores, pintores e outros artistas, e mandou construir côros e púlpitos de escultura em madeira para algumas igrejas paulistanas[78]. Parece ter tido razão assim o escritor Roger Bastide explicando o "barroco brasileiro" pela pobreza do país e o enriquecimento interno posterior dos templos com base em novas condições sociais: "A igreja só podia ornamentar-se à medida que as riquezas aumentavam; mas como então o exterior já estava feito, o barroco só podia triunfar no interior"[79].

Em sua estrutura e em seu aspecto exterior as igrejas e os conventos paulistanos mais antigos sofreram nessa época em geral apenas reformas. Sabe-se que na terceira década do século dezoito fizeram-se reformas e se introduziram melhoramentos na igreja e no convento dos Beneditinos. Documentos do Arquivo do Mosteiro revelam que se fêz um côro onde se puseram três arquibancos para assento dos monges e uma estante grande para o saltério, "tudo à moda antiga sem muita galanteria e

---

[77] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pág. 39, e Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de S. Paulo,* I, pág. 132.

[78] Ernesto Ennes, *Dois Paulistas Insignes,* pág. 42.

[79] Citado por Fernando de Azevedo, op. cit., pág. 247.

feitio" "pelo modo possível que permitia a terra". Para dar claridade a êsse côro abriram-se rasgadas grandes na parede do frontispício, que vieram a ter depois portais de pedra. O côro teve mais tarde grades torneadas de pau. E a portada da igreja e as janelas foram feitas de pedra lisa[80]. No período de 1733 a 1743 a igreja e o mosteiro passaram ainda por outras reformas. Segundo Taunay, foram forrados vários de seus dormitórios e salas. Construiu-se também então a tôrre da igreja, que só estava feita até a metade[81]. Entretanto ainda em 1766 um ofício do governador Mourão ao Marquês de Pombal dizia que não estava acabada a igreja dos Beneditinos de São Paulo[82].

Também em meados do século dezoito sofreram reformas o convento e a igreja dos Jesuítas. As obras se iniciaram em 1741, e em 1757 estava o templo com cento e três palmos de frente e duzentos de fundo. Do seu lado direito ficava a tôrre, tôda de pedra, coberta de telha[83]. Possuía alfaias muito ricas a igreja do Colégio, que se dispersaram a partir de 1759, quando da expulsão dos Jesuítas[84]. No período de 1765 a 1769 foi o convento remodelado para se adaptar à sua nova função de sede do govêrno. As reformas então foram grandes, de sorte que ter-

---

80 "Documentos do Arquivo do Mosteiro de São Bento", cit.

81 Afonso de E. Taunay, *História Antiga da Abadia de São Paulo,* pág. 159.

82 Citado por Antônio de Góis Nobre, *Esbôço Histórico da Real e Benemérita Sociedade Portuguêsa de Beneficência em São Paulo,* I, pág. 11.

83 Tito Lívio Ferreira, loc. cit.

84 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXIII, pág. 212, nota provàvelmente de Antônio de Toledo Piza.

[illegible] do [illegible] restava pouco ou quase nada que recordasse imediatamente a construção primitiva. "Só a parte externa foi conservada intacta quanto à forma"[85]. O morgado de Mateus — que [illegible] [illegible] para fazer do convento o seu palácio de residência — dizia em 1769 em carta ao vice-rei do Brasil: "Mandei fazer quase de novo a tôrre dêste colégio, todo o alpendre da portaria, tôdas as prisões e corpo da guarda dêste govêrno e hospital dos soldados e dos negros, retelhar por diferentes vêzes e a cada passo (pelo perigo que correm as paredes por serem de terra) grande quantidade de consertos particulares e precisos, uma varanda que era muito necessária para desafôgo dos corredores, que são abafadiços . . ."[86].

Ainda em meados do setecentismo foi reedificada a matriz na Sé. Em 1744 ela já ameaçava ruína, tanto que o Santíssimo Sacramento da freguesia foi transferido para a igreja da Misericórdia "como a mais suficiente, capaz e sita em melhor paragem"[87]. No ano seguinte foi demolido o templo do largo da Sé, começando-se a edificação de outro no mesmo local[88]. O seu frontispício só ficaria concluído em 1764[89]. Quando se tratou da edificação da tôrre não havia na terra arquiteto que quisesse se responsabilizar por ela. Daí ter-se recorrido ao mestiço Tebas — então ainda cativo — que foi também o construtor

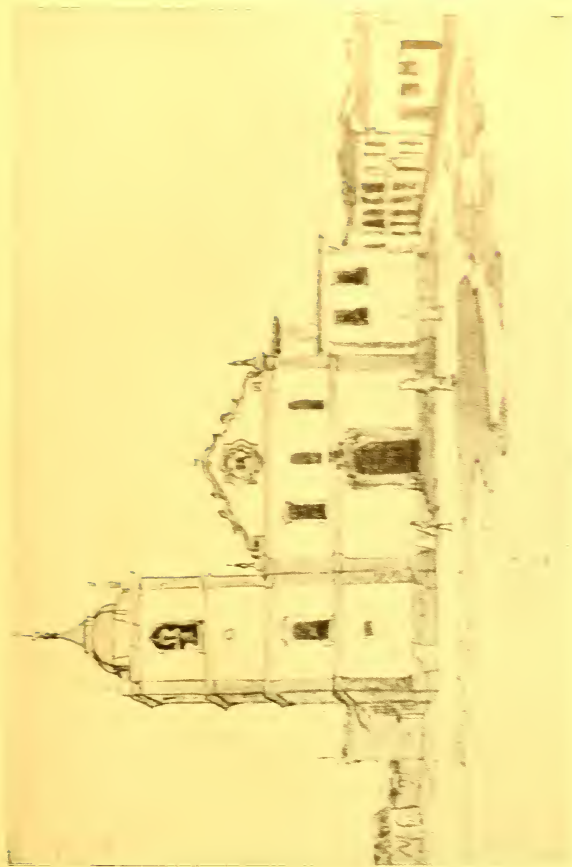
---

[85] António de Toledo Piza, na edição de *Os Guaianás*, de Couto de Magalhães, pág. 124.

[86] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XIX, pág. 254.

[87] Francisco Martins de Almeida, op. cit., págs. 19 a 21

[88] José Jacinto Ribeiro, op. cit., II, pág. 577.

[89] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pág. 74.

10 — A igreja matriz, em S. ..., em 1817

(Desenho de Thomas Ender, reproduzido do livro Velho São Paulo, de Affonso de E. Taunay.)

da tôrre do recolhimento de Santa Teresa[90]. Mas parece que não ficou muito firme a tôrre do Tebas, pois já em 1767 o governador Mourão dizia que ela estava ameaçando ruína[91].

Mas depois de meados do século dezoito — ou mais precisamente, em 1772 — um oficial superior informou depois a Saint-Hilaire que só havia na cidade seis casas que além do térreo tinham um segundo pavimento[92]. Informação evidentemente exagerada. Um ofício de 1766, do governador Mourão, dizia que a cidade tinha nas suas ruas principais "casas grandes e de sobrado", sendo baixas tôdas as demais[93]. Cardoso de Abreu, em 1783, escreveria que São Paulo tinha o "defeito" de ter na maioria casas térreas[94]. Em todo o caso a informação dada a Saint-Hilaire mostra que deviam ter caído ou deviam ter sido postos por terra muitos dos sobrados que se edificaram nos primeiros séculos coloniais. E isso por certo resultava indiretamente da decadência econômica da capitania e da cidade, processo que em tôrno dessa época se revestiu talvez do máximo de sua intensidade. A maioria das casas — observou Alcântara Machado referindo-se a meados do século dezoito — era de um pavimento só, e tôdas elas de taipa ou de pau-a-pique, "beiral exuberante, com o ripado à mostra, porta e uma ou duas janelas tôsca-

---

90 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* págs. 79-80.

91 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXIII, pág. 276.

92 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de S. Paulo,* pág. 170.

93 Citado por Antônio de Góis Nobre, op. cit., I, pág. 11.

94 Manuel Cardoso de Abreu, "Divertimento Admirável", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, pág. 253.

mente pintadas de azul ou de verde"[95]. A construção portuguêsa de São Paulo, como em geral de tôdas as cidades brasileiras — escrevia sôbre a mesma época Antônio de Toledo Piza, em afirmação considerada hoje completamente sem propósito — era horrenda[96].

Não se conhecem infelizmente quais foram os melhoramentos que na construção das casas paulistanas introduziu o engenheiro João da Costa Ferreira, a quem se referia em 1790 o governador Bernardo José de Lorena quando escrevia: "... tem ensinado a êste povo o modo de se fazerem os seus edifícios com bom gôsto e menos despesa, ensinando igualmente os pintores"[97]. Sabe-se positivamente que êle reparou algumas ruínas que estavam ficando "horrendíssimas"[98], segundo um Registro Geral da Câmara, e que dirigiu a construção do edifício do quartel da Legião dos Voluntários Reais[99]. Essa construção fêz parte de um grupo de edifícios avantajados que em fins do século dezoito marcou com alguns traços novos a fisionomia do burgo paulistano. Todos êles de iniciativa do govêrno. Talvez porque então em São Paulo como em Minas, regiões afastadas da metrópole portuguêsa e habitadas por gente de sentimentos nativistas pronunciados, fôsse mais necessária do que no nordeste, por exemplo — segundo a interpretação de Roger Bastide — a construção de monumentos que fizessem sentir a presença do absolutismo de

[95] Alcântara Machado, "Machado d'Oliveira", *Rev. do Arquivo Municipal*, LIII, pág. 94.

[96] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*, XXIII, págs. 378-379.

[97] Citado por Nuto Santana, op. cit., VI, pág. 51.

[98] *Registro Geral da Câmara da Cidade de S. Paulo*, III, págs. 417-418.

[99] *Registro Geral da Câmara da Cidade de S. Paulo*, III, págs. 417-418.

Lisboa[100]. Assim, de 1784 a 1788, construiu-se o edifício da Cadeia, no largo de São Gonçalo[101]. De 1797 a 1802 o grande prédio da rua do Seminário destinado a hospital militar[102]. As obras do quartel dos Voluntários Reais foram iniciadas em 1776, mas só em 1790 ficou concluída uma ala dêle, em conseqüência de sérias dificuldades. O governador Martim Lopes Lôbo Saldanha sugeriu que para seus trabalhos fôssem convocados os escravos dos jesuítas, que se encarregariam da condução e do corte das madeiras precisas, enquanto que os pregos e as ferragens — que em São Paulo eram excessivamente caros — seriam comprados em Lisboa[103]. Quando terminadas essas obras, formou o edifício um quadrilátero de casernas baixas com um pequeno sobrado na frente — edificação que aformoseou a cidade, no dizer de um Registro de sua Câmara[104]. Datam também dêsse tempo algumas construções religiosas e — como em todo o período colonial — as reformas e ampliações de outras. Em 1784 foi aumentada e remodelada a igreja da Ordem Terceira de São Fran-

---

[100] Citado por Fernando de Azevedo, op. cit., pág. 252. Os edifícios públicos de Vila Rica, por exemplo, apesar de o desenhista Rugendas ter dito que nada apresentavam de notável sob o ponto de vista artístico ("mistura absurda do estilo italiano da decadência, com resíduos góticos e infelizes imitações do antigo, tudo sem a menor arte") (Rugendas, *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, pág. 42), John Luccock escreveu que tinham um aspecto de grandiosidade desconhecido em outras vilas e cidades do Brasil. (Luccock, *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, pág. 332.)

[101] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, págs. 6-7.

[102] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pág. 12.

[103] Pedro Dias de Campos, "Quartéis da Capital", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XIV, pág. 203.

[104] *Registro Geral da Câmara da Cidade de S. Paulo*, XII, págs. 417-418.

cisco. Em 1788 concluiu-se a edificação do convento da Luz[105]. E em 1795 ficou terminada a primitiva igreja de Santa Ifigênia[106], cujas taipas haviam sido iniciadas há muitos anos pelos negros da confraria de Santa Ifigênia e Santo Elesbão, mas que só então se concluíram. Essas referências são de um manuscrito de 1795 em que se acrescentava, porém: "A presente capela é mais um palheiro do que outra coisa"[107].

Excetuando-se as sedes de chácaras, as casas de residência amplas nessa época parece que ainda eram muito raras. Segundo Ian de Almeida Prado, data de fins ou mesmo de meados do século dezoito o palacete da rua do Carmo que no século seguinte seria habitado pela Marquesa de Santos e transformado em uma das residências mais aristocráticas de São Paulo[108]. Mas êsse palacete urbano, se realmente foi edificado em meados ou fins do setecentismo, devia ter sido coisa fora do comum na cidade. Contra as edificações particulares de vulto conspiravam a falta de trabalhadores e o custo excessivo de determinados materiais. De um modo geral, a casa paulistana ainda nesse tempo seria baixa e acaçapada[109], mas menos pesada que a edificação dos séculos anterio-

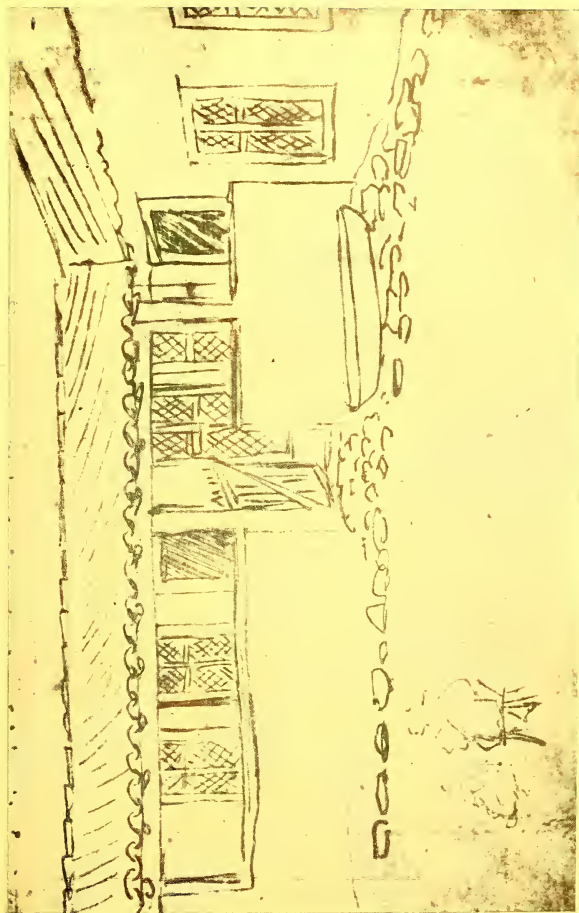
---

[105] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pág. 4.

[106] Nuto Santana, op. cit., III, pág. 58, e Azevedo Marques, op. cit., I, pág. 131.

[107] Citado no *Almanaque Literário de São Paulo para 1877,* pág. 171.

[108] Ian de Almeida Prado, "São Paulo Antigo e sua Arquitetura", *Ilustração Brasileira,* setembro de 1929.

[109] Nada parecidos, os sobrados paulistanos, com aquêles altos demais para a sua largura, que o viajante Henry Koster viu em Recife no comêço do século dezenove. (Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil,* pág. 35).

11 — Detalhe de casa rústica dos arredores de São Paulo em 1826.
(Desenho de Hércules Florence, ofertado por Afonso de E. Taunay à D. P. H. A. N.)

res[110], feita de taipa "com portais e alisares de pau"[111], portas estreitas e janelas quase quadradas. "Cheios" e "vazios" já se equilibrando, segundo a observação de Lúcio Costa sôbre a arquitetura setecentista brasileira[112], e tendo uma particularidade curiosa e pouco usada na arquitetura européia: a sacada afastada do muro apenas um palmo, não chegando a ser pròpriamente um balcão comum. Ornada nos cantos com pinhas de ferro ou vidros de côr[113]. Devendo-se lembrar além dêsses elementos a rótula das portas e das janelas — uma influência que os portuguêses haviam recebido dos mouros e desenvolvido no Brasil, e que vinha também dos séculos passados.

A taipa continuava sendo o sistema de construção dominante. No comêço do século dezenove — em 1807 — o inglês John Mawe, visitando a cidade, descreveu êsse processo de edificação, observando que êle dava muita solidez às casas e que elas podiam resistir durante muitos anos[114]. Toledo Piza se referiu à existência em São Paulo de edifícios de taipa ainda sólidos depois de mais de dois séculos, o que desmentia uma afirmação do governador Mourão em 1767, quando escrevia referindo-se às paredes de taipa de pilão da cidade: "... suposto seja êsse o uso do país, é tão pouco seguro que basta o descuido de uma telha quebrada para que no espaço de uma noite

---

[110] José Wasth Rodrigues, *Documentário Arquitetônico,* I.

[111] Ofício do governador Mourão, citado por Antônio de Góis Nobre, op. cit., I, pág. 11.

[112] Lúcio Costa, loc. cit.

[113] Ian de Almeida Prado, loc. cit.

[114] John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil,* págs. 75 a 78. A descrição do sistema de construção de taipa em São Paulo, feita por êsse viajante inglês, foi considerada errada e

venha tudo abaixo..."[115]. Exagêro do capitão-general, apesar de se saber que os alicerces de taipa precisavam de fato ser protegidos contra as chuvas. Os telhados paulistanos se projetavam de dois a três pés além das paredes — observou ainda o viajante Mawe[116] — acrescentando Teodoro Sampaio, em nota às construções dêsse tempo em São Paulo, que nas casas mais ricas havia lavôres nas pontas dos caibros[117]. As calhas — notou o inglês — seriam preservativos mais eficazes que os beirais contra a umidade, mas o seu uso não era conhecido. As casas das ruas principais tinham já de dois a três andares, e eram estucadas em várias côres[118].

Alguns anos mais tarde — em 1818 — outro viajante, Von Martius, observou que as casas do

---

incompleta, por Carlos Borges Schmidt, que escreveu a propósito: "O que se colocava dentro do taipal não era barro, e sim terra ligeiramente umedecida". Não esclareceu Mawe também — acrescentou êsse pesquisador — que a terra, depois de colocada dentro do taipal, era bem socada. (Carlos Borges Schmidt, *Construções de Taipa*, pág. 5).

115 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXIII, pág. 285.

116 John Mawe, op. cit., págs. 75 a 78

117 Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, pág. 159.

118 John Mawe, op. cit., págs. 75 a 78. No Rio de Janeiro nessa época tôdas as casas eram pintadas de branco, segundo Luccock (John Luccock, op. cit., pág. 77), o mesmo ocorrendo em Recife, de acôrdo com as notas de Maria Graham (citada por Melo Leitão, *Visitantes do Primeiro Império,* pág. 29). Entretanto as côres vivas parecem ter sido utilizadas na pintura de sobrados e outras casas de muitas cidades brasileiras nos tempos coloniais: segundo Gilberto Freyre, de acôrdo com anúncios de jornais dos primeiros decênios do oitocentismo, ainda havia muitas edificações pintadas de vermelho, de amarelo, de verde, de azul. (Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos,* 2.ª edição, II, pág. 442).

centro da cidade tinham em geral dois pavimentos e sacadas de gradil. Mas que a arquitetura paulistana revelava "uma feição insignificante e burguesa", com exceção de alguns edifícios imponentes e de bom estilo: o mosteiro dos Carmelitas, a residência do Bispo e o palácio dos governadores[119]. Saint-Hilaire na mesma ocasião — 1819 — não achou que os telhados avançassem demasiadamente além das casas — como observara por exemplo em Vila Rica — tendo apenas a extensão suficiente para darem sombra e protegerem da chuva as paredes. As casas térreas tinham venezianas que se abriam de baixo para cima, "formadas de travessas de madeira cruzadas obliquamente". As de dois pavimentos quase tôdas possuíam vidraças e eram guarnecidas de balcões e postigos pintados de verde[120].

Muitas deviam ser sobrados ou casarões algo sombrios, que às vêzes davam origem a lendas de mal-assombrados. Como um da rua de São Bento, a propósito do qual o presidente da província Lucas Antônio Monteiro de Barros dirigiu ao Juiz de Fora uma carta em que dizia: "... que sempre à alta noite se ouvem estrondos subterrâneos, como provenientes de pancadas certas e pausadas em pilão; sendo isto um fato e tornando-se suspeitoso achar-se na mesma casa o sobrado da cozinha estabelecido sôbre quatro paredes tapadas por todos os lados, quando seria interessante que por alguns dêles houvesse portas ou janelas para acomodações interiores, sendo êste o lugar da casa onde se sentem resultar os sobreditos estrondos"[121]. Posturas de 1820, publicadas nas

[119] Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, pág. 204.

[120] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 174.

[121] Citado por José Jacinto Ribeiro, op. cit., I, págs. 607-608.

Atas da Câmara, revelavam a preocupação de se introduzirem então modificações no sistema de construção dominante em São Paulo. Não só determinavam que nas novas edificações ou nas reedificações não fôssem colocadas gelosias nas janelas "por ficarem as casas mais escuras e faltas de ar puro e desaformosear as mesmas casas", como estabeleciam que as pessoas que tivessem de edificar sobrados mandassem fazer de pedra os alicerces até a altura de dois palmos fora da superfície da terra[122]. Determinação esta última que talvez não trouxesse no entanto os resultados que se esperavam. Em estudo sôbre a arquitetura rural paulista observou Luís Saia que o alicerce de pedra (como verificou em uma casa em demolição em Parnaíba) criava um processo de infiltração de umidade que não se observava nas casas com alicerce de taipa. Com êste último, talvez pela continuidade do material e pela ventilação folgada, não havia pràticamente umedecimento das paredes[123].

Mas eram ainda os edifícios conventuais — cujo volume e cuja imponência se destacavam na massa das edificações, apesar de já estarem construídos alguns outros prédios avantajados — que davam nessa época a São Paulo o aspecto de uma cidade de população e importância maiores que as reais. Sobretudo o convento dos Jesuítas, que no comêço do século dezenove era um edifício espaçoso, formado por dois corpos que se encontravam em ângulo reto. Um dêles terminado pela igreja. Neste último as janelas eram muito próximas umas das outras. As do outro corpo do prédio guardavam ao contrário uma distân-

---

[122] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXII, págs. 356-359.

[123] Luís Saia, op. cit., pág. 211.

12 — Outro detalhe de edificação rústica na vizinhança da cidade em 1826.
(Desenho de Hércules Florence, ofertado por Afonso de E. Taunay à D. P. H. A. N.)

cia muito maior, "do que resultava um disparate arquitetônico", no dizer de Saint-Hilaire[124]. Era pintado — escreveu um cronista — de um matiz carregado de oca, com portas desiguais no pavimento térreo e pequenas janelas no sobrado[125]. A aparência do edifício, que deixara de ser chamado de convento para ser chamado de palácio — desde que os religiosos deixaram de residir ali — era realmente a de um mosteiro, na observação de Saint-Hilaire, apesar daquelas reformas tôdas alardeadas pelo morgado de Mateus: a distribuição de seus aposentos fôra feita e permanecia como convinha a um convento: com algumas salas muito amplas e um grande número de corredores[126].

Sôbre o aspecto interno dos conventos do Carmo, de São Bento e de São Francisco nesse tempo conhece-se o depoimento de Rendon, o primeiro diretor da Academia de Direito. Encarregado de escolher um dêles para a instalação do Curso Jurídico, escreveu êle em 1827 ao Ministro do Império: "O primeiro e o segundo [Carmo e São Bento] não têm capacidade para nêles se estabelecer o curso jurídico porque não tendo celas senão nas frentes, estas têm pouca extensão e apenas em cada uma delas se arranjariam três aulas; e para isso seria preciso expulsar os frades e demolir tôdas as celas, para delas e dos corredores formar salões"[127]. Restava o de São Francisco. "Conquanto inferior aos outros dois conventos da cidade — escreveu Vieira Bueno — na

124 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 176.

125 Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* IV, pág. 268.

126 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 176.

127 Almeida Nogueira, op. cit., I, págs. 30 e seguintes.

arquitetura exterior, o franciscano era como edificação uma antiga relíquia notável por sua vastidão"[128]. "Êsse convento — esclarecia Rendon — tem celas na frente e no lado direito. No lado esquerdo está a igreja e na retaguarda um salão antigo e outro sumamente grande, em paralelogramo, destinado para celas. O primeiro serve sofrìvelmente para uma aula, e do segundo se podem fazer duas". "Nos baixos dêsse convento se podem estabelecer — escrevia ainda Rendon, em depoimento que mostra realmente a vastidão do convento do largo de São Francisco — quatro aulas menores, formando-se duas da antiga sala dos frades e outras duas do lugar onde está a sacristia, mudando-se esta para o lugar antigo"[129].

O interior da habitação paulistana no comêço do século dezenove — na observação de Teodoro Sampaio — era pouco iluminado e dè aspecto monacal. O mobiliamento era escasso e feio, feito de cedro e couro lavrado ou de jacarandá. A rêde, mais ou menos guarnecida de lavôres bizarros, representava a peça principal das varandas, onde substituia o sofá. Bancos de pau pequenos e baixos tamboretes com algumas cadeiras completavam a mobília da sala de jantar[130]. Tão despretensioso, êsse mobiliário, como o da era seiscentista. Em certos casos, talvez ainda mais rude que aquêle, particularmente em casas de antigos sertanistas que uma permanência demorada no mato afastara mais ainda dos padrões europeus

---

[128] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[129] Almeida Nogueira, op. cit., I, págs. 30 e seguintes.

[130] Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, pág. 159.

de elegância ou de qualquer preocupação de moda tal como se ostentava nos centros mais requintados do litoral, no Rio ou no nordeste do Brasil. Bem significativa foi a respeito a observação de Von Martius em 1818: a de que entre os moradores da cidade de São Paulo ainda não se desenvolvera, como entre os baianos, pernambucanos e maranhenses abastados, o gôsto pelo luxo europeu. Cuidava-se em São Paulo mais do asseio e da comodidade na disposição da casa, do que da elegância ou da suntuosidade. Em vez do mobiliário leve americano e dos espelhos franceses, encontravam-se nas salas paulistanas das casas ricas cadeiras pesadas, que datavam de longos decênios, e pequenos espelhos emoldurados, da manufatura de Nurembergue[131]. As paredes eram pintadas com côres muito frescas — notou Saint-Hilaire — mas nas casas mais antigas viam-se desenhos e grandes arabescos. Nas mais novas as paredes tinham uma côr só e eram guarnecidas com barras e rodapés imitando os papéis pintados franceses. Como não havia lareiras, colocavam-se em cima das mesas as redomas, os relógios e os objetos de ornato.[132] A iluminação noturna dessas casas também era ainda muito pobre comparada com a das habitações de outras cidades brasileiras na mesma época. Fazendo ainda um paralelo de Piratininga com Pernambuco, Bahia e Maranhão no tempo de sua viagem (1817-1818), Von Martius escreveu que em vez das grandes lâmpadas de vidro ou dos castiçais com velas de cêra, das moradas ricas do nordeste, o que se via em São Paulo, no meio das mesas, era um lampião de latão em que se queimava

---

[131] Von Martius, op. cit., I, pág. 209.

[132] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 175.

ainda o chamado azeite da terra: o de mamona.[133] Mas usava-se também a cêra na iluminação dos lares e das igrejas.[134]

Os interiores das habitações paulistanas — com o seu mobiliário tôsco ou antiquado e a sua pobre iluminação — decepcionavam assim um pouco os visitantes europeus. Não se dava o mesmo, porém, na época, com os seus jardins particulares. Já eram notáveis, nesse tempo da existência da cidade, os de casas ou de chácaras, embora os quintais fôssem muito atacados pelas "formigas vermelhas de cabeças grandes" que segundo uma Ordem Régia costumavam "derriçar os arvoredos"[135]. Tinham em geral quintais largos, que faziam com que elas parecessem maiores, as casas paulistanas do setecentismo e do comêço do oitocentismo[136]. Embora referindo-se aos velhos jardins brasileiros Eduardo Prado escrevesse que êles continuavam sendo na maior parte dos casos más imitações do gênero Le Nôtre, de linhas retas, platibandas simétricas e canteiros enquadrados por cercaduras de buxos, substituídos êstes muitas vêzes por telhas, fundos de garrafas ou embrechados de con-

---

[133] Von Martius, op. cit., I, pág. 209.

[134] Nuto Santana, *Metrópole,* pág. 71. Também no Rio de Janeiro a iluminação domiciliar até êsse tempo era feita por meio de velas de sebo ou de candeeiros de azeite. Veja-se, a respeito, C. J. Dunlop, *Apontamentos para a História da Iluminação da Cidade do Rio de Janeiro,* pág. 9.

[135] "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal,* LXXX, pág. 164.

[136] Ofício do governador Mourão, citado por Antônio de Góis Nobre, op. cit., I, pág. 11.

chas[137], em 1807 falava o inglês John Mawe que os jardins paulistanos, na cidade ou nas suas vizinhanças, eram tratados com muito carinho, havendo alguns que podiam mesmo ser chamados de elegantes. Em virtude do clima, as flôres desabrochavam sempre: rosas, cravos vermelhos, cristas de galo, flôres da Paixão. Mas notou o visitante que a planta favorita era o jasmim.[138] Êsse gôsto do paulistano pelos jardins também foi assinalado alguns anos depois por Von Martius, que viu alguns muito interessantes. O alemão escreveu que êsse gôsto podia ter sido despertado, no morador de São Paulo, pela amenidade do clima e pela beleza da paisagem natural.[139] Por sua vez o minucioso Saint-Hilaire — e êle era botânico — dizia que tôdas as plantas de ornamentação que embelezavam os antigos jardins franceses eram cultivadas com sucesso nos arredores de São Paulo. Pelos fins de novembro — escreveu êle — floresciam os cravos, os botões-de-ouro, as papoulas, as ervilhas-de-cheiro, as escabiosas, as saudades, as cravinas[140]. Flôres bonitas, das espécies mais variadas, o francês teve oportunidade de ver, por exemplo, na chácara do brigadeiro Baumann, que ficava a meia légua da cidade, além de Santa Ifigênia[141]. Os jardins e os quintais da zona urbana eram decerto algo esparramados, e por vêzes suas árvores se derramavam pito-

[137] Eduardo Prado, "L'Art", *Le Brésil en 1889,* de F. J. de Santana Néri, págs. 519-562.

[138] John Mawe, op. cit., págs. 84-85.

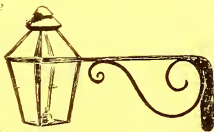
[139] Von Martius, op. cit., I, pág. 213.

[140] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 76.

[141] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 202

rescamente sôbre as ruas,[142] contra o que reagia a Câmara — provàvelmente sem muito resultado — através de uma postura de 1820: "Que nenhum dos moradores desta cidade tenha nos seus quintais ou chácaras árvores de qualidade alguma com os ramos pendentes sôbre as ruas, mas aprumadas com o nível dos respectivos muros".[143]

[142] Os viajantes estrangeiros que no comêço do século passado visitaram cidades brasileiras se referiram quase sempre a jardins desarrumados, em que se misturavam as flôres com as plantas de fruta e de horta. Muito raras eram as exceções a essa desarrumação: o caso de jardins pelo contrário artificializados por imitação de parques de gôsto europeu, como alguns que Luccock viu em São João del Rei. (Luccock, op. cit., pág. 314).

[143] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXII, pags. 356-359.

II — OS BECOS E OS PÁTIOS

Se a casa piratiningana dos primeiros séculos não era feita para durar muito e se os moradores mais importantes da vila viviam em roças nas suas imediações ou em tropelias atrás de bugres pelo sertão — a gente pode com facilidade imaginar como deviam ser as ruas paulistanas nessa fase de sua história. Só muito lentamente, através de um esfôrço que podia ser — sem exagêro — chamado de heróico, do seu poder municipal, foram sendo arrancadas, essas vias públicas, do estado bruto em que viviam no quinhentismo — ainda meio confundidas com a paisagem nativa mas já afetadas pela sujeira das pocilgas e dos bichos soltos — para irem se caracterizando, embora modestamente, sobretudo a partir de meados do seiscentismo, como locais de fisionomia mais especìficamente urbana. E a partir de fins do setecentismo, podendo já ostentar uma rude pavimentação.

A povoação nasceu irregular. Não só porque em sua origem não concorreram os elementos que distinguiam a fundação deliberada de um núcleo urbano, mas também porque o relêvo agreste e áspero do terreno não permitia que o "arruamento à moda portuguêsa" se processasse com regularidade. Houve desde os primeiros tempos ruas ou simples caminhos planejados em curva pela necessidade de se contornarem barrocas fundas[1]: as barrocas cuja proximidade em relação ao núcleo urbano primitivo resultava da própria escolha do sítio, pelos Jesuítas, para se defenderem de possíveis ataques de índios. Ou então ruas e caminhos que se formavam sem qualquer plano, desenhando-se de acôrdo apenas com o capricho dos moradores, que iam erguendo à vontade as suas habitações. Êsse foi aliás um traço comum às primeiras cidades edificadas pelos portuguêses no Brasil[2], e não se poderia em relação à época dizer que fôsse pròpriamente um defeito. Mas capricho que particularmente nos primeiros tempos, em São Paulo, ia longe demais, assumindo por vêzes formas violentamente contrárias ao interêsse da povoação: alguns moradores barravam vias públicas quando se sentiam incomodados com o trânsito.[3] E a verdade é que a vila nem tinha um "oficial arruador".[4]

Os primeiros arruamentos — que haveriam sempre de prevalecer e que representaram a base da estru-

---

[1] Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo*, pág. 104.

[2] Veja-se a propósito o que escreveu Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, 1.ª edição, págs. 62 e seguintes.

[3] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, pág. 99.

[4] Afonso A. de Freitas, "A cidade de São Paulo no ano de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XXIII, pág. 131.

tura da povoação e dos contornos de sua configuração durante todo o período colonial — se fizeram por certo em função das ligações com o litoral e com Santo André da Borda do Campo: o próprio pátio do Colégio dos Jesuítas podia ser considerado nos tempos primitivos como o ponto de partida do Caminho Velho do Mar.[5] Depois, em função das ligações com o sertão. Articulando-se também, é claro, os locais das igrejas e dos conventos que foram nos primeiros séculos os pontos mais importantes da vila. A diretriz da rua que seria depois a "Direita para a Misericórdia" e mais tarde apenas a rua Direita, era a do caminho que descendo a encosta da elevação para o lado do Piques e subindo depois o campo e as matas em direção à aldeia de Pinheiros, representava — isso já em fins do século dezesseis, segundo Teodoro Sampaio — o rumo principal do sertão[6]. E a futura rua de São Bento — primitivamente chamada de Martim Afonso — essa constituía, na expressão ainda de Sampaio, o "caminho de cintura".[7] A ligação do mosteiro de São Bento (fundado em 1598) com o Colégio dos Jesuítas formou o caminho que havia de se transformar na futura rua Quinze de Novembro.[8] Quase meio século mais tarde se formaria o caminho do Colégio para a igreja e o convento do Carmo, que seria depois a rua do Carmo. Sabe-se que na época em que se fundou a povoação o local onde mais tarde se edificou o con-

---

[5] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 98.

[6] Teodoro Sampaio, "São Paulo de Piratininga no fim do século XVI", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, IV, pág. 257.

[7] Teodoro Sampaio, "A Fundação da cidade de São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, X, pág. 524.

[8] Antônio de Toledo Piza, "A Igreja do Colégio da Capital do Estado de São Paulo", *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro*, vol. 59, II, pág. 57.

vento dos Carmelitas era povoado de palmeiras seculares e de bosques de penetração muito difícil.[9]

O leito dessas primeiras ruas e dêsses vagos "pátios da vila" a que já se referiam atas da Câmara em 1563 era constituído decerto pelo solo em seu estado quase bruto — a terra nua — apenas grosseiramente ajeitado para que servisse aos seus objetivos rudimentares de ligação. E ainda assim depredado por moradores que sem cerimônia alguma abriam covas enormes pelas ruas e pelos becos — como se tudo aquilo fizesse parte dos seus quintais. Numa sessão da Câmara — revelam as atas — o procurador pedia à edilidade que ordenasse o quanto antes a uma moradora o entupimento de duas covas feitas por um seu filho na praça pública[10]. Mas não era só contra particulares daninhos que o poder municipal precisava de estar atento. Também as chuvas causavam estragos de tôda espécie nas humildes ruas ou nos caminhos toscos da povoação do Campo. As enxurradas lanhavam o solo todo, dando origem a uma porção de covas e de valetas por tôda parte. Exigiam por isso os vereadores paulistanos, desde fins da era quinhentista, que o meio-fio das ruas fôsse ladrilhado — isto é, calçado com tijolos — para que a água das chuvas pudesse correr à vontade[11].

Também a higiene das ruas — cuja fiscalização cabia aos chamados almotacés, de acôrdo com as Ordenações Filipinas — preocupava o govêrno da vila desde o primeiro século. Sabe-se que entre as recomendações feitas nesse sentido aos almotacés estavam as de que não consentissem que os moradores atirassem bêstas, cães e gatos mortos nem outras

---

[9] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* I, pág. 79.
[10] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 99.
[11] Belmonte, *No Tempo dos Bandeirantes,* pág. 79.

coisas sujas e de mau cheiro nas ruas e nos pátios da povoação, e fizessem com que os donos enterrassem os cadáveres de seus bichos[12]. Mas não bastava isso. "Cada mês se alimparia a vila; faria cada morador retirar ante suas portas estercos e maus cheiros. Não permitissem esterqueiras em logradouros públicos, nem que se deixassem entupir os canos da vila, nem a servidão das águas"[13]. A partir dos últimos anos do século dezesseis procurou ainda o poder municipal fazer com que a rua fôsse um pouco menos dos bichos. Em 1594 resolveu-se que tôdas as pocilgas fôssem feitas fora da área edificada, a Câmara intimando ao mesmo tempo os moradores para que não deixassem seus porcos "entrar na vila nem por ela andar".[14] Porque até êsse tempo era o tipo da coisa comum verem-se varas de suínos fossando em liberdade pela povoação e às vêzes até invadindo a Casa da Câmara e as igrejas. Procurava-se assim no primeiro século remover os chiqueiros para longe. No comêço êles tinham sido apoiados aos próprios muros da vila.[15] Era comum também a presença de bois e de cavalos soltos pelas ruas. Apesar de vigorar desde 1576 uma proibição da Câmara no sentido de que ninguém atravessasse a povoação com pontas de gado, essa proibição não dizia respeito ao "gado que passasse por si, sem ninguém tanger e botar"[16]. No entanto êsses bichos viviam fazendo estragos nas casas. Em 1590 sabe-se, pelas atas da Câmara, que a parede da Casa do Conselho, fronteira à igreja, se achava muito danificada por causa das vacas que viviam sôltas, pastando

---

[12] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 19.

[13] Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 19.

[14] Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 168-169.

[15] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 63.

[16] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 98.

pela vila.[17] Nesta vila andavam muitas cavalgaduras e vacas — dizia-se em uma ata de 1598 — e de noite faziam muitas perdas às casas e benfeitorias, e se caíam muitas paredes e se danificavam..."[18]. Por isso ainda na terceira década do século seguinte — o dezessete — requeria-se que os moradores encurralassem de noite o gado que tivessem, por causa do dano que êle costumava fazer às igrejas, aos mosteiros e às casas.[19]

Foi só no comêço do século dezessete que se tornou possível botar um pouco mais de ordem no arruamento da vila, embora não houvesse jeito de se corrigirem os traçados principais. Pelo menos ficou então limitado o direito dos moradores de abrirem ou fecharem becos e azinhagas onde bem entendessem. E diversas vielas — por serem inúteis ou mesmo prejudiciais — desapareceram em 1623. As atas da Câmara diziam: "...mandaram os oficiais se tapassem as azinhagas que havia nesta vila ... por serem prejudiciais, e que as ditas azinhagas se tapassem em têrmos de quinze dias"[20]. Alguns anos mais tarde o poder municipal já se mostrava em condições de fazer alinhamentos mais corretos. Vivia em São Paulo Pedro Roiz (ou Rodrigues abreviado?) Guerreiro, "homem do mar" que "entendia do rumo da agulha". Foi, ao que supôs Taunay, o patriarca da classe dos engenheiros em terra paulistana.[21] Entretanto o desleixo de muitos moradores — talvez principalmente os tais que viviam na roça ou no sertão — e a carência de

---

17 Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 34.
18 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 37.
19 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* III, pág. 31.
20 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* III, pág. 61.
21 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, págs. 342-343.

recursos técnicos e financeiros continuaram desafiando em meados do século dezessete e no comêço do dezoito o esfôrço das autoridades municipais na sua luta para fazer com que as ruas da vila se prestassem melhor ao trânsito da população e à passagem desimpedida das águas da chuva. Em 1639 o poder municipal ordenava que se consertasse e se aterrasse a rua que ia da Misericórdia para Santo Antônio (a Direita) "por fazer nela alagoas". E a culpa era de alguns proprietários desleixados: "Entupam suas testadas dentro de oito dias, de modo que a água não represe e corra a rua direita".[22] Seis anos depois mandava que alguns moradores tapassem as covas das vias públicas em que habitavam por serem grandes. Não se podia nem andar por essas ruas.[23] E em 1653 o ouvidor-geral determinou que os vereadores não se descuidassem de medidas que garantissem a saída da água das ruas, mandando fazer sangradouros nelas[24]. Tendo em vista ainda essas mesmas necessidades repetiam-se providências da Câmara em fins do setecentismo. Ordenava-se que os donos de casas consertassem e ladrilhassem "todo o danificamento das enxurradas das águas" que corriam pelas suas ruas. E que fizessem as sarjetas que lhes competiam, e que deviam ser de pedra.[25] Mas por ocasião dos temporais tudo devia ficar como sempre quase intransitável. Sabe-se que em certo dia do ano de 1684 cinco "homens graves" da terra, que estavam em visita ao mosteiro dos Beneditinos, não puderam sair por causa da chuva,

---

22 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* IV, pág. 449.

23 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* V, pág. 234.

24 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* VI, pág. 35.

25 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 347.

ficando hospedados ali.[26] E o local do convento — o pátio de São Bento — era um dos pontos mais importantes da povoação.

Também continuou sendo trabalhosa e quase sem resultados nessa época a atividade da Câmara contra a sujeira, as ervas e os matos que se insinuavam pelas ruas e pelos pátios do arraial de sertanistas que era a vila de São Paulo de Piratininga. A insistência do poder municipal era maior na véspera de alguma festa. Em 1623 falava-se, nas atas da Câmara, na proximidade da procissão de Santa Isabel, Festa del Rei, sendo então convidados os donos de casas a "limpar e carpir testadas"[27]. Em 1625, aproximando-se o dia da procissão dos Passos, determinava-se que cada morador mandasse "o seu negro com sua enxada carpir o adro da igreja e a praça desta vila"[28]. Atas de 1635, 1637, 1640 e 1642 reproduziam determinações do govêrno municipal para que os moradores da vila limpassem as ruas dos cardos e espinhos que havia em abundância, para que se acabasse com "a raiz de tão má erva" de que se ia "enchendo esta vila".[29] Recomendações aliás que continuariam a ser feitas ainda no comêço do século dezoito, quando se dizia ser muito necessário, para a limpeza e o asseio da povoação, que se limpasse a erva que havia pelas ruas e os arvoredos que cresciam à vontade em volta das casas, em seus arrabaldes[30].

---

[26] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, págs. 315-316.

[27] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, págs. 274-275.

[28] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, III, pág. 168.

[29] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, IV, págs. 237 e 330, e V, págs. 10, 124, 125 e 136.

[30] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, VIII, pág. 273.

Foi por outro lado na primeira metade do século dezessete que as ruas principais da povoação começaram a se caracterizar melhor. Algumas foram perdendo as denominações primitivas, muitas vêzes originadas do nome do morador mais antigo ou mais notório, como escreveu Alcântara Machado: a travessa que vai para as casas do defunto Dom Simão; a travessa donde mora Manuel Mourato; a rua que vem de Francisco Nunes de Siqueira; a rua defronte de João Pais; a que está tomada pela Câmara; a em que tem casas Francisco Furtado; a que se abriu pelo oitão da casa de Jácomo Nunes.[31] Foram-se batizando, algumas dessas vias públicas, com denominações que perdurariam pelo tempo afora. Às vêzes modificadas ou abreviadas. "A Direita que vai para Santo Antônio", Direita a partir de 1674. "A que vai para Nossa Senhora do Carmo", abreviada em rua do Carmo. A de São Bento teve o seu nome simplificado dessa forma em 1647, sendo antes "a que vai para São Francisco" ou "a de São Bento para São Francisco".[32] "A rua além do Carmo, entrada da vila" tanto poderia vir a ser — notou Alcântara Machado — a da Glória como a da Tabatingüera.[33]

O mesmo aconteceu na época com os pátios, os largos ou as praças. No comêço do seiscentismo dizia-se quando muito que as arrematações, por exemplo, se fariam "na praça pública desta vila" ou "na praça pública ao pé do pelourinho".[34] Encontrou Alcântara Machado uma referência, em espólio de 1604, à "rua pública e praça do terreiro do Mos-

---

[31] Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 32.

[32] Alcântara Machado, op. cit., págs. 29 e seguintes.

[33] Alcântara Machado, op. cit., pág. 31.

[34] Alcântara Machado, op. cit., pág. 29.

teiro"[35]. Provàvelmente a rua e o pátio de São Bento. De alguns anos mais tarde — 1625 — conhece-se o têrmo já citado fazendo referência à proximidade da procissão dos Passos e dizendo que deviam ser carpidos "o adro da matriz e a praça desta vila". O que leva a crer que a simples menção de "praça desta vila" devia ser entendida como a da Matriz[36]. Sabe-se que em relação a ela (o futuro largo da Sé) já se tomavam em meados do século dezessete medidas que denotavam o crescimento cada vez menos arbitrário da vila. Em 1642 o dono de certos terrenos localizados nesse largo quis edificar uma casa ali. Os vereadores não só não consentiram na construção do edifício como declararam de utilidade pública todo o correr de prédios dali por diante a fim de que se pudesse fazer uma praça mais ampla. Agia-se dessa forma — explicava a vereança de 1642 — "para assim ficar a vila mais enobrecida e a praça dela".[37] O "terreiro do Colégio", Alcântara Machado — com base na pesquisa de inventários processados de 1578 a 1700 — escreveu que viu citado pela primeira vez em um documento de 1637.[38] Mas é provável que muito antes — pràticamente desde os tempos da fundação — fôsse o local conhecido mesmo por "terreiro do Colégio" ou "pátio do Colégio", pois o nome tradicional da casa dos padres da Companhia não podia deixar de ter prevalecido sôbre qualquer outro. Na segunda metade do século dezessete também já devia ter se formado — se é que não vinha do quinhentismo — o largo da Misericórdia, vizinho do da Matriz. Na

---

[35] Alcântara Machado, op. cit., pág. 29.

[36] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, págs. 274-275.

[37] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, V, pág. 137.

[38] Alcântara Machado, op. cit., pág. 30.

sua *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes* contou o padre Manuel da Fonseca que o seu biografado — que nascera em 1643 — costumava juntar-se ao gentio, para fazer a sua doutrinação, "em uma praça junto à igreja da Misericórdia".[39]

As ruas e os pátios piratininganos — cheios de covas, de valetas, de sarjetas danificadas, de ervas e de mato, de sujeira de bichos — ficavam de noite envolvidos na treva mais profunda. Tanto mais que como medida de prudência, em uma povoação onde em fins do século dezesseis ainda havia muita cobertura de casa feita com sapé, a Câmara, como escreveu Taunay, estabelecia em 1590: "Negro nem branco traga de noite fogo pela vila". "Ninguém se entenderá de um vizinho para outro e fronteiro"[40]. Simplesmente a da lua e das estrêlas, portanto, a iluminação das ruas. A não ser em ocasião de festa. As luminárias, para festejar o nascimento de algum príncipe ou a chegada de algum figurão, duravam três dias. Então — observou Nuto Santana — "janelas e portas se enfeitavam de um rosário de lanternas furta-côres e de tigelinhas de azeite em que chamas trêmulas e vermelhas faiscavam na ponta de rudes pavios de algodão"[41]. Mas eram muito raras essas ocasiões em que se viam de repente alumiados e vivos, arrancados do silêncio e do escuro das outras noites, o chão tôsco dos pátios e das ruas e as fachadas de taipa.

Essas ruas e pátios — da mesma forma que ocorrera com as edificações — sem dúvida se benefi-

---

[39] Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, pág. 113.

[40] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, pág. 396, e Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, págs. 116 e 117.

[41] Nuto Santana, *São Paulo Histórico*, IV, pág. 54.

ciaram um pouco durante o setecentismo com a passagem da vila à categoria de cidade. Não só com as primeiras tentativas ainda acanhadas de pavimentação, como com um cuidado mais intenso do poder municipal em relação à sua limpeza e mesmo com referência à sua regularização, embora não fôsse possível refazer o que vinha defeituoso desde os tempos da fundação. De modo geral pode-se dizer que a melhoria do traçado e das condições higiênicas e estéticas da rua paulistana, porém, do começo do século dezoito aos primeiros anos do dezenove foi pequena. E nem podia ter sido de outra forma tendo-se em vista o caráter a bem dizer ainda pouco urbano da povoação nesse período de sua existência.

Apesar de já no século dezessete terem sido fechadas muitas azinhagas que havia na vila, durante todo o setecentismo e até o começo do oitocentismo ainda sobravam muitos de seus becos que vinham dos tempos primitivos. Um dêles, o beco do Colégio, descendo em continuação da rua da Fundição (Floriano Peixoto) para o Tamanduateí e se comunicando por um caminho estreito — o chamado "caminho das sete voltas" — com outro beco: o do Pôrto Geral. Ainda outro, o beco do Sapo, transpondo o Anhangabaú na baixada do Acu. Nos fundos do convento franciscano, o beco da Casa Santa. E desembocando na rua de São Bento, o do Bom Jesus.[42] A própria rua de São Bento, embora tivesse de modo geral a direção que conservaria depois, apresentava no século dezoito uma porção de curvas e de reentrâncias.[43] E em beco sem saída acabava até mesmo a rua Direita, em meados do setecentismo a mais importante da cida-

---

[42] Vejam-se a propósito o mapa e o texto da *Plan'História da Cidade de São Paulo,* de Afonso A. de Freitas.

[43] Nuto Santana, op. cit., III, págs. 267-268.

de, com as suas lojas de "fazenda sêca" e as residências dos negociantes ricos da terra.[44] Fora dos alinhamentos principais — incluindo os becos — havia sòmente os caminhos que ainda não podiam merecer a denominação de ruas. Ladeados quando muito por muros de taipa às vêzes sem rebôco e sem telhas, ou por simples cêrcas. Com um ou outro casebre desconsolado balizando terrenos baldios.

Êsses caminhos e ruas desde os primeiros tempos da povoação tinham-se desenhado com muita irregularidade, ao sabor dos caprichos dos moradores. Para que essa desarrumação não continuasse ocorrendo o poder municipal tomou em meados do setecentismo — em 1753 — uma decisão importante. "Por evitar os inconvenientes das ruas e becos, que deveriam ser direitos, estarem todos sem ordem, por falta de haver um oficial arruador, continuando a fazerem-se casas dentro do mesmo desalinho", o procurador da Câmara propôs a nomeação de um arruador — que foi o carpinteiro Francisco Gomes Tavares — que fôsse assistir a tôdas as obras novas edificadas na área urbana, "fazendo tudo por cordas nas faces das ruas e dos quintais".[45] Mas quando se tomaram essas medidas o núcleo central já estava edificado e era irremediàvelmente irregular. Foi do que se queixou em fins do século dezoito o governador Lorena, oficiando assim à Câmara: "É tão grande a irregularidade que se encontra em quase tôdas as ruas desta cidade, que não pode ter emenda sem a destruir; ainda para se formar um projeto para a continuação de novas ruas,

---

[44] Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, págs. 106-107.

[45] Citado por Afonso A. de Freitas, "A cidade de São Paulo no ano de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XXIII, pág. 131.

com Arte, é bastantemente dificultoso por ser a cidade uma península formada pelo rio e por um ribeirão que corre em um pantanal, sendo o outro lado um terreno montuoso e desigual"[46]. Confirma êsse documento, em relação a São Paulo, uma observação de Sérgio Buarque de Holanda: a de que uma coisa muito característica das cidades velhas do Brasil — mesmo em face das cidades hispano-americanas — foi a sua formação desleixada, o seu crescimento à vontade, a sua subordinação exagerada à configuração dos terrenos. Sua silhueta se confundindo quase com a linha da paisagem natural[47]. São Paulo de Piratininga não fugira a essa regra — ou a essa falta de regra — e assim não é de estranhar que em 1790, no seu "Divertimento Admirável", Manuel Cardoso de Abreu, enumerando as ruas da cidade — que eram apenas as de São Bento, Direita, São Francisco, das Casinhas, das Flôres, do Carmo, do Rosário, da Quitanda e nova do Guaçu, com suas travessas — tivesse dito que elas eram "ruas mal ordenadas e mal calçadas".[48] E além disso provàvelmente ainda bastante esburacadas, apesar de terem se intensificado também, desde a passagem de São Paulo à categoria de cidade, as preocupações do poder municipal no sentido de que as ruas paulistanas tivessem pelo menos mais aparência de locais urbanos. Uma das resoluções então tomadas foi exatamente a de que se consertassem os buracos que havia por tôda parte.[49] Mas

---

[46] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XLVI pág. 165.

[47] Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., págs. 127 e seguintes.

[48] Manuel Cardoso de Abreu, "Divertimento Admirável", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, VI, págs. 253 e seguintes.

[49] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720)*, pág. 236.

isso não representava nada de pròpriamente novo, pois medidas semelhantes haviam sido determinadas nos dois primeiros séculos, parece que sem resultados muito visíveis.

Preocupação nova do poder municipal no setecentismo foi a do calçamento de algumas ruas, que até então eram cobertas apenas com pedregulho e saibro.[50] Parece que foi em 1740 que primeiro se cogitou de revestir de pedra o leito de certas vias públicas.[51] A dificuldade maior estava na falta de pedra em São Paulo, ou no transporte da que havia em locais dos seus arredores. Um edital de 1742, publicado no Registro Geral da Câmara, ordenava que os donos de prédios calçassem as testadas da rua de pedra ou de tijolo conforme as suas possibilidades. Mas em 1758 voltava-se a acentuar a necessidade da pavimentação das vias públicas "por se acharem as ruas totalmente incapazes de passarem por elas procissões".[52] Entretanto o calçamento só começou a ser feito na penúltima década do setecentismo: de 1781 a 1784, durante o govêrno de Francisco da Cunha Meneses.[53] Pavimentação que se fêz com o limonito vermelho e duro que havia em certos campos vizinhos[54]. Na mesma ocasião — em 1787 — registrava uma ata da Câmara a determinação de que se fizessem umas cintas de pedra na rua de São Gonçalo

---

50 Nuto Santana, *Metrópole*, págs. 167 e seguintes.

51 Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, tomo 3, pág. 154.

52 Afonso de E. Taunay, "Urbanização Setecentista", *Fôlha da Manhã*.

53 Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, I, pág. 81.

54 Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, VI, pág. 159.

Garcia "até enfrentar com as casas de Manuel José da Encarnação".[55] Essas cintas de pedra — explicou Nuto Santana — eram colocadas de distância em distância, transversalmente ao leito transitável de ruas ou de ladeiras não pavimentadas, para que detivessem a terra durante as enxurradas.[56] Os trabalhos de pavimentação começados no govêrno de Meneses continuaram no de Dom Bernardo José de Lorena, que em 1790 escrevia: "O engenheiro João da Costa Ferreira tem dirigido o modo de se calçarem as ruas dessa cidade, e já muitas delas estão acabadas e ficaram excelentes".[57] Embora falando de um empreendimento de seu govêrno e devendo-se portanto admitir que tenha exagerado, é possível que Lorena tivesse algum fundamento para essa afirmação. As ruas da cidade depois dêsse tempo, do ponto de vista de sua pavimentação, deviam ter ficado mais perfeitas que por ocasião das primeiras tentativas de calçamento. É o que parecem indicar os depoimentos de alguns viajantes estrangeiros no comêço do século seguinte.

A própria limpeza das vias públicas não podia deixar de ter se tornado um pouco mais razoável que a dos tempos primitivos a partir da época em que São Paulo foi considerada cidade, e sobretudo nesses últimos anos do setecentismo. Servia de pretexto ainda para a limpeza dos logradouros públicos a celebração de festas religiosas ou reais: a Câmara, tendo em vista os festejos, recomendava aos moradores que limpassem os trechos "das suas testadas". Já de 1713

---

[55] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVIII, pág. 394.

[56] Nuto Santana, *Metrópole,* págs. 167 e seguintes.

[57] Citado por Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* VI, pág. 51.

datavam proibições relativas à criação de porcos dentro da cidade[58], em vista da provável ineficiência das posturas primitivas. Mas tudo a princípio devia ser muito precário. E ainda no ano de 1718 os quintais viviam cheios de mato e o lixo era jogado por todos os cantos.[59] As autoridades insistiam. Em 1725 ordenava-se aos moradores que limpassem as testadas de seus muros dentro de oito dias e que todos mandassem varrer e limpar os lixos da rua defronte de suas testadas, "botando com as mais imundícies na paragem e lugar que pelos oficiais do Senado da Câmara" estava destinado. E que nenhuma pessoa despedisse para a rua canos ou regos de "água suja e fedorenta" nem entupisse com lixos e monturos as saídas dela nas partes costumadas.[60] Mas não se pôde impedir que alguns anos mais tarde — já em meados do século — o rêgo aberto para prover de água o recolhimento de Santa Teresa fôsse causa do estado deplorável em que passaram a ficar quase permanentemente certas ruas cortadas por êle. Cheias de lama e buraqueira. Principalmente a rua de Santa Teresa e a descida do Carmo em demanda do Tamanduateí[61].

Em fins do século dezoito, quando a Câmara mandava fazer o que se chamava a limpeza geral da cidade, levava-se todo o lixo para os grandes covões que tinham sido abertos em certos lugares.[62] Um

---

58 Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720)*, pág. 237.

59 Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de S. Paulo. (1711-1720)*, págs. 55-56 e 236 e seguintes.

60 "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal*, XXI. págs. 115-116.

61 Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo*, pág. 55.

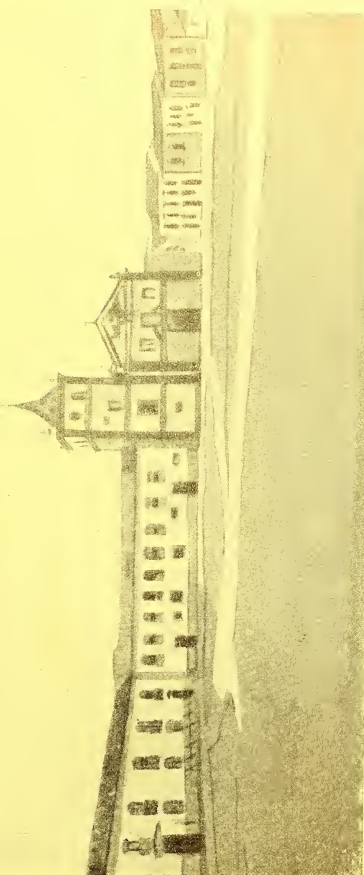
62 Afonso de E. Taunay, *Antigos Aspectos Paulistas*, pág. 97.

edital publicado pelo poder municipal em 1790 ordenava que os moradores da rua do Colégio, do largo da Sé, da rua das Flôres e do convento do Carmo fizessem o despejo do lixo no buracão que se achava fronteiro ao convento dos Carmelitas, junto à estrada que ia para a ponte de baixo da casa carmelitana; os da rua do Rosário dos Pretos, da Boa Vista e de São Bento, no buraco junto ao caminho que ia para o Tamanduateí, "fronteiro ao quintal amurado do padre Inácio de Azevedo Silva"; os da rua Direita, da Quitanda, dos Camargos, de São Francisco, da Nova de São José e do bairro de São Gonçalo, no córrego que ia para Santo Amaro.[63] No comêço do século seguinte alguns pontos da várzea do Tamanduateí — sobretudo a zona do Carmo, freqüentemente encharcada — continuaram servindo para os despejos de uma grande parte do lixo da cidade. Mas reservaram-se para isso também outros locais. No sulco profundo do Anhangabaú — escreveu Teodoro Sampaio — a íngreme ladeira que dava acesso à ponte do Acu, assim como os altos onde depois se abriu a rua da Palha (Sete de Abril), passaram a ser um vasto monturo, para onde se lançava a sujeira da povoação e onde entravam em decomposição animais mortos.[64] Mas apesar da existência dêsses locais expressamente destinados para o despejo — e em 1821 a Câmara insistia em indicar quais eram êsses lugares[65] — era difícil evitar a "porquidade" que se observava nas ruas da cidade, como se dizia em

---

[63] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, I, pág. 125.

[64] Teodoro Sampaio, "São Paulo no Século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, pág. 159.

[65] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XVI, pág. 132.

13 — O pátio do Colégio no ano de 1818.
(Desenho de Thomas Ender, reproduzido do livro *Velho São Paulo*, de Afonso de E. Taunay).

uma ata do poder municipal[66]. No próprio pátio da igreja de São Pedro — a dois passos da Matriz — costumava haver água suja empoçada ainda em 1818[67]. É que não havia pròpriamente — observou o cronista Vieira Bueno — serviço de limpeza organizado, e por isso onde quer que houvesse pouco trânsito a grama e a erva cresciam à vontade. Nos lugares mais escuros, onde se formavam esterquilínios, brotava o ervaçal formado principalmente por uma espécie de cicuta muito parecida com a salsa de horta.[68] De dois dêsses "esterquilínios" existentes dentro do povoado, falou ainda Vieira Bueno, em suas evocações do comêço do século dezenove: os tais covões em que se despejava o lixo todo que não ficava nos quintais e ainda se derramavam os "tigres" da cadeia e dos quartéis. Um rente com o princípio da ladeira do Carmo. Outro no fim da rua de São José, perto da ponte do Acu. O pouco de serviço de limpeza que se fazia era executado pelos presos condenados às galés, geralmente pretos, que andavam pelas ruas acompanhados por soldados, tilintando suas pesadas correntes.[69]

Da primeira parte do século dezenove conhecem-se também vários depoimentos de viajantes estrangeiros sôbre o traçado, a limpeza e a pavimentação das ruas paulistanas. O calçamento delas era feito com grés cimentado com óxido de ferro — observou com requintes de técnico o mineralogista Mawe em

---

66 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXII, pág. 439.

67 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXII, págs. 188 e 193.

68 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

69 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

1807 — contendo seixos grandes de quartzo redondo. Êsse pavimento era uma formação de aluvião — explicou o inglês — contendo ouro, de que se encontravam muitas partículas em fendas e buracos, depois das chuvas pesadas, quando eram diligentemente procuradas pelos pobres[70]. Aliás, segundo a *Viagem Mineralógica*, de Martim Francisco e José Bonifácio, viam-se mesmo pessoas catando pepitas de ouro arrastadas pelas enxurradas, nos barrancos existentes em tôrno da igreja do Carmo, quando acabavam os aguaceiros fortes.[71] Pouco depois da época da viagem de Mawe — de 1809 a 1813 — sabe-se de algumas medidas da Câmara visando a melhoria, sob diversos aspectos, das vias públicas de São Paulo. Cogitou-se até da nomenclatura das ruas e da numeração das casas.[72] Insistia-se por outro lado com os proprietários de carros, do Pari, da Penha, de São Bernardo, da Moóca e do Caaguaçu, para que concorressem com as carradas de pedras a que estavam obrigados, para que se fizesse o calçamento de ruas e testadas de casas[73]. Ordenava-se que os donos cobrissem de telha, rebocassem e branquejassem os muros que tivessem nas ruas, "para evitar a deformidade que causavam".[74] E tomavam-se medidas contra certos proprietários que, cercando terrenos na chamada Cidade Nova (que começara a se edificar, à esquerda do Anhangabaú, em 1808), iam "tomando as ruas demarcadas, e isto com dano da formosura e

---

70 John Mawe, *Viagem ao Interior do Brasil*, pág. 77.

71 Citado por Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista*, pág. 81.

72 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXI, pág. 48.

73 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXI, págs. 12 e 114.

74 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXI, pág. 385.

prospecto da mesma cidade e da comodidade pública".[75]

Alguns anos mais tarde o naturalista Von Martius, visitando São Paulo, escreveu que as suas ruas eram em parte pavimentadas com quartzo branco encontrado no granito gnaissificado existente nas cercanias da cidade. Acentuou o cientista alemão — certamente com um pouco de generosidade ou então fazendo paralelo com as ruas ainda em piores condições de certas cidades do litoral do Brasil — que as vias públicas paulistanas eram muito largas, claras e asseadas.[76] Algumas inteiramente calçadas — notou por sua vez na mesma ocasião Saint-Hilaire — sendo entretanto o calçamento imperfeito. Outras só tendo pavimentação diante das casas: os passeios das testadas.[77] Nessa época — observou Nuto Santana — as nossas ruas se calçavam com pedras brutas, sem nenhum preparo de artífice. Do jeito que se obtinham eram transportadas para a cidade — depois de muita zanga do poder municipal com os carreiros — e colocadas na via pública.[78] Êsse sistema bastante primitivo de

---

[75] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXI, pág. 230.

[76] Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, págs. 204 e 214. A limpeza das ruas paulistanas nessa época — a julgar por essa referência de Martius, talvez um tanto exagerada — devia ser um pouco mais perfeita que as das cidades do litoral do Brasil, sôbre as quais os viajantes, em seus depoimentos, falavam sempre em muita imundície. Vejam-se por exemplo as referências de Waterton às ruas de Recife (citadas por Melo Leitão, *O Brasil Visto pelos Inglêses,* pág. 70), de Maria Graham às da Bahia (citadas por Melo Leitão, *Visitantes do Primeiro Império,* pág. 38) e de Rugendas às do Rio de Janeiro (*Viagem Pitoresca Através do Brasil,* pág. 137).

[77] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo,* págs. 173-174.

[78] Nuto Santana, *Metrópole,* pág. 167. Deve-se lembrar

pavimentação parece ter tido no entanto, pelo menos segundo a opinião do cronista Vieira Bueno, um resultado positivo: à necessidade de andar com cuidado em calçadas assim escabrosas era atribuído o pisar faceiro das paulistanas[79]. Com exceção das ruas situadas no flanco da colina e pelas quais se descia para o campo — no tipo da Tabatingüera — observou Saint-Hilaire que as outras ruas se estendiam em terreno plano, sendo tôdas bastante retas e podendo por isso os veículos transitar por elas com tôda a facilidade.[80] Entretanto, como escreveu Nuto Santana, referindo-se a essa época, nenhuma das ruas da cidade era rigorosamente direita. E elas não se cruzavam em ângulos retos, a ponto de ter-se notabilizado com o nome de Quatro Cantos um cruzamento assim excepcional, como o que formavam as ruas Direita e São Bento[81]. Mas os viajantes nacionais ou estrangeiros dêsse tempo eram bastante complacentes: em 1823, passando pela segunda vez por São Paulo, também D'Alincourt falou que as suas ruas eram "calçadas, espaçosas e boas".[82]

Sabe-se que a cidade contava nesse tempo com trinta e oito ruas, dez travessas e seis becos. As mais habitadas eram a do Rosário (Quinze de Novembro),

---

que mesmo na Côrte a pavimentação das ruas era muito imperfeita e só em 1822, segundo Debret, foi confiada a técnicos estrangeiros, estendendo-se então o calçamento aos arrabaldes. Mesmo essa nova pavimentação do leito das ruas no entanto era feita com pedaços de pedra irregulares, cujos interstícios eram preenchidos com pequenos fragmentos. (J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, I, pág. 223).

[79] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[80] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 173-174.

[81] Nuto Santana, *Metrópole*, pág. 131.

[82] Citado por Afonso de E. Taunay, *Non Ducor. Duco*, pág. 146.

com setenta e sete casas, a Direita. com trinta e nove a do Comércio (Álvares Penteado), com trinta e quatro e a de São Bento, com cinqüenta e duas[83]. Depois dessas, provàvelmente, as que de certa forma contornavam o "triângulo": a Boa Vista, a Nova de São José (Líbero Badaró), a do Ouvidor (José Bonifácio) e a do Carmo. E mais algumas ao sul do largo da Sé: a da Cruz Preta (Quintino Bocaiúva), a do Jôgo da Bola (Benjamin Constant), a da Freira (Senador Feijó), a de São Gonçalo e a da Esperança (desaparecidas com a ampliação do largo da Sé), a de Santa Teresa (comêço da Avenida Rangel Pestana), a do Quartel (Onze de Agôsto), a das Flôres (Silveira Martins), a da Boa Morte (continuação da rua do Carmo) e a da Tabatingüera.

Jardim Público, o primeiro da cidade, só começou a ser aberto em fins do século dezoito. Em 1799, em virtude de um aviso régio, foram concedidas ao sargento-mor Antônio Marques da Silva, nomeado inspetor da obra, vinte datas de terra "com a testada de 273 braças contadas desde os muros do padre capelão até o ângulo defronte do Espaldão", para se estabelecerem nelas o Jardim Botânico da Luz e mais o Hospital Militar e a Casa do Trem[84]. Ficou acabado e foi pôsto à disposição do público, o jardim, em 1825.[85] Com êsse jardim ainda em projeto e os pequenos pátios ou os terreiros pelados — de terra nua — diante das igrejas, a cidade entrou no século dezenove.[86] Pequenos, pois quase todos haviam se origi-

[83] Afonso A. de Freitas, "São Paulo no dia 7 de Setembro de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXII, pág. 3.

[84] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* I, págs. 133-137.

[85] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pág. 137.

[86] A tradição dos largos sem jardins era aliás a de outras cidades brasileiras. As suas praças quando muito eram lìrica-

nado de reduzidos espaços não edificados na frente de algumas igrejas e de alguns conventos. Achava mesmo o poder municipal, no comêço do oitocentismo, que não deviam ser muito espaçosas as praças da cidade. Referindo-se ao Campo da Luz, uma ata da Câmara em 1811 falava "não ser conveniente ao bem público" que dentro de uma cidade que para o futuro podia vir a crescer muito, houvesse praças tão espaçosas, pelos danos que podiam causar à acomodação do povo e pela dificuldade de seu policiamento à noite: quem passasse por elas podia ser atacado fàcilmente na escuridão.[87]

Sete apenas eram êsses largos ou praças que vinham do setecentismo: o de São Bento (o velho largo do Mosteiro), o do Rosário (que no comêço do século anterior era ainda campo inculto), o de São Francisco (uma parte mínima que talvez sobrasse do quintal do convento franciscano) e o da Misericórdia; os chamados pátios da Sé e do Colégio, e o campo de São Gonçalo.[88] Um documento de 1780, resumido por Brasílio Machado, assinalava três pátios na zona urbana. Talvez fôssem — escreveu Afonso de Taunay — os pátios e o campo de São Gonçalo, sendo os

---

mente "vestidas de relva", como as que Saint-Hilaire descreveu em algumas localidades das províncias do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e Rio Grande (Auguste de Saint-Hilaire, *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, pág. 235, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, I, pág. 26, *Viagem à Província de São Paulo*, págs. 149, 233, 249 e 273, e *Viagem ao Rio Grande do Sul*, pág. 120); ou como a grande praça de São Luís do Maranhão que ganhava até com isso — na opinião do viajante Koster — "um aspecto formoso e sugestivo" (Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pág. 231).

87 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXI, pág. 241.

88 Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, págs. 106-107.

14 — Negras quitandeiras de pinhão quente. Figuras típicas da rua paulistana no começo do século passado.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

outros quatro, referidos pelo censo de 1765, chamados de praças.[89]

Mas nos primeiros anos do século dezenove teve a cidade mais dois largos, que se desenharam aliás fora do núcleo tradicional e mais povoado: o do Arouche e o do Zunega. Conhece-se a origem do primeiro dêles por um ofício de 1811, de Arouche de Toledo Rendon à Câmara, dizendo: "Por não haver dentro desta cidade nem nos seus subúrbios uma praça em que se possa disciplinar os milicianos por brigadas, tomei a resolução de fazer desterrar e aplainar a praça denominada da Legião, à custa dos milicianos desta cidade que voluntàriamente querem para isso concorrer com porção módica. Esta dita praça foi por mim demarcada quando por ordem dêsse Senado retalhei, arruei e demarquei a Cidade Nova. Então lhe pus o nome de praça da Legião, na espera de que êste Corpo, com a sua gente, a procurasse para os exercícios das suas três armas".[90] Nasceu assim o futuro campo ou largo do Arouche, aberto por um militar e não por um urbanista. O nome dizia tudo: a sua parte de cima chamava-se "da Artilharia"; a de baixo, "da Legião". O plano de construção — escreveu um cronista — teve em vista os assaltos simulados e o alcance das peças de artilharia.[91] E por isso mesmo o futuro Arouche foi um largo bem mais amplo do que aquêles que vinham do século anterior e se espremiam entre as taipas da área central. Ainda nesses primeiros anos do oitocentismo outro

---

89 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 338.

90 "Papéis Avulsos", *Revista do Arquivo Municipal,* XXXVIII, pág. 264.

91 Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora,* pág. 132.

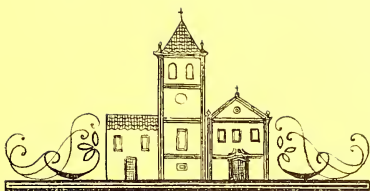
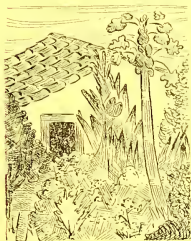
largo provàvelmente se formou junto do chamado Tanque do Zunega ou do Zuniga, a pequena distância da igrejinha de Santa Ifigênia: a origem do largo do Paissandu, que uma ata da Câmara em 1813 chamava de praça das Alagoas, decerto porque vivia inundado pelas águas daquele tanque. Essa praça das Alagoas era então defendida, pelo poder municipal, da deformidade que causava ao seu alinhamento uma casinha coberta de palha[92].

Os largos e os pátios da cidade — como as suas ruas — continuaram até êsse tempo desconhecendo qualquer espécie de iluminação. De noite a cidade devia ter por isso, aos olhos dos viajantes que chegassem, a aparência de uma vila das mais insignificantes, de um vago arraial cujas taipas se perdessem nas brumas do planalto. A não ser o reflexo, também pobre, de qualquer luz de candeeiro escoada de uma janela aberta ou peneirada por alguma rótula, só havia claridade nos locais de quitanda, iluminados pelos rolos de cêra preta que se pregavam na guarda dos tabuleiros[93]. Ou então a do fogo que sôbre a cabeça da negra quitandeira de pinhão[94] caminhava na escuridão arrancando da treva pedaços fugazes de taipa, pedras confusas do leito da rua, portões de chácaras adormecidos na quietude da noite.

---

[92] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXI, pág. 405.

[93] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[94] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

III — ROTEIRO DOS SÍTIOS E DOS BAIRROS

O tipo da coisa difícil seria determinar a superfície e os limites da área de São Paulo de Piratininga na era quinhentista e as suas modificações até aos primeiros anos do oitocentismo. Sabe-se apenas que o seu núcleo pròpriamente urbano se limitava, ainda em meados do século dezessete e mesmo no começo do dezoito, no espaço contido entre os conventos de São Bento, do Colégio, do Carmo, de São Francisco e mais o bairro da Tabatingüera. Área com a forma aproximada de um triângulo, portanto, limitada a leste pelo ribeiro Tamanduateí, a oeste pelo córrego Anhangabaú, e não alcançando ao norte nem a confluência dessas duas correntes de água. Êsse núcleo insignificante vivia além disso sitiado pelos campos, com o mato se insinuando pelos quintais e invadindo as ruas. Em 1620 a Câmara tomava medidas contra as pessoas que não haviam derrubado os matos que

estavam por detrás de suas casas[1]. E antes, em 1587, dissera-se em uma ata, muito significativamente, que a vila "possuía mais matos que outra coisa"[2].

Deve-se observar no entanto, como lembrou Taunay, que apesar de assim bem localizada, do ponto de vista de sua defesa, em conseqüência do critério jesuítico, "em um pequeno platô dominador da várzea e apenas acessível de um lado", a vila de Piratininga em seus tempos primitivos não pôde dispensar anteparos que evitassem as sortidas de surprêsa dos indígenas. Por isso se cercou de muros e de estacadas[3]. "Requereu o procurador do Conselho — pode-se ler em uma ata da Câmara em 1562 — que se acabassem os muros e baluartes"[4]. Logo depois dizia-se que ainda se achavam por terminar uma guarita por trás do muro e a cobertura das cêrcas da vila[5]. E uma referência de 1574 aludia a uma Porta Grande, "entrada principal sôbre a qual havia uma guarita como posição de atalaia"[6]. Êsses muros — que eram indispensáveis no quinhentismo, pois os bugres ameaçavam freqüentemente a vila — de certa forma representavam obstáculos às atividades de alguns moradores, e com o tempo passaram a constituir talvez entraves ao próprio crescimento da povoação ou pelo menos à comunicação entre ela e os sítios da vizinhança. Alegava em certa ocasião — no ano de 1575 — um dêsses moradores que, se fôssem reconstruídas as fortificações que estavam

---

[1] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, II, pág. 424.

[2] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, pág. 311.

[3] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, págs. 7 e 8.

[4] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, pág. 16.

[5] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, págs. 21-22.

[6] Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 7 e 8.

derruídas no ponto em que ele habitava, sua mulher e suas escravas teriam de dar uma volta enorme para irem à roça trabalhar[7]. Situações como essa, ao lado da própria falta de recursos com que sempre lutou o poder municipal, sobretudo na era quinhentista, devem ter contribuído para que se desleixassem os trabalhos de reconstrução e reparo das estacadas. Em 1576 observava-se que os muros da povoação estavam danificados, caindo aos pedaços. E decorreram ainda vários anos sem que se pensasse em qualquer reparação. Parece que só foram reedificados êsses baluartes nos últimos anos do século dezesseis, diante da ameaça mais positiva de um ataque de índios[8].

É provável todavia que com o crescimento da vila já no primeiro século, em fins do quinhentismo, tivesse sido levantada além da primitiva uma segunda cinta de muralhas. Uma ata da Câmara em 1590 se referia a determinadas distâncias medidas a contar dos "muros velhos"[9]. Ainda assim essas fortificações protegiam ùnicamente a parte por assim dizer mais urbanizada da povoação, pois a área limitada por elas era bem menor que a do rocio, isto é, aquela dentro da qual se concediam datas de terras aos povoadores, visando o desenvolvimento da vila. Êsse rocio, nos tempos primitivos, sugeriu-se que fôsse "de cinco tiros de besta, ao derredor da vila": os limites, porém, eram bastante vagos, coincidindo por vêzes com trechos do Tamanduateí, do rio Pinheiros e chegando em alguns pontos ao Tietê[10]. Em 1598 a Câmara procurou fazer um balizamento mais perfeito do rocio paulistano, que foi delimitado por quatro marcos "de

---

[7] Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 10.
[8] Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 11 e seguintes.
[9] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 11.
[10] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 100.

pedra que parece de amolar, com a cabeça para baixo", fincados nas saídas principais da povoação. Os alinhamentos porém eram naturais, confundindo-se quase sempre ainda com as margens dos rios e dos ribeirões da região[11]. A julgar pelos papéis do Arquivo Municipal, escreveu Nuto Santana, a Câmara não deu tôdas as terras do rocio da vila[12]. Além disso muitas "datas" concedidas, sobretudo nos primeiros tempos, ficaram desaproveitadas. Em 1576 o procurador do Conselho dizia que tendo sido dados muitos chãos para casas e quintais, ao redor da povoação, a oficiais da Câmara, "nos anos passados", essas terras não tinham recebido benfeitoria nenhuma e que se a situação perdurasse os chãos seriam dados a outras pessoas[13].

Mas é fora de dúvida que particularmente de fins do século dezesseis em diante a zona rural ou semi-rural de São Paulo de Piratininga foi se estendendo de forma considerável. Já nesse tempo se fêz o que Taunay denominou a discriminação mais antiga que se conhece dos bairros de São Paulo: o Hipiramgua, a Ponte Grande da Tabatingüera, a Birapueira, Santo Amaro, os Pinheiros. Mas havia também outros núcleos menos importantes: Piquiri, Samambatiba e Ambuaçava ou Embuaçava, o reduto na confluência dos rios Jeribatiba e Grande[14], fronteiriço ao Butantã. Outras áreas da região de Piratininga se povoaram sobretudo depois de fins do século dezesseis: tendo passado o risco de ataques de índios, os colonos já se aventuravam a pedir terras em um raio mais

---

[11] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 100.

[12] Nuto Santana, *São Paulo Histórico*, II, pág. 122.

[13] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, pág. 103.

[14] Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 182-183.

largo, avançando pelo sertão[15]. Na segunda metade do século dezessete os sítios e as fazendas já se estendiam não apenas pelas zonas do Ipiranga, do Ibirapuera, dos Pinheiros, do Butantã, do Mandaqui, de Santo Amaro, de Tremembé[16], mas também pelas de Guapira — onde Fernão Dias plantou o trigo e a vinha[17] — de Guarulhos, de Itaquaquecetuba, de São Miguel, de Quitaúna, de Carapicuíba — povoada por Afonso Sardinha — de Cutia, de Juqueri, de Parnaíba. Daí dizer uma ata da Câmara em 1655 que as fazendas dos moradores estavam já a mais de seis ou sete léguas "por caminhos fragosos"[18]. Sítios êsses — como escreveu Ian de Almeida Prado — que eram a um tempo residência e celeiro[19]. Os campos da região piratiningana eram bastante férteis em searas de trigo e grandes vinhas, dissera em meados do século dezessete Simão de Vasconcelos[20]. De algodoais, de culturas de fumo e apesar do clima até de canaviais. Dispunha de abundância de legumes da terra e de Portugal, no depoimento de Cardim ainda na era quinhentista[21]. Pois as velhas plantas clássicas trazidas da Europa foram cultivadas ao lado das espécies indígenas novas para os colonos. Isso já na pequena "cêrca" que os Jesuítas plantaram junto

---

[15] Luís Saia, "Notas sôbre a arquitetura rural paulista do segundo século", *Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 8, pág. 211.

[16] Belmonte, *No Tempo dos Bandeirantes*, págs. 21-22.

[17] Nuto Santana, op. cit., I, págs. 31-32.

[18] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, VI, pág. 118

[19] Ian de Almeida Prado, "São Paulo Antigo e sua arquitetura", *Ilustração Brasileira*, setembro de 1929.

[20] Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, 2.ª edição, I, pág. 87.

[21] Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, pág. 314.

de sua própria igreja[22]. E depois nas hortas e nas chácaras que foram se espalhando e se distanciando em tôrno da povoação. Muitas delas pertencentes aos conventos, sabendo-se por exemplo que aos monges de São Bento foram doadas terras para sempre: "até o fim do mundo"[23]. Depois de 1680, aparecendo até um jardim no meio dessas chácaras e dêsses sítios todos: o de João de Toledo Castelhanos, êsse requintado seiscentista que vivia "no retiro de uma quinta, vulgarmente chamada chácara" — segundo Pedro Taques — na zona do Guaré (Luz), onde se recreava com a cultura das flôres de um jardim — único até aquêle tempo em que os moradores de São Paulo só tinham por interêsse os índios, as minas de ouro, as searas de trigo e a criação de porcos[24]. Apesar de Simão de Vasconcelos ter falado dos campos de Piratininga como férteis também em flôres: cravos, rosas, lírios e açucenas[25].

Essas chácaras, quintas, roças e sítios espalhados pelos campos, ao redor do núcleo urbano mas às vêzes a distâncias consideráveis, é que constituíam os "bairros" a que faziam referências, uma vez ou outra, as atas quinhentistas ou seiscentistas da Câmara de São Paulo. Nessas roças viviam mesmo os moradores principais da vila. Em uma ata de 1620 falava-se de "oficiais" que viviam "cinco ou seis léguas da vila a virem a ela sem necessidade a fazer câmara"[26]. Em 1626 mandava a edilidade que se fizessem os caminhos

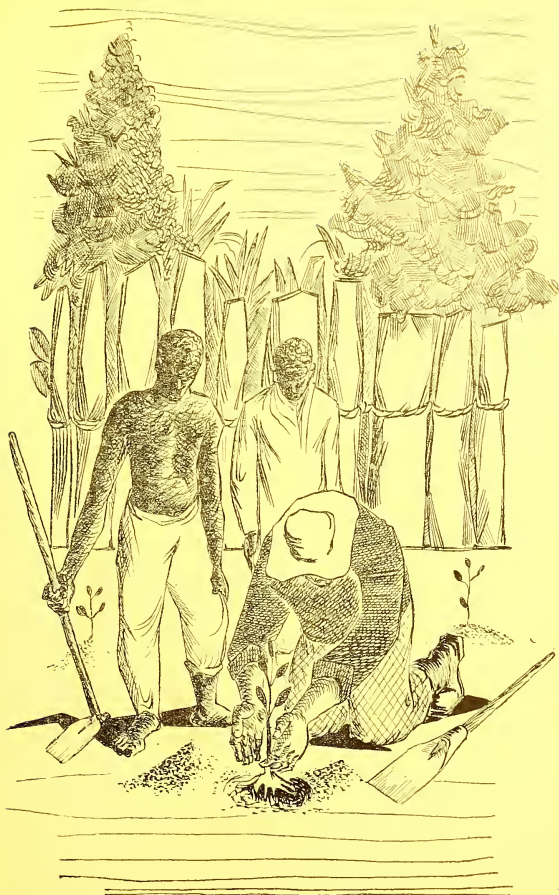
---

[22] Eduardo Prado, *Coletâneas,* IV, pág. 81.

[23] Machado d'Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822,* págs. 61-62.

[24] Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro,* vols. XXXII, XXXIII, XXXIV e XXXV.

[25] Simão de Vasconcelos, op. cit., I, pág. 87.

[26] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 449.

15 — Plantas trazidas da Europa foram cultivadas ao lado das indígenas na própria horta contígua ao Colégio dos Jesuítas.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

da vila — os tais caminhos fragosos — "para as roças dos moradores"[27]. E ainda no comêço do século seguinte — o dezoito — destacava-se a necessidade de se fazerem consertos "nos caminhos todos dos bairros do têrmo da cidade"[28]. Bem que dissera Dom Luís de Céspedes Xeria, em 1628, da vila de São Paulo, que ela vivia com as suas casas fechadas habitualmente, porque a "assistência" dos habitantes era no campo[29]. Ou o padre Mansilla: que fora das festas principais, muito poucos homens e mulheres ficavam nela. Estavam sempre nas suas chácaras ou então pelos bosques e campos à cata de índios[30].

A situação pouco se modificou até aos últimos anos do século dezoito. Mas sobretudo no comêço do setecentismo — em tôrno de 1720 — era por isso ainda bastante reduzida a área da cidade. O seu núcleo urbanizado se concentrava todo no triângulo, em cujos vértices — lembrou Alcântara Machado — figuravam as igrejas de São Francisco, de São Bento e do Carmo. À esquerda do Anhangabaú e à direita do Tamanduateí, na "banda de além", eram os campos de criação, os currais de gado, as matas do Caaguaçu e do Ipiranga, as chácaras e as casas de campo[31]. Os "bairros", em suma, do "têrmo da cidade", para o consêrto de cujos caminhos a Câmara andava sempre convocando os moradores[32]. Em meados do setecentismo o edifício da Cadeia, embora próximo do con-

---

27 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* III, pág. 221.

28 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* VIII, pág. 252.

29 Citado por Afonso de E. Taunay, *Non Ducor, Duco,* pág. 24.

30 Afonso de E. Taunay, *Non Ducor, Duco,* pág. 28.

31 Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante,* pág. 27.

32 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* VIII, pág. 252.

vento dos Franciscanos, Washington Luís mostrou que estava ainda fora das "ruas públicas"[33]. No fim da rua Direita começava logo o chamado Caminho do Anhangabaú de Cima ou Grande, que só mais tarde se transformaria na ladeira Doutor Falcão[34]. O futuro largo do Rosário — segundo referências de Nuto Santana — era o campo, o subúrbio da cidade, apenas começando a se erguer ali pequenas edificações. O autor de *São Paulo Histórico* escreveu que então nem devia haver o trecho da rua de São João entre aquêle local e o da futura praça do Correio[35]. Talvez apenas alguns caminhos insignificantes, transpondo por meio de pontes de madeira o Anhangabaú. E do largo de São Bento para o norte havia apenas a estrada do Guaré (Florêncio de Abreu)[36]. Para os lados do Tamanduateí a cidade tinha sido contida, no seu crescimento, pelos desbarrancados fundos que haviam levado os jesuítas a escolher o local de sua fundação. Acabava o núcleo urbano aí bruscamente, por causa dos desmoronamentos de terras que Dom Luís Antônio de Sousa mandou entupir, junto do Carmo e de Santa Teresa[37]. "Neste ano fiz atupir semelhante socavão em o fim da rua do Carmo — escrevia êle em 1768 — e falta-me ainda mais outro no fim da rua de Santa Teresa, para ficar de todo preservada a cidade das ruínas que a ameaçavam"[38].

Entretanto se era dessa forma reduzida a área urbana de São Paulo, se ela pràticamente não se es-

---

[33] Washington Luís, *Capitania de São Paulo,* págs. 13-14.

[34] Nuto Santana, op. cit., III, págs. 267-268.

[35] Nuto Santana, op. cit., III, págs. 267-268.

[36] Nuto Santana, op. cit., III, págs. 267-268.

[37] Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo,* págs. 107-108.

[38] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XIX, pág. 19.

16 — Arredores da cidade de São Paulo no comêço do século passado.
(Desenho de Chamberlain — Coleção Ian de Almeida Prado)

tendera além dos limites já atingidos em meados do seiscentismo — e isso ocorria não só porque a maioria de seus moradores vivia na roça, mas também porque a população não aumentava em conseqüência das expedições numerosas para o sertão — os "bairros" primitivos haviam-se multiplicado em quase tôdas as direções, em tôrno do planalto central, e sobretudo na segunda metade do setecentismo alguns dêles se viram amparados por condições de desenvolvimento econômico e de povoamento mais intenso. O recenseamento de 1765 citava os de Nossa Senhora do Ó, Jaraguá, Tremembé, Cantareira, Santana, Pari, Tatuapé, Penha, Aricanduva, São Miguel, São Bernardo, Borda do Campo, Nossa Senhora das Mercês, São Caetano, Pirajuçara, Embuaçava, Pinheiros e Caaguaçu[39]. Alguns dêles habitados por número apreciável de moradores de recursos, como o Caaguaçu[40]. Outros, quase que só por gente humilde: o caso do Pari, não reunindo então mais do que catorze casas em que moravam setenta e duas pessoas que em sua maioria se ocupavam da pesca[41]. Daí a sua denominação, originada de um processo primitivo de pescaria: o pari, cêrca ou tapume de taquara ou de cipó com que se cercava o rio de margem a margem, desde os primeiros tempos da povoação. E havia os bairros que se destacavam pela beleza de sua paisagem, como o de Santo Amaro, descrito pelo padre Manuel da Fonseca: "Há junto à cidade de São Paulo, pouco mais de duas léguas de distância, um bairro a que deram o título de Santo Amaro, porque em uma formosa, ainda que pouco ornada igreja, veneram seus mora-

---

39 Amador Florence, "Curiosidades de censo paulistano de 1765", *Rev. do Arquivo Municipal,* LXXIX, págs. 132-133.

40 Amador Florence, loc. cit., págs. 132 e seguintes.

41 Nuto Santana, *Metrópole,* pág. 61.

dores como patrono a êste santo. É bairro aprazível por sua natureza, em uma campina de tal sorte levantada que, não perdendo o título de vargem, dá bastante matéria aos olhos para divertirem"[42].

Foi alguns anos depois do censo de 1765 — em 1769 — que se demarcou o rocio de meia légua concedido por carta de sesmaria de 1724. A sesmaria do rocio foi conhecida pelo nome de Sesmaria do Marco da Meia Légua porque tinha seu centro no largo da Sé e formava uma circunferência de três quilômetros de raio. Nos pontos cardeais colocaramse os marcos. Para o lado da Penha — segundo Nuto Santana — no local ainda hoje conhecido por Marco, na avenida Celso Garcia; para os lados de Santana, além do Tietê, na paragem do Areal, na rua Voluntários da Patria perto da Carandiru; para o lado de Pinheiros, nas proximidades do local em que se abriria no futuro a Avenida Paulista; e para a direção de Santos na altura do bairro do Ipiranga[43]. Também dêsse tempo data o desenvolvimento do bairro ou sítio da Luz, até então muito abandonado[44]. Já em 1774 dizia-se em uma ata da Câmara que ia se continuando em sua direção "uma rua de casas", servindo o sítio de local de recreação e de devoção para os moradores da cidade, que para ali concorriam sobretudo aos sábados[45]. Mas o caminho para êsse local da Luz ou do Guaré era uma vereda bastante

---

[42] Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes,* pág. 18.

[43] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* II, págs. 120-121 e 290-291.

[44] Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo,* págs. 107-108.

[45] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, págs. 349 e 355.

17 — Lavagem de ouro no Jaraguá, perto da cidade de São Paulo.
(Gravura do livro de John Mawe — *Travels in the interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts*, 1812).

íngreme, que só se pensou em suavizar em 1782[46]. Dois anos depois, em 1784, queria o abade de São Bento abrir uma rua do canto da tôrre dos Beneditinos até o convento da Luz, para o que já tinha licença da Câmara, só faltando que ela determinasse a sua direção e a sua largura[47]. Esboçava-se dessa forma um pequeno crescimento do núcleo urbano primitivo em direção ao norte. O mesmo se verificou quase na mesma ocasião para oeste, mas ainda sem ultrapassar o limite representado pelo córrego Anhangabaú: foi quando em 1787 a Câmara mandou abrir paralelamente à rua de São Bento a Nova de São José (Líbero Badaró) em terreno onde até então não existia mais do que um caminho tortuoso por trás de uma porção de quintais e fundos humildes de casas. Logo em seguida foi aberta uma travessa de ligação da rua de São Bento para a de São José[48]. Crescimentos insignificantes, portanto, que quase não alteravam os limites do triângulo seiscentista. Entretanto, dentro dessa pequena área que era o núcleo urbano de São Paulo no setecentismo delineavam-se já pelo menos duas zonas com caracteres diferentes, do ponto de vista dos recursos da maioria de seus moradores. Sabe-se que a área centralizada pela rua de São Bento era habitada por gente mais pobre, ficando as casas das famílias de mais projeção — ricos e fidalgos — quase sempre do outro lado da cidade, na área centralizada pela rua do Carmo ou pela rua Direita[49]. Era nesta última que residia a

---

46 Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, págs. 107-108.

47 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XVIII, pág. 141.

48 José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, I, pág. 125.

49 *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno* (álbum de 1905), pág. 90.

gente mais endinheirada da terra, geralmente negociantes de posses, pois o comércio se condensara nessa rua e na do Canto da Lapa até a Misericórdia[50].

No primeiro quartel do século dezenove foi que a área urbana rompeu um pouco mais decisivamente os contornos do esquema primitivo, pelo menos em algumas direções, estabelecendo-se uma certa continuidade entre a zona central e alguns bairros que se desenvolviam para além do Anhangabaú ou do Tamanduateí, embora êsses bairros guardassem ainda o aspecto de subúrbios pobres ou de áreas semi-rurais. Em 1809, por exemplo, quando se criou a paróquia de Santa Ifigênia, para além do Anhangabaú, o número de edificações espalhadas por êsse lado era tão pequeno que ela parecia — no dizer de Teodoro Sampaio — mais um subúrbio pobre que um prolongamento real da cidade. Não se via senão pobreza nas quintas e habitações que aí se localizavam, isoladas ou dispostas ao longo dos caminhos irregulares[51]. Nas proximidades do córrego e da ponte do Acu atirava-se ainda o lixo da cidade. O mesmo acontecia com a várzea do Carmo, beirando o Tamanduateí, onde se faziam então os despejos de uma parte da povoação, soltavam-se animais, sujeitos preguiçosos caçavam e as lavadeiras batiam roupa[52]. Além da várzea, habitações dispersas, ranchos toscos com uma venda anexa — escreveu ainda Teodoro Sampaio — "dando para terrenos fechados por valados profundos, onde se recolhia a animalada das tropas", e grupos de pequenas casas mal edificadas ao longo da estrada

---

50 Amador Florence, loc. cit., pág. 132.

51 Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, págs. 159 e seguintes.

52 Teodoro Sampaio, loc. cit., págs. 159 e seguintes.

para o Rio de Janeiro, "as quais entretanto em 1818 já se consideravam bastantes para constituírem uma paróquia distinta sob o nome de Brás"[53].

Êsse espraiamento, embora tímido, do núcleo urbano em algumas direções — o da cidade caminhando para além das escarpas ou das ladeiras que primitivamente haviam representado as suas fronteiras — deu feição nova sobretudo aos velhos conventos que até então como que balizavam as suas extremidades. Êles se tornaram apenas pontos de destaque dentro da paisagem urbana[54]. Todos êles haviam sido edi-

---

[53] Teodoro Sampaio, loc. cit., págs. 159 e seguintes.

[54] Aliás uma feição que apresentavam os conventos também em outras cidades do Brasil. Como se sabe, na formação da maioria das velhas cidades brasileiras — quase todas elas se espalhando por vales e por elevações — os religiosos preferiram sempre os pontos altos para suas edificações. Foi de Kidder a observação de que uma particularidade de tôdas as cidades do Brasil — definidora mesmo de sua aparência — estava em que as suas eminências ou locais elevados eram sempre adornados por uma igreja de construção antiga. (Kidder, *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, II, pág. 126). E falando do Rio de Janeiro êle e Fletcher notaram que uma notável peculiaridade de seu aspecto — mas não certamente em relação às outras cidades brasileiras — derivava-se da circunstância de que todos os lugares mais elevados e dominantes eram ocupados por igrejas ou por conventos. (Kidder e Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros*, I, pág. 134.) "No Rio e parece que até certo ponto na Bahia, em Ouro Prêto e em Olinda — escreveu por sua vez Gilberto Freyre — as casas da gente pobre foram construídas a princípio nos vales. Dos morros os ricos, os Jesuítas e os frades se assenhorearam logo para levantarem bem no alto suas casas-grandes com varandas para o mar, suas igrejas e seus conventos. O inconveniente das ladeiras não era tão grande, havendo escravo com fartura ao serviço das casas e dos conventos." (Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, 1.ª edição, pág. 194. Veja-se a propósito também, do mesmo autor, *Olinda*, pág. 177). Os motivos básicos dessa escolha deviam estar por certo no fato

ficados em São Paulo — segundo observação de Saint-Hilaire — nos locais mais favoráveis, afastados uns dos outros, sôbre os limites da plataforma em que terminava a colina piratiningana, e de cada um dêles se descortinava por isso uma vasta extensão da planície[55]. O pátio do Colégio — onde se erguera o convento dos Jesuítas, depois convertido em sede do govêrno — era defendido por uma encosta escarpada e de acesso difícil. A posição do edifício era tão bem escolhida quanto a de tôdas as construções feitas no Brasil pelos padres da Companhia de Jesus. Elevado em uma das extremidades da cidade (considerando-se cidade só a parte já densamente povoada) estava ligado a ela pela sua fachada, que formava dois dos lados de uma pequena praça quadrada. Os seus fundos davam para o campo[56]. O mesmo acontecera com o convento do Carmo. O morro do Carmo — onde se edificou a casa dos Carmelitas — ficava primitivamente nos limites da vila. E é provável que a princípio — sugeriu Nuto Santana — para condução de água do Tamanduateí e depois de madeira da várzea, foi que naquele local começou a se abrir o caminho que mais tarde se tornaria a ladeira do Carmo[57]. Os Beneditinos, por seu lado, levantaram as grossas taipas do seu mosteiro na beira do vale

---

de que os lugares altos seriam os menos quentes e mais saudáveis de cada região — sobretudo do ponto de vista de colonizadores europeus povoando zonas intertropicais — e ainda no fato de que os sítios elevados representariam locais de defesa mais fácil diante de qualquer ataque de índios ou de estrangeiros.

[55] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 175.

[56] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 176.

[57] Nuto Santana, *São Paulo Histórico*, III, págs. 71-72.

do Anhangabaú, devendo-se notar que só em fins do século dezoito se procurou traçar um caminho mais regular entre o convento e o bairro da Luz, que começou a se desenvolver. Finalmente, o convento dos Franciscanos ergueu-se na vizinhança das ladeiras que mais tarde desembocariam na parte baixa do Piques. Ainda em 1722, quando o Paço do Senado da Câmara confinava com o quintal dos Franciscanos — um século antes que o convento se transformasse em sede da Academia de Direito — tôda a vasta zona dali para cima, no dizer de Nuto Santana, era despovoada[58]. O que já não ocorria rigorosamente no início do oitocentismo. Ganhavam assim uma aparência nova os velhos conventos paulistanos — alterando-se a própria fisionomia da cidade no primeiro quartel do século dezenove — desde que além dêles, através das planícies ou das baixadas do Tamanduateí e do Anhangabaú se estenderam bairros articulados com o núcleo central pelas pontes do Lavapés, do Lorena e do Franca. Na época da independência política do país — em 1822 — além do núcleo primitivo edificado no pontal formado pelos dois rios históricos, Afonso de Freitas assinalava os bairros que se estendiam além dessas correntes de água. Quem saísse do centro pela ponte do Tapanhoim ou do Lavapés encontraria, a caminho do Ipiranga, uma população de quarenta e dois habitantes distribuídos por oito fogos; para além da ponte do Lorena, desdobravam-se os bairros do Piques, de Pinheiros, de Embuaçava e de Pirajuçara, com um total de cento e cinqüenta fogos e setecentos e sessenta e três moradores; e transpondo-se a ponte do Franca, sôbre o Tamanduateí, chegava-se na planície aos bairros do Brás, do Pari e do Ta-

[58] Nuto Santana, op. cit., II, pág. 48.

tuapé, cuja população total orçava por cento e oitenta e seis habitantes distribuídos por trinta e seis fogos[59].

É verdade que a área paulistana crescera muito irregularmente. E ainda nessa época ou poucos anos mais tarde, Vieira Bueno mostrava que as cobras por vêzes invadiam a povoação, tamanha era a proximidade de alguns matagais. Era coberto de capoeiras todo o terreno compreendido entre o Tamanduateí e a rua da Tabatingüera. Da ponte do Carmo para baixo, tôda a margem esquerda dêsse rio era também um matagal. E do lado do poente, tôda a zona mais tarde chamada de Morro do Chá era coberta de capoeiras em que se viam moleques passarinhando[60]. Além disso numerosos bairros, durante todo o setecentismo e até o primeiro quartel do oitocentismo, eram zonas mais de sítios ou de chácaras que de outra qualquer coisa. Saint-Hilaire em 1819 notava que perto da cidade de São Paulo havia chácaras por todos os lados. Muitas, com cercados onde se viam plantações simétricas de pés de café, de laranjeiras, de jabuticabeiras[61]. Algumas enormes, e quase sempre conhecidas pelos nomes de seus donos ou de seus possuidores primitivos. Falando do bairro do Brás, no comêço do século dezenove, escrevia monsenhor José Marcondes Homem de Melo que fora os casebres havia ali algumas chácaras de propriedade de pessoas abastadas da cidade, na margem da estrada geral (a direção da futura avenida Rangel Pestana) ou de

---

59 Afonso A. de Freitas, "São Paulo no dia 7 de setembro de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXII, pág. 3.

60 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.os 1, 2 e 3.

61 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 202.

18 — Panorama da cidade de São Paulo, visto da Várzea do Carmo, em [illegible]

(Aquarela de Arnaldo Juliano Palliere — Coleção Jan de Almeida Prado)

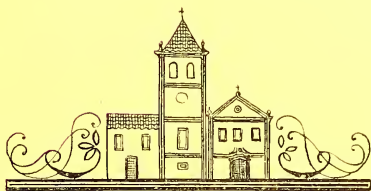
seus dois braços (o caminho do Pari e o que procurava o morro da Moóca). Viviam nessas chácaras seus caseiros ou escravos. Só nas festas do Natal ou naquelas dos santos de junho, também seus donos e famílias[62]. Outras chácaras existentes nas proximidades da cidade eram no entanto residência permanente de seus proprietários.

Algumas dessas chácaras ocupavam áreas muito grandes, limitando a povoação por quase todos os seus lados. Ao norte, além da ponte da Constituição, a chácara de Miguel Carlos. Para leste, depois do Tamanduateí, a do Ferrão e a do Osório, antiga do Meneses. Ao sul da Tabatingüera, a de Dona Ana Machado. A sueste a chácara da Glória, entre os rios Tamanduateí, Cambuci e Ipiranga, e o sítio do Tapanhoim, entre o rio Cambuci, o córrego do Lavapés e a Estrada do Mar. Ao sul as chácaras do Fagundes e do Cônego Fidélis. A sudoeste, beirando o Anhangabaú, os campos do estalajadeiro Bexiga e mais longe o sítio do Sertório. A oeste da cidade a chácara de Martinho da Silva Prado, onde ficava o Tanque Reúno ou do Bexiga, e adiante do campo dos Curros a do marechal Arouche de Toledo Rendon. Mais próxima, entre o Acu e o Piques, a chácara do Barão de Itapetininga. E a noroeste, na direção de Santa Ifigênia mas distante da cidade, a do Campo Redondo[63].

---

[62] Monsenhor José Marcondes Homem de Melo, citado por José Jacinto Ribeiro, op. cit., II, págs. 586-587.

[63] A localização e as denominações dessas chácaras podem ser vistas na *Plan'História da Cidade de São Paulo,* de Afonso A. de Freitas.

IV — AS TROPAS E AS VÁRZEAS

Falando da navegação no Tietê e no Tamanduateí em fins do século dezesseis escreveu Teodoro Sampaio: "Embarcados na sua canoa o padre, o negociante, o fazendeiro, o simples homem do povo podiam atingir qualquer ponto dentro da zona povoada em tôrno de São Paulo"[1]. Parece no entanto que enquanto essas comunicações por via fluvial tenderam a se reduzir, sobretudo a partir do setecentismo, em parte talvez por causa das obras de retificação a que foram submetidas algumas dessas correntes de água, as comunicações por terra foram se intensificando e ganhando condições melhores. Não apenas os cami-

[1] Teodoro Sampaio, "São Paulo de Piratininga no fim do século XVI", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, IV, págs. 257 e seguintes.

nhos primitivos — transitados por tropas, cavaleiros ou índios andarilhos — foram-se desenvolvendo a ponto de em fins do setecentismo ou comêço do oitocentismo já haver estradas com trechos pavimentados — por onde podiam passar carros e liteiras — como também essas estradas passaram a cruzar os rios, não só através das rudes pontes de madeira roliça dos primeiros tempos, mas também por meio de sólidas construções de pedra, nos últimos anos do século dezoito.

A possibilidade de utilização dos rios como meio de comunicação nos primeiros tempos resultou a bem dizer do acaso. Sem que soubessem disso — como notou Caio Prado Júnior — os fundadores de São Paulo estabeleceram a povoação em um ponto de onde irradiavam em quase tôdas as direções, ou pelo menos nas principais, as vias naturais de comunicação representadas pelos rios da região. O Tietê formava o tronco dêsse sistema, correndo ao norte da vila e sendo além disso acessível pelo Tamanduateí, cujas águas de corrente tranqüila banhavam em curvas caprichosas o sopé da elevação em que se edificara o povoado[2]. Também contornavam o outeiro piratiningano, a oeste, as águas do Anhangabaú ou Córrego das Almas, que se afigurara aos habitantes primitivos da povoação — segundo Teodoro Sampaio — "um bebedouro de assombrações"[3]. Navegava-se bem so-

---

[2] Caio Prado Júnior, "O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo", *Geografia*, n.º 3, pág. 248.

[3] Citado por Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de S. Paulo*, pág. 177.

bretudo pelo Tamanduateí, podendo-se por êle alcançar a Borda do Campo, como descer ao Tietê, ao "pôrto", e daí, rio acima ou rio abaixo, chegar aos bairros ou aos sítios, quase todos acessíveis por água[4]. Serviram por isso mesmo êsses rios — além de outros — de pontos de referência para a localização ou a identificação de moradores da zona urbana primitiva e especialmente das zonas rurais que ficavam em volta. Lembrou um pesquisador as indicações de sítios — encontradas em documentos quinhentistas ou seiscentistas — "na banda de Guarapiranga", "rio arriba Tamanduateí", "além Geribativa", "meia légua rio abaixo", "longe do rio", "além do ribeiro Moóca"[5].

No setecentismo e no comêço do oitocentismo alguns dêsses rios e córregos paulistanos continuaram servindo de meios de comunicação entre a cidade e certos locais de suas vizinhanças. Inclusive para transporte de gêneros e outras mercadorias procedentes da zona rural. Mas criaram ao mesmo tempo uma série de problemas que começaram a ser encarados pelo poder municipal desde fins do século dezoito: sobretudo problemas de retificação para enxugo e aformoseamento da várzea. Pois em tempo de chuva os pequenos rios transbordavam — como escreveu o viajante Beyer ainda em 1813 — e quase transformavam a cidade em uma ilha[6].

Que a várzea do Tamanduateí era nessa época um local pitoresco não pode haver dúvida, e Saint-Hilaire em 1819 falou dela com entusiasmo. A paisagem varzeana, no depoimento do francês, era

---

[4] Teodoro Sampaio, loc. cit., IV, págs. 257 e seguintes.

[5] Belmonte, *No Tempo dos Bandeirantes,* pág. 24.

[6] Gustavo Beyer, "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo em 1813", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XII, pág. 275.

animada pela presença das lavadeiras, que trabalhavam na beira do rio, ao lado das pontes[7]. A "vargem" — como dizia o povo de São Paulo — era pantanosa nas vizinhanças do córrego, mas mostrava depois uma alternativa de pastagens e de capões de mato pouco elevados. Nas partes em que havia mais água — observou com minúcia o botânico — o solo era entremeado de montinhos cobertos de tufos espessos de relva[8]. Entretanto sabe-se que essa várzea, na época da viagem do naturalista francês — e segundo dizia um Registro Geral da Câmara em 1822 — estava reduzida simplesmente a um pântano contínuo, devido a ter se consentido que certas pessoas atendendo apenas às suas conveniências tivessem desviado de seu leito natural as águas do Tamanduateí[9]. Em outros tempos ela fôra enxuta, sendo mesmo um dos pontos preferidos para o passeio dos moradores da cidade[10]. Obras importantes de retificação haviam sido feitas desde fins do século anterior. A primeira tentativa de enxugo e aformoseamento das várzeas do Carmo e de São Bento — escreveu Afonso de Freitas — foi feita ainda no século dezoito, entre 1782 e 1786: abriu-se uma vala que, retificando a curva do rio onde foi depois o largo do Hospício, fazia com que o Tamanduateí marginasse a faixa de terreno onde mais tarde se desenhou a rua da Figueira. Em 1810 fizera-se uma segunda vala pelo centro da várzea, ao mesmo tempo que se construía o atêrro em conti-

---

7 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 177.

8 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 177 e 200.

9 *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XVI, pág. 359.

10 *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XVI, pág. 359.

nuação da ladeira do Carmo[11]. Empreendimentos como êsses não podiam deixar de afetar o transporte fluvial, sobretudo se a gente lembrar que deviam ser trabalhos feitos com muita morosidade.

As comunicações por terra, ao contrário, foram se ampliando e ganhando condições melhores — embora em escala pequena — particularmente em fins do século dezoito quando se acalmara o tropel das bandeiras e começou a se esboçar o ressurgimento da agricultura e do comércio na região de São Paulo e em boa parte da capitania. Então, muitos caminhos antigos já haviam desaparecido, às vêzes suplantados por traçados novos. Do centro da povoação em seus tempos primitivos — observou Nuto Santana — ia-se para o lado do nascente pelo caminho correspondente ao traçado da futura rua do Carmo[12]. Rigorosamente, para sueste. Era um caminho estreito, que contornava a colina até a ponte do Tamanduateí ou da Tabatingüera, ou ainda do Ipiranga — pois por todos êsses nomes ela foi conhecida na era quinhentista. Logo depois dessa ponte saía uma variante que mais tarde se chamou da Moóca e que levava à Penha — "o primeiro arranco de casa para os que saíam de São Paulo", no dizer de Antonil[13] — onde se bifurcava. Um ramo ia para Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, Lavras Velhas, Nazaré. O outro, mais ao sul, via Ururaí (São Miguel) e Bougi (Mogi), para o lado do Rio de Janeiro. Diversas trilhas vicinais dêsse caminho — acrescentou Nuto Santana — conduziam ao Pari, ao Piquiri, ao Piaça-

[11] Afonso A. de Freitas, *Prospecto do Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estatístico, Biográfico, Bibliográfico e Etnográfico, Ilustrado de São Paulo,* pág. 74.

[12] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* I, pág. 124.

[13] Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil,* pág. 258.

güera e outros lugares ou núcleos pequenos da margem do Tietê povoados por indígenas[14]. Todos êsses eram quase sempre variantes dos caminhos principais e buscavam localidades insignificantes. Assim, ainda segundo o autor de *São Paulo Histórico*, havia os caminhos do Pari, do Piquiri e do Tejuguaçu, que eram variantes do Caminho do Mar. E os de Carapicuíba, Ibatata e Embuaçava, que eram variantes do de Pinheiros[15]. Os caminhos de maior importância que irradiavam da povoação em fins do século dezesseis — em tôrno de 1583 — sabe-se que eram apenas cinco: em direção a leste, procurando o Tamanduateí, o da Tabatingüera; para o sul o do Ipiranga — comêço do Caminho do Mar — e o de Ibirapuera, futuramente de Santo Amaro; para oeste o caminho de Pinheiros; e para o norte o do Guaré[16]. Sem falar nas trilhas de índios que comunicavam o planalto de Piratininga já nessa época com regiões distantes, e por onde vieram uns espanhóis que apareceram na vila em 1583 e foram presos[17]. E daqueles cinco os de significação maior nos primeiros séculos foram o de Ibirapuera, o de Pinheiros e o do Mar.

O caminho de Ibirapuera teve depois a denominação pitoresca de Caminho do Carro que vai para Santo Amaro. De acôrdo com pesquisas de Nuto Santana, o seu primeiro trecho podia ter sido o correspondente à futura rua da Cruz Preta (mais tarde do Príncipe e depois Quintino Bocaiúva)[18]. Daí continuava, segundo Afonso de Freitas, pelo local que

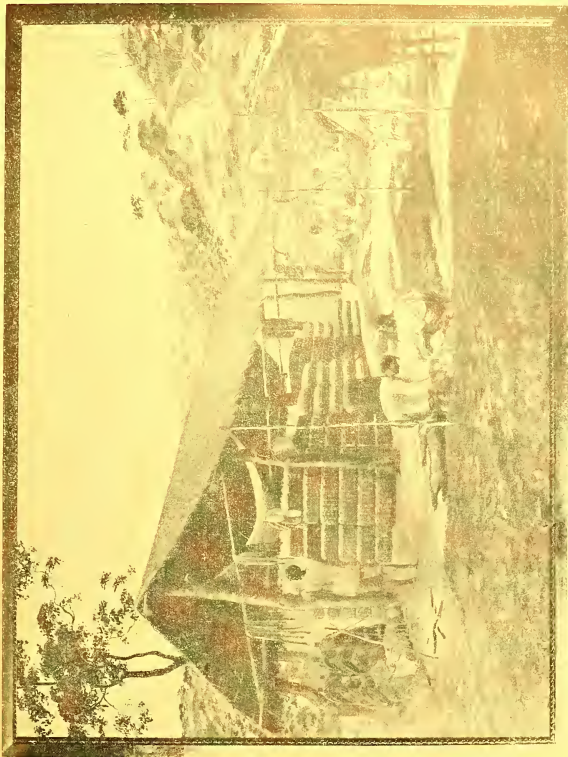
---

14 Nuto Santana, op. cit., I, pág. 124.

15 Nuto Santana, op. cit., I, pág. 124.

16 Nuto Santana, op. cit., I, pág. 115.

17 Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, págs. 121-122.

18 Nuto Santana, op. cit., II, pág. 49.

19 — Rancho de tropeiros no comêço do século passado, em reconstituição baseada em desenho original de Hércules Florence.

(Quadro de Francisco Richter — Museu Paulista)

mais tarde seria o campo de São Gonçalo e o traçado correspondente às ruas agora denominadas Rodrigo Silva, da Liberdade, Vergueiro, Domingos de Morais e itinerário da linha de bondes de Santo Amaro[19]. Como os acidentes de alguns pontos do morro do Caaguaçu — que era atravessado, pela estrada, na lombada entre os córregos Anhangabaú e Cambuci — atrapalhavam o trânsito, formou-se depois um caminho novo para Santo Amaro. Afonso de Freitas escreveu que as referências a êsse caminho novo começaram a aparecer em fins do século dezessete[20]. Parece no entanto que êle foi feito em 1640[21]. Partia da baixada do Verde ou do Curral (depois, do Bexiga ou largo do Riachuelo), seguindo pelo rumo correspondente às ruas agora chamadas de Santo Amaro, Brigadeiro Luís Antônio, lombada do Caaguaçu e bacia do rio Pinheiros até entroncar com o Caminho do Carro antes de chegar à povoação de Santo Amaro[22].

O primeiro trecho do caminho de Pinheiros — que no comêço do século dezessete passou a ser conhecido pelo nome de Caminho que vai direito para Santo Antônio — ficava todo no planalto. Depois da igreja de Santo Antônio é que êle contornava à esquerda, precipitando-se morro abaixo até chegar ao vale do Anhangabaú. Uma de suas variantes, depois da bi-

---

[19] Afonso A. de Freitas, "A cidade de São Paulo no ano de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXIII, pág. 131.

[20] Afonso A. de Freitas, *Prospecto do Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estatístico, Biográfico, Bibliográfico e Etnográfico, Ilustrado de S. Paulo,* pág. 22.

[21] Zenon Fleury Monteiro, *Reconstituição do Caminho do Carro para Santo Amaro,* pág. 134.

[22] Afonso A. de Freitas, op. cit., pág. 22.

furcação no alto do Pacaembu, dirigia-se para Embuaçava — o reduto primitivo — e com o correr do tempo para Jaraguá, Taipas, Jundiaí e outros povoados existentes na mesma direção. O ramo principal se orientava para Pinheiros, Embu e Itapecerica[23].

Mas o pior dêsses caminhos principais que irradiavam da vila desde os primeiros tempos — pelos acidentes que tinha de transpor e pelos perigos danados que ameaçavam os viajantes — sem dúvida que era o Caminho do Mar ou Caminho do Padre José, feito pelos índios dirigidos por Anchieta em substituição à trilha antiga que ligava o litoral ao planalto, por onde subira Martim Afonso em 1532 em companhia de João Ramalho[24]. Na sua "Informação" de 1585 dizia Anchieta referindo-se a São Paulo de Piratininga: "Vão lá por umas serras tão altas que dificultosamente podem subir nenhuns animais, e os homens sobem com trabalho e às vêzes de gatinhas por não despenharem-se, e por ser o caminho tão mau e ter ruim serventia padecem os moradores e os nossos grandes trabalhos"[25]. É verdade que no comêço do século dezessete já se falava em um novo Caminho do Mar, que havia custado esfôrço enorme e que não podia ser transitado por boiadas, como se verifica por uma referência de 1620[26]. E que em meados do seiscentismo obras importantes foram feitas nêle por iniciativa de Salvador Correia de Sá e Benevides, ficando o caminho até em condições de ser transitado por carros[27]. Entretanto o seu trânsito

---

[23] Nuto Santana, op. cit., I, pág. 125.

[24] Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 179-180.

[25] Anchieta, *A Província do Brasil,* pág. 25.

[26] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 355.

[27] Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, págs. 360-361.

era às vêzes perturbado pelo aparecimento de bichos ferozes. Em 1655 os moradores de São Paulo não se atreviam a ir ao mar com suas mercancias — registrava uma ata da Câmara — com mêdo de uma onça que havia atacado e morto algumas pessoas[28]. Outras vêzes o Caminho do Mar era fechado com guardas, por ordem da Câmara da vila piratiningana: quando a povoação de Santos, por exemplo, era assolada por alguma epidemia de bexigas[29]. Mas os grandes trabalhos a que se referia o padre Anchieta falando da velha estrada pesavam mais particularmente sôbre os índios escravizados. Êles é que faziam o transporte de passageiros e cargas entre o planalto e a marinha[30] — pelo menos durante o tempo em que não foi possível o tráfego de qualquer espécie de carros — como era feito por êles o trabalho de abertura ou de reparo dêsses e dos demais caminhos primitivos. A conservação e o reparo das estradas estavam a cargo dos moradores, já uma ata de 1586 falando nessa obrigação dos habitantes da vila de acudirem aos caminhos que estavam danificados e tapados[31]. Sabe-se aliás que os moradores mandavam para êsse serviço não apenas os seus índios, mas abusivamente as suas índias, a ponto de ser preciso que as autoridades estabelecessem categòricamente: "Quem tiver machos, não mande fêmeas"[32].

As exigências do poder municipal em relação ao reparo e à conservação das estradas que irradiavam

---

28 *Atas da Câmara de São Paulo,* VI, pág. 113.

29 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* Anexo ao IV, pág. 449.

30 Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante,* págs. 183-184.

31 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 297.

32 Nuto Santana, op. cit., V, pág. 171.

da povoação — não só para outras localidades como para as roças dos moradores, localizadas muitas vêzes a léguas e léguas de distância — foram aumentando na medida em que êsses caminhos se tornaram mais freqüentados, não tanto pelo crescimento das relações comerciais, mas sobretudo pelo crescimento da população na região de São Paulo. Em 1653 um ouvidor-geral determinava que os caminhos que saíam da vila e principalmente o do Mar "se alimpassem todos os anos infalìvelmente"[33]. Mas de modo geral pode-se dizer que as condições econômicas da região piratiningana ou de tôda a capitania não favoreciam a abertura ou o aperfeiçoamento dos caminhos. Foi o que observou Capistrano de Abreu falando das asperezas do Caminho do Mar, que dificultavam o trato entre o interior e o litoral. "Os índios apanhados nas bandeiras, movendo-se pelo próprio pé, dispensavam conduções dispendiosas"[34]. As rudes estradas dos primeiros séculos deviam ser transitadas sobretudo por boiadas e por gente a pé, índios andarilhos e mamelucos que haviam herdado dêles o gôsto pelas caminhadas. Mesmo os cavalos e os burros não eram ainda muitos no planalto de Piratininga[35], tanto que por vêzes se utilizavam bois ou vacas como cavalgaduras[36]. Êsses como é evidente eram também os elementos que compunham o trânsito nas próprias ruas da povoação: parece que só em meados do século dezessete uma "cadeirinha" trafegou pelas vias públicas paulistanas. Essa foi, segundo Pedro Taques, a

[33] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* VI, pág. 40.

[34] Capistrano de Abreu, *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil,* pág. 64.

[35] Leia-se a propósito o que escreveu Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 229.

[36] Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, pág. 226.

20 — Em meados do século dezessete a primeira "cadeirinha" trafegou pelas ruas de São Paulo: a da fluminense Maria Mendonça.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

da fluminense Maria Mendonça, casada com Fernão Pais de Barros[37].

Também precárias e também a cargo dos índios escravizados pelos moradores foram nos primeiros séculos as pontes por meio das quais êsses caminhos transpunham os rios e os córregos em tôrno de São Paulo. Para edificação ou reparo delas o poder municipal notificava os habitantes da vila desde os tempos primitivos, mostrando a necessidade de que êles contribuíssem como era de praxe — e como se fazia também com outros serviços de caráter geral — com parte de seus cativos[38]. Atas de 1563 já registravam a necessidade de que "mandassem fazer as pontes da vila"[39]. E em 1586 alegavam os oficiais que os moradores "eram idos à guerra, e não ficaram senão mulheres". Por isso não tinha sido possível "acudir" às pontes[40]. Esfôrço fora do comum parece ter custado sobretudo a construção da primeira "ponte grande", em parte talvez por causa do desleixo dos moradores[41]. O procurador da Câmara denunciava em certa ocasião que fôra visitar as obras dela e vira que ninguém concorrera: "A ponte não estava feita nem se faria, tanto mais quanto o tempo das águas se vinha achegando"[42]. Não duravam muito tempo em bom estado, por outro lado, essas pontes. Em 1608 um têrmo fazia referência à necessidade de consêrto das pontes do Guarepe (ao norte da

---

37 Otoniel Mota, *Do Rancho ao Palácio,* pág. 95.

38 Nuto Santana, op. cit., V, pág. 171, e Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 184.

39 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 26.

40 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 297.

41 Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 183.

42 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 83.

vila, sôbre o Anhangabaú) e da Tabatingüera (a leste, atravessando o Tamanduateí)[43]. E em meados do século dezessete — em 1653 — tomavam-se providências para que se refizessem as pontes "debaixo desta vila": a chamada Anhangobaí e a ponte de Manuel da Cunha, "debaixo do Carmo"[44]. Os estragos — como também aquêles que se observavam nos caminhos — resultavam da passagem das boiadas, quase sempre. As boiadas eram as responsáveis, não só pelos estragos que no comêço do século dezessete se viam nas estradas da vila, como pela situação das pontes localizadas para os lados do Ipiranga, no Caminho do Mar, que se achavam sempre caídas ou quebradas[45]. O mesmo devendo acontecer com a ponte de Nossa Senhora do Guaré, também chamada das Almas ou da Cruz das Almas, e depois Ponte Pequena — obra a cargo dos moradores do bairro do "Theaté"[46]. É que nos séculos dezesseis e dezessete tôdas as pontes paulistanas eram feitas de madeira tôsca. Constituíam linhas maiores e menores — escreveu Taunay — sôbre as quais se colocava o estivame ou soalho, quase sempre de paus roliços amarrados por embiras ou mal pregados. As vigas sustentavam esteios fincados, suportes que se reforçavam com escoras e vigotas, e às vêzes por meio de cavaletes duplos[47]. Só em fins do seiscentismo começaram a ser edificadas

---

[43] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 341.

[44] Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, pág. 349.

[45] Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Vila de São Paulo (1701-1711),* págs. 94-96.

[46] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720),* pág. 136.

[47] Afonso de E. Taunay, *Assuntos de Três Séculos Coloniais,* pág. 184.

algumas pontes de maiores proporções, para as quais concorriam também os governos de outros municípios. Assim, em 1687 tomavam-se medidas para a fatura da ponte de Pinheiros sôbre o rio Jurubatuba, "com seus aterros de ponto a ponto", e para êsse empreendimento estabelecia-se que deviam concorrer com suas quotas as Câmaras interessadas: Parnaíba, Itu, Sorocaba[48]. Em 1700 planejava-se a construção da ponte "do rio Grande do Guaré" (o Tietê), que foi a popular Ponte Grande. Essa foi, na opinião de Taunay, a primeira grande obra de engenharia levada a efeito na capitania vicentina[49].

Entretanto apesar de ruins e freqüentemente danificados os caminhos primitivos se multiplicaram e se estenderam — precisamente por ter sido a povoação de São Paulo de Piratininga o centro preparador das expedições sertanistas e do povoamento de uma extensão enorme do Brasil — para além da região piratiningana. Em meados do século dezoito era a cidade — observou Paulo Prado — o centro de uma estrêla irradiando em todos os quadrantes. Para leste a estrada do Paraíba, para as Minas Gerais e o Rio de Janeiro; no rumo do norte, procurando os sertões do Camanducaia e do Sapucaí, a estrada do sul de Minas; a noroeste, buscando Goiás, o velho caminho das bandeiras do Anhangüera, passando por Campinas e por Franca; em direção ao centro-oeste, pelo vale do Tietê, a estrada das monções; e finalmente para o sul o caminho que conduzia aos campos de Curitiba, das Lajes e Missões[50]. E além dessas estradas o Caminho do Mar, para cujo melhoramento se tenta-

---

[48] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 350.

[49] Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, pág. 350.

[50] Paulo Prado. *Paulística,* pág. XXVII.

ram alguns empreendimentos na segunda metade do século dezoito. Em 1757 o governador Martim Lopo de Saldanha mandou que êle fôsse alargado e providenciou a feitura de vários aterros[51]. Em 1768 o governador Botelho Mourão procurou mandar fazer um caminho novo que atravessasse "desde esta cidade até ao cubatão do rio de São Vicente, onde se embarca para a vila de Santos", em que devia se procurar "a menor distância, a menor altura da Serra e a menor dificuldade de passar a varja do rio grande, e para todos êstes exames e averiguações em que tanto se interessa o bem público e o comércio desta capitania se necessita de homens práticos e de gente que o ajude para melhor se indagar e concluir esta importante diligência"[52]. Mas foi sobretudo ao governador Lorena, em fins do setecentismo, que se deveram melhoramentos positivos nessa estrada: a reconstrução de tôda a descida da serra, que foi pavimentada com pedra conduzida de lugares remotos[53]. As obras estiveram a cargo do sargento-mor engenheiro João da Costa Ferreira — o mesmo que aperfeiçoara a pavimentação das ruas e a construção das casas paulistanas — que fêz um "doce caminho", como se escreveu em um Registro da Câmara, "pela intransitável e bravia serra do Cubatão", onde antes havia um caminho "que fazia horror aos passageiros pela sua aspereza e extensão"[54]. Sôbre essa nova estrada conhece-se uma carta endereçada ao governador Lo-

---

[51] *Almanaque de "O Estado de São Paulo"*, 1940, págs. 162 e seguintes.

[52] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* LXV, págs. 196-197.

[53] *Almanaque de "O Estado de São Paulo"*, 1940, págs. 162 e seguintes.

[54] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XII, págs. 417-418.

21 — Calçada do Lorena, no Caminho do Mar, no começo do século dezenove, em [illegible] baseado em desenho de Hércules Florence.

(Quadro de Oscar Pereira da Silva — Museu Paulista).

rena pelo historiador Frei Gaspar da Madre de Deus, dizendo: "Uma ladeira espaçosa [a Calçada do Lorena] calçada de pedras, por onde se sobe com pouca fadiga e se desce com segurança. Evitou-se a aspereza do caminho com engenhosos rodeios, e com muros fabricados junto aos despenhadeiros se desvaneceu a contingência de alguns precipícios. Por meio de canais se preveniu o estrago que costumavam fazer as enxurradas, e foram abatidas as árvores que impediam o ingresso do sol, para se conservar a estrada sempre enxuta, na qual em conseqüência dêstes benefícios já se não vêem atoleiros, não há lama e se acabaram aquêles degraus terríveis"[55]. Parece que foi só também em fins do século dezoito que se estabeleceram comunicações regulares por terra entre São Paulo e o Rio de Janeiro[56], embora a primeira estrada tivesse sido começada em 1725 por determinação do governador Rodrigo César de Meneses[57], principalmente por causa da necessidade de remessa dos Quintos que iam para o Rio de Janeiro, procurando-se evitar o risco do transporte dêles por mar[58] — sabendo-se que antes havia ainda um caminho impraticável em certas épocas[59]. Continuou nesse tempo em vigor o sistema de se recrutarem os cativos de particulares para os trabalhos de conservação e re-

---

[55] Citado por Afonso de E. Taunay, *Ensaios de História Paulistana*; págs. 92-93.

[56] Afonso de E. Taunay, *Estudos de História Paulista*, pág. 197.

[57] Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, I, pág. 135.

[58] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XVIII, pág. 170.

[59] Azevedo Marques, op. cit., I, pág. 135.

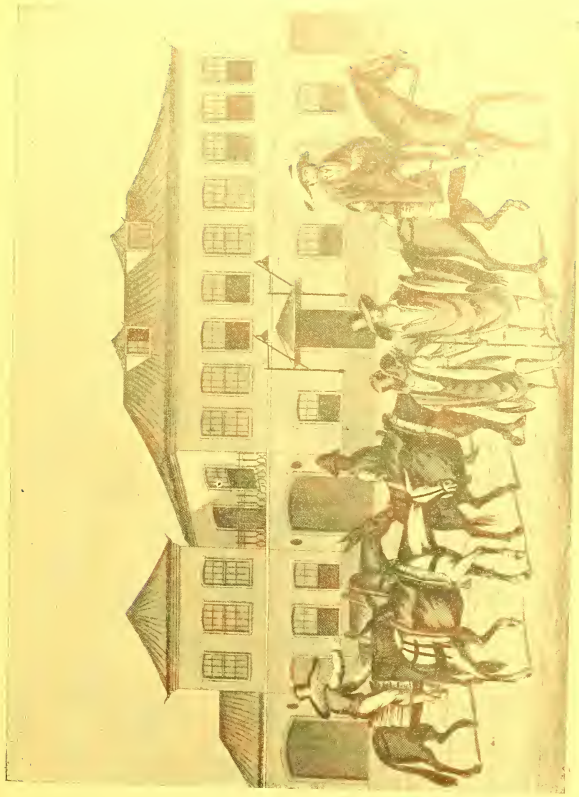
paro dos caminhos existentes em tôrno da cidade. Ainda na segunda metade do século dezoito — em 1771 — determinou o poder municipal a realização de alguns consertos no Caminho do Anhangabaú de Cima, que se achava arruinado desde a saída da povoação até o rêgo de água do recolhimento de Nossa Senhora da Luz. Para essa tarefa a Câmara solicitou dos moradores vizinhos e dos habitantes das ruas Direita e São Bento até a Cadeia, que dessem cada um dêles um escravo[60].

Em tôrno de algumas dessas estradas que irradiavam da cidade deixaram depoimentos interessantes os viajantes que no comêço do século seguinte — o dezenove — estiveram em São Paulo. D'Alincourt, na sua viagem de Santos a Goiás e Mato Grosso, em 1818, atravessou a ponte do Lorena e entrou na Cidade Nova por uma rua longa que subia pelo Piques até atingir a ermida de Nossa Senhora da Consolação. "Aí acabava a cidade — escreveu êle — começando a estrada de Sorocaba e Itu"[61]. Por êsse caminho foi também que Saint-Hilaire saiu da cidade na mesma época, viajando para Carapicuíba e Itu. Passou por uma ponte edificada sôbre o rio Pinheiros, a pouca distância da aldeia de Nossa Senhora de Pinheiros, que era então formada de casas pequenas, esparsas, feias — e foi-se embora[62]. Pelo caminho de Campinas e Jundiaí, passando pela Água Branca, foi que Saint-Hilaire chegou em sua primeira visita a São Paulo em 1819. O francês passara por uma planície ondulada, com pequenos capões de mato, a noroeste da cidade.

---

[60] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, pág. 54.

[61] Citado por Afonso de E. Taunay, *Estudos de História Paulista,* págs. 247-248.

[62] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 213 e seguintes.

22 — Tropeiros ou arrieiros paulistas no Rio de Janeiro, no comêço do século dezenove
(Gravura do livro de Chamberlain — *Views and Costumes of Rio de Janeiro*).

Eram "os campos aprazíveis — observou o botânico — que os primeiros moradores da região, imitando os indígenas, chamavam de Piratininga: paraíso terrestre ou campos elíseos". A cêrca de uma légua da cidade atravessou uma ponte de madeira sôbre o Tietê, nas vizinhanças de uma casa de campo sombreada por uma araucária. Havia perto plantações de café dispostas em linhas cruzadas. O francês estêve na chácara da Água Branca, o dono dela tendo deixado que êle soltasse os animais da tropa nas suas pastagens. Tinha laranjeiras, pitangueiras, jabuticabeiras. A meia légua da cidade Saint-Hilaire passou pelo "rancho" da Água Branca. Entrou então por uma rua larga, cheia de casas pequenas, e passando diante de um chafariz — o do Piques — e atravessando a ponte do Lorena, chegou à hospedaria do Bexiga[63]. A estrada para o Rio de Janeiro começava, na época da viagem dêsse naturalista, "com uma bela pavimentação de cêrca de quatrocentos passos de extensão através do brejo marginal do Tamanduateí". Para além da ponte de pedra lançada sôbre êle estendia-se uma planície vasta, que o botânico afirmou que podia ser considerada, apesar da diferença de nível, uma continuação dos "campos de Piratininga" existentes do outro lado da cidade. Dali para diante havia uma porção de casas de campo, em uma das primeiras — a do coronel de milícias Francisco Alves — tendo-se hospedado o francês[64]. Mas a estrada geral que passava pelo bairro do Brás em direção à Penha, e que seria no futuro a avenida Rangel Pestana, largava no meio da várzea dois braços: um à esquerda, que se chamava o caminho do Pari, passando pelas ruas

---

[63] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 161 e seguintes e 203.

[64] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 166 e 200.

agora denominadas do Gasômetro e Monsenhor Andrade; e outro à direita, no rumo do morro da Moóca[65].

Êsses caminhos eram utilizados — no setecentismo e no primeiro quartel do oitocentismo — ainda pelos índios andarilhos, pelos cavaleiros, pelas tropas de burro e pelos carros de boi, que se cruzavam também pelas ruas da cidade. As vias públicas urbanas eram ainda animadas — mas isso provàvelmente com muita raridade — por uma ou outra "cadeirinha", por alguma rara traquitana. Os cavaleiros, êsses no comêço do século dezoito — em 1720 — já tornavam necessárias medidas de policiamento do poder municipal: que nas ruas de São Paulo "se não corra com passo despedido em cavalo algum, nenhuma pessoa de qualquer qualidade"[66]. A arte de andar a cavalo foi mesmo, no setecentismo paulistano — em que as cavalhadas representavam esporte fidalgo — pretexto para que se destacassem alguns figurões, que às vêzes decerto se exibiam em galopadas perigosas pelo meio da rua. Em meados do século sobressaiu-se particularmente Bento do Amaral da Silva, "que montava o mais manhoso cavalo — escreveu Pedro Taques — sem perder o assento da sela nem a reta postura do corpo, nem as estribeiras, e quando se apeava já o cavalo estava manso e sem os defeitos de corcovear". Era só Bento sair a passeio a cavalo e já Dom Antônio Rolim de Moura, de passagem para Cuiabá, onde ia ocupar o cargo de governador das minas, se punha em uma janela do Colégio dos Jesuítas, onde estava hospedado, para lhe admirar as qualidades. Muitos cavaleiros de Lisboa, confessava Dom Antônio, ins-

[65] Monsenhor José Marcondes Homem de Melo, citado por José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista,* II, págs. 586-587.

[66] Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720),* pág. 230.

23 — Figurões da cidade exibiam nas ruas, durante o setecentismo, os seus recursos na arte de andar a cavalo.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

truídos por mestres excelentes, com as lições das melhores picarias da Europa, não seriam capazes de fazer o que fazia o paulistano[67] sôbre o rude chão dos pátios e das ruas de Piratininga, no lombo do seu cavalo. Alimentado o animal, como os demais nessa época em São Paulo, ainda segundo Taques, com rações diárias de erva e de milho[68]. E ainda no começo do oitocentismo chegava às vêzes à cidade um ou outro fazendeiro abastado, acompanhado por cavalgata numerosa[69], decerto admirada com interêsse do alto das sacadas ou das janelas de rótula.

Mas o movimento maior e mais constante, nos caminhos e nas ruas — figurando mesmo como elemento quase permanente de sua aparência — seria nesse tempo o das tropas de burros. Elas é que estavam sempre passando, pela cidade, a caminho ou de volta do pôrto de Santos[70]. Ou mesmo tropilhas com mantimentos, vindas de Cutia, de Juqueri, de Nazaré. E ainda os pequenos cargueiros trazidos por caipiras, dos seus sítios circunvizinhos[71]. A estatística de profissões indicava a existência na cidade de São Paulo em 1822 de oito tropeiros, oito seleiros e quinze ferreiros e ferradores[72]. Outras vêzes ruas e caminhos

---

[67] Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro,* volumes XXXII, XXXIII, XXXIV e XXXV.

[68] Pedro Taques, op. cit.

[69] Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, pág. 159.

[70] Teodoro Sampaio, op. cit., pág. 159.

[71] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[72] Citado por Afonso A. de Freitas, "São Paulo no dia 7 de setembro de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo,* XXII, pág. 3.

eram animados pela presença de uma liteira — em que fazendeiros ricos conduziam para a cidade suas famílias[73] — ou de uma "cadeirinha". As "cadeirinhas", embora não utilizadas em São Paulo como em certas localidades brasileiras de topografia ainda mais acidentada, Vila Rica ou Salvador da Bahia[74], também foram usadas pelas famílias paulistanas de mais recursos. Referindo-se a meados do século dezoito mostrou Taunay que Pedro Taques, quando prosperaram seus capitais e êle revelou preocupações de grandeza e de ostentação, não se esqueceu de mandar buscar na Bahia negros para carregarem as "cadeiras de telhadilho" de que as senhoras de sua casa se serviam para sair[75]. As senhoras ricas em geral usavam "cadeirinhas" carregadas por dois ou quatro escravos vestidos com certo luxo. Ou bangüês, para as viagens, tirados por duas bêstas ajaezadas com riqueza[76].

Os carros de boi, a Câmara estabelecia que não podiam entrar nem andar pelas ruas da cidade sem trazerem guias na frente, e conduzidos com cuidado para que não atropelassem pessoas nem desmanchassem as calçadas das ruas. Isso em 1783[77]. E alguns

---

[73] Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, pág. 159.

[74] Na Bahia, segundo Noronha Santos, já se utilizavam "cadeirinhas" em fins do século da descoberta ou princípios do dezessete. Eram exemplares de "serpentinas" semelhantes aos da Índia e da China, espécie de rêde ou palanquim, com cortinado, e suspenso por paus. (Noronha Santos, *Meios de Transporte no Rio de Janeiro,* I, pág. 7.)

[75] Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo,* pág. 98.

[76] N. da R. em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXXII, pág. 146.

[77] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XI, pág. 519.

24 — Negociantes paulistas de cavalos.

(Desenho de Jean Baptiste Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil,* I, Prancha 49)

anos depois — em 1791 — o governador Lorena teve de estabelecer até os pontos em que êles deviam estacionar. Êles e as tropas que conduziam mantimentos para a cidade, procedentes de Atibaia, de Parnaíba, de Mogi das Cruzes. Aquêles que vinham dos distritos de Atibaia e de Parnaíba, como entravam na cidade pelo oeste, deviam estacionar na chácara do Bexiga, entre o Anhangabaú e o riacho Saracura. Os de Mogi, que vinham do leste, "no lugar junto às casas da chácara do capitão Nazaré, na Várzea do Carmo"[78]. Para se evitar que êles continuassem atravessando à vontade pelo meio da cidade. Mas além dos carros de boi seriam veículos visíveis nas ruas e caminhos dos arredores de São Paulo, no comêço do oitocentismo, outros carros que conduziam verduras, frutas e lenha, que se vendiam "às carradas e às mocutas". E ainda as carroças parecidas com pipas deitadas, onde a água era vendida em barris, de porta em porta. Finalmente, ainda alguma rara carruagem. Teodoro Sampaio escreveu que no comêço do século dezenove a única da cidade talvez fôsse a do governador[79]. Afonso de Freitas, por outro lado, observou que em 1822 havia em São Paulo um côche só: o do bispo Dom Mateus[80]. Devia haver portanto dois, ou talvez até mais alguns, a julgar por uma referência oficial com data de 1820 — uma indicação de vereador que começava assim: "Indico a bem do público que esta Câmara, com urgência da necessidade pública, mande imediatamente retificar as calçadas de tôdas as ruas,

[78] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XLVI, pág. 125.

[79] Teodoro Sampaio, op. cit., pág. 159.

[80] Afonso A. de Freitas, "A cidade de São Paulo no ano de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXIII, pág. 131.

onde se acharem arruinadas e demolidas pela corrente das águas, carros e seges"[81].

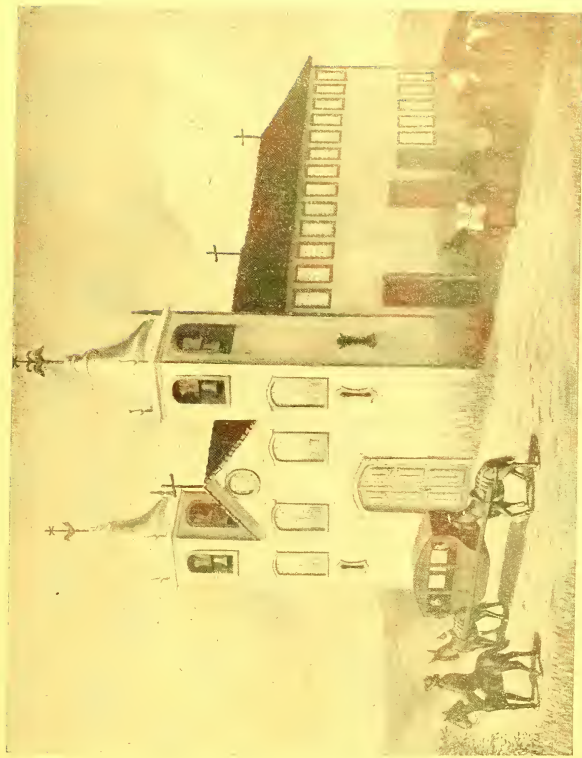
Os carros danificavam com freqüência também as pontes. Estas, no comêço do século dezoito, se faziam ainda apenas de madeira roliça. E nem bem eram construídas, às vêzes desapareciam: durante a noite a madeira era roubada por sujeitos que faziam lenha[82]. Ainda dêsse tipo deve ter sido a ponte que havia sôbre o rio Pinheiros, reconstruída no ano de 1730, quando se dizia que a madeira tinha de ser de canela e tabuado, os tanchões de "ubá-merim e camboy" e a grossura dos tabuões, de quatro dedos[83]. Só no ano de 1735 parece que se edificou uma ponte um pouco mais sólida, embora ainda de madeira como as anteriores. Foi lançada sôbre o Acu, tendo sido sua construção contratada pela Câmara com Francisco Xavier Correia. Ela devia ter quatro palmos de largura — segundo o projeto — e colocação sôbre terreno em atêrro para não ser atingida pelos crescimentos do rio[84]. Mas eram — essas e as demais — pontes que se faziam e se refaziam a todo momento. Em 1771, quando se edificou mais uma vez a ponte do rio Pinheiros, as atas da Câmara revelaram alguns de seus detalhes. Devia ter tanchões de ubá-merim de boas grossuras, com vigas de guatambu de altura de um gêmeo, e largura de meio palmo; travessas das mesmas madeiras com "couçueiras" de doze palmos de comprido de madeira de guatambu sem racha-

---

[81] Nuto Santana, op. cit., I, pág. 325.

[82] Afonso A. de Freitas, *Prospecto do Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estatístico, Biográfico, Bibliográfico e Etnográfico, Ilustrado de São Paulo,* pág. 74.

[83] Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII,* tomo 3, pág. 139.

[84] Afonso A. de Freitas, op. cit., pág. 10.

25 — Liteira ou bangüê diante da igreja da Penha no começo do século passado, em reconstituição baseada em desenho de Miguel Arcanjo Benício Dutra.
(Quadro de Adelaide G. Cavalcanti — Museu Paulista)

dura alguma; assoalho bem junto, pregado com pregos de ferro; guardas e pontaletes[85]. Não seriam no entanto destituídas de certa beleza as pontes paulistanas do setecentismo a julgar pelas duas que havia na época em Santo Amaro e que foram descritas pelo padre Manuel da Fonseca na sua *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*: "...formaram seus moradores duas formosas pontes, as quais, ainda que não imitem na perpetuidade as da Europa, por serem de madeira, imitam quanto é possível a perfeição da arte"[86].

Em fins do século dezoito — escreveu Alcântara Machado — havia meia dúzia de pontes oscilantes de madeira sôbre o Tamanduateí e o Anhangabaú: a do Carmo, no fim da ladeira dêsse nome; a do Fonseca, no ponto terminal da rua Glicério; a de Miguel Carlos, na rua que mais tarde seria a Florêncio de Abreu; a do Acu ou do Marechal — vulgarmente conhecida por "ponte do cisqueiro" — no local onde se abriu depois o largo do Correio; e a do Lorena, no Piques[87]. Rigorosamente aliás no fim do século dezoito a ponte do Marechal não era mais de madeira, e sim de pedra. Construída no govêrno de Gama Lôbo (1786-1788) e reconstruída logo depois no de Lorena (1788-1797) foi a primeira construção estável lançada sôbre o Anhangabaú[88]. Paralela a essa ponte do Marechal, na distância de uns trinta metros, construiu-se depois outra ponte sôbre o mesmo córrego: no chamado

---

85 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, págs. 39-40.

86 Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes,* pág. 18.

87 Alcântara Machado, "Machado d'Oliveira", *Rev. do Arquivo Municipal,* LIII, págs. 94-95.

88 Nuto Santana, op. cit., III, pág. 149.

beco do Sapo[89]. Mas já se sentia então a necessidade de que outras pontes fôssem feitas de cantaria, para não haver precisão de que tivessem de ser tôda hora reconstruídas. Em 1794 dizia-se em uma ata da Câmara que a ponte de madeira existente no Anhangabaú, por ser passo muito freqüentado, com entrada e saída da cidade (certamente a do Lorena), obrigava a que quase diàriamente se fizessem despesas com ela, e por isso seria muito interessante que fôsse feita de pedra, como a do Marechal[90]. No comêço do século seguinte, durante o govêrno de Franca e Horta (1802-1811), foi reconstruída a ponte do Ferrão, sôbre um canal do Tamanduateí. Nela é que se cobrava o impôsto de passagem dos viajantes que por aquêle lado se dirigiam para a cidade[91]. Na mesma ocasião foram reconstruídas mais duas pontes no Tamanduateí: a da ladeira do Carmo e a chamada do Meio. Essas duas pontes e mais a do Ferrão, situada em frente ao local onde se ergueu muitos anos depois o Gasômetro, Nuto Santana mostrou que ficavam sôbre o leito e duas variantes do rio. Havendo ainda entretanto uma quarta ponte de importância menor, na mesma direção, chamada ponte do Nicolau, adiante da capelinha de José Brás. "Ponte do Nicolau" e "Passagem do Nicolau" lembrou aquêle pesquisador que eram denominações constantemente citadas nas atas do poder municipal. A ponte do Nicolau devia ficar nas proximidades do lugar onde se edificou depois a Estação do Norte. Na mesma direção houve mais adiante a ponte do Tatuapé e antes da Penha a do Aricanduva[92].

---

[89] Nuto Santana, op. cit., III, pág. 152.

[90] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XIX, págs. 472-473.

[91] Nuto Santana, op. cit., III, pág. 72.

[92] Nuto Santana, op. cit., I, pág. 212.

As pontes de outras zonas da cidade também foram enumeradas pelo autor de *São Paulo Histórico*: na rua Alegre (Brigadeiro Tobias, comêço da ladeira de Santa Ifigênia), uma pequena ponte sôbre o ribeiro do tanque do Zunega ou do Zuniga; no largo do Arouche outra, também pequena, sôbre um córrego que nascia no tanque do Teobaldo, na chácara de Arouche de Toledo Rendon; aquém do futuro bairro das Perdizes, a ponte do Pacaembu, sôbre o riacho dêsse nome: uma outra no córrego da Água Branca: e ainda a do Anastácio, no Tietê[93]. As que eram ainda feitas de madeira continuavam dando trabalho freqüente ao poder municipal — como nos primeiros tempos da vila — pelos aterros e reparos que estavam sempre exigindo. Conhece-se um documento de 1810 relativo a despesas feitas com o consêrto da ponte do Acu, com o da ponte grande de Santana e mais uma vez com a do rio dos Pinheiros[94]. Em 1814 falava-se no consêrto das cabeças da ponte do Lorena, determinando-se que se colocassem nela quatro cabeças de pau de lei unidas aos quatro cantos das cortinas da ponte, para evitar os danos que costumavam ser feitos ali pelos carros[95].

No comêço do século dezenove foram descritas, algumas dessas pontes paulistanas, por dois dos viajantes estrangeiros que estiveram em São Paulo. John Mawe, em 1807, escreveu apenas que havia, sôbre os rios que banhavam a cidade, diversas pontes, "algumas de pedra, outras de madeira, construídas

---

93 Nuto Santana, op. cit., I, pág. 212.

94 "Papéis Avulsos", *Rev. do Arquivo Municipal,* XXXII, pág. 82.

95 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXI, pág. 426.

pelo último governador"[96]. Saint-Hilaire, em 1819, deixou informações bem mais minuciosas e interessantes a respeito delas. Segundo o viajante francês eram três as principais; ficando duas sôbre o Anhangabaú e uma terceira sôbre o Tamanduateí: tôdas elas já construídas de pedra, mas muito pequenas e de um arco só. A do Tamanduateí, chamada do Ferrão, no comêço da estrada para o Rio de Janeiro, tinha trinta e sete passos de comprimento por sete de largura, e parapeitos com bancos de pedra. A do Lorena, no Anhangabaú, vinte e cinco passos por doze, era quase plana e seus parapeitos não tinham enfeites: ligava a cidade com os caminhos que iam para Jundiaí e para Sorocaba. A mais bonita das três pontes era a que ligava o centro da cidade com o bairro de Santa Ifigênia: essa, que se chamava do Marechal, tinha cento e cinqüenta passos de extensão e dezesseis de largura. A metade que ficava do lado do centro se estendia em declive, sendo a outra quase plana. Eram mais ou menos elegantes os seus parapeitos[97], e sabe-se que sôbre a pirâmide dessa ponte havia uma pequena bola de pedra[98]. Quase que se podia dizer que foi o primeiro viaduto da cidade. A ponte do Lorena Saint-Hilaire atravessou quando viajou de Jundiaí para São Paulo em 1819, pouco antes de chegar à hospedaria do Bexiga. A cêrca de uma légua da cidade êle atravessou outra ponte, sôbre o Tietê, mas essa insignificante e feita de madeira. E quando saiu da cidade a caminho de Itu, a pouca distância da aldeia de Pinheiros, passou

---

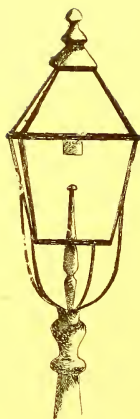
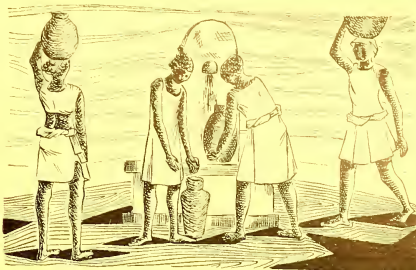
96 John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil,* pág. 77.

97 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 178.

98 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXII, pág. 252.

ainda por outra sôbre o pequeno rio Pinheiros[99]. As três pontes maiores no entanto o francês afirmou que não tinham nada de fora do comum e que em qualquer país que não fôsse o Brasil — onde eram raras as boas pontes, na época — não haviam de merecer nenhum registro particular. De modo que parece um tanto exagerada — ou pelo menos revelando uma impressão puramente local — a afirmativa de Aires do Cazal na sua *Corografia Brasílica*: a de que São Paulo tinha "três magníficas pontes de pedra", além de outras de madeira[100].

---

[99] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 219.
[100] Aires do Cazal, *Corografia Brasílica,* I, pág. 162.

V — MANTIMENTOS DA TERRA E DO REINO

A alimentação do morador de São Paulo foi provàvelmente, como sugeriu Gilberto Freyre, mais variada e mais sadia, desde os primeiros séculos, que a dos habitantes das cidades litorâneas do Brasil, mais afetadas que foram estas últimas pelos efeitos da monocultura dominante nas áreas do açúcar[1]. Mesmo assim todavia nem sempre parece ter sido satisfatória. Apesar da fertilidade dos campos de Piratininga — com clima e terras que podiam condicionar o crescimento das lavouras e dos rebanhos de criação, como notaram alguns Jesuítas na era quinhentista — e a despeito dos esforços do poder municipal, de então por diante, revelados a todo momento através de uma porção de medidas que ficaram registra-

[1] Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos,* 1.ª edição, págs. 174-175.

das nas atas da Câmara, o abastecimento de carne, por exemplo, já no seiscentismo, se mostrou em geral bastante irregular, não só do ponto de vista da quantidade como da qualidade da mercadoria fornecida à população da vila.

A pobreza de recursos e a falta de sal impuseram a canjica e o angu como base da alimentação nos primeiros tempos, ao lado de produtos da caça e da pesca, esta última comprometida no entanto em conseqüência da utilização de processos bárbaros e destruidores aprendidos pelos colonos com os índios. O trigo, um tanto desprezado de início, em vista da fartura e da excelência da mandioca, se desenvolveu mais tarde. Houve grandes searas e moinhos em tôrno da povoação. Mas êle passou a ser exportado depois, por vêzes abusivamente, com prejuízo do abastecimento local.

Por outro lado sob a influência do bandeirismo o milho superou a mandioca, o feijão passou a se firmar como o prato caracterìsticamente regional do morador de São Paulo e se desenvolveu entre os habitantes do planalto de Piratininga o gôsto — ou pelo menos o hábito — de utilizarem em sua dieta frutas bravas e selvagens, e produtos encontrados nas roças dos índios pelo sertão.

A situação não parece ter melhorado — antes deve ter se agravado — durante o setecentismo. Escasseara ou mesmo desaparecera o trigo. Os campos vizinhos da cidade — abandonados e até certo ponto despovoados em conseqüência das entradas de moradores pelo mato à procura de índios e mais tarde de ouro — não ficaram em condições de concorrer, a não ser talvez em escala insignificante, para o abastecimento da cidade. Os gêneros procedentes de fora — de Nazaré, de Jaguari, de Atibaia — eram com

freqüência desviados por atravessadores e exportados para o Rio de Janeiro. Comia-se freqüentemente em São Paulo carne de qualidade muito má — como denunciou um capitão-general — e até "bichos imundos".

Só em fins do século dezoito e no comêço do dezenove — quando a lavoura e a criação, na capitania, começaram a se recompor e os sítios em tôrno da cidade a retomar o seu impulso antigo — foi que passou a haver mais abundância de gêneros, muita fruta nas chácaras, muito quitute vendido pelas ruas. Só então o morador da cidade começou a desfrutar daquela fartura entrevista pelos cronistas primitivos, que se encantaram com as possibilidades da região de Piratininga. Por Anchieta, quando escrevia que o campo de São Paulo era muito fértil em mantimentos, com muita criação de vacas e de porcos[2]. Por Fernão Cardim, em fins do século dezesseis, falando nas suas campinas cheias de vacas, que era "formosura de ver"[3]. Por Simão de Vasconcelos e Frei Vicente do Salvador, aludindo à abundância de gado em Piratininga[4] e acrescentando o último que as carnes dêsse gado de São Paulo eram mais gordas que em Espanha[5].

Sabe-se no entanto que o fornecimento de carne aos moradores da povoação foi muitas vêzes precário, embora já em 1599 tivesse resolvido a Câmara que se fizesse uma casa de açougue "onde se talhasse a

---

[2] Citado por F. C. Hoehne, *Botânica e Agricultura no Brasil no século XVI*, pág. 103.

[3] Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, pág. 314.

[4] Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, I, pág. 87, e Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 50.

[5] Frei Vicente do Salvador, op. cit., pág. 50.

carne" para que ela não fôsse vendida pelas ruas de casa em casa, exposta às sujeiras[6]. Os habitantes apelavam com freqüência para o poder municipal alegando que "morriam de fome por não haver quem quisesse matar carne"[7]. Uma ata de 1601 dizia já haver poucas criações na terra e haver muito trabalho "no criar delas"[8]. E em meados do seiscentismo — em 1659 — outro têrmo da Câmara proibia que se vendesse gado "para o mar", pois faltava a "êste povo que se andava queixando"[9]. É que provàvelmente o desenvolvimento dos rebanhos — apesar de tôdas as condições favoráveis — não acompanhou o crescimento da população da vila e de seus arredores, reduzindo-se dessa forma a abundância de que falaram os cronistas mais antigos. Carne farta e de boa qualidade, com freqüência, deviam ter no seiscentismo apenas os moradores de maior riqueza ou de maior prestígio. O caso por exemplo dos monges beneditinos, como se pode verificar pelos gastos da mordomia do mosteiro de São Bento em 1682[10]. Contra as dificuldades no abastecimento de carne aliás a edilidade parece que estava sempre atenta, como também em relação à qualidade e à limpeza do produto que se fornecia aos moradores. Entre as funções dos almotacés estava a fiscalização das atividades dos carniceiros e de outros comerciantes de gêneros, "para que houvesse mantimentos em abastança, garantindo-se as

---

[6] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 56.

[7] Citado por Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 176.

[8] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 89.

[9] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* Anexo ao VI, pág. 134.

[10] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, págs. 314-315.

vereações e posturas do conselho"[11]. Recomendava-se aos almotacés sobretudo a vigilância sôbre os carniceiros: não permitissem que êles matassem reses que não fôssem logo "limpadas dos debulhos", nem consentissem que elas "fôssem cansadas no curral nem fora dêle" porque "de tal correr se apostemava a carne"[12]. Além disso parece ter havido em São Paulo, de certa época em diante, maior interêsse na criação de porcos que na de vacas. Pedro Taques, referindo-se a fins do século dezessete, observou que os moradores de São Paulo só se interessavam pelas minas de ouro, pelas grandes searas de trigo e pela abundância da criação de porcos[13]. Já se escreveu mesmo que a carne de porco preferida à de boi — ao lado de outros elementos ou traços — indicaria em qualquer região do Brasil a presença de paulistas ou de seus descendentes[14]. Carnes salgadas, sobretudo de porco, sabe-se que em São Paulo se preparavam para exportar para outras partes da colônia e para o Rio da Prata[15].

Importância considerável na alimentação do morador de São Paulo durante os primeiros séculos devem ter tido os produtos da caça e da pesca. Nos tempos primitivos, principalmente os da pesca. Nos rios que corriam pela povoação e suas vizinhanças pescou-se desde os primeiros tempos, embora muitas

---

[11] Citado por Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 18.

[12] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 18.

[13] Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro,* vols. XXXII, XXXIII, XXXIV e XXXV.

[14] João Vampré, "Fatos e Festas na Tradição", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XIII, pág. 285.

[15] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 147.

vêzes por processos bárbaros aprendidos pelos colonizadores europeus com os índios: o envenenamento das águas com os timbós ou tinguis, cascas da "erva maravilhosa" a que se referiu Fernão Cardim, tão forte que nos rios onde se botava não ficava peixe vivo[16]. As águas chegavam a ficar escuras[17]. Doze mil peixes de uma vez contou Anchieta que viu matar assim[18]. Isso acontecia apesar das medidas tomadas pelo govêrno da vila desde o primeiro século. Já em 1591 estabelecia a Câmara que "ninguém mandasse nem desse tingui, com pena de quinhentos réis", no Tamanduateí[19]. E em 1626: "que nenhuma pessoa use timbó nem ponha tresmalho em tempo em que o peixe sai a desovar"[20]. Mas os moradores — não só os mamelucos, talvez, mas também os descendentes só de "buavas" — faziam pior do que pôr tresmalho. Punham em certos pontos dos rios a armadilha chamada pari — que chegou a dar seu nome a um bairro de São Paulo: cêrca de taquara ou de cipó estendida de margem a margem. No Tamanduateí foi o tipo da coisa comum desde os tempos primitivos. E bem ou mal havia peixe fresco de rio para o consumo da vila. Excepcionalmente, algum pescado de mar. Pelo menos no convento dos Beneditinos, quando vinham escravos de Santos[21]. A importância dos produtos da caça para os moradores da povoação — inclusive bichos repugnantes para o europeu, mas que os índios deviam comer sem a menor cerimônia — deve

---

16 Fernão Cardim, op. cit., pág. 68.

17 Robert Southey, *História do Brasil,* I, pág. 455.

18 Citado por F. C. Hoehne, op. cit., pág. 98.

19 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 425.

20 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* III, pág. 231.

21 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 315.

ter aumentado sobretudo depois de iniciadas as penetrações para o sertão[22]. Pouco depois de 1690 um escritor anônimo — citado por Capistrano de Abreu — dizia dos paulistas que eram homens capazes de penetrar todos os sertões, andando sem mais sustento que caça do mato, bichos, cobras, lagartos...[23]

A base da alimentação no planalto todavia — escreveu Alcântara Machado referindo-se aos tempos primitivos — era formada pela canjica ensinada pelo índio e o angu de fubá ou de farinha de milho e de mandioca. Naturalmente porque angu e canjica não precisavam de sal, que naqueles tempos era raro[24]. O padre Manuel da Fonseca chamou a canjica de "guisado especial de São Paulo e mui próprio de penitentes", acrescentando: "consta de milho grosso de tal sorte quebrado em um pilão que tirando-lhe a casca e o ôlho fique o mais quase inteiro. É manjar tão puro e simples que, além da água, em que se coze, nem sal se lhe mistura. Finalmente, é sustento próprio de pobres, pois só a pobreza dos índios e a falta de sal por aquelas partes podiam ser os inventores de tão saboroso manjar"[25]. A própria maneira de cozinhar dos índios teve influência marcada na dos colonos de São Paulo. Luís Saia chegou a formular a hipótese bastante aceitável de que na era seiscentista essa influência tivesse ido mais longe: introduzindo-se o costume de cozinhar, não em fogões fixos, dentro

---

22 Veja-se a propósito o que escreveu Gentil de Assis Moura, *As Bandeiras Paulistas*, pág. 10.

23 Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, págs. 121-122.

24 Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 61.

25 Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, pág. 55.

de casa, mas em tripeças, dado o aproveitamento de mulheres indígenas como cozinheiras[26].

A mandioca — que certamente, com seus produtos, constituiu a base da alimentação dos índios e dos primeiros povoadores que se fixaram em São Paulo[27] — foi sendo aos poucos superada pelo milho. Embora ainda em 1601 se dissesse em uma ata da Câmara que o milho vinha de ordinário de fora e que valia muito[28]. A preferência dada depois à farinha de milho sôbre a de mandioca, Sérgio Buarque de Holanda relacionou com a mobilidade característica do paulista primitivo. O transporte de ramas de mandioca para serem plantadas em arraiais distantes do sertão — escreveu o autor de *Monções* — devia oferecer dificuldades muito grandes. "Além disso, uma vez efetuado o plantio, seria necessário aguardar pelo menos um ano, em regra muito mais, para se obterem colheitas realmente compensadoras. O milho, por outro lado, além de poder ser transportado em grãos a distâncias consideráveis, já produzia cinco ou seis meses depois de realizada a sementeira"[29]. O que não quer dizer porém que ainda não se encontrem referências freqüentes, nos inventários seiscentistas, a mandiocais no planalto de Piratininga.

O trigo, embora se desse bem na região de São Paulo, não era quase semeado nos primeiros tempos — dizia Anchieta — pela facilidade e bondade do mantimento da terra: a mandioca[30]. "Já deu trigo

---

26 Luís Saia, "Notas sôbre a arquitetura rural paulista do segundo século", *Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n.º 8, pág. 211.

27 F. C. Hoehne, op. cit., pág. 103.

28 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 89.

29 Sérgio Buarque de Holanda, *Monções,* pág. 90.

30 Citado por F. C. Hoehne, op. cit., pág. 103.

mas não no querem semear", repetia Gandavo[31]. Apenas semeavam alguns grãos para hóstias e bolinhos — diria Southey[32]. Já em fins da era quinhentista e primeiros anos da seiscentista no entanto parece que a situação havia se modificado. Frei Vicente do Salvador[33], Simão de Vasconcelos[34] e Pedro Taques[35], êste último é verdade que se referindo à segunda metade do século dezessete, falaram em grandes searas de trigo em tôrno de São Paulo. Alcântara Machado, com base nos inventários coloniais, citou a existência de uns cinqüenta plantadores de trigo no planalto[36]. E pelo menos desde 1616 as atas registravam diversas licenças concedidas pela Câmara a moradores para fazerem os seus moinhos[37]. Certamente moinhos rudimentares, observou Taunay[38]. Êsses plantadores de trigo no entanto às vêzes exportavam a farinha — contrariando disposições do poder municipal — e por isso faltava pão na vila. O pão era feito por mulheres nessa época — sabendo-se que as Ordenações do Reino só legislavam para padeiras — e também a atividade delas era fiscalizada com rigor em São Paulo pelos almotacés [39]. Em 1623 o procurador do Conselho lembrava que "havia muito

---

31 Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, pág. 37.

32 Robert Southey, op. cit., I, pág. 462.

33 Frei Vicente do Salvador, op. cit., págs. 50, 90 e 382.

34 Simão de Vasconcelos, op. cit., I, pág. 87.

35 Pedro Taques, op. cit.

36 Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, págs. 214-215.

37 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, II, págs. 374 e seguintes.

38 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, pág. 216.

39 Otoniel Mota, *Do Rancho ao Palácio*, pág. 51.

trigo na terra", estranhando por isso que fôsse muito pequeno "o pão que se vendia a êste povo nas vendagens"[40].

Também o feijão foi coisa de importância básica na dieta dos moradores de São Paulo nesse tempo. Referindo-se a Belchior de Pontes — que viveu na segunda metade do século dezessete — escreveu Manuel da Fonseca: "Era o seu comer parco e vil, usando as mais das vêzes de feijão e canjica"[41]. Mas a verdade é que êle foi um prato universalmente adotado pela gente do planalto de Piratininga, a ponto de o tutu de feijão se tornar futuramente um prato bastante característico até da área influenciada pelos paulistas no Brasil. Custava nesse tempo o feijão seis vêzes menos que o arroz em São Paulo. Aliás também à mobilidade das bandeiras emprestou Sérgio Buarque de Holanda importância especial relativamente ao feijão na dieta alimentar da gente de Piratininga. Seu custo módico, a facilidade de seu acondicionamento, sua durabilidade e sua resistência às pragas, contribuíram para fazer dêle um gênero valioso nas expedições sertanistas. "E não haverá talvez exagêro — escreveu aquêle historiador — em supor-se que à mobilidade tradicional da gente de São Paulo se relaciona em parte o papel singularmente importante que êle veio a ter em sua dieta alimentar"[42].

Outra influência da atividade sertanista sôbre a alimentação dos moradores da vila foi por certo a introdução, em seu regime, de uma porção de frutas bravas e selvagens, além de palmitos e de outros ali-

---

[40] Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, págs. 217-218.

[41] Manuel da Fonseca, op. cit., pág. 55.

[42] Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., pág. 187.

mentos encontrados nas roças dos índios pelo sertão[43]. O que não quer dizer que muitas frutas européias não fôssem também consumidas pelos paulistanos desde os primeiros tempos. Marmelos e outras "frutas de Espanha"[44]. Figos de tôda sorte: berjaçotes, bebaras e ainda uvas[45]. Maçãs, pêssegos, nozes, ginjas, amoras, melões, "balancias" e quase tôdas as frutas da Europa, no dizer de Simão de Vasconcelos[46]. Isso tudo ao lado de outras frutas de fora ou da terra, como a lima, a "laranja do céu"[47], a banana da Guiné e a nativa, chamada de pacova pelos indígenas[48].

Cultura em franco desenvolvimento nos primeiros tempos em redor da vila — escreveu Alcântara Machado — foi também a da vinha. Ao lado de outras árvores de fruta havia quase sempre nos sítios pedaços de vinha ou latadas de parreira[49]. Os campos de Piratininga tinham muitas vinhas — observou Fernão Cardim — sendo preciso porém dar uma fervura no vinho para que êle não azedasse, pois saía verde demais[50]. Frei Vicente, referindo-se ao século dezessete, falou também de grandes vinhas em Piratininga, de que se colhiam muitas pipas de bebida[51]. Encontrava-se por isso sempre muito vinho na vila, salvo nos momentos em que negociantes espertos tentavam o açambarcamento[52]. Mas vinho que muitas vêzes

---

43 Capistrano de Abreu, op. cit., págs. 121-122 e Gentil de Assis Moura, op. cit., pág. 10.

44 Citado por F. C. Hoehne, op. cit., pág. 103.

45 Fernão Cardim, op. cit., pág. 314.

46 Simão de Vasconcelos, op. cit., I, pág. 87.

47 Afonso de E. Taunay, *Piratininga,* pág. 92.

48 Otoniel Mota, op. cit., pág. 66.

49 Alcântara Machado, op. cit., pág. 46.

50 Fernão Cardim, op. cit., pág. 314.

51 Frei Vicente do Salvador, op. cit., pág. 90.

52 Belmonte, *No Tempo dos Bandeirantes,* pág. 164.

era utilizado apenas como remédio — segundo a referência de um cronista — servindo de veículo a drogas ou plantas medicinais. Ou então para fricções e cauterizações, em forma de vinagre[53]. Aliás o mesmo ocorria com a cachaça, que se empregava por exemplo, ao lado de várias outras drogas, no tratamento da varíola e do sarampo. Era uma produção que se estimulava, a da cachaça. Embora em 1638 se reclamasse contra os vendedores que negociavam a aguardente por preço maior do que aquêle que estava estabelecido[54], em 1665 determinava-se: "não venha nenhuma aguardente da terra de fora [das povoações circunvizinhas] a vender a esta vila, senão a que se fizer na terra". Lembrava-se então que diversas pessoas tinham "alambiques em que estilavam aguardentes"[55]. Casas de "estilar aguardente" que havia em algumas fazendas de cana de açúcar, com "alambiques de cobre com sua carapuça e cano"[56]. A aguardente de cana ficou depois sendo conhecida pelos nomes de caninha, pinga ou cachaça. O nome de aguardente passou a servir mais particularmente para bebida que vinha do Reino ou então a fabricada em São Paulo com milho. A aguardente da Metrópole, assim como o vinho importado de Portugal, gozaram depois favores especiais e foram também bastante consumidos na vila[57].

---

[53] Belmonte, op. cit., pág. 164.

[54] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* III, págs. 199 a 201.

[55] Nuto Santana, op. cit., II, págs. 199 a 201.

[56] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 222.

[57] Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo,* I, pág. 72.

No setecentismo a região de São Paulo se viu em condições piores que as dos primeiros séculos do ponto de vista do seu abastecimento de gêneros, e portanto das possibilidades de uma alimentação sadia e variada para seus habitantes. A corrida para as terras do ouro afetara rudemente o seu povoamento, desfalcara os seus rebanhos de criação, quase que inutilizara os seus sítios de lavoura. Os resultados não podiam deixar de ser a falta de víveres, o seu encarecimento e a miséria de uma grande parte da população. Em meados do século — em 1763, por exemplo — a situação era bastante grave. Havia mesmo penúria de víveres, e o poder municipal precisou tomar medidas fora do comum para enfrentar o problema. Os carregamentos de gêneros chegados então à cidade eram desviados por atravessadores e exportados muitas vêzes para o Rio de Janeiro, onde encontravam preços mais compensadores. Grandes remessas de toicinho, de milho, de feijão[58]. Por outro lado a carne fornecida aos moradores nem sempre era de boa qualidade. Às vêzes era a pior possível. Uma ata da Câmara em 1771 dizia que o povo da cidade e seu têrmo era prejudicado pelos abusos de criadores que matavam "reses colhudas" e outras com moléstias graves, pesteadas ou mordidas de cobra, ou mortas a chumbo pela sua braveza. Êsses animais eram conduzidos para o açougue paulistano e vendidos como bons[59].

Ainda na mesma época o morgado de Mateus, falando da falta de víveres e da carestia daqueles que se vendiam na cidade, escrevia que o povo passava miséria, e por isso se alimentava de "bichos imundos e

---

[58] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1735-1765)*, I, págs. 72 e seguintes.
[59] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, pág. 27.

coisas asquerosas", que êle suspeitava serem as causas do mal de São Lázaro e de outras enfermidades então freqüentes[60]. Miséria resultante dos obstáculos que se opunham a um abastecimento normal. A maior parte dos gêneros vinha de fora, como escrevia ainda em 1788 Arouche de Toledo Rendon: "O contrato das Casinhas [mercado] é prova evidente de que, em sua maior parte, os víveres que sustentam esta cidade não são colhidos no têrmo da mesma cidade, mas sim nas matas de São João de Atibaia, Nazaré e Jaguari [Bragança]". Estas matas já vão se acabando — avisava e aconselhava Rendon — e deve-se portanto cuidar em lavrar os sítios de campos do têrmo desta cidade[61]. Da mesma época — de 1791 — conhece-se um documento citando cartas do governador Lorena aos capitães-mores das localidades de Atibaia, de Mogi das Cruzes e de Parnaíba, no sentido de proverem de mantimentos a cidade de São Paulo[62]. Mas os atravessadores agiam em Nazaré, em Atibaia e em Jaguari, revelava uma ata da Câmara em 1793. Atravessaram — dizia-se então — todos quantos porcos acharam em ceva, todo quanto feijão acharam colhido e tôda quanta mandioca acharam em têrmo de colheita, "de cujo procedimento tem resultado a esta cidade uma considerável falta de mantimentos de forma que os têm feito subir mais de

---

[60] Citado por Afonso de E. Taunay, *Antigos Aspectos Paulistas,* pág. 98.

[61] José Arouche de Toledo Rendon, "Reflexões sôbre o estado em que se acha a agricultura na capitania de São Paulo", *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XLIV, págs. 195 e seguintes.

[62] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XLVI, pág. 125.

cento por cento do seu racional preço"[63]. Entre êsses mantimentos devia merecer lugar destacado o feijão. Depoimentos de fins do século dezoito e comêço do seguinte — observou Sérgio Buarque de Holanda — mostram que inclusive nos meios urbanos os paulistas já eram muito "gulosos de feijão com toicinho", considerado então seu prato tìpicamente regional[64].

Também o trigo escasseara pelo menos em meados do século dezoito, quando o padre Manuel da Fonseca, biografando Belchior de Pontes, se referia ao trigo "que outrora abundava em São Paulo" e cuja falta então se chorava "porque em lambiques os estilaram os antigos, fazendo dêle água ardente"[65]. E em prejuízo do consumidor ainda havia abusos no fabrico do pão de trigo e na fixação de seu preço, desde os primeiros tempos do setecentismo. Conhecem-se providências das autoridades municipais, em 1726, ordenando que as padeiras, que costumavam mandar vender o pão de trigo, "o fizessem com o pêso que lhes estava destinado"[66]. Também em 1739 a Câmara regulamentou o pêso do pão, "que não podia ter mistura alguma na farinha"[67]. Sabe-se que nessa época existiam apenas umas cinco ou seis padeiras na cidade. Mas não trabalhavam em geral por conta própria. Tinham patroas, "donas delas e dos fornos"[68].

---

63 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XIX, pág. 370.

64 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., pág. 187.

65 Manuel da Fonseca, op. cit., pág. 125.

66 "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal,* XXIII, pág. 220.

67 Citado por Nuto Santana, op. cit., IV, pág. 75.

68 Nuto Santana, op. cit., V, pág. 25.

Entretanto parece que a cidade passou a contar, no comêço do século dezenove, com víveres mais abundantes e por preços mais acessíveis que no setecentismo, assegurando-se a possibilidade de uma alimentação mais satisfatória para os seus moradores. Em 1823, quando se discutiu na Constituinte brasileira se a Universidade devia ser instalada no Rio ou na capital da província, o deputado Fernandes Pinheiro optou por São Paulo, alegando que havia nela abundância e barateza de tôdas as precisões. E o deputado Carvalho e Melo — depois Visconde da Cachoeira — fêz ver que ela dispunha de víveres baratos e era muito abastecida de gêneros de primeira necessidade[69]. Contribuíam para uma situação como essa em primeiro lugar os sítios que provàvelmente começaram a ser desenvolvidos nas vizinhanças da cidade, com as suas culturas alimentares e as suas criações de aves e de porcos. O viajante John Mawe, em 1807, não se cansou de louvar a quantidade e a variedade das plantas alimentícias dos arredores de São Paulo: o cará, o repôlho, o nabo, a couve-flor, a alcachôfra, a batata, a batata-doce, o milho, o feijão, a ervilha. Nem de lembrar que eram baratíssimos os porcos e os frangos criados nesses sítios da vizinhança. E ainda que eram abundantes e se vendiam por preços razoáveis perus, gansos e patos da variedade Moscovy[70]. O que não se cuidava — escreveu o inglês — era da criação de ovelhas, e raramente se comia carne de carneiro. Mas criavam-se também cabras, cujo leite era aproveitado para fins domésticos[71]. Quase a mesma coisa diria seis anos

---

[69] Citado por Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* I, págs. 8 e seguintes.

[70] John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil,* pág. 80.

[71] John Mawe, op. cit., pág. 81.

depois o sueco Gustavo Beyer. Que os roceiros das proximidades da cidade tinham por indústria principal a criação de galinhas e de porcos, que conduziam para São Paulo em grande quantidade. Que além de perdizes e faisões havia outros galináceos — a jamperna, o jacu, o mutum e o macuco — todos saborosos e que apanhados novos se criavam e se engordavam fàcilmente, como as galinhas. E ainda mais: que os legumes eram produzidos com abundância o ano todo, assim como o inhame, o repôlho, a couve-flor, a alcachôfra, o espinafre, o espargo, a alface e muito agrião, ervilhas e batatas, feijões e cebolas. Por preços acessíveis se encontravam gansos, pombas, marrecos e perus[72]. Saint-Hilaire observou poucos anos mais tarde que o distrito de São Paulo, apesar de ser tido como um dos menos férteis da província, produzia entretanto feijão, milho, farinha de mandioca e arroz. O arroz sabe-se que era cultivado em 1810 também nas vilas dos arredores. E talvez já então estivesse entre os alimentos comuns, a despeito da opinião de Otoniel Mota, de que êle só tenha se popularizado a partir da segunda metade do século dezenove[73]. Também se referiu o viajante francês aos legumes, à criação de vacas, porcos e carneiros[74].

Isso não impedia, porém, que às vêzes houvesse muita falta de carne fresca na cidade, como registrava um documento de 1819[75]. Mas indicava que os pau-

---

[72] Gustavo Beyer, "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo em 1813", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XII, pág. 275.

[73] Otoniel Mota, op. cit., pág. 34.

[74] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo,* pág. 202.

[75] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XV, pág. 476.

listanos haviam escutado o conselho de Rendon no fim do setecentismo. A carência de carne de vaca transparecia em 1825 quando o desenhista Hércules Florence, passando por São Paulo, escrevia que as comidas principais dos seus moradores eram o frango, o leitão assado ou cozido e ervas, "tudo porém acepipado com um condimento que excitava o apetite"[76]. Não se comia pão — escreveu Florence referindo-se talvez a uma parte da população — e sim farinha de milho ou de mandioca, que se preparava com muita perícia[77]. Plantava-se no planalto no entanto pouca mandioca e muito milho. "Os habitantes daqui dizem que a farinha de mandioca — observou Martius nessa época — é pouco saudável, tal como os habitantes do norte dizem da farinha de milho"[78]. A manteiga era apenas tolerável e pouco usada, segundo Mawe, que assinalou também o atraso da indústria do leite na cidade e seus arredores. O queijo, por exemplo, não valia nada[79]. Depoimento que contraria o que escreveu Vilhena na sua *Recopilação,* a respeito da "muito boa quantidade de manteiga e queijos suficientes" que se faziam em São Paulo[80]. Ainda de John Mawe foram as observações relativas aos pratos dominantes no almôço e no jantar do morador da cidade — por certo o mais abastado — no comêço do século passado. Prato comum no almôço era o feijão, cozido ou misturado com farinha. No jantar, verduras fervidas com carne de porco ou bife

---

76 Hércules Florence, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas,* pág. 6.

77 Hércules Florence, op. cit., pág. 6.

78 Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, pág. 211.

79 John Mawe, op. cit., pág. 92.

80 Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de notícias da capitania de São Paulo,* pág. 35.

e batata e galinha recheada, seguidos de uma salada excelente[81].

Mas para a alimentação do paulistano contribuíram também de forma notável no setecentismo e na primeira parte do oitocentismo — tal como ocorrera nos primeiros séculos — a pesca e a caça. A pesca feita ainda muitas vêzes pelos processos primitivos, combatidos desde a era quinhentista. Ainda em 1738 os abusos dos pescadores provocaram, uma representação de outros moradores da cidade à Câmara, publicando-se então um bando em que se mostrava ser preciso evitar as piracemas e a pesca com tingui ou timbó[82]. E uma Ordem Régia do mesmo ano, visando assegurar mais abundância de peixe durante o ano todo, mandava que ninguém matasse peixe nas piracemas, nem botasse tinguijadas nem timbó e nem usasse de zanguizarras nem de rêdes de arrasto[83]. É que os rios das vizinhanças da cidade — observou Taunay — eram em meados do século dezoito mais volumosos do que hoje e podiam fornecer peixe com certa fartura. Nos livros da mordomia do mosteiro de São Bento — escreveu aquêle historiador — há referências preciosas a respeito, mostrando que os monges contavam freqüentemente com suprimento abundante de traíras, trairões, lambaris e outros peixes do Tietê e de seus tributários[84]. Pelo recenseamento de 1765 sabe-se que quase todos os moradores do bairro do Pari — que eram então setenta e dois —

---

81 John Mawe, op. cit., pág. 92.

82 Citado por Nuto Santana, op. cit., V, págs. 111-112.

83 "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal* LXXVII, págs. 247-248.

84 Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII,* pág. 159.

se dedicavam à pesca[85]. E que no bairro de Santana, na mesma época, havia muitos pescadores entre os bastardos, os carijós e os pardos mencionados pelo recenseamento de Ordenanças da Cidade[86]. Mas a luta do poder municipal contra os métodos criminosos de pesca continuou pelos fins do século dezoito e pelo dezenove a dentro. Em 1787 proibia-se mais uma vez o uso dos timbós, e mandava-se que se destrancassem as barcas paradas no Tietê, impedindo a saída do peixe que procurava a "madre do rio"[87]. Medidas assim se repetiam em 1809[88]. E no ano seguinte a Câmara designava "sujeitos inteligentes da pescaria de peixe" para desmancharem por ordem do govêrno os cercos que se faziam em alguns rios[89]. Na mesma ocasião se determinava que ninguém lançasse nos rios e nas lagoas trovisco, barbasco, coca, cal ou qualquer outro material com que se matasse o peixe[90]. Eram menores os cuidados do poder municipal com a caça. Em todo caso em 1788 publicava-se um edital para que ninguém pudesse, no tempo da criação, mandar matar perdizes nem destruir os ninhos delas[91]. Em 1808 a Câmara proibia a sua caça quatro léguas "em

---

85 Nuto Santana, *Metrópole*, pág. 61.

86 "Recenseamentos de Ordenanças da Cidade de São Paulo e seu Município (1768)", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XXXIV, pág. 435.

87 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XVIII, pág. 446.

88 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXI, pág. 40.

89 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXI, pág. 120.

90 *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XIV, pág. 123.

91 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XIX, pág. 6.

circunferência da cidade[91] e mesmo a venda de ovos e a danificação dos ninhos dessas aves[92].

Iguaria curiosa — apreciada pela "arraia miúda", no dizer de Spencer Vampré[93] — era o içá: formiga saúva torrada, cuja vulgarização entre as classes pobres de São Paulo, como também a da canjica e a do pinhão cozido, diziam as lendas que se devia à carência do sal nos tempos primitivos[94]. Saint-Hilaire, em sua *Viagem ao Espírito Santo,* contou que não era só naquela província que o povo gostava de comer grandes formigas aladas. "Asseguraram-me — escreveu êle — que são vendidas no mercado de São Paulo, sem o abdômen e fritas; eu mesmo comi um prato delas, preparado por uma mulher paulista, e não achei que tivessem gôsto desagradável"[95]. A informação dada ao francês era exata. Ainda alguns anos depois da viagem do naturalista o içá torrado não faltava na quitanda paulistana — segundo Vieira Bueno — na estação em que as formigas saúvas faziam sair os seus enxames. "Disto dou eu testemunho — escreveu êle — pois sem ter vergonha o confesso, cheguei a provar a coisa". Queriam pôr nos Jesuítas mais essa culpa: a da introdução dêsse uso como meio de diminuir a multiplicação das terríveis formigas — escreveu ainda Bueno — porém o mais natural é que viesse dos indígenas, que comiam corós (bichos do estêrco), bichos de paus podres e

---

92 *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XIV, págs. 93-94.

93 Spencer Vampré, op. cit., I, pág. 71.

94 Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 296.

95 Auguste de Saint-Hilaire, *Segunda Viagem ao Interior do Brasil (Espírito Santo),* pág. 28.

outras coisas assim[96]. Aliás, que o gentio comia içá, isso já escrevera Rendon em 1788[97]. Mas não parece ter tido razão Vampré ao escrever que apenas a "arraia miúda" gostava dêle. Essa comida estranha, ensinada pelos índios, se generalizara também entre muita gente de mais recursos, e isso ainda durante uma grande parte do século passado.

Talvez por causa dos porcos e dos frangos a que se referiram os viajantes estrangeiros; dos produtos mais ou menos abundantes da caça e da pesca; e mesmo do bacalhau, que sempre figurou nas importações de São Paulo — como se observa no Quadro Estatístico, de Daniel Pedro Muller — parece que o paulistano estava nesse tempo menos habituado ao uso generalizado ou quase exclusivo da carne de vaca do que o gaúcho por exemplo. Foi o que sugeriu Saint-Hilaire para explicar o aparecimento de certas moléstias entre os milicianos paulistas que encontrou no Rio Grande do Sul[98]. A propósito deve-se observar que Vieira Bueno, na sua *Autobiografia*, referindo-se ao tempo em que estêve interno na escola dos padres, em Santana, no comêço do século passado, escreveu que a ceia era um prato de couve "e por cima outro de caldo da mesma, tudo com farinha de milho. Como a mostarda de São Bernardo nunca faltava, tudo quanto vinha era devorado"[99]. Nenhuma referência a carnes.

---

[96] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.os 1, 2 e 3.

[97] José Arouche de Toledo Rendon, op. cit., *Documentos Interessantes,* XLIV, pág. 204.

[98] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul,* pág. 58.

[99] Francisco de Assis Vieira Bueno, *Autobiografia,* pág. 7.

Entretanto muitas outras coisas vendidas pelas ruas — petiscos e quitutes de tôda sorte, além do içá torrado — completavam a alimentação do morador da cidade. Por exemplo o milho verde, cuja venda uma Ordem Régia proibiu em 1739 dizendo que era prejudicial ao povo, dêle se originando uma porção de doenças[100]. E também o pinhão quente, o amendoim torrado, o cará cozido, biscoitos e bolos[101]. No capítulo das frutas, já no comêço do século dezenove o viajante Mawe salientava que nas vizinhanças da cidade havia abundância de pinha, de uva, de pêssego, de goiaba, de banana, de marmelo e mesmo de maçã[102]. Beyer acrescentou a essa lista, em 1813, o ananás e a pêra[103]. Von Martius, quase na mesma época, observou que além das frutas nacionais — goiaba, guabiroba, grumixama, jabuticaba, caju — cultivavam-se a melancia, a laranja, o figo e outras frutas européias, dando-se bem sobretudo o marmelo, a cereja, o pêssego e algumas qualidades de maçã[104]. Saint-Hilaire — que nos arredores de São Paulo foi onde conheceu os maiores pomares do Brasil[105] — assinalou que se viam nas chácaras da cidade e suas vizinhanças plantações simétricas de laranjeiras e de jabuticabeiras, dentro de cercados[106]. As jabuticabeiras sabe-se que fo-

---

100 "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municpal,* XC, pág. 151.

101 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A cidade de São Paulo", cit.

102 John Mawe, op. cit., pág. 80.

103 Gustavo Beyer, op. cit.

104 Von Martius. op. cit., I, pág. 213.

105 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul,* pág. 127.

106 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo,* pág. 202.

ram muito abundantes nas chácaras da Bela Vista e em tôda a área por onde agora se estende o bairro do Jardim América. Na propriedade do brigadeiro Baumann o viajante viu abricoteiros, ameixeiras, macieiras, pereiras carregadas de cachos, e pessegueiros que davam frutos do tamanho de ovos de pomba[107]. O araçá — sobretudo o vermelho, chamado piranga — também era abundante. Da sua freqüência nas matas primitivas e nos campos das cabeceiras do Pacaembu e do Água Branca, na bacia do Tietê e do rio Pinheiros — lembrou Afonso A. de Freitas — foi que nasceu a denominação de Araçá, dada ao local hoje ocupado por um cemitério e suas redondezas[108].

O vinho, no começo do século dezenove, Mawe observou que se tomava muito pouco nas refeições comuns. Apenas em banquetes notou o inglês que êle circulava copiosamente, "repetindo-se os brindes durante várias horas"[109]. E Gustavo Beyer, em 1813, comparecendo a um banquete oferecido pelos padres franciscanos, escreveu que ali se consumiram os melhores vinhos europeus, como se se estivesse em qualquer capital do Velho Mundo[110]. Mas êsses não eram decerto os vinhos que se tomavam em grandes copos de vidro, nessa época, nas tavernas, fornecidos pelo armazém do Chico Ilhéu, no largo da Sé. Vinhos todavia bons e baratos, no dizer de Vieira Bueno[111]. A maior parte da gente paulistana — escreveu ainda êste último cronista — gostava mais da "branca", sobretudo da caninha do Ó, apreciada até por muitos

---

107 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 202.

108 Afonso A. de Freitas, op. cit., pág. 213.

109 John Mawe, op. cit., pág. 92.

110 Gustavo Beyer, op. cit.

111 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", cit.

graúdos[112]. E que era decerto a responsável, quando vendida de noite "até fora de horas", como se dizia em um Registro Geral da Câmara em 1809, por muitas pendências, ferimentos e até casos de morte[113]. A cerveja boa, essa ainda no comêço do século dezenove era uma raridade em São Paulo. O sueco Beyer viu na festa dos Franciscanos cerveja branca e preta, "o que aqui — notou — é grande raridade e para cuja conservação necessitam-se boas adegas"[114].

De outra parte não se tomava café porque "o precioso grão — na observação de Vieira Bueno — ainda era vasqueiro e por conseguinte caro". Todo o mundo estava acostumado ao uso do chá[115], barato por ser importado então diretamente da Ásia pelo comércio português. Qualquer taverna, dizia Bueno, tinha o seu caixote de chá da Índia, e um cartucho dava para um bule. E também porque já se fazia um chá bem regular na chácara do Arouche[116] — Arouche de Toledo Rendon — cuja fábrica tinha um forno fundido na China e que serviu de modêlo para se fundirem outros, na fábrica de ferro de São João do Ipanema[117].

---

112 Francisco de Assis Veira Bueno, "A Cidade de São Paulo", cit.

113 *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XIV, pág. 146.

114 Gustavo Beyer, op. cit.

115 Também na Côrte, no comêço do século dezenove, o chá representava, tôdas as noites, a refeição habitual, "servida em tôdas as casas da cidade". (Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil,* I, pág. 254).

116 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", cit.

117 José Arouche de Toledo Rendon, "Memória sôbre a plantacão e cultura de chá e sua preparação até ficar em estado

Tão irregular quanto o abastecimento de gêneros da povoação de São Paulo em seus tempos coloniais — ou talvez mais irregular, pois a situação era ainda muito pouco satisfatória no primeiro quartel do século dezenove — foi o seu abastecimento de água. Nos primeiros tempos abasteciam-se os habitantes de Piratininga da água dos ribeirões e daquela que brotava de algumas fontes naturais, que aliás logo se tornaram locais imundos, sempre desafiando os propósitos de limpeza revelados através de medidas do poder municipal. A partir de meados do setecentismo, por meio de alguns condutos de derivação, de que tiveram as primeiras iniciativas os religiosos do convento de São Francisco e dos recolhimentos de Santa Teresa e da Luz. Depois de fins do setecentismo, em chafarizes dos quais o mais importante e duradouro foi o da Misericórdia. Mas chafarizes que em geral se desmantelavam à toa e onde não raro faltava água, obrigando uma parte considerável da população a se utilizar do líquido sujo colhido no Anhangabaú e no Tamanduateí.

Daí parecer exagerada aquela afirmativa do historiador Teodoro Sampaio: "Abundante e salutífera" era nos tempos primitivos a água dos campos de Piratininga. Fontes numerosas, na encosta dos morros e nos desbarrancados para onde davam os quintais, forneciam o suficiente para as obras e os gastos domésticos. "O acesso para as águas dos ribeiros no perímetro da cidade nascente era difícil. Mas bem se escusavam águas do rio descendo encostas íngremes ou talhadas em degraus onde tão abundantes eram os olhos e as minas de água"[118]. A leitura dos documen-

---

de entrar no comércio", *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XLIV, págs. 217 e seguintes e 231.

[118] Teodoro Sampaio, *São Paulo no tempo de Anchieta,* pág. 34.

tos quinhentistas e seiscentistas relativos a fontes de abastecimento não dá a impressão de que as minas e os olhos de água fôssem tão numerosos assim. E por outro lado revela que para êsse abastecimento foi utilizada, além de algumas fontes, a água de um ribeiro. A primeira água de que se abasteceram os paulistanos — escreveu Taunay com apoio em referências das atas da Câmara — foi a de duas fontes brotando no recanto da vila. Uma corria para o Tamanduateí, sendo a outra de localização difícil, pois sabe-se apenas que nascia "detrás das casas de Joanne Annes". Como todos os moradores recorriam a elas, formavam-se em seus locais ajuntamentos enormes de índios e de índias, carregando vasilhame de tôda espécie[119]. Por outro lado, numa concessão de terra fazia-se referência "ao ribeiro da aguada da vila", o que prova — observou Taunay — a utilização de um ribeiro para o abastecimento de água "provàvelmente por meio de algum aqueduto tôsco ou quiçá de um simples rêgo aberto no solo" e levando o líquido às bicas e fontes onde se juntavam os carregadores escravos[120]. Sabe-se que em meados do seiscentismo — em 1651 — a Câmara concedeu terras a um morador entre os dois ribeiros "aguada desta vila chamados Anhangobahy e Hiacuba"[121].

Os locais das fontes primitivas, além de imundos — os procuradores do Conselho reclamavam "que havia mister limpas" e eram destacadas turmas para

---

119 Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, pág. 112, e *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, pág. 94.

120 Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 112-113.

121 Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, pág. 342.

que se mantivesse a higiene delas[122] — eram também lugares de pouco asseio moral. E era preciso que as autoridades municipais estivessem fiscalizando sempre o que se passava nas suas imediações. Como centros de aglomeração de gente de toda espécie — mas sobretudo de escravos e de escravas — tornavam-se os locais preferidos para imoralidades e deboches. Já em 1576 a Câmara tomava medidas contra qualquer rapaz que se achasse na fonte "pegando em alguma negra"[123]. Em 1590 estabeleciam-se multas "para qualquer pessoa, branco ou negro, macho, encontrada nas fontes ou lavadouros" ou "qualquer pessoa que fôsse à fonte não tendo lá o que fazer"[124]. E em 1613 insistia-se em que "nenhum homem nem mancebo, de quinze anos para cima, fôsse às aguadas e fontes da vila"[125].

Do ponto de vista do abastecimento a situação parece não ter se alterado pelo menos até meados do setecentismo, quando se sabe positivamente que foram feitos os primeiros condutos de derivação de água na cidade. Quem primeiro pôs em prática êsse sistema de adução — escreveu Afonso A. de Freitas — foram os frades franciscanos[126]. Em 1744 o claustro e também a "cêrca" do seu convento já contavam com fornecimento de água potável canalizada, até com sobras que os frades pensavam em encaminhar para

---

[122] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, pág. 112.

[123] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, I, pág. 95.

[124] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, pág. 116.

[125] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, pág. 198.

[126] Afonso A. de Freitas, op. cit., pág. 54.

26 — Fontes primitivas de abastecimento de água. Os ajuntamentos, em suas imediações, preocupavam as autoridades locais.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

o uso da população, fora do estabelecimento[127]. Sabe-se aliás que nesse mesmo ano a Câmara entrou em contacto com o pedreiro Cipriano Funtam para a construção de um chafariz na "paragem chamada Inhangavahu". "Uma fonte de pedra e cal, boa e larga, e capaz de serventia ao povo, na passagem do dito ribeiro, aterrado o sítio, com capacidade de ficar vistosa a fonte, que teria doze palmos em quadra de chão lajeado, duas pias boas de pedra, e mais com frontispício de doze palmos em quadra com sua cimalha bem feita, com pirâmide e cruz, tudo de cantaria de boa pedra"[128]. Êsse empreendimento ficou em projeto. Mas aproveitando o exemplo do convento de São Francisco — ainda segundo Freitas — o recolhimento de Santa Teresa, depois de sua reconstituição, procurou se abastecer também de água, tirando do Anhangabaú, em 1746, o líquido necessário ao seu uso, e abrindo um rêgo coberto sòmente de pedras sôltas — único sistema de aqueduto possível no tempo — desde o futuro bairro da Liberdade até o recolhimento. Essa água, depois de servir o convento, sobrava para a rua, formando um lodaçal danado que atingia os fundos das Casinhas edificadas para mercado na Baixada do Buracão[129]. Ainda em meados do século dezoito também se puxou água para o recolhimento da Luz. O canal começava perto do Tanque Reúno, formado por nascentes e águas do riacho Saracura, afluente do Anhangabaú; descia beirando o caminho do Piques (rua da Consolação), a rua do Paredão (Xavier de Toledo), a chácara do Cadete Santos, o campo do Zunega (largo do Pais-

[127] Afonso A. de Freitas, op. cit., pág. 54.

[128] Afonso A. de Freitas, op. cit., págs. 54-55.

[129] Afonso A. de Freitas, op. cit., pág. 55, e Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* IV, pág. 187.

sandu) e daí corria para o recolhimento[130]. A maior parte dos moradores continuava no entanto se abastecendo em algumas fontes naturais — onde se edificaram pequenas bicas — ou diretamente no Tamanduateí e no Anhangabaú. Em qualquer dos casos, água bastante impura. Sabe-se que em 1773 estava danificada a bica do Acu, e a Câmara tomava medidas de limpeza e consêrto do rêgo, a fim de que fôssem escoadas águas e tijucos, sabendo-se que por detrás dessa fonte tinha morrido um cavalo[131]. Alguns anos depois — em 1783 — reedificou-se a biquinha do Acu, e o poder municipal recomendava que ninguém danificasse a fonte, nem entupisse o rêgo feito para expedição de suas águas[132]. Ela continuou porém recebendo ciscos e estercos, através da umidade dos quintais de alguns moradores de suas vizinhanças. Cheiravam mal as suas águas e tinham sabor horrendo, dizia uma ata da Câmara[133]. Não eram melhores porém as águas do Tamanduateí e do Anhangabaú, em que se servia "a maior parte dos povos", escrevia-se no ano de 1787. Ainda que fôssem correntes — registrava-se nas atas — não deixavam de envolver imundícies provindas da lavagem de roupa[134]. Foi em todo caso abastecido também com as águas do Anhangabaú o chafariz do Quartel, construído em 1774 perto da Casa do Trem[135].

---

[130] Nuto Santana, op. cit., V, págs. 93-94.

[131] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, pág. 207.

[132] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVIII, pág. 14.

[133] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVIII, págs. 380-381.

[134] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVIII, págs. 379-380.

[135] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* I, pág. 9.

Também abastecido com as águas do velho Córrego das Almas (não as que corriam para o tanque de Santa Teresa, mas as que derivavam para o tanque de São Francisco) foi o grande chafariz construído em 1792 no largo da Misericórdia, com pedras da região de Santo Amaro transportadas em canoas e desembarcadas no pôrto da Tabatingüera[136]. Edificado pelo mestiço Tebas — a quem a cidade devia as tôrres de algumas de suas igrejas — o chafariz da Misericórdia tinha quatro torneiras e era encimado pela esfera armilar[137]. A sua construção parece ter exigido esfôrço enorme das autoridades, pois desde 1784 recebia a Câmara recursos para sua edificação e esbarrava com dificuldades inclusive para escolha das águas com que devia ser abastecido. Conhece-se um ofício de 1791, do governador Lorena à Câmara, dizendo: "Vendo a grande necessidade que há nesta cidade de um chafariz tanto para a comodidade como para o bem da saúde de seus habitantes tenho determinado fazer tôda a diligência para concluir esta importante obra no próximo tempo sêco. O nascimento da água chamada dos padres de São Francisco parece ser o mais fácil e menos dispendioso por ser conduzido a esta cidade, porém como no tempo presente de águas não se pode calcular se o dito nascimento será bastante para haver de correr o chafariz nos meses de julho e agôsto, não permitindo por outra parte a grande necessidade principiar aquela obra depois daqueles meses e ùltimamente tendo-me chegado a notícia diferentes opiniões sôbre ser ou não bastante a referida água para correr o chafariz nos ditos meses de sêca, parece-me que só a Câmara

---

136 Nuto Santana, op. cit., I, pág. 133.

137 Nuto Santana, op. cit., IV, pág. 22.

podia tirar todo o conhecimento que desejo"[138]. Talvez por sua localização bem no centro da cidade o chafariz edificado por Tebas, ainda mais do que os outros que depois se edificaram, tornou-se local de ajuntamentos, de brigas e — como as fontes nos tempos primitivos — de cenas por assim dizer de pouca vergonha. Antônio Egídio Martins contou que um ano depois da construção dêle já uma "família antiga", moradora do largo, tratou de ir se mudando para a rua da Tabatingüera. Não podia suportar as expansões e as palavras decerto bastante livres dos homens e das mulheres que iam buscar água ali em tôdas as horas do dia[139]. Mas apesar disso o chafariz do Tebas honrou o lugar em que foi levantado, sendo olhado mais tarde como uma espécie de monumento da cidade[140].

Depois da construção do chafariz da Misericórdia o governador Melo, que sucedeu a Lorena, aumentou o provimento de água para a cidade com dois condutos, um aberto junto da ponte do Lorena e outro pouco acima da do Marechal, dos quais se derivaria água para o abastecimento do bairro da Luz, "onde nunca chegou", no dizer do brigadeiro Machado d'Oliveira[141]. Foi também nessa época — talvez nos primeiros anos do oitocentismo — que se construiu a caixa ou depósito de água. Dos documentos nada consta — observou José Jacinto Ribeiro — sendo certo porém que em 1810 já existia, como se verifica em um ofício dirigido à Câmara mostrando a conveniência que havia em

---

[138] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XLVI, págs. 104-105.

[139] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pág. 8.

[140] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pág. 68.

[141] Machado d'Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822,* pág. 189.

se consertar o encanamento da água que do tanque das Freiras se derivava para êle[142]. E logo depois, em 1817, mandava-se fazer uma guia de pedra de cantaria nessa caixa da rua do Príncipe, para que não se extraviasse a água que ia para o chafariz[143]. Em 1813, falando de São Paulo, escreveu o viajante Gustavo Beyer que a cidade tinha várias praças públicas com fontes de água[144]. Talvez o sueco tivesse se deixado levar pelas aparências, ou então existissem chafarizes quase decorativos. Pois um ano antes registrava-se em uma ata da Câmara a falta de água para a população paulistana, dizendo-se que não era bastante a que corria "no único chafariz que havia na cidade" (certamente a referência era ao da Misericórdia), pensando-se até em se tirar água do Cambuci para se levantarem mais dois chafarizes nos lugares que fôssem mais convenientes dentro da cidade[145]. É possível que não estivesse funcionando direito o de São Francisco, na esquina do convento dos Franciscanos, onde começava o beco da Casa Santa. Êsse, na primeira parte do século dezenove entretanto sabe-se que costumava dar água por duas bicas e que o excesso transbordava para uma sarjeta de pedra que

---

[142] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, III, pág. 379.

[143] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXII, pág. 123.

[144] Gustavo Beyer, op. cit.

[145] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXI, pág. 340. Bastante inferior quanto ao abastecimento de água era nessa época a situação de São Paulo em relação por exemplo com Vila Rica, abastecida segundo Von Martius por catorze chafarizes (Von Martius, *Viagem pelo Brasil*, I, pág. 311), embora nenhum dêles fôsse, escreveu Mawe, "de arquitetura comparável às das fontes da Itália". (John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil*, pág. 167).

seguia na direção da rua depois chamada Benjamin Constant. Era conhecido pelo nome de "água do pátio dos frades tirada com as molas". E tinha fama de mal-assombrado, não sendo freqüentado depois do anoitecer. Uma mulher-duende aparecia ali[146]. Talvez de abastecimento irregular tenha sido também o chafariz do Piques, construído em 1814 na parte de baixo da área existente em tôrno da pirâmide da Memória, com as sobras do material com que Daniel Pedro Muller realizara as obras de canalização do Tanque do Bexiga. Era servido pela água captada no Tanque Reúno, nas nascentes do Saracura, para abastecer o Jardim Botânico da Luz[147].

Mas o fato é que ainda em 1825 e em 1828 as atas da municipalidade registravam a falta de água e o desmantêlo dos chafarizes[148]. O abastecimento continuava sendo muito deficiente em quantidade e qualidade. No centro da parte principal da cidade — escreveu Vieira Bueno — havia sòmente o chafariz da Misericórdia, com quatro bicas que nem sempre corriam com abundância. Dia e noite vivia rodeado de gente, em geral escravos cujas vozes se ouviam de longe. De noite a concorrência era ainda maior. Em tempo de sêca, quando o fornecimento escasseava — observou aquêle cronista — havia às vêzes luta "em que se quebrava muito pote de barro, que era então a vasilha mais geralmente usada para a condução de água"[149]. Sua água não valia nada, pois vinha do Tanque Reúno e em seu percurso atravessava um

---

146 Afonso Schmidt, "Fantasmas", *Jornal de S. Paulo.*

147 Nuto Santana, op. cit., II, pág. 164.

148 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIII, pág. 271 e XXIV, pág. 241.

149 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", cit.

rêgo descoberto, parte do qual passava por um arrabalde sujo chamado rua do Rêgo, cujo ar era empestado — dizia ainda Bueno — e cujo chão era juncado de caveiras de boi, de sabugos de chifres, de ossos e outros resíduos imundos, porque os seus moradores eram quitandeiros de miudezas do matadouro[150]. Ao pequeno chafariz existente a um lado do largo do Acu, dentro de uma cavidade a que se descia por alguns degraus, referiu-se também Vieira Bueno em suas evocações dessa época. Jorrava água por um cano embutido na bôca de uma carranca de pedra[151]. Derivava-se êsse líquido de uma lagoa natural existente no centro do vizinho largo do Zunega — lagoa rodeada de ervaçal e em que se lavava roupa[152]. "Havia também fornecimento de água — observou o mesmo cronista — não me lembro se com uma só ou com mais bicas, perto da ponte do Lorena, no ângulo inferior do paredão do Piques. Derivava-se essa água de uma levada tirada do tanque do Bexiga. Alcancei a pirâmide dentro da água que enchia a bacia, a qual só foi retirada dali depois que numa noite roubaram uma grade de ferro que rodeava a construção"[153]. Nessa época a única água da cidade tida e havida como boa, porém, e por isso procurada de longe pelos que nesse particular eram exigentes e tinham recursos, era a da

---

[150] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", cit.

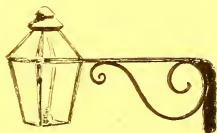
[151] Bastante parecido com a fonte existente em Catumbi, no Rio de Janeiro, também no comêço do século passado: "um poço metido três pés para dentro do chão — escreveu John Luccock — com bancos em volta e a água saindo de uma cabeça de cachorro entalhada na pedra". (Luccock, *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil,* pág. 53).

[152] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[153] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

bica do Miguel Carlos, nome do antigo proprietário da chácara vizinha, na zona de confluência do Anhangabaú com o Tamanduateí. Entretanto, apesar da existência dêsses chafarizes e bicas, parte da população era obrigada a recorrer, para se abastecer de água, diretamente ao Tamanduateí e por isso "nas três ladeiras do Pôrto Geral, do Carmo e do Fonseca, que a êle conduziam — escreveu Bueno — estavam sempre a transitar as escravas, com seus potes na cabeça, que elas punham sôbre a rodilha e equilibravam com agilidade"[154].

---

[154] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

VI — AS QUITANDAS E OS TEARES

A distribuição dos alimentos e das bebidas — através de feiras, de quitandas, de tavernas, de hospedarias — e das outras coisas produzidas na povoação — panos grosseiros, chapéus, rêdes, louça de barro — ou importadas do Reino ou por meio do comércio português, se fêz em São Paulo mediante sistemas que certamente se desenvolveram a partir de fins do quinhentismo, mas que só em fins do setecentismo e comêço do oitocentismo começaram a se revestir de traços mais caracteristicamente urbanos. A ordenação maior das atividades de quitandeiros, de feirantes, de estalajadeiros, de lojistas, de oficiais mecânicos e de fabricantes foi um processo bastante lento. Decorreram quase duzentos anos para que em lugar dos artífices que nas horas vagas tinham "coisas de comer e beber" nos tempos primitivos, surgisse um estalajadeiro cem por cento como o Bexiga, apesar

da imundície dos quartinhos que alugava. Para que se substituísse a atividade dos mascates forasteiros que subiam pelo caminho do Mar, pela dos lojistas registrados, com estabelecimentos quase tão bem sortidos quanto os do Rio de Janeiro e com a possibilidade de se tornarem homens dos mais abastados da cidade. Para que além dos arremedos de feira e da venda desordenada de víveres se tivesse um mercado de gêneros — embora modesto — como o representado pelas Casinhas. E mesmo para que além dos panos grosseiros e da marmelada, que figuravam entre os produtos das indústrias caseiras quinhentistas, pudesse contar a povoação pelo menos com fábricas de tecidos e de armas.

Em fins do primeiro século já o poder municipal achava preciso que a vila de São Paulo tivesse qualquer coisa que, não chegando ainda a ser uma hospedaria, fôsse pelo menos um arremêdo de restaurante. O procurador do Conselho mostrou em 1599 ser necessário que houvesse quem vendesse "coisas de comer e beber, que viva por isso e tenha forasteiros onde persendissem de comer". Foi nomeado hoteleiro oficial Marcos Lopes. Que teria, para fornecer, carne, beijus, farinha e outras coisas[1]. Alguns anos depois — em 1603 — a cigana Francisca Rodrigues abriu na povoação uma estalagem do mesmo estilo[2]. É provável que a partir dêsse tempo — e acompanhando o crescimento da vila e de sua população — outras tavernas e estalagens tenham ido se estabelecendo. Já em 1609 o procurador da Câmara dizia que havia na vila muitas tavernas — sabendo-se que o ramo verde colocado na porta era o distintivo das casas que vendiam

[1] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 56, e Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* págs. 125-126.

[2] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, págs. 132-133.

vinho[3]. Mas de modo geral, no seiscentismo, reinava grande indistinção no comércio de gêneros e produtos de quitanda. Sabe-se por exemplo que muitos oficiais mecânicos — sapateiros e alfaiates — eram ao mesmo tempo vendeiros ou donos de casas "de comer e beber". E que em 1623 o barbeiro Gonçalo Ribeiro explicava o seu ganho de vida dizendo que "assistia na vila" com seu ofício e por isso pedia que lhe dessem algumas coisas para vender "de comida e bebida"[4]. Alguns anos mais tarde — em 1638 — o procurador da Câmara sugeria que o poder municipal não permitisse que os oficiais se ocupassem ao mesmo tempo com seu ofício e com o comércio: "usem de seus ofícios e não de vendedeiros" e "que haja vendedeiros e taverneiros separados"[5]. Mas os vereadores paulistanos acharam que não havia inconveniente nenhum nessa acumulação de funções, e tudo continuou como estava. Entretanto em fins do século já devia haver uma espécie de feira livre no largo da Misericórdia, pois em 1687 uma provisão do ouvidor-geral Tomé de Almeida determinava que se vendessem gêneros da terra, hortaliça e peixe no terreiro da Misericórdia "sem almotaçaria sendo na praça e sendo na vendagem se almotaçará"[6].

As lojas é que ainda em meados do século dezessete eram mesquinhas e insignificantes, com todos os "comércios" acumulados: "vendagem de fazendas sêcas, vinhos e mais alguns legumes da terra", como pedia Manuel Fernandes em 1640[7]. Aliás no começo

---

3 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* Anexo ao VI, pág. 395.

4 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* III, págs. 61-62.

5 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* IV, pág. 380.

6 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* VII, pág. 345.

7 Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 288.

dêsse século pràticamente não havia ainda comércio varejista fixo, acudindo às necessidades dos moradores da povoação, com drogas de fora da terra, os ambulantes forasteiros que de vez em quando subiam a serra e negociavam no planalto. Situação todavia um pouco melhor do que a reinante no século anterior, quando os próprios negociantes forasteiros deviam ser bem raros. Cardim referiu-se em 1585 ao padecimento dos moradores da terra de São Paulo por falta de navios que trouxessem do Reino mercadorias e panos[8]. Porém mesmo no seiscentismo devia haver dificuldades muito grandes para que êsses negociantes de fora fizessem o seu comércio em São Paulo. As autoridades determinavam que êles recebessem em troca de suas mercadorias, drogas da terra, por causa da falta de dinheiro em moeda. Isso para evitar mesmo abusos dêsses negociantes, que às vêzes recolhiam o pouco de dinheiro amoedado que havia, não querendo saber de trocas em espécie[9]. Mas já em meados do século dezessete a vila apresentava uma quantidade apreciável de vendas e "logeas", com negociantes registrados regularmente[10]. Lojas acanhadas, porém, em que se misturavam ainda muitos ramos de comércio. Mesmo as transações comerciais e bancárias eram muito poucas, e se faziam sobretudo com as praças de Santos, Rio de Janeiro, Bahia, Lisboa, Angola — e mais raramente ainda com Buenos Aires[11]. Na segunda metade do seiscentismo entretanto um dos maiores espólios registrados na vila de São Paulo foi o de um

---

[8] Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil,* págs. 91-92.

[9] Afonso de E. Taunay, *Piratininga,* págs. 55 e seguintes.

[10] Belmonte, *No Tempo dos Bandeirantes,* pág. 63.

[11] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 252.

comerciante estabelecido na "rua direita da Misericórdia para Santo Antônio" com loja de fazendas e armarinhos: o de Antônio de Azevedo de Sá, em 1681[12]. Constava dêsse inventário, entre os quatro contos de réis de seus bens, um conto de réis de escravos africanos, supondo Taunay que muitos dêles fôssem negros ladinos comprados no norte do Brasil para lhe servirem de caixeiros[13].

As indústrias de São Paulo na era quinhentista eram apenas as de panos grosseiros de algodão — consumidos no próprio planalto — e as de "chapéus grossos de lã"[14]. Foi por causa da decadência e do desaparecimento da criação de ovelhas — escreveu Pedro Taques — que se acabaram depois essas fábricas de chapéus grossos que ainda no fim do século dezessete estavam estabelecidas[15]. Segundo as pesquisas feitas nos inventários quinhentistas e seiscentistas por Alcântara Machado apareciam muito, entre os bens dos espólios, teares com os seus petrechos e pesos, adereços e aviamentos, urdideiras e pentes de pano fino e de velame, liças, caixões, caneleiros e caixas de novelos. Inclusive teares de fazer franjas e rêdes[16]. Os trabalhadores para essas indústrias coloniais eram escolhidos entre os índios escravizados: tanto os oficiais da "sombrerera", especialistas no fabrico de chapéus de

---

12 Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 19, e Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, págs. 253-254.

13 Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, pág. 211.

14 Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, págs. 141-147.

15 Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", *Rev. do Inst. Hist. Geog. e Etnog. Brasileiro*, vols. XXXII, XXXIII, XXXIV e XXXV.

16 Alcântara Machado, op. cit., pág. 46.

pano grosso, como os tecelões, especializados no trabalho do pano[17]. Pois essas eram como é evidente indústrias rurais, que se desenvolviam nas chácaras e fazendas em tôrno da povoação. Cada fazendeiro fazia com que seus cativos trabalhassem na fiação e na tecelagem do algodão[18], sabendo-se que em 1628 o melhor tecelão da vila era um "moço da terra, da casa de Francisco Jorge", que foi por isso escolhido para ser o juiz do seu ofício[19]. Aos tecelões piratininganos, já desde 1585 ordenava a Câmara que não fizessem pano de algodão que fôsse de menos de três palmos e meio de largura, sem licença da municipalidade[20]. Êsses panos eram utilizados na povoação mesmo. Os alfaiates tiveram sua organização profissional desde o quinhentismo. Mas como não era demasiado o seu trabalho acumulavam com êle — observou Taunay — o ofício de cabeleireiros e eram chamados, pelas atas, de "alfaiates penteeiros"[21]. Além dos alfaiates penteeiros já havia em 1593 organizações de outros oficiais: os carpinteiros, os ferreiros, os tecelões, os sapateiros e os oleiros[22]. Entretanto outro artigo, além dos panos e dos chapéus, podia ser incluído entre os produzidos pela indústria paulistana nos primeiros séculos coloniais — artigo que foi mesmo durante certo tempo o produto principal de sua exportação: a marmelada[23], vendida em caixas de ma-

---

17 Alcântara Machado, op. cit., pags. 183-184.

18 Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 221.

19 Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, pág. 324.

20 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 264.

21 Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 131.

22 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, págs. 461-462.

23 Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 133.

deira (a sacaria da época, segundo Taunay), cuja confecção representava uma ocupação rendosa para os carpinteiros[24]. Para se saber quais os fabricantes que faziam a marmelada boa e a má a Câmara ordenava, em 1597, que as caixas fôssem marcadas com os respectivos "ferros"[25]. Muito pouca coisa se acrescentou, durante o decorrer do século dezessete, às indústrias do algodão, do pano e da marmelada e à produção dos oleiros, dos carpinteiros, dos ferreiros, dos alfaiates e dos sapateiros. Sabe-se no entanto que entre 1600 e 1629 funcionou uma pequena fábrica de ferro, com forno de refino[26], nas imediações e meia légua a nordeste de Santo Amaro, na margem do rio Jeribatiba ou Pinheiros[27]. E de meados do século a existência na vila de um "espadeiro" — João Dias — que era também "azulador"[28].

No comêço do século dezoito, se algumas indústrias primitivas desapareceram — como a tal de chapéus grossos de lã, por causa da decadência da criação de ovelhas — a atividade dos lojistas e dos quitandeiros em compensação, talvez em conseqüência da elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade, entrou em fase de maior organização, repetindo-se então as determinações das autoridades locais no sentido de que as quitandas tivessem localização mais definida e elas e as lojas horário certo de funcionamento, visando-se uma distribuição mais perfeita das mercadorias. Só então começou a se atenuar provàvelmente a indis-

---

24 Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 133.

25 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 24.

26 Von Eschwege, *Pluto Brasiliensis,* II, pág. 336.

27 Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo,* I, pág. 138.

28 Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 326.

tinção observada no comércio de quitanda dos primeiros tempos coloniais. Em 1726 procuravam-se delimitar, dentro do núcleo urbano, os locais em que deviam funcionar os quitandeiros e demais comerciantes de gêneros, localizando-se então uma espécie de feira no pátio do Colégio, e transferindo-se para aí os vendedores de verduras "do seu antigo local". Êsse antigo local devia ser o trecho da atual rua Álvares Penteado entre o largo da Misericórdia e a rua da Quitanda[29]. Alguns anos depois, por outro lado, proibia-se que continuassem exercendo seu comércio determinados ambulantes. Isso em 1739, quando uma Ordem Régia dizia assim: "Mandamos que nenhum negro ou negra ou pessoa alguma venda milho verde pelas ruas nem na quitanda por ser prejudicial ao povo e dêle se originarem várias doenças e enfermidades; e também com maior razão por se evitarem os contínuos roubos que costumam fazer os tais negros, dos mesmos milhos, nos quintais e roças de seus senhores, e os que não são escravos particulares o fazem de outros quintais e sítios"[30]. Outro negócio de ambulantes negros proibido, quase na mesma época, de se fazer dentro da cidade foi o de capim. Os negros que costumavam vender capim — no Rio êles foram fixados em uma bela estampa de Debret[31] — um documento de 1737 mandava que só trabalhassem "na parte extramuro" da cidade. Se não, seriam presos e perderiam o seu capim[32]. O peixe fresco — traíras, trairões e lambaris do Tietê e do Tamanduateí,

---

[29] Nuto Santana, *São Paulo Histórico*, II, págs. 55-56.

[30] "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal*, XC, pág. 151.

[31] Jean Baptiste Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, I, prancha 21.

[32] "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal*, LXXI, pág. 174.

27 — Ambulante negro e galé empregado em serviço público — figuras comuns nas ruas paulistanas em fins do século dezoito.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

muito abundantes na época segundo verificação de Taunay pela consulta, entre outras fontes, dos livros da mordomia do mosteiro de São Bento — êsse só podia ser vendido em dois locais exclusivos: na ponte do Carmo e na entrada do beco "defronte de Manuel de Sousa", na rua de São Bento[33]. Em 1764 uma vereança reforçava essa proibição de que os pescadores andassem vendendo peixe pelas estradas[34]. Mas a partir de meados do setecentismo algumas medidas foram tomadas pelas autoridades municipais restringindo certas regalias de que gozavam os quitandeiros e outras pessoas que negociavam com gêneros. A ordem de "fechamento de portas", às oito horas da noite, por exemplo, foi aplicada também severamente à atividade das negras quitandeiras: elas teriam de abandonar seu trabalho às ave-marias sob pena de multa, prisão e até de surra no pelourinho[35]. Em compensação o poder municipal ao mesmo tempo defendia os interêsses dêsses pequenos comerciantes de comestíveis, combatendo a concorrência abusiva que lhes faziam por vêzes os comerciantes de "fazendas sêcas". Em 1765 a Câmara proibia o abuso que se denunciara: o de existirem negociantes e lojistas de panos e de chapéus que vendiam também, nos seus estabelecimentos, açúcar, bebidas e até lombo de porco[36].

Foi na segunda metade do século dezoito — em 1773 — que se tomaram as primeiras medidas para a construção das chamadas Casinhas, que iam servir de mercado. A Câmara mandou que se avaliassem

---

33 Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1735-1765)*, I, pág. 161.

34 Citado por Nuto Santana, op. cit., I, pág. 277.

35 Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1735-1765)*, I, págs. 108-109.

36 Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 90.

uns chãos e casas na rua que ia "da quitanda velha para a rua do Colégio", para ali se fazerem seis casinhas onde se recolhessem mantimentos[37]. E outras quinze na rua que ia da igreja da Misericórdia para a rua que, saindo da Sé, alcançava a igreja do Rosário dos Pretos[38]. Foram aí construídas pequenas casas conjugadas, de um só compartimento cada uma. Tinham banquetas de tábua, ganchos de ferro, pesos e balanças, meios alqueires, quartas e meias quartas, e balcões para se botarem os toicinhos[39]. Nessas Casinhas homens da roça — dos arredores ou vizinhanças de São Paulo e das vilas de Jundiaí, de Juqueri, de Atibaia — em certos dias passaram a negociar os produtos de seus sítios, particularmente os cereais[40]. Vendiam-se nas Casinhas o arroz, o feijão, o milho, a farinha, o toicinho. Mas também a carne, o leite, aves, ovos, aguardente, fumo, rapadura, mel de pau. Algumas dessas mercadorias ficavam expostas no chão mesmo, ao ar livre. Anos depois construíram-se outras Casinhas, em número de treze, do lado esquerdo de quem descia a ladeira do Carmo, na chamada Baixada do Buracão. Essas tinham chiqueiros nos fundos, onde os roceiros podiam recolher porcos e capados[41]. E tanto essas como as primeiras costumavam ser arrendadas de ano para ano. Em geral eram arrematadas cada ano por uma pessoa que sublocava os seus quartos para os vendedores, que às vêzes se

---

[37] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, pág. 256.

[38] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, págs. 362-363.

[39] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, pág. 302.

[40] Afonso A. de Freitas, *Prospecto do Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estatístico, Biográfico, Bibliográfico e Etnográfico, Ilustrado de São Paulo,* pág. 27.

[41] Nuto Santana, op. cit., IV, pág. 171.

ensardinhavam, dois ou três, em um só dêsses compartimentos[42]. As Casinhas — da mesma forma que as vendas — deviam ser fechadas às oito horas, dizia-se em uma ata de 1787, sobretudo para se evitar que nesses locais se dessem "os roubos e insultos" que costumavam ser praticados fora de horas por malfeitores[43]. Mas já nesse tempo — pouco depois de edificadas — elas eram consideradas poucas e pequenas, não podendo acomodar direito os lavradores e criadores que concorriam com os seus mantimentos à cidade. Muitos dêles foram mesmo deixando de comparecer ao local[44]. Em 1797 foram demolidas as Casinhas primitivas. E enquanto não se edificaram as novas, planejadas pela Câmara, serviram provisòriamente de mercado umas casas do capitão Antônio Álvares Reis, localizadas do outro lado da cidade, no Acu[45].

Também em feiras, fora da área urbana, o comércio de quitanda e de outras mercadorias foi feito em fins do século dezoito e no comêço do dezenove. O governador Melo Castro e Mendonça estabeleceu as chamadas Feiras de Pilatos, no Campo da Luz. Negociantes de São Paulo e das vizinhanças se transportavam para aquêle local em certos dias do ano, expondo seus produtos em barracas. Vendiam-se ali ferragens e cereais, e se reuniam fregueses que encontravam todos os gêneros do lugar "e todos os gêneros vindos das vilas circunvizinhas, algumas das quais enviavam cem cavalos carregados"[46]. Em cor-

---

42 Nuto Santana, op. cit., I, pág. 358.

43 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVIII, pág. 461.

44 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVIII, pág. 465.

45 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XX, págs. 50 e 53.

46 Citado por Nuto Santana, op. cit., II, págs. 77-78.

respondência do ano de 1800 explicava o General Pilatos (era o apelido do governador) que escolhera para essa feira a época do estio por estar então parada a agricultura e também por concorrerem à cidade todos os povos da vizinhança para assistirem à Festa de Corpus Christi. "A novidade dêste estabelecimento — escrevia êle — atraiu à cidade muito mais gente fora do costume e excitou a curiosidade de seus habitantes, de maneira que todo o tempo que durou se achou aquêle campo [o da Luz] coberto de gente"[47]. Parece ter havido um pouco de exagêro nessas palavras do capitão-general. A verdade é que cabia melhor a essa feira — segundo observação do historiador brigadeiro Machado d'Oliveira — a denominação de militar do que de comercial, porque "em vez de se animar o mercado da feira, obrigatòriamente deslocado da cidade para o Campo da Luz, alimentavam-se bailes, concertos de música pelas bandas dos corpos militares e folguedos nesse sítio, em que só eram admitidos os militares"[48].

Mas no comêço do oitocentismo as autoridades municipais de São Paulo tomavam novas medidas para assegurar, no comércio de gêneros, uma distribuição que atendesse melhor aos interêsses da população. Além de novas disposições proibindo que se vendesse peixe fora dos locais designados — Carmo e São Bento — estabelecia-se que ninguém vendesse ovos pelas estradas ou pelas entradas da cidade: era preciso negociar com êles no canto do Bexiga. E que palmiteiro nenhum devia vender palmitos às quitandeiras sem

---

[47] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXIX, págs. 214-216

[48] Machado d'Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822,* pág. 190.

primeiro correr com êles a cidade tôda[49]. Entretanto o local mais importante da venda de gêneros, ainda na primeira parte do século passado, era representado pelas Casinhas — decerto reconstruídas no mesmo local primitivo — que o viajante Saint-Hilaire conheceu e descreveu em 1819. O toicinho, os cereais, a carne, tudo ficava jogado e misturado pelo chão — em compartimentos escuros, enfumaçados, sem nenhuma limpeza e sem nenhuma ordem. A rua das Casinhas apresentava um movimento superior ao de qualquer outra. Brancos, negros, caboclos, comerciantes, lavradores, consumidores, animais — se cruzavam alí o dia inteiro[50]. Também de Saint-Hilaire foi a observação de que muitos negros acocorados — principalmente na rua da Quitanda — se encarregavam da venda de uma porção de gêneros e bugigangas[51]. Situação que em 1822 se refletia em queixas registradas nas atas da Câmara. Queixas de negociantes de fazendas sêcas e de outros moradores daquela rua, dos danos que experimentavam em conseqüência do "excessivo enxame de môscas que se viam sempre no lugar por causa dos quitandeiros que se postavam nas suas portas"[52]. Em 1827 a Câmara marcava para

---

49 *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XII, págs. 614-615.

50 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 181. Essa observação de Saint-Hilaire sôbre a desordem e a sujeira das Casinhas paulistanas não diferia muito das notas de outros viajantes estrangeiros em relação aos mercados de qualquer cidade brasileira na época. Êsses mercados eram em geral descritos como locais desordenados e sujos, seu aspecto afugentando "o europeu suscetível", no dizer de Von Martius. (*Através da Bahia*, pág. 91).

51 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 181.

52 *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XVI, págs. 339-340.

lugares de mercados públicos de comestíveis na cidade as praças de São Gonçalo, de São Bento, de São Francisco e do Carmo[53]. Mas o fato é que ainda nesse tempo — segundo depoimento de Vieira Bueno — não havia pròpriamente mercado para a venda de gêneros alimentícios, de hortaliças e de frutas. Tudo era vendido pelas ruas, pelas pretas de tabuleiro ou pelos caipiras que vinham dos sítios com os seus cargueiros ou de mais longe, com tropilhas carregadas de mantimentos: de Cutia, de Juqueri, de Nazaré. Só as carregações de toicinho e de carne de porco salgada é que iam sempre para as Casinhas[54]. A "quitanda" — escreveu Bueno — era uma espécie de mercado sedentário de muita originalidade, formado por uma aglomeração de pretas sentadas a um lado da rua, cada qual com o seu tabuleiro. De noite era iluminada com rolos de cêra preta pregados nas guardas dos tabuleiros. Os pregões faziam alarido. Algumas vendedoras, no intervalo dêles, cantarolavam o "Mãe Benta, fiai-me um bôlo". Nessa rua das Casinhas, de noite, os caipiras que estacionavam batucavam a toque de viola, cantando também as suas modinhas :

"Ai! nhanhã, mecê não sabe
Como está meu coração
Está como noite escura
Na maior escuridão..."[55]

---

[53] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo, XXIV*, pág. 85.

[54] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[55] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

28 — Tropilhas carregadas de mantimentos, procedentes das regiões vizinhas, abasteciam o mercado paulistano no comêço do oitocentismo.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

Nos arrabaldes mais distantes fazia-se a distribuição de gêneros em vendas modestas e originais onde os fregueses não podiam entrar. Os vendeiros entregavam os víveres e a cachaça aos consumidores, na estrada da Penha por exemplo, segundo Saint-Hilaire, através de pequenas janelas — costume que pareceu ao naturalista uma reminiscência dos primeiros tempos coloniais, quando era preciso lidar com índios que ainda não tinham assimilado bem o conceito europeu de propriedade[56].

No século dezoito e sobretudo no comêço do dezenove, com o crescimento das relações comerciais na região de São Paulo, tiveram maiores possibilidades as estalagens e sobretudo os ranchos para tropeiros, sem que no entanto êsses estabelecimentos tivessem melhorado grande coisa em comodidade ou em limpeza em relação aos primitivos. Segundo a classificação de hospedarias do Brasil feita pelo viajante inglês Richard Burton no século passado, havia uma primeira categoria, que era a do simples pouso para tropeiros; uma segunda, representada pelo telheiro coberto ou rancho, ao lado das pastagens; uma terceira, que era a fase da "venda", correspondente à "pulperia" hispano-americana ou ao empório de aldeia inglês combinado com a mercearia e a hospedaria, quase sempre com um quarto para acomodar estranhos; vinha depois a quarta fase — a da estalagem ou hospedaria — e finalmente a quinta, mais pretensiosa, do hotel[57]. Dos primeiros dois tipos houve alguns estabelecimentos em São Paulo e seus arredores, no setecentismo e na primeira parte do oitocentismo. Já

---

56 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 201.

57 Richard Burton, *Viagens aos Planaltos do Brasil*, I, pág. 177 e seguintes.

na época do morgado de Mateus (1765-1775) havia dois pousos para descanso de viajantes no trajeto entre a cidade e a Penha: o do Ferrão e o do Tatuapé. Outros foram por certo edificados no fim do século ou no começo do seguinte, quando se intensificou o movimento de tropas pelos caminhos que irradiavam da cidade. Em 1805 destacava-se a necessidade de fatura de ranchos na estrada da vila de Itu até o Cubatão "para comodidade das tropas e abrigo dos condutores" que diàriamente transitavam por elas com "açúcares que de sua natureza exigiam não serem molhados para não perderem o valor"[58]. E em 1828 o próprio govêrno da província determinava que a Câmara mandasse construir dois ranchos na estrada de São Paulo para Atibaia: um em Barro Branco e outro em Juqueri[59]. John Mawe, que se dirigiu para a cidade pelo Caminho do Mar, em 1807, escreveu que havia perto de São Paulo um pouso ou estalagem à beira do caminho. Era apenas um telheiro grande sustentado por colunas de madeira, com divisões especiais para os fardos carregados pelas tropas. As mulas ficavam ali amarradas em estacas — anotou o viajante — fincadas a dez ou vinte passos umas das outras[60]. Por certo o rancho do Lavapés assinalado na planta da cidade de Afonso de Freitas, onde também se registrou a existência de um pouso além da ponte do Ferrão, na várzea do Tamanduateí, de outro nos campos do Bexiga, na margem do córrego Anhangabaú, e de outro ainda ao norte da cidade, no campo

---

[58] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XIII, pág. 288.

[59] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pág. 171.

[60] John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil,* pág. 74.

29 — Pouso de Juqueri no começo do século passado, em aspecto baseado em desenho de Hércules Florence.

(Quadro de Henrique Távola — Museu Paulista).

do Guaré ou da Luz[61]. "Extraordinàriamente cômodo para os viajantes — escreveu em 1819 Saint Hilaire — era o rancho real da Água Branca"[62]. As estalagens existentes durante o século dezoito é que não podiam ser muito melhores do que as primitivas de Marcos Lopes e da cigana Francisca Rodrigues ou do barbeiro Gonçalo Ribeiro. Era decerto o caso do hotel que havia na cidade em 1776, pertencente a Manuel Pereira Crispim, que vinha indicado nos recenseamentos como "hospitaleiro"[63]. Pois ainda no comêço do século dezenove essas hospedarias tinham um ar de senzalas e até mesmo de estrebarias. Basta ler os depoimentos de viajantes dêsse tempo. A Saint-Hilaire indicaram a hospedaria de um homem chamado Bexiga, decerto arrumada no primitivo pouso junto do Anhangabaú, mas que não se sabe exatamente onde ficava localizada[64]. Segundo a opinião do pesquisador João B. C. de Aguirra, devia ficar no comêço da rua de Santo Antônio[65]. Era um lugar cheio de lama — notou o francês — ao lado de uma buraqueira danada. Todos os quartinhos tinham portas para o terreiro: eram úmidos, de uma "imundície repugnante", sem fôrro e sem janelas, e tão estreitos que mesmo com a bagagem tôda empilhada restava pouco espaço para o viajante e seus companheiros se mexerem[66].

---

61 Afonso A. de Freitas, *Plan'História da Cidade de São Paulo no período de 1800-1874.*

62 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 164.

63 Citado por Eugênio Egas, "São Paulo — A Cidade", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XIV, pág. 293.

64 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 164.

65 Citado por Nuto Santana, op. cit., I, pág. 153.

66 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 164. Não eram muito melhores as hospedarias existentes nesse tempo nas cidades brasileiras do litoral, apesar de muito mais freqüentadas por

As lojas, essas no comêço do século dezoito não tinham ainda nem ao menos horário de funcionamento. Ficavam abertas durante o tempo arbitràriamente fixado pelos seus donos. E só em 1713 foi que o poder municipal começou a estabelecer medidas mais positivas para que se acabasse com essa situação, regulando o horário de funcionamento de tôdas as vendas[67]. Nessa época — em 1720 — a Câmara estabelecia também multas para comerciantes que negociassem certos artigos com escravos. Proibia-se a venda de solimão (sublimado corrosivo) e de cânfora "aos negros nem servos alguns e sim apenas a pessoas brancas e de consideração". Quanto ao solimão é fácil de se compreender por quê: era um agente, comentou Taunay, de redução do ouro. Mas a cânfora, ignora-se porque teria sido objeto dessa proibição[68]. Em meados do século dezoito já havia dois negociantes figurando entre as pessoas mais ricas da cidade: José Roiz Pereira e Francisco Pereira Mendes. E entre os próprios farmacêuticos ou donos de botica Taunay citou alguns abastados: Francisco Coelho Aires e João Antônio de Lacerda, estabelecidos na rua do Pelourinho, e Vicente Matos, na do Carmo. Era a rua Direita, já nesse tempo, uma rua cheia de lojas de "fazenda sêca" e ali moravam em geral os negociantes ricos[69].

---

estrangeiros. Em Recife a primeira hospedaria, estabelecida por um irlandês, datava de 1815. (Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pág. 40). No Rio, quando ali desembarcou o naturalista Von Martius, em 1817, um hotel italiano era o único estabelecimento em seu gênero. (Von Martius, *Viagem pelo Brasil*, I, pág. 89).

[67] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720)*, pág. 109.

[68] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 108.

[69] Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, págs. 112-113.

Comerciando provàvelmente com um pouco de tudo: até com sal, com bebidas, com toicinho e com lombo de porco[70]. Em fins do século dezoito o "Divertimento Admirável", de Manuel Cardoso de Abreu — que é de 1783 — dizia que os habitantes da cidade de São Paulo viviam de várias negociações, "alguns limitando-se a negócio mercantil, indo à cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nela venderem"[71]. Entretanto as lojas da rua Direita, ainda no fim do setecentismo tinham contra o seu movimento um fator negativo, representado pelo costume de não serem freqüentadas por mulheres. Em 1800 escrevia o General Pilatos que as senhoras paulistanas, "não costumando ir às lojas comprar coisa alguma, nesta ocasião [a da feira de Pilatos, na Luz] tôda a fazenda era pouca para saciar o seu desejo"[72].

Mas uma certa indistinção do comércio — casas vendendo um pouco de tudo, gêneros, miudezas, objetos manufaturados, artigos de moda e de luxo — foi coisa que ainda no comêço do século dezenove ocorreu na cidade. É do viajante Mawe em 1807 a observação de que os comerciantes, formando em São Paulo uma classe numerosa, e alguns fazendo fortunas consideráveis, "negociavam com quase tudo, como na maioria das cidades coloniais"[73]. E do sueco Beyer, seis anos mais tarde, a de que dos seus armários distribuíam os boticários paulistanos "sabe Deus o quê", porque podia-se comprar dêles

[70] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1735-1765)*, I, pág. 90.

[71] Manuel Cardoso de Abreu, "Divertimento Admirável", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, VI, pág. 253.

[72] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XXIX, págs. 214-216.

[73] John Mawe, op. cit., pág. 79.

ferraduras, com a mesma facilidade com que um ferreiro vendia vomitórios[74]. Alguns anos depois Saint-Hilaire — quase sempre mais minucioso que os outros cronistas — notava que a cidade contava com muitas lojas bem sortidas e bem arrumadas, em que se encontrava uma variedade de mercadorias quase tão grande como a das existentes no Rio de Janeiro. Os negociantes paulistanos conseguiam dos seus colegas da Côrte um desconto de vinte e cinco por cento, mais ou menos, sôbre os preços do varejo, e não revendiam por muito mais do que aquêles. Lucravam bem, ainda assim, não só porque a vida em São Paulo era mais barata que no Rio, como porque supriam uma boa parte das localidades pequenas da província[75]. Entre êsses comerciantes paulistanos já havia nesse tempo alguns estrangeiros. Como o suíço Grellet, encontrado na cidade por Saint-Hilaire, e que vendia mercadorias francesas por conta de uma casa estabelecida no Rio de Janeiro[76]. Ou o francês que era negociante varejista e que Hércules Florence conheceu alguns anos depois[77]. Dados estatísticos relativos ao ano de 1822 mencionavam, para a cidade, três boticários, quarenta e seis negociantes de "fazenda sêca", quarenta e cinco de "molhados" e dois de ferragens. Com os seus estabelecimentos, em maioria, nas ruas do Rosário (onde havia vinte e três casas comerciais), Direita (com dezesseis), do Comércio (com vinte) e

---

[74] Gustavo Beyer, "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo em 1813". *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XII, pág. 275.

[75] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 180.

[76] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 165.

[77] Hércules Florence, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas,* pág. 7.

de São Bento (com nove)[78]. Lojas de fazendas de uso comum haveria quando muito umas vinte — segundo Vieira Bueno referindo-se a época um pouco posterior — com a singularidade de pertencerem quase tôdas "a sujeitos que tinham apelidos esquisitos em cuja invenção o povo era fértil e espirituoso" como "Bom Fumo", "Boas Noites", "Maneco Entrecosto", "Domingos Cai-Cai". De ferragens havia então uma só, na rua Direita, pertencente ao Maneco da Ferragem. De louça também havia só um armazém, "que por exceção pertencia a um brasileiro chamado Teco". "Digo por exceção — explicava Bueno — porque todos os donos de negócio eram portuguêses". O sortimento dêsse armazém do Teco, situado em frente à rua do Colégio, compunha-se de pratos e tigelas de pó de pedra e dos grandes copos de vidro usados nas tavernas[79]. Ainda algumas observações de Vieira Bueno sôbre as lojas paulistanas do comêço do século dezenove: o seu movimento não podia ser muito notável, alimentado que era por uma população pobre de cêrca de quinze a vinte mil habitantes. E isso acontecia mais particularmente ainda com o consumo de fazendas finas, que não podia deixar de ser restrito em razão do "singelo trajar geralmente usado"[80].

Os viajantes estrangeiros que estiveram em São Paulo no primeiro quartel do século passado puderam ainda encontrar em atividade algumas indústrias manuais e caseiras que vinham dos tempos primitivos da vila e que, utilizando-se de técnicas provàvelmente quase inalteradas, haviam atravessado os séculos de-

---

[78] Afonso A. de Freitas, "São Paulo no dia 7 de setembro de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XXII, pág. 3.

[79] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[80] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

zessete e dezoito. John Mawe (1807) escreveu que uma quantidade pequena de algodão bruto era fiado a mão e a lã transformada em pano, que servia para roupas e para camisas. Fazia-se também malha para rêde, com barra de renda[81]. Beyer (1813) acrescentava que apesar de não haver fábricas nem manufaturas de importância em São Paulo, além das metalúrgicas, havia diversas indústrias, entre as quais se destacavam a das rendas de largura e fineza excepcionais — em geral ocupação de mulheres — e a de tecidos de algodão de várias côres e qualidades, sobressaindo os mosquiteiros com que se cercavam as camas: tão finos que não podiam ser atravessados por qualquer espécie de mosquito[82]. Ainda segundo Mawe, indústria que proporcionava trabalho considerável a determinadas classes da população era, em certos períodos, a de frutas e outros projéteis com que se brincava por ocasião do entrudo[83]. Nos arredores da cidade — observou também o inglês — índios crioulos fabricavam louça de barro, jarras para água e outros utensílios enfeitados com certo gôsto[84]. A essa pequena indústria dos índios localizados nas proximidades de São Paulo fêz referência, no ano de 1800, o governador Melo Castro e Mendonça, que falando das Feiras de Pilatos escreveu: "... os mesmos índios, que são os que fazem a louça ordinária, repetiram três e quatro vêzes as suas conduções"[85].

Foi entretanto no primeiro quartel do oitocentismo que ao lado das indústrias caseiras se estabelece-

---

[81] John Mawe, op. cit., pág. 79.

[82] Gustavo Beyer, op. cit.

[83] John Mawe, op. cit., pág. 93.

[84] John Mawe, op. cit., pág. 79.

[85] Citado por Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* II, pág. 16.

ram na cidade algumas fábricas. Em 1811 começou a funcionar a primeira fábrica de tecidos de algodão, de propriedade do tenente-coronel Antônio M. Quartim. Era uma tecelagem pequena, pela qual havia de se interessar em 1820 o ministro Vilanova Portugal, recomendando ao governador Oyenhausen que tomasse medidas para que ela não se fechasse. Durou até os primeiros anos do Império[86]. Para se medir bem aliás o atraso industrial da cidade de São Paulo nessa época basta observar-se o que aconteceu em relação aos engenhos de maquinismo horizontal para moagem de cana por meio de cilindros de ferro. Para construir o primeiro dêles, que foi montado em 1812 em Campinas, na fazenda de Joaquim dos Santos Camargo, foi preciso mandar buscar um mestre na Bahia. Em São Paulo não tinha quem pudesse fazer[87]. O que não impediu que nessa época se transferisse do Rio de Janeiro para São Paulo uma fábrica de armas, de que falaram os viajantes Von Martius e Saint-Hilaire em 1818 e 1819. Os seus oito operários-mestres, escreveu o primeiro, eram alemães, importados da fábrica de Potsdam, e tinham debaixo de suas ordens negros e mulatos um tanto desatentos. Era difícil conseguir trabalhadores. Todavia os produtos dessa fábrica eram bons, embora saíssem quase tão caros como as armas importadas da Europa. Ainda de Von Martius foi a informação de que nessa fábrica se empregava aço inglês, ou então o fabricado em São Paulo mesmo com o ferro de Sorocaba[88]. Saint-Hilaire escreveu que ela fôra instalada em um

---

86 Paulo Rangel Pestana, *A expansão econômica do Estado de São Paulo num século — 1822-1922*, págs. 25-26.

87 Paulo Rangel Pestana, op. cit., pág. 12.

88 Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, págs. 212-213.

dos lados do quartel e como alí faltasse água não puderam ser montados maquinismos que teriam economizado muito a mão-de-obra, pois era com trabalho braçal que se perfuravam os canos dos fuzis[89]. Procurou-se depois remediar essa situação, e sabe-se que em 1821 o govêrno provisório queria saber se havia alguma pessoa capaz de dirigir o trabalho da máquina de brocar, limpar e forjar os canos das espingardas e as possibilidades de que essa máquina trabalhasse com água, para que ela fôsse removida da Casa do Trem para a fábrica[90]. Os fuzis eram fabricados pelo modêlo dos prussianos e muito bem acabados. Só que eram feitos com muita lentidão — notou ainda o francês — e desde a sua fundação a fábrica só tinha produzido seiscentos. Entretanto trabalhavam ali sessenta operários dirigidos por dez mestres alemães[91]. Um dêles talvez o armeiro prussiano que Hércules Florence conheceu em 1825 e que lhe disse ter vindo para o Brasil com Dom João VI[92]. O ferro empregado, escreveu Saint-Hilaire, provinha das forjas do Ipanema, e as coronhas eram feitas de pau-d'óleo[93].

Referindo-se ao estabelecimento de manufaturas no Brasil observou o viajante francês que quando chegasse o momento propício, em São Paulo é que êsses empreendimentos deviam ser iniciados. Que o clima de São Paulo não era enervante como o do norte do Brasil, os víveres eram vendidos por preços acessíveis, e os costumes da região se opunham menos que os da província do Rio Grande ao hábito do trabalho

---

[89] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 181-182.

[90] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* II, pág. 68.

[91] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 182.

[92] Hércules Florence, op. cit., pág. 7.

[93] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 181-182.

sedentário[94]. Tinha além disso a cidade, já nessa época, condições notáveis para a fundação de determinadas indústrias. Vellozo de Oliveira, na sua *Memória* que foi publicada em 1822, mas escrita vários anos antes, lançou a idéia da criação de uma fábrica de papel em São Paulo, escrevendo que a cidade tinha tôdas as proporções necessárias e úteis a êsse empreendimento: além da comodidade reconhecida de mão-de-obra, o combustível barato e mananciais abundantes. Em muitos ramos dessa indústria poderiam se empregar as mulheres pobres — escreveu êle — de que a cidade estava sobrecarregada[95]. Um ano antes da publicação dessa *Memória* de Vellozo de Oliveira — em 1821 — lera José Bonifácio, então vice-presidente do govêrno provisório, os estatutos para se formar uma Sociedade Econômica a Benefício da Agricultura e Indústria, que foram aprovados pelo govêrno, aceitando-se a oferta que para ela fêz o vice-presidente, de sua livraria, mapas, modelos e máquinas[96]. Mas os planos do Andrada e de Vellozo não tiveram nenhum resultado imediato. E dessa época restaria apenas mencionar ainda a oficina de tecidos fundada por João Marcos Vieira e que em 1822 estava em atividade, tendo seus trabalhos dirigidos pelo técnico português Tomás Rodrigues Tocha. Êsse Tomás Rodrigues Tocha foi o Mestre Fabricante de tecidos mandado para São Paulo em 1813 por Dom João VI para que se elevassem "à desejada perfeição as manufaturas já estabelecidas . . . e para ensinar as

---

94 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 181.

95 Antônio Rodrigues Vellozo de Oliveira, *Memória sôbre o melhoramento da província de São Paulo,* págs. 113 e seguintes.

96 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* II, pág. 56.

pessoas que quisessem estabelecer teares". Entregaram-lhe para que levasse para a capital da província dezesseis pares de cardas de cardar algodão, nove roscas, dezoito pontas de lançadeira, dezoito carrinhos de latão torneados para lançadeira, duzentas cardas de erva, nove libras de cordas de linho para armação dos teares, e doze escôvas[97]. Possuía a fábrica de Vieira teares para obras largas e estreitas de algodão, um engenho de fazer os pentes, uma urdideira "com sua escanhadeira", rodas de fiar e diversos pares de cardas. Essa fábrica logo faliu. As suas máquinas estiveram abandonadas e mais tarde foram entregues pelo govêrno da província a êsse homem dos sete instrumentos que foi o marechal José Arouche de Toledo Rendon[98]. Em 1828 o govêrno em ofício dirigido ao Secretário dos Negócios do Império, e tratando das duas fábricas de fiação existentes em São Paulo — essa entregue a Arouche e provàvelmente a fundada por Quartim — dizia: "A de que é administrador José Arouche de Toledo Rendon ainda não trabalha em tecidos de lã e sòmente nos de algodão, apesar de ter as máquinas filatórias e outras precisas, porquanto sofre falta de fio e não há unanimidade dos sócios para resolverem o progresso da mesma fábrica. Há dez meses que principiou a trabalhar e tem produzido 1831 varas de diferentes panos grossos. Os braços que emprega são um mestre, seis oficiais, um aprendiz, dezessete a vinte mulheres, algumas na fábrica e outras em suas casas, onde fiam em rocas. A de que é administrador e sócio o alferes Tomé Manuel de Jesus Varela, igualmente em tecidos de diferentes panos de

---

97 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* LX, págs. 100 a 102.

98 Nuto Santana, op. cit., V, págs. 116 e seguintes.

algodão, produziu o ano passado 2605 varas, sendo empregadas no serviço trinta e quatro pessoas". Esta última fábrica funcionava nos baixos do palácio do govêrno por falta de edifício próprio[99].

Arrastavam-se assim em condições precárias as primeiras fábricas paulistanas de tecidos. É que em grande parte a fiação e a tecelagem dos panos de algodão para uso dos moradores da cidade e dos roceiros eram feitas em casa. A matéria-prima — escreveu Vieira Bueno — provinha de pequenas plantações de um algodoeiro arbóreo que, sendo decotado depois da colheita, durava anos produzindo. Era fiado em casa e o pano tecido no tear de algum tecelão da vizinhança. E mesmo as donas de casa mais prestimosas e abastadas faziam vender os seus rolos de pano, as suas rêdes e as suas colchas felpudas, algumas bem vistosas pelas figuras e desenhos de côres vivas entretecidos com fios de lã tirados de retalhos de baetas[100]. Os utensílios domésticos para a fiação — notou ainda êsse excelente cronista do comêço do oitocentismo paulistano — eram um pequeno descaroçador de mão, feito de madeira, que qualquer carpinteiro remendão podia construir. "Era tão pequeno e maneiro que de ordinário eram meninos que o faziam trabalhar". "Consistia em um pequeno banco no centro do qual se encravavam dois suportes para sustentarem dois cilindros transversais de uma polegada de diâmetro, que eram postos em movimento por duas manivelas fixas em sentido oposto nas extremidades. Sentados os dois operários em frente um do outro, ficando os cilindros de permeio, de um lado um dêles fazia girar sua manivela com uma das mãos

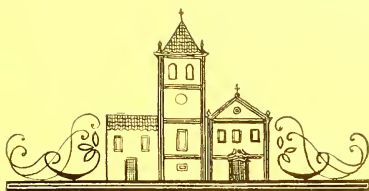
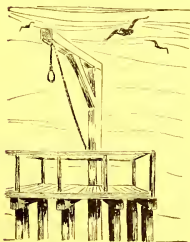
---

99 José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista,* I, pág. 421.

100 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

e com a outra "dava de comer", isto é, encostava a ponta do capulho de algodão entre os cilindros em movimento, com jeito de fazer com que êle passasse entre os mesmos, deixando do seu lado as sementes; e do lado oposto o outro, movendo também sua manivela com uma das mãos, com a outra ia recebendo e puxando o algodão que vinha saindo livre de sementes". Em lugar de carda para desfibrar o algodão descaroçado utilizava-se um cordão bem esticado em um arco, "consistindo a operação em tanger o cordão com o polegar e o índice sôbre certa porção de algodão pôsto no chão, bastante para formar uma batedeira". Nesse serviço todo era aproveitado em geral o serviço de menores, que quando eram cativos "davam tarefas", rivalizando na destreza — observou Bueno — com que torciam as longas "puxadas", "fazendo girar o fuso no chão por longo tempo". Empregava-se quase sempre em São Paulo o fuso de mão, em poucas casas utilizando-se a "roda", como era chamada a roca[101].

---

[101] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

VII — EPIDEMIAS E QUILOMBOS

No arraial de sertanistas que foi São Paulo de Piratininga durante os tempos coloniais, mostrou-se por vêzes intensamente dramática a luta contra as doenças, as epidemias e os crimes. As enfermidades — e sobretudo as epidemias de bexigas — enfrentadas a princípio pelos recursos dos padres jesuítas, dos curandeiros e benzedeiros, e a partir de meados do século dezessete por um ou outro "cirurgião aprovado", faziam realmente devastações. A vila vivia pràticamente desaparelhada de recursos médicos e de enfermarias. Era precária, por outro lado, a assistência policial que podia ser dada pelos modestos "quadrilheiros" do seiscentismo aos moradores muitas vêzes ameaçados por grupos de índios ou mamelucos valentões ou mesmo de forasteiros que acampavam na povoação em busca de aventuras. Durante o sete-

centismo não foram menores os danos causados à população paulistana pelas epidemias de varíola, muitas vêzes trazidas por negros procedentes das Minas ou do litoral, e combatidas por meio de drogas caseiras, de medidas extravagantes das autoridades, de preces públicas. Ao lado da varíola, a lepra, as icterícias, as febres que se transmitiam provàvelmente em conseqüência de condições criadas pela alimentação e pela água de que se serviam os moradores de menos recursos. E tudo agravado ainda pela pobreza de recursos hospitalares — apesar da existência de algumas casas de saúde improvisadas — e pela dificuldade de qualquer policiamento sanitário. As atividades policiais comuns continuaram sendo dirigidas sobretudo contra bandos de índios e então também de negros armados, freqüentemente aquilombados nos arredores da cidade e assaltando viajantes pelos caminhos, e contra a chusma de forasteiros de tôda parte que transitavam por São Paulo a caminho das minas de ouro. No primeiro quartel do século dezenove instituiu-se a vacinação dos habitantes e pareceram dominados — pelo menos temporàriamente — os surtos de bexigas, mas um fator novo de insalubridade surgiu desafiando o poder municipal: aquêle representado pelos pântanos e pelas águas estagnadas da várzea do Tamanduateí que se formaram em conseqüência do desvio do leito primitivo do rio por pessoas gananciosas.

Remontando aos primeiros tempos da povoação sabe-se que os seus moradores, em caso de moléstia, eram socorridos pelos padres da Companhia de Jesus, que eram os médicos e os enfermeiros. Foi o que se deu por ocasião da peste de 1563 — escreveu Alcântara Machado — "espécie de varíola de qualidade muito brava": começando pela garganta e pela

língua, o corpo todo se cobria de uma espécie de lepra. As carnes se destacavam apodrecidas, com muito mau cheiro. Em três ou quatro dias morriam os doentes. Os padres combateram essa epidemia com sangrias, cortando a carne e lavando o corpo dos enfermos com água quente[1]. Depois começaram a aparecer também — segundo o mesmo pesquisador — na falta de físicos e de cirurgiões, mezinheiros, triagueiros, benzedeiros e curandeiros, para tratar das bexigas, priorizes, tabardilho, câmaras de sangue e outras enfermidades". Para evitar êsses abusos representados pelas atividades dos curandeiros — a que decerto se entregavam índios, mamelucos e ate buavas — o poder municipal criou já em 1579 o cargo de juiz-de-ofício dos físicos, que coube ao barbeiro Antônio Rodrigues, "homem experimentado e examinado"[2]. Depois disso ninguém mais podia legalmente curar qualquer pessoa sem licença ou carta de examinação passada por êle. Foi ainda o autor de *Vida e Morte do Bandeirante*, estudando os espólios registrados desde 1578, quem escreveu que só em relação a 1638 encontrou nessa documentação a presença de um cirurgião aprovado: Paulo Rodrigues Brandão[3]. Hospital, se houve algum nessa época — no quinhentismo ou no seiscentismo — só pode ter sido o da Irmandade da Misericórdia, sôbre cuja data de fundação existem muitas dúvidas. Essa Irmandade já existia porém antes de 1600 e é possível que desde fins do primeiro século estivesse estabelecido na vila o seu "hospital": pequena enfermaria que funcionasse

---

[1] Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 96.

[2] Alcântara Machado, op. cit., pág. 96.

[3] Alcântara Machado, op. cit., pág. 98.

em uma casa como outra qualquer[4]. Sobretudo diante dessa pobreza de recursos para hospitalização e cura dos moradores da povoação, não deve se estranhar que as epidemias causassem então devastações impressionantes e inspirassem tôda sorte de medidas de precaução. De vez em quando dizia-se nas vereações da Câmara que as bexigas faziam muitas vítimas, e as que resistiam ao assalto da moléstia ficavam em tamanho estado de fraqueza que não podiam trabalhar por muito tempo[5]. E em 1666 sabe-se, pelas atas do poder municipal, que o próprio Caminho do Mar estêve fechado "com guardas", por causa de haver bexigas na vila de Santos[6].

Também a assistência policial na povoação de São Paulo durante tôda a era quinhentista e mesmo nos primeiros anos da seiscentista deve ter sido coisa bastante rudimentar. Só em 1620 registrava uma ata da Câmara o propósito de se fazer, de cada vinte moradores da vila, um "quadrilheiro", que trouxesse "sua vara verde nas mãos" para poder acudir "às lojas e prender os delinqüentes"[7]. Entre êsses delinqüentes por certo índios e mamelucos valentões e desordeiros, mal ajustados a uma sociedade que pelo menos pretendia se organizar de acôrdo com padrões europeus. Às vêzes mesmo valentões que se tornavam conhecidos por uma série de crimes e atentados e viviam refugiados nos arredores da vila: em 1624

---

[4] Ernesto de Sousa Campos, "Santa Casa de Misericórdia de São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XLIV, 2.ª parte, pág. 9.

[5] Citado por Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 125.

[6] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* Anexo ao VI, pág. 449.

[7] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* II, pág. 436.

procurava-se com muito empenho um negro (provàvelmente "negro da terra", isto é, índio) que andava fugido para os lados do Ibirapuera, acusado de roubos de casas, mortes e assaltos pelos caminhos[8]. Outras vêzes tratava-se apenas de sujeitos briguentos e rudes, que andavam armados e em bandos, pelas ruas da povoação, ameaçando o sossêgo dos demais. Em meados do século dezessete repetiam-se as medidas das autoridades contra negros e índios que andavam pela vila com paus, com arcos e flechas, com todos os equipamentos de ataque e de defesa com que viviam nos campos vizinhos ou nas florestas mais distantes. Ordenava-se especialmente que fôssem presos os escravos que se encontrassem, dentro da povoação ou fora dela, com espingardas. Com espingarda — ou com qualquer outra arma de fogo — só podia andar quem tivesse, de bens, "de seiscentos mil réis para cima"[9]. Também dêsse tempo — meados do seiscentismo — conhecem-se medidas do poder municipal ordenando que fôssem postos para fora da vila os forasteiros que andavam "desinquietando" os moradores[10]. Menos numerosos provavelmente eram nessa época os delitos contra a propriedade. Mas não deixavam evidentemente de existir também, reclamando por vêzes a atenção das autoridades policiais da vila. Em 1659 dizia-se que muitos negros — referiam-se as atas certamente a índios — costumavam aparecer na povoação vendendo couro de boi. E como eram homens que não tinham gado nenhum, e nem outra espécie de recursos, o couro só podia ser de boi rou-

---

[8] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* III, pág. 129.

[9] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo.* Anexo ao VI, pág. 383.

[10] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo.* Anexo ao VI, pág. 57.

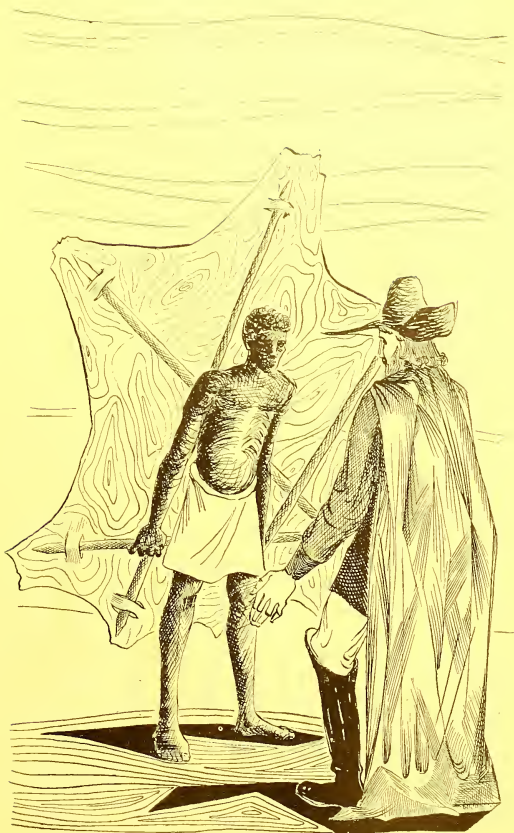
bado. Ordenava-se por isso aos moradores — os homens livres — que não comprassem mais nada de negros: nem couro nem outras coisas de valor[11].

Durante quase tôda a época setecentista pouco se alterou a situação dos moradores de São Paulo em relação ao aparelhamento e aos recursos de que puderam dispor para enfrentar por um lado as enfermidades e epidemias e por outro as desordens e os crimes de tôda espécie. Em trabalho publicado no comêço do século dezoito — no ano de 1711 — escrevia o doutor João Rodrigues de Abreu: "Na cidade de São Paulo e em muitas outras do país dos paulistas e o que chamam de Serra Acima, são morbos endêmicos as bexigas, e é rara a pessoa a quem cometam que não matem. São tão medrosos os seus habitantes dessa queixa que até desconfiam de ouvir falar nela"[12]. Não era sem motivo no entanto êsse receio que se refletia, por exemplo, em atas da Câmara, na terceira década do setecentismo, quando alguns homens da vereança, escondidos em seus sítios, mandavam dizer mais uma vez aos colegas que não queriam ir à cidade "com temor das bexigas, de que sempre havia casos"[13]. Desconfiava-se quase sempre que nesse tempo a varíola fôsse introduzida no planalto por negros procedentes do litoral ou das Minas. Daí uma série de medidas que se repetiram durante grande parte do século dezoito — pràticamente durante todo aquêle século — de fiscalização dessas levas. Em 1727 estabelecia-se que nenhuma pessoa entrasse

---

[11] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* Anexo ao VI, págs. 126-127.

[12] Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Vila de São Paulo (1701-1711),* pág. 90.

[13] Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII,* tomo 3, pág. 163.

30 — Negro vendedor de couro de boi. As autoridades fiscalizavam com rigor as atividades comerciais de cativos.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

na cidade com escravos negros, vindo pelo caminho do Cubatão do Mar ou o caminho do Parati, sem que primeiro desse parte a um dos Juízes Ordinários, para que êles então "mandassem a visita da saúde"[14]. Outro documento da mesma época — êsse de 1729 — dizia mesmo: "Causou notável prejuízo, perda e dano a esta cidade e seus moradores o contágio das bexigas e sarampo e porquanto com a nova freqüência das minas dos goiases se vem freqüentando a muita quantidade de negros novos para esta cidade, e êstes de ordinário costumam trazer vários contágios de doenças, e para evitarmos o prejuízo que dêstes se pode seguir, mandamos que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja não entre nesta cidade sem que primeiro faça declaração dos escravos que traz, deixando-os primeiro no Moinho Velho, para se lhes dar e mandar a visita da Saúde"[15]. No ano seguinte repetiam ainda as autoridades essa ordem, frisando que os negros deviam esperar no ribeiro chamado Lavapés — os procedentes de Santos — e no ribeiro chamado de Santo Antônio — os que vinham de Parati ou das Minas Gerais — a tal visita da saúde[16]. Custava êsse exame meia pataca para os donos dos africanos, até "quinze cabeças", os outros sendo examinados de graça[17]. É possível no entanto que às vêzes se afrouxasse essa fiscalização relativa aos negros importados, sob a pressão dos negociantes

[14] "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal,* XXIX, pág. 127.

[15] "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal,* XXXIV, pág. 162.

[16] "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal,* XL, pág. 124.

[17] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de S. Paulo no século XVIII,* tomo 3, pág. 161.

de escravos. No comêço do oitocentismo — em 1804 — o governador Franca e Horta pedia informações aos cirurgiões e professôres de São Paulo e de Santos acêrca do que se poderia fazer com referência à rigorosa quarentena dos pretos no pôrto de Santos, para se conciliar "o interêsse do Negociante com a saúde dos Povos"[18].

Mas as medidas de precaução do poder municipal para neutralizar ou atenuar os efeitos das epidemias de varíola não se limitavam à observação dos negros recém-chegados. Em 1732 a Câmara estabelecia que tôda pessoa que tivesse "algum enfêrmo ferido do contágio de bexigas" desse logo parte ao Juiz para que o doente fôsse retirado. Determinava ainda que os moradores que tivessem bexiguentos em suas casas — ainda que êles tivessem saído dali há seis meses ou mais — mandassem limpar "muito bem limpas e defumá-las por dentro com bosta de gado e depois de muito bem basculhadas queimarão os lixos delas e não os botarão nas ruas e becos da cidade em que costumam e mandarão rebocar com tabatinga as ditas casas por fora e por dentro, e tendo-as abertas para que sendo isto por alguns dias corrompa o ar algum fétido ou resquícios que houver nas tais casas..."[19] Os enfermos retirados dessas casas da cidade — assim purificadas com tanta meticulosidade — eram mandados para zonas afastadas nos arredores. A princípio, segundo Nuto Santana, a zona onde se formariam o largo do Rosário e o campo de São Gonçalo (em 1761). Aparelhavam-se casas para isso depois também no Lavapés, ou sítio da Glória, na Tabatingüera, em alguns pontos do

---

[18] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, LXVI, págs. 119-120.

[19] "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal*, XLII, pág. 215.

caminho da Penha e no Pacaembu[20]. Em 1784 determinava a Câmara que os bexiguentos fôssem postos fora da cidade e seus arrabaldes, e das estradas públicas de saídas e entradas[21]. E um ofício do governador Lorena, já em fins do século dezoito, dirigido à Câmara Municipal, dizia que como as pessoas que tinham sido afetadas de bexigas estavam voltando para a cidade, êle tinha certeza de que a epidemia tomaria corpo de novo. Ordenava por isso que se examinassem outra vez os doentes, e os que ainda precisassem de cura fôssem mandados para os subúrbios, "despejando-se as casas necessárias"[22]. Mas nem depois de mortos os atacados do mal das bexigas escapavam das cautelas do poder municipal. Pedia-se em 1798 que a Câmara tomasse medidas para que não se enterrassem dentro da cidade os variolosos mortos no hospital interino improvisado. Que fôssem sepultados na capela do Ó[23].

Uma das drogas caseiras empregadas durante o setecentismo no tratamento da varíola, como também na do sarampo, em São Paulo, era a cachaça. Mas as autoridades punham em prática também medidas que hoje parecem extravagantes para o combate às epidemias de bexigas. Assim para atalhar êsse mal o capitão-general Martim Lopes contava em carta à Côrte o que tinha feito em 1775. "Que à vista do acessivo estrago e mortandade em todos", nas tropas,

---

[20] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* I, pág. 239, V, pág. 224 e VI, pág. 21.

[21] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVIII, pág. 132.

[22] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XLVI, pág. 146.

[23] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XX, págs. 139-140.

entre as crianças e adultos, além das preces públicas a Deus e a muitos santos, se decidira lançar mão de todos os recursos possíveis para debelar a peste. E fizera girar pelas ruas da cidade numerosos rebanhos de bois e carneiros, "para atrair sôbre os animais a fôrça da peste e desviá-la dos humanos". Mandara queimar também no hospital "grande cópia de perfumes"[24]. O giro do gado pelas ruas não representava no entanto — segundo Nuto Santana — apenas uma prática supersticiosa: o objetivo seria abastecer a terra de "material profilático" ou de colocar êsse material mais fàcilmente ao alcance da população[25]. Outros medicamentos eram utilizados. "É conhecida a misteriosa afinidade — escreveu Sérgio Buarque de Holanda — que no espírito dos antigos paulistas parecia associar freqüentemente a baeta vermelha a determinadas moléstias, sobretudo moléstias contagiosas, pois pendurada, por exemplo, à porta de uma casa, servia para anunciar a presença de bexiguentos, e empregada em cueiros e cobertores fazia "sair" a doença, mormente quando se tratasse de escarlatina ou de sarampo"[26]. Para conjurar o mal das bexigas também se recorria, como se observou na carta de Martim Lopes, às preces públicas. Elas se realizavam, escreveu Nuto Santana, em plena rua, em determinados pontos da cidade, mas sobretudo onde havia oratórios, que em 1822 eram ainda três: segundo Afonso de Freitas, o do Bom Jesus, o de Nossa Senhora da Lapa e o de Santo Antônio, todos na rua de São Bento[27].

---

[24] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXVII, pág. 54, e Afonso de E. Taunay, *Antigos Aspectos Paulistas,* pág. 95.

[25] Nuto Santana, *Metrópole,* pág. 13.

[26] Sérgio Buarque de Holanda, *Monções,* págs. 117-118.

[27] Nuto Santana, *Metrópole,* pág. 12.

Todavia outras enfermidades e epidemias — além das terríveis bexigas — atacaram os moradores da cidade durante o setecentismo. A partir de meados do século observaram-se casos particularmente numerosos de lepra. Em 1765 desenhava-se a epidemia: "não há rua nem praça onde se não encontrem leprosos miseráveis, nem também ribeiro ou fonte em que êles se não banhem"[28]. Mal que o morgado de Mateus, em documento daquele ano, atribuía em parte à carestia de gêneros e à contingência em que se via o povo de se alimentar de "bichos imundos e coisas asquerosas"[29]. O fato é que os leprosos eram numerosos ainda em 1779 — segundo Martins de Almeida — quando vagueavam esmolando pelas ruas paulistanas[30]. Em fins do setecentismo — em 1797 — o capitão-general Melo Castro e Mendonça, provedor da Santa Casa de Misericórdia, levando em conta o número enorme de pessoas atacadas de morféia na capital e também em outras cidades da capitania, propôs à Santa Casa que fôsse votada a cada uma delas uma mesada de mil e seiscentos réis, até que se obtivesse um hospício onde elas pudessem ser internadas[31]. Ainda uma epidemia de icterícias deu margem, em 1768, a um ofício do capitão-general Luís Antônio de Sousa. Epidemia "de que não ficou pessoa isenta, que mais ou menos não a sentisse"; "faleceram dela muitas pessoas e algumas com tanta pressa que não

---

[28] Citado por Tolstoi de Paula Ferreira, "Subsídios para a história da assistência social em São Paulo", *Rev. do Arquivo Municipal,* LXVII, págs. 25-26.

[29] Citado por Afonso de E. Taunay, *Antigos Aspectos Paulistas,* pág. 98.

[30] Francisco Martins de Almeida, *Primeiro Relatório sôbre a Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo,* pág. 27.

[31] Francisco Martins de Almeida, op. cit., pág. 27.

havia lugar para sacramentar-se". Essa epidemia foi atribuída por Luís Antônio "aos contínuos relâmpagos que freqüentemente se viram cintilar por todos os meses em que por cá costuma ser inverno, durando êsses meteoros até chegarem a formar sôbre o hemisfério desta cidade uma terrível trovoada no dia 29 de janeiro dêste ano, durante a qual caíram tantos raios que nestes arredores se apontam catorze partes em que sinalaram as ruínas"[32]. Tudo parece indicar que a água e certos alimentos utilizados pelos moradores da cidade no setecentismo devam ter sido pelo menos fatôres que concorreram para o aparecimento freqüente de algumas enfermidades e sobretudo para a sua propagação. A carne vendida no açougue como boa — registrava uma ata da Câmara em 1771 — era às vêzes de reses que tinham moléstias graves ou que tinham sido mordidas por cobras, ou mortas a chumbo por causa de sua braveza[33]. E as águas, do Tamanduateí e do Anhangabaú, de que se servia a maior parte da população, dizia-se em 1787 que envolvia imundícies procedentes das lavagens de roupa e dos detritos que conduziam em suas inundações, com as quais "se podiam fazer pestíferas, em prejuízo da saúde dos povos"[34].

O que agravava muito a situação criada por essas enfermidades e pelos surtos epidêmicos era no entanto a precariedade dos recursos médicos e de hospitalização com que podiam contar na época os moradores da cidade. No comêço do século dezoito — em 1715 — instalou-se em São Paulo um hospital a cargo

---

32 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XIX, pág. 18.

33 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, pág. 27.

34 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVIII, págs. 379-380.

da Santa Casa de Misericórdia[35]: mas tratava-se apenas provàvelmente de um melhoramento na pequena enfermaria primitiva, situada em local hoje ignorado[36]. E em 1721 talvez apenas dois "surjoens" clinicassem na cidade[37]. Em meados do século — em 1741 — pensou-se na construção de um prédio próprio para o hospital da Santa Casa, mas diante das dificuldades encontradas a Irmandade da Misericórdia resolveu que êle fôsse instalado junto da igreja, comprando para isso quatro casas de morada, em 1744. Essas casas foram reformadas, instalando-se nelas o hospital cinco anos depois[38]. No fim do mesmo século — em 1795 — a mesa administrativa da Santa Casa resolveu que nas duas moradas de casas da rua Direita, pegadas à igreja, se estabelecesse o hospital para os pobres, visto estar ocupado "o hospital grande" pela Fazenda Real, desde 1774, como enfermaria do Regimento de Mexias e Voluntários. Mas não conseguiu nem êsse objetivo[39]. Trinta anos antes — em 1765 — entre as reformas feitas pelo morgado de Mateus no antigo convento dos Jesuítas, para que se adaptasse a sede do govêrno, figurou a instalação de um "hospital dos soldados e dos negros"[40]. Certamente se reservaram para isso apenas uma ou duas salas do velho casarão. Para servir como hospital

---

[35] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista,* I, pág. 468.

[36] Tolstoi de Paula Ferreira, loc. cit.

[37] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII,* tomo 2, pág. 92.

[38] Francisco Martins de Almeida, op. cit., págs. 21 e seguintes.

[39] Francisco Martins de Almeida, op. cit., págs. 21 e seguintes.

[40] Citado por Antônio de Toledo Piza, *O Edifício do Congresso do Estado de São Paulo,* págs. 21-22.

militar foi aliás edificado por meio de subscrição popular no govêrno do general Pilatos (1797-1802) o grande prédio situado na rua do Seminário, onde funcionou depois o Seminário das Educandas da Glória[41]. Êsse mesmo governador tomava medidas em 1802 para que se estabelecesse na cidade uma drogaria onde se preparassem as composições necessárias ao consumo da botica real e das demais. Dizia êle em uma correspondência dêsse ano que, embora houvesse uma drogaria estabelecida na cidade desde 1793, ela não tinha um laboratório onde se fizessem os preparados químicos e farmacêuticos e por isso não adiantava grande coisa[42]. Ainda nessa época — em 1803 — o governador Franca e Horta dotou a cidade de um pequeno hospício para os lázaros[43]: êsse primeiro lazareto de São Paulo se instalou em uma casa modesta edificada no bairro da Glória, na margem esquerda do Tamanduateí[44]. Na mesma ocasião começou a funcionar um curso de cirurgia na cidade, no próprio palácio do govêrno[45].

Essas iniciativas tôdas de fins do setecentismo e primeiros anos do oitocentismo parecem ter contribuído para que melhorasse de modo geral a situação da cidade sob o que se poderia chamar de o ponto de vista médico. "As moléstias endêmicas não se alastram mais aqui", escreveria Mawe em 1807. A varíola, que dizimara por vêzes a população — notou

---

[41] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* I, pág. 12.

[42] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXX, págs. 219-221.

[43] José Lourenço de Magalhães, *A morféia no Brasil,* págs. 69-70.

[44] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pág. 9, e Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pág. 125.

[45] Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista,* pág. 72.

31 — Vista parcial da cidade em 1828. No primeiro plano o Tamanduateí e a [Várzea do] Carmo que, reduzida a um pântano contínuo, era considerada fator de [insalubridade].

(Desenho de Arnaldo Juliano Palliere — Coleção Ian de Almeida [Prado])

êsse viajante inglês — fôra dominada pela introdução da vacina: os médicos atendiam em um grande "hall" do palácio do governador, onde ficavam à disposição de todos[46]. Seis anos depois o sueco Beyer escrevia que os casos de moléstias eram raros em São Paulo e que não havia epidemias. O corpo médico era no entanto ainda pequeno, tanto em número como em conhecimentos, excetuado o do hospital e das legiões. Em geral — observou êle — os farmacêuticos é que serviam de médicos[47]. Êles e os curandeiros, sobretudo nas zonas rurais, como constatou logo em seguida Von Martius. Em quase tôdas as casas — notou o sábio alemão — uma ou outra pessoa exercia as funções de curandeiro, e essas funções não lhes eram disputadas pelos médicos, "pois não havia na cidade nenhum diplomado". O sertanejo de São Paulo disse Martius que era notável pelo conhecimento perfeito que tinha das plantas medicinais de sua terra. O sertanejo mas sobretudo a sertaneja[48]. Ainda dêsse viajante foram as observações relativas às características diferentes das doenças mais comuns em São Paulo em confronto com as dominantes no Rio. o que devia provir tanto da diversidade das "condições físicas dos habitantes", como do clima. Mais comuns do que nas províncias do norte eram o reumatismo e os estados inflamatórios, sobretudo dos olhos, peito, pescoço e a "tuberculose dos pulmões e da laringe" e blefarites. Sofria-se menos em São Paulo, porém, da pele, vendo-se pouca gente atacada de furúnculos, erupções e sarnas. Também as febres — sezões —

---

[46] John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil,* pág. 79.

[47] Gustavo Beyer, "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo em 1813", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XII, pág. 275.

[48] Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, págs. 239-240.

eram raras em Piratininga, e quando apareciam deviam-se quase sempre a catarros e reumatismos, a que os moradores eram predispostos pelo clima frio e as mudanças rápidas de temperatura[49]. Saint-Hilaire no entanto aludiu ao fato de que as moléstias da pele eram extremamente comuns em São Paulo: principalmente uma espécie de sarna que se apresentava sob a forma de pequenas espinhas e que se tornava perigosa, ao que se dizia, se fôsse tratada com remédios de aplicação externa, só cedendo com o uso de banhos de mar[50]. Deixou ainda o viajante francês informes sôbre o hospital militar e o lazareto da cidade. O primeiro dispunha de uma área quadrada no bairro de Santa Ifigênia, e em sua farmácia, uma de cujas portas se abria para o exterior do prédio, eram vendidos remédios ao público por conta do estabelecimento. Era espaçosa essa drogaria e muito asseada, dispondo de sortimento completo de medicamentos. Quanto ao lazareto, podia abrigar apenas quatro pessoas[51].

Na época das viagens de Von Martius e de Saint-Hilaire, outras medidas de prevenção e combate a doenças e epidemias em São Paulo foram tomadas: o governador general Oyenhausen resolveu criar uma instituição que vacinasse na cidade e seus arredores a tôdas as pessoas. O regulamento dessa Instituição Vacínica tem a data de 1819 e parece que as suas atividades se faziam em dias fixos, em uma sala do palácio[52]. Mas pela referência de Mawe, doze anos

[49] Von Martius, op. cit., I, pág. 216.

[50] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 184.

[51] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., págs. 177-178.

[52] Carlos Borges Schmidt, *A Instituição Vacínica da Capitania de São Paulo*, pág. 8.

antes, parece que o serviço foi então apenas ampliado ou reorganizado sôbre novas bases. Em 1824, com a passagem do hospital da Santa Casa para a chamada Chácara dos Inglêses, na Glória, iniciou-se no mesmo local uma nova forma de assistência à população, instalando-se ali a Roda dos Enjeitados, em 1825 Em uma janela do andar térreo do casarão se encontrava o dispositivo que recebia as crianças abandonadas[53]. Êsse empreendimento se fêz para que se abolisse o antigo uso — escreveu Antônio Egídio Martins — de se enjeitarem crianças que eram colocadas nas portas de casas particulares e às vêzes até em um cisqueiro que havia perto da rua do Carmo, onde chegavam a ser devoradas pelos porcos quando não eram pressentidas a tempo pelo bispo Dom Mateus de Abreu Pereira, que morava nas imediações. Conta-se que o bispo, quando ouvia chôro de bebê novo, mandava logo um criado dar uma busca no cisqueiro. E receando que êle não chegasse a tempo, da janela mesmo batizava o recém-nascido[54].

Entretanto nessa época um novo fator de insalubridade se manifestava em São Paulo. "É preciso que a sã política — dizia em 1822 a *Memória,* de Vellozo de Oliveira — faça pouco a pouco desaparecer esta origem de incômodos, moléstias e mortalidade; por exemplo a várzea do Carmo, inferior à cidade, cobrindo-se das águas do Tamanduateí, que podiam, segundo penso, correr livremente para o Tietê, sendo dessecada por meio de diferentes valas, não atacaria para o futuro a cidade com nevoeiros importunos, umidades, defluxos e reumatismos: os seus habitantes

[53] Francisco Martins de Almeida, op. cit., pág. 23.

[54] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pág. 82.

desfrutariam a mais perfeita saúde"[55]. De fato em 1822 — segundo um Registro Geral da Câmara — a várzea do Carmo, que já fôra tão enxuta a ponto de ter sido um dos passeios favoritos dos moradores da cidade, estava reduzida a um pântano contínuo, devido a ter-se consentido que alguns particulares, atendendo apenas aos seus interêsses ou aos seus caprichos, desviassem do seu leito natural as águas do Tamanduateí, arruinando o caminho e tornando "doentio o clima desta cidade por sua natureza sadio"[56]. "Daquela ambiciosa materialidade — escrevia-se em um Registro do ano seguinte, relativo ao mesmo assunto — são notórias as conseqüências em prejuízo público da população, na propagação dos insetos que infestam geralmente tôda esta cidade, na alagação das margens do rio e vargedos por êle derrigados, cujas águas estagnadas anualmente produzem hálitos pestíferos de ervas curtidas e corpos corruptos, cujos eflúvios, comunicados aos habitantes pela atmosfera motivam as freqüentes epidemias que oprimem a humanidade, com indizível estrago, especialmente de crianças, que resistem menos às tosses convulsivas, sezões e erisipelas e mais enfermidades estranhas ao país"[57]. Insistia-se nesse assunto ainda em 1826[58]. Nesse tempo, tendo aumentado as possibilidades de uma alimentação mais sadia para a população, em conseqüência da abundância e barateza de quase todos os víveres, a água consumida pelos habitantes da cidade

---

[55] Antônio Rodrigues Vellozo de Oliveira, *Memória sôbre o melhoramento da província de São Paulo*, pág. 72.

[56] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XVI, pág. 359.

[57] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XVII, pág. 272.

[58] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, XIX, págs. 69-70.

32 — Paço Episcopal de São Paulo em 1822. Aí residiu o bispo D. Mateus Pereira, protetor das crianças enjeitadas.

(Quadro de A. Figurey — Museu Paulista).

continuava sendo no entanto o fator provável de transmissão de muitas moléstias. São de Vieira Bueno algumas referências à péssima qualidade da água bebida na cidade. Não só a do Tamanduateí, onde se lavava roupa e se faziam despejos de tôda espécie. Mas até a do chafariz da Misericórdia, que antes passava pela rua do Rêgo, juncada de caveiras de boi, de ossos e de outros resíduos imundos[59]. Ainda dêsse evocador dos primeiros tempos do oitocentismo paulistano foi a referência à venda em São Paulo nessa época de clisteres de petinçoba (erva de bicho) com pimenta, remédio para uma doença dos negros africanos chamada "corrução"[60].

Menos efetivo talvez do que o policiamento relativo às doenças e epidemias foi no setecentismo e no comêço do oitocentismo o que se exerceu contra desordeiros e criminosos, sobretudo contra os bandos de índios, de mamelucos ou de negros que costumavam andar armados pelas ruas. Taunay citou um documento de 1718 dizendo que a Câmara precisou então lançar quartel "sôbre negros e negras que andavam com paus e com facas"[61]. E que decerto não faziam muita cerimônia para se utilizarem dessas armas com que se exibiam pelas ruas. De 1721 conhece-se uma carta de Rodrigo César de Meneses ao Vice-rei, escrevendo que "matar gente era vício mui antigo nos naturais da cidade e seu distrito", e que por isso êle tinha resolvido mandar levantar a fôrca na mesma parte em que ela estava antigamente "para que a

---

[59] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[60] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[61] Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo (1711-1720),* pág. 227.

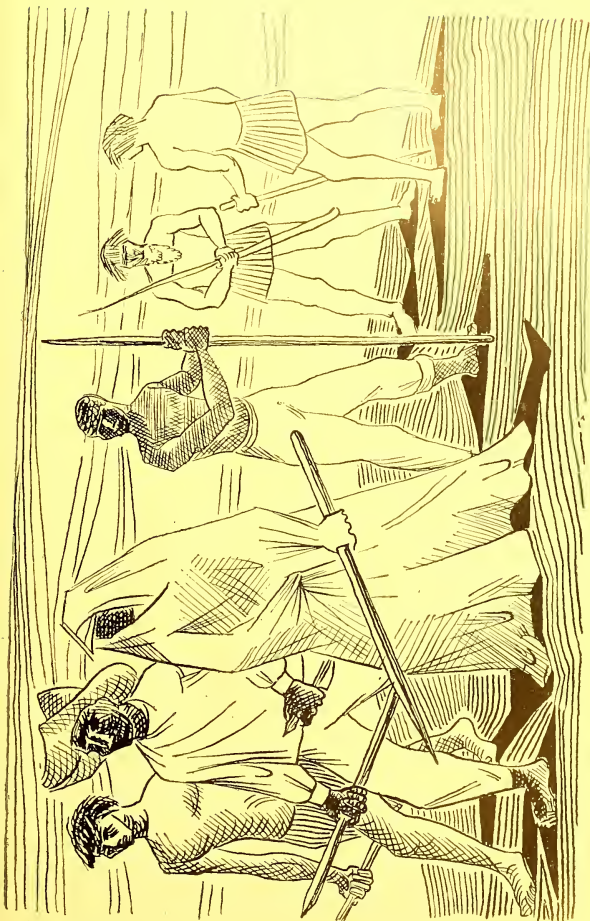
vista dela se pudessem abster de continuarem semelhantes delitos"[62]. Logo depois — em 1735 — estabelecia-se por um edital da municipalidade que qualquer pessoa ficasse proibida de andar com capote de capuz, nem magotes de negros, "quer da Guiné, como carijós, mulatos, mamelucos, índios, nem outros de fora da comarca, com paus de pontas ou de massa, nem embuçados em baetas, assim de dia como de noite"[63]. Êsses negros, mulatos e bastardos, continuaram entretanto promovendo desordens e desassossegando os moradores pacatos da cidade ainda em 1743, quando um bando de Dom Luís de Mascarenhas ordenava que fôssem presos todos aquêles que, de dia ou de noite, fôssem achados com baetas, espingardas, facas, espadas, porretes, paus de bico ou outra qualquer arma ofensiva[64]. Nessa época também em relação aos estrangeiros, de passagem ou fixados na cidade, se exercia a fiscalização policial. Um bando de Rodrigo César, em 1725, dizia: "Por me constar que nesta cidade se acham alguns forasteiros sem ocupação, com o desígnio de passarem às minas desta capitania ... é conveniente saber-se as pessoas que aqui se acham, e também as que vierem daqui em diante e se pretendem passar às minas de Cuiabá ou para as dos Goiases, que novamente se descobriram; ordeno e mando que os forasteiros que aqui se acharem venham à minha presença para se saber a parte para onde querem ir..."[65] É que a cidade era nesse tempo ponto obrigatório de passagem para as minas de Goiás e de

---

[62] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XX, pág. 11.

[63] Citado por José Jacintô Ribeiro, op. cit., I, pág. 259.

[64] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXII, pág. 180.

[65] "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal,* XXI, págs. 120-121.

33 — Durante todo o século dezoito, grupos de índios, mamelucos e mulatos armados inquietavam a população da cidade.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

Cuiabá e para ela convergiam — como salientou Washington Luís — forasteiros, adventícios vindos de Portugal, das Minas Gerais, de tôdas as capitanias do Brasil, pobres andrajosos, carregados de dívidas, "sem responsabilidade e sem imputabilidade", turbulentos e brutais. "Os bandos armados que se organizavam para a exploração das minas — escreveu aquele pequisador — compostos então de negros, índios, mulatos, mamelucos e brancos da mais ínfima classe e dos mais baixos sentimentos, compostos da ralé e da escória, vasa que a paixão do lucro atirava e revolvia na capitania, punham uma nota de agitação feroz, davam à cidade um aspecto de pôrto de embarque despoliciado"[66].

Além das providências contra os grupos de valentões e de forasteiros atrevidos, também as medidas repressivas aos célebres calhambolas dos arredores — observou Nuto Santana — encheram nos anos setecentistas as páginas das atas da Câmara[67]. Em 1737 o capitão da infantaria F. Rodrigues Montanha era convocado para concorrer com os soldados necessários a fim de dar combate aos negros fugidos[68]. E dez anos depois o poder municipal tomava medidas "para se evitarem os insultos e roubos que faziam os negros fugidos por serem muitos os escravos que andavam fugidos fazendo roubos execrandos"[69]. Calhambolas que às vêzes tinham verdadeiros espiões dentro da cidade. Uma vereança de 1748 revelava que "era contra o bem comum os negros que se ajuntam em maloca a jogar pelos arredores da cidade, e com batuques e juntamente as negras dos tabuleiros o saírem fora

[66] Washington Luís, *Capitania de São Paulo,* págs. 27-28.
[67] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* IV, págs. 14-15.
[68] Nuto Santana, op. cit., IV, págs. 14-15.
[69] Nuto Santana, op. cit., IV, pág. 15.

dos rios da cidade, porque costumam avisar os calhambolas e fazer outros malefícios". "E era necessário dar-se providência a que não saíssem dos muros da cidade para fora e os negros não usassem dos tais jogos nem batuques"[70]. A situação perduraria no entanto até fins do século dezoito. Conhece-se um ofício do capitão-general Botelho Mourão, em 1771, ordenando ao capitão de cavaleiros Baltazar Roiz Borba que examinasse com todo o segrêdo e cautela por onde se achavam "uns calhambolas que pelo distrito dos Pinheiros" andavam fazendo distúrbios, roubos e mortes, "saindo aos viandantes e viajeiros que passam e fazem suas jornadas por aquêle caminho". E que prendesse e conduzisse à cidade êsses foragidos[71]. Agiam êsses negros fugidos e outros malfeitores na própria parte central da cidade ainda em 1787. A Câmara ordenava nesse ano que para se evitarem os roubos e insultos dêles, os vendeiros fechassem as suas vendas e os lavradores trancassem as Casinhas em que se fazia mercado quando "dessem oito horas da noite"[72]. Ainda no ano de 1791 um ofício do governador Lorena ordenava ao capitão-mor da cidade que transmitisse ordens aos "capitães das suas ordenanças" para lançarem patrulhas, com armas de fogo, a fim de prenderem ou matarem os negros dos quilombos, "que tanta desordem andavam fazendo"[73]. Mas a situação não se alteraria nem nos primeiros anos do oitocentismo, e as ordens das autoridades

---

[70] Nuto Santana, op. cit., III, págs. 140-141.

[71] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, LXV, pág. 362.

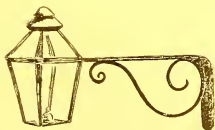
[72] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XVIII, pág. 461.

[73] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XLVI, pág. 132.

continuaram se repetindo quase com as mesmas palavras. Em 1807 um ofício de Franca e Horta aos capitães da ordenança das freguesias da Penha, de São Bernardo, de Santana, do Ó, de Cutia e de Santo Amaro, ordenava que se acabassem com os insultos, as desordens e os roubos praticados pelos negros fugidos e aquilombados naqueles lugares[74]. No oitocentismo, porém, talvez já fôsse menor a ameaça representada pelos negros dos quilombos dentro da cidade, e provàvelmente haviam desaparecido das ruas centrais aquêles grupos meio selvagens, pitorescos mas ameaçadores, que em outros tempos faziam tropelias e puxavam brigas. Mas continuava a haver pendências e ate assassinatos entre os freqüentadores de quitandas e de tavernas que ficavam abertas de noite. Em 1809 um Registro Geral da Câmara se referia às péssimas conseqüências que resultavam dêsse mau costume de ficarem funcionando até "fora de horas" as vendas que negociavam com bebidas e o mercado das quitandeiras[75].

---

[74] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* LVII, págs. 183-184.

[75] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XIV, pág. 146.

VIII — ENTRE NICHOS E MASCARADAS

Tanto quanto as outras povoações brasileiras no tempo da Colônia — ou talvez mais do que elas, por causa de sua origem ligada ao estabelecimento de uma casa dos padres da Companhia de Jesus — viveu a vila de São Paulo de Piratininga marcada pela presença dominadora das associações, das cerimônias e dos símbolos católicos. Na antiga cidade de São Paulo — escreveu a propósito Fernando de Azevedo — erguida à sombra do Colégio dos Jesuítas, seu núcleo inicial, o triângulo formado pelos seculares mosteiros de São Bento, do Carmo e de São Francisco representou como em um símbolo o domínio da vida religiosa e a influência preponderante que exerciam os estabelecimentos monásticos na história dos tempos coloniais[1]. Conventos cujas Ordens se enraizaram profundamente na região piratiningana, pois contavam

[1] Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira,* pág. 136.

com seus valiosos quinhões de terras de cultura em volta da povoação. Êsse domínio da vida religiosa se exprimia acima de tudo nas procissões — a princípio humildes, depois suntuosas — pois elas representavam o pretexto máximo para a reunião do povo da vila e das imediações, e quase que o seu único divertimento. O diabo — do ponto de vista do poder municipal — é que no quinhentismo e no seiscentismo as procissões e as mascaradas davam margem a que índios e mamelucos — com a participação de muitos brancos — se entregassem também a seus festejos, que eram causa às vêzes de "fugidas" e "levantamentos". Provàvelmente inspirado também em costumes indígenas foi aliás um dos poucos divertimentos da vila nesses primeiros tempos: o banho de rio, com todo o mundo nu, como contou o padre Manuel da Fonseca[2].

Entretanto a pompa das cerimônias religiosas se desenvolveu ao longo do setecentismo e sobretudo o culto divino — depois da criação do bispado de São Paulo em meados do século — atingiu na Sé a rara perfeição. Tão grande era por outro lado o prestígio das igrejas e dos conventos que não se tocavam nos criminosos que se refugiassem nesses lugares sagrados, em tôrno dos quais se enterravam os mortos. Mas a presença da religião continuou se ostentando também fora dos templos, nos oratórios de esquina em que se faziam preces públicas e particularmente nas procissões aparatosas, em cuja preparação colaboravam as autoridades eclesiásticas e o poder municipal. A importância dêsses cortejos — que transfiguravam a feição das ruas e das casas — estava em parte ligada porém ao fato de que eram poucas as diversões na cidade. Uma ou outra festa real, com Noites de En-

---

[2] Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes,* pág. 14.

camisadas, Carros de Parnaso, luminarias. Passeios ao sítio da Luz ou a certos trechos pitorescos do Tamanduateí. Alguma tourada no largo dos Curros. Tudo muito pobre, como espetaculo de beleza, em confronto com uma procissão colonial de Corpus Christi, por exemplo, ondulando pelas ruas tortuosas de São Paulo. Imagine-se — observou um cronista — todo êsse variegado de trajes, todos êsses cintilantes adornos de jóias, castiçais, turíbulos, instrumentos das bandas de música, clarins marciais, galés, armaduras e sabres desnudos, dando a lembrar uma imensa serpente luminosa...[3]

Pelo testamento de Afonso Sardinha sabe-se que em fins do século dezesseis já funcionavam na povoação as confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário[4]. Nos inventários e testamentos seiscentistas encontrou Taunay, além daquelas, referências às de Nossa Senhora do Carmo, Santa Luzia, São Roque, do Bentinho e da Cadeinha[5]. E sabe-se também que antes de 1600 existia já na vila a irmandade da Misericórdia[6]. Nos primeiros séculos se estabeleceram também em São Paulo, como lembrou Taunay, agremiações pertencentes "às quatro religiões", como se dizia: a dos Jesuítas, fundadores da vila, e mais as dos Carmelitas, Beneditinos e Franciscanos. "A êsses institutos do clero secular se agregaram muitos paulistas. Muito mais numerosos, porém, foram os

---

[3] João Vampré, "A procissão de Corpus Christi em São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XIII, pág. 307.

[4] Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, págs. 58-59.

[5] Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV, pág. 97.

[6] Ernesto de Sousa Campos, "Santa Casa de Misericórdia de São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XLIV, 2.ª parte, pág. 9.

carmelitas do que os membros de qualquer das outras ordens e da Companhia de Jesus. Mostraram os paulistas incomparàvelmente maior pendor pela religião da Senhora do Monte que pelas de São Francisco, São Bento e pela Sociedade de Jesus"[7]. Essas várias ordens possuíram mesmo os seus quinhões de terras de cultura, observou Nuto Santana: cana, mandioca, vinha e criação. São Francisco, os latifúndios para além do Anhangabaú, subindo pelo caminho que seria no futuro a rua de Santo Amaro e se alargando para a zona da Liberdade. O Carmo, as terras da Tabatingüera até as margens do Tamanduateí. Os Jesuítas, ocupando a área delimitada pelos dois rios históricos. E os Beneditinos aforando a particulares parte dos seus terrenos ao norte da vila[8]. Em fins do século dezessete — em 1685 — fundou-se ainda o recolhimento de Santa Teresa, com recolhidas que, no dizer de Pedro Taques, "para chorar pecados e segurarem a salvação, de própria vocação se clausuraram"[9]— recolhimento porém que já no comêço do século seguinte chegou a tal estado de decadência que a Câmara propôs ao govêrno a sua extinção[10].

Mas foram principalmente as procissões, desde os primeiros tempos — com seu ruído, suas côres, seu aparato — as coisas que exprimiram de modo mais vivo a religiosidade de que estava impregnada a existência dos moradores da vila, constituindo ao mesmo tempo a ocasião quase única para a sua reunião e o seu divertimento. Fernão Cardim, chegando a

---

[7] Afonso de E. Taunay, *História Antiga da Abadia de São Paulo*, pág. 183.

[8] Nuto Santana, *São Paulo Histórico*, II, pág. 146.

[9] Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", *Rev. do Inst. Hist. Geog. e Etnog. Brasileiro*, volumes XXXII, XXXIII, XXXIV e XXXV.

[10] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, II, pág. 27.

Piratininga em 1585, presenciou uma procissão de caráter medieval, espécie de prestito profano-religioso, observou Taunay: "Fomos em procissão — escreveu Cardim — até a igreja, com uma dança de homens de espada e outra dos meninos da escola; todos iam dizendo seus ditos às santas relíquias"[11]. Indicando a importância de que se revestiam as procissões encontram-se referências freqüentes em atas da Câmara relativas ao século dezessete. Em 1623 e 1625, por exemplo, em vista da aproximação das procissões de Santa Isabel (Festa del Rei) e da dos Passos, determinava o poder municipal que os moradores enviassem seus escravos para limpar e carpir as suas testadas e mais a praça da vila e o adro da matriz[12]. Uma ata de 1632 estabelecia penas para os moradores que não haviam comparecido à povoação no dia do Corpo de Deus, e para aquêles que não tinham enramado as suas ruas[13]. Na segunda metade do mesmo século — em 1664 — sabe-se por ata da Câmara que as ruas da vila e o Santíssimo Sacramento em tôdas as igrejas deviam ficar guardados pelos "capitães" e suas "companhias"[14]. Eram essas procissões e essas festas religiosas que faziam com que os moradores mais importantes de São Paulo — em sua maioria residentes nas suas fazendas e nos seus sítios, às vêzes a muitas léguas de distância do núcleo urbano — se reunissem aos demais, na vila. Um têrmo de 1666

---

[11] Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil,* pág. 312, e Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos,* pág. 194.

[12] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* III, pág. 40.

[13] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* IV, pág. 125.

[14] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* Anexo ao VI, pág. 360.

anunciava que se faria a "procissão dos santos passos, tempo em que todos os moradores vêm a esta vila"[15]. Afluência que se observava por isso também, na mesma época, por ocasião da festa de São Sebastião: uma ata da Câmara em 1668 referia que "pera dia de São Sebastião, tempo em que vinha a esta vila a nobreza dela", se faria a eleição de um juiz que estava faltando[16]. Três eram no entanto as procissões oficiais nesse tempo (fixadas em correição de 1675 pelo Dr. Castelo Branco: "três procissoins, uma do corpo de Deus, outra a dois de julho a honra da visitação de Nossa Senhora, e outra no terceiro domingo do mês de julho por comemoração do Anjo da Guarda"[17].

Muitas dessas procissões — préstitos profano-religiosos, como se escreveu — seriam quase que os únicos divertimentos coletivos na povoação de Piratininga. Pois ligadas a elas faziam-se as chamadas "mascaradas", comuns em todo o Brasil nos tempos coloniais. Em São Paulo, se essas mascaradas não foram permitidas livremente, observou um pesquisador, também nunca sofreram proibição, dependendo sempre de consentimento transitório das autoridades[18]. Procissões e mascaradas davam margem para que índios e mamelucos fizessem também as suas festas, muitas vêzes combatidas pelas autoridades municipais. Conhece-se um documento do comêço do século dezessete — 1623 — em que o procurador da Câmara dizia: "O gentio desta vila fazem bailes de noite e de dia, e percoanto

[15] *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* Anexo ao VI, pág. 471.

[16] Citado por Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo,* IV, pág. 99.

[17] Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, pág. 100.

[18] Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXI, pág. 5.

nos ditos bailes socedia muitos pecados mortais, e ensulências, contra o serviço de Deus e de sua majestade e bem comum", não podiam os vereadores tolerar a sua continuação. As insolências parece que eram porém menos contra o serviço de Deus que contra o de sua majestade e o "bem comum": como conseqüência dessas diversões de bugres costumavam ocorrer "fugidas" e "levantamentos"[19]. Condenava o poder municipal especialmente a participação de brancos — buavas decerto envolvidos, nas noites bonitas do planalto, pela magia das rudes cadências primitivas — nessas danças de índio, monótonas como a própria terra ainda quase despovoada. Em 1583 legislava-se que "todo homem cristão branco que não fôsse negro de fora e se achasse em aldeia de negros forros ou cativos, bebendo e bailando ao modo do dito gentio", sofresse punição severa[20].

Passatempos também chegados à vila já no quinhentismo foram os jogos de cartas e de dados. Em 1582 a Câmara ordenava que nenhuma pessoa desse em sua casa "mesa de jôgo nem tavolagem nos dias de fazer" a nenhuma pessoa[21]. Combatiam dessa forma os vereadores primitivos da povoação o jôgo na medida em que êle passava dos limites do divertimento. Diversão inocente e até saudável foi por outro lado o banho de rio, que parece ter chegado a ser quase uma instituição no seiscentismo paulistano, sob a inspiração dos costumes indígenas. Pelo menos o autor da *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes* — o padre Manuel da Fonseca — escreveu que "era costume antigo em São Paulo [referia-se ao século dezessete e provàvelmente ao dezesseis também] ou porque fôsse maior

---

19 Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., IV, pág. 193.

20 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 201.

21 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* I, pág. 190.

a sinceridade daqueles tempos ou porque, estando menos povoada esta terra, dava ocasião mais oportuna, saírem seus moradores no tempo do verão, nas horas em que o calor do sol mais se acende, a banhar-se nos rios Tietê e Tamanduateí, que com as suas águas regam aquela cidade"[22].

O setecentismo parece que veio trazer ainda esplendor maior à existência religiosa da cidade e ao brilho das suas festas de igreja. Talvez em parte devido à criação do bispado de São Paulo em 1746[23]. Na Sé paulistana se fazia o culto divino com tanta perfeição — dizia em carta de 1776 o governador Martim Lopes — "como em nenhuma outra da América se fará; e certamente em nenhuma outra se fazem tantas festividades como o Bispo desta cidade fazia"[24]. Sabe-se aliás que até os fins do século dezoito — 1796 — foi a da Sé a única paróquia da cidade, só naquele ano tendo sido desmembradas dela as de Nossa Senhora do Ó e da Penha de França[25]. Igrejas e mosteiros mantinham por outro lado o seu prestígio imenso. Referindo-se ao começo do século dezoito em São Paulo, em nota aos *Documentos Interessantes*, dizia-se que era uso adotado e respeitado não se tocarem nos criminosos que se refugiassem em lugares sagrados. Bastava que um criminoso se agarrasse à chave da porta de um templo ou de um convento para que não pudesse ser prêso ali[26]. Caráter sagrado, o das igrejas e dos conventos, decerto acentuado ainda,

---

22 Manuel da Fonseca, op. cit., pág. 14.

23 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pág. 71.

24 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XXVIII, pág. 37.

25 *Completo Almanaque Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895*, pág. 167.

26 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XVIII, pág. 156.

aos olhos do povo, pelo fato de que era nêles que se enterravam os mortos. Os mosteiros e as Ordens Terceiras tinham jazigos junto às suas igrejas, onde se sepultavam os frades ou os "terceiros" das respectivas Ordens, a cujo grêmio — observou Vieira Bueno — pertencia a maioria da gente mais graduada. Os outros, os remediados, enterravam-se dentro das igrejas, e no desconjuntado de seus assoalhos, quando havia — escreveu êsse mesmo cronista — divisavam-se as fileiras de sepulturas assinaladas por campas feitas de tábuas[27]. Para o enterramento da gente pobre — soldados e escravos, como dizia em documento de 1802 o general Pilatos — é que já havia um pequeno cemitério de aparência humilde, no fim da rua da Glória, que por isso se chamava do Cemitério[28]. Ficava êle — disse Vieira Bueno — em baixo do morro da Fôrca, vulgo Três Paus[29]. Mas a presença da religião se fazia sentir também fora dos templos e dos mosteiros: por exemplo nos oratórios de esquina em que se faziam preces públicas. Em 1822, segundo Afonso A. de Freitas, ainda existiam três dêsses oratórios: o de Santo Antônio, em um dos Quatro Cantos (esquina de Direita com São Bento), onde o têrço era puxado pelo mulato Lauriano,

---

27 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.os 1, 2 e 3.

28 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXX, págs. 141-142.

29 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit. Parece ter havido engano de Afonso A. de Freitas ao escrever que êsse primeiro cemitério paulistano foi instalado em 1818 (Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo,* pág. 47), pois já fazia referência a êle, em 1802, um ofício do governador Pilatos. (*Documentos Interessantes,* XXX, págs. 141-142).

escravo; o de Nossa Senhora da Lapa, da qual a travessa do Grande Hotel tirou sua denominação primitiva, e o de Bom Jesus, na esquina da rua de São Bento com a passagem de ligação para o beco do Inferno e a rua do Comércio. Nesse oratório a reza era puxada por uma mulher: Nhá Bupi. Duravam cêrca de três quartos de hora essas orações públicas, e os devotos ajoelhados tomavam tôda a calçada e quase tôda a largura da rua[30].

Entretanto outros costumes marcavam ainda a feição religiosa da cidade até o comêço do século dezenove. Vieira Bueno, na sua *Autobiografia*, contou que com quatro anos de idade incompletos — êle nascera em 1816 — já usava do hábito de São Francisco, a cuja Ordem Terceira pertencera seu pai. "Naqueles bons tempos — escreveu êle — era isso muito usual, vendo-se turmas dêsses fradinhos nas procissões e nos enterros, a que não faltavam por causa das velas que ganhavam"[31]. Isso apesar de já em 1775 ter sido publicado um bando proibindo com multa rigorosa o costume de se fornecerem velas de cêra para os que acompanhavam enterros — o que só se permitia para os eclesiásticos que oficiassem[32]. Motivara êsse bando — de Martim Lopes — a observação de que o costume de fornecer cêra aos que acompanhas-

---

[30] Afonso A. de Freitas, "A Cidade de São Paulo no ano de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXIII, pág. 131. Os oratórios ou nichos — mandados construir na rua ou preferentemente em cantos de rua — escreveu Gastão Cruls que no Rio de Janeiro eram mais de setenta no tempo dos vice-reis. (Gastão Cruls, *Aparência do Rio de Janeiro,* I, pág. 96).

[31] Francisco de Assis Vieira Bueno, *Autobiografia,* pág. 4.

[32] Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo,* II, pág. 267.

sem o entêrro representava uma vaidade que fazia com que muitas famílias vendessem ou empenhassem coisas da maior utilidade para poderem fazer frente a essa despesa, ou então que enterrassem seus defuntos ocultamente, conduzidos em rêdes[33].

Mas as procissões é que representavam, na cidade setecentista, o momento supremo das atividades religiosas e de certa maneira alimentavam o prestígio do núcleo urbano — nesse tempo ainda tão insignificante — atraindo para as suas ruas e os seus pátios uma vasta população de fazendeiros, de sitiantes e de roceiros. A própria Câmara Municipal era chamada à ordem pelo poder superior se se descuidasse de alguma das solenidades religiosas mais importantes no comêço do setecentismo: a de São Sebastião, a do Corpo de Deus, a da visitação de Nossa Senhora e a do Anjo Custódio. Em 1728 recebiam os oficiais da edilidade uma carta do desembargador ouvidor-geral, dizendo: "Estou informado que por êsse Senado se não costumam fazer mais festas e procissões que a de São Sebastião e a do Corpo de Deus, sendo em Vossas Mercês igual a obrigação de celebrarem a da visitação de Nossa Senhora, a dois de julho, e a do Anjo Custódio, no terceiro domingo do mesmo mês, na forma da lei. E devem dar ordem a que as ditas duas festas e procissões se façam neste ano e nos futuros sem falta"[34]. Acrescentava-se portanto a de São Sebastião às outras três procissões oficiais fixadas em fins do seiscentismo. Por ocasião dessas quatro procissões solenes — escreveu Taunay — associavam-se as Câmaras e as autoridades eclesiásticas para que as

---

33 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXVIII, págs. 41-42.

34 "Ordens Régias", *Rev. do Arquivo Municipal,* XXXII, págs. 76-77.

cerimônias e festejos tivessem o maior brilho possível[35]. Os moradores da cidade eram obrigados nessas ocasiões a mandar limpar os trechos de ruas e becos de suas testadas, "rebotar" de branco as suas casas e colocar em suas portas "de quatro luminárias para cima"[36]. A ornamentação das ruas para a passagem sobretudo da procissão do Corpo de Deus devia ser qualquer coisa de fantástico, tão rigorosas e minuciosas eram as determinações do poder municipal à população paulistana. Cada uma das negras quitandeiras e das padeiras devia carregar quatro cestos de fôlhas que seriam espalhadas pelas ruas por onde tivesse de passar a procissão. Se a colheita tivesse sido insuficiente, não abrangendo tôdas as vias públicas, cada uma daquelas mulheres tornaria a colhêr mais fôlhas até acabar "de alastrar as ruas"[37]. Aos taverneiros, a Câmara mandava que tapassem e fechassem com palmeiras todos os becos onde não houvesse "casas místicas". Essa cortina devia cercar todo o pátio da Sé e o do Colégio "em duas alas, conforme o estilo"[38]. Requeria-se também a presença de todos os oficiais dos ofícios mecânicos, cada qual dando a sua dança própria ao acompanhamento do pálio que abrigava o Santíssimo[39]. Em 1743 determinava-se que as padeiras dessem a péla e que as quitandeiras "dessem sua dança costumada", nomeando-se para cabeças delas a Josefa, mina preta fôrra, e a

---

[35] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de S. Paulo no século XVIII (1735-1765)*, I, pág. 181.

[36] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* VIII, pág. 261.

[37] Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., I, pág. 185.

[38] Afonso de E. Taunay, op. cit., I, págs. 183-184, e *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* IX, pág. 111.

[39] Afonso de E. Taunay, op. cit., I, págs. 183-184.

35 — Defunto conduzido em rede e enterrado ocultamente, costume setecentista a que recorriam as famílias que não queriam fornecer cera para o acompanhamento.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

Quitéria, escrava[40]. Essas danças, como as primitivas mascaradas ligadas às festividades religiosas, foram caindo de uso "e a partir dos primeiros momentos do século dezenove — observou Afonso A. de Freitas — já não encontramos notícia nem reminiscência delas"[41]. Mas já no setecentismo havia resistência de certos elementos a determinada participação nessas procissões. De 1772 em diante sabe-se que começaram a ser pagas propinas ao "republicano" que por ocasião das quatro festas solenes carregava o estandarte real, "como se fazia no Rio de Janeiro, pois so assim haveria quem quisesse levar o dito estandarte, e de outra sorte não haveria quem quisesse levá-lo por não fazer capa e cabeleira comprida"[42].

Além das quatro oficiais, outras procissões se faziam durante o setecentismo e o oitocentismo em São Paulo. Sobretudo na quaresma e na Semana Santa. Antônio Egídio Martins citou a procissão de Cinzas, feita na quarta-feira de cinzas pela Ordem Terceira de São Francisco da Penitência; a do Senhor dos Passos, na segunda sexta-feira da quaresma; e a procissão do Entêrro, feita pela Ordem Terceira do Carmo[43]. No comêço do século dezenove essas procissões e mais a do Corpo de Deus se faziam com o máximo de sua pompa, embora não tivessem por certo o aparato das da Bahia, por exemplo, que Von

40 *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* VI, pág. 106.

41 Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXI, pág. 5.

42 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, pág. 184.

43 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, págs. 35 e seguintes.

Martius descreveu dizendo que representavam um espetáculo que nem Londres ou Paris podiam oferecer: o observador tinha diante dos olhos "tôda a história da evolução humana, com seus ideais, suas lutas, seus graus de progresso e decadência"[44]. Os oratórios chamados "passos", onde fazia escalas a procissão do Senhor dos Passos em São Paulo, eram aberturas murais — escreveu Afonso A. de Freitas — resguardadas por portadas, enormes nichos que se abriam sòmente uma vez por ano, na ocasião em que a Igreja Católica punha na rua aquêle cortejo. Êsses "passos" entretanto "não guardavam ordem rigorosa na sucessão dos fatos da Divina Paixão: o da rua do Carmo, que era o primeiro, representava Cristo orando no hôrto, e o da rua do Rosário expunha Jesus caminhando sob o pêso da cruz para o calvário, mas o terceiro, arrancando-lhe o madeiro e despindo-o da túnica, apresentava-o anacrônicamente no momento da sua flagelação; nos Quatro Cantos aparecia Cristo encontrando-se com a Virgem e na rua Direita era êle visto sentado a uma pedra, voltando-se, no sexto passo, que era o da rua de São Gonçalo, a encontrar-se de novo com sua mãe; no da rua de Santa Teresa caía o mártir sob o pêso da cruz para finalmente aparecer crucificado na igreja do Carmo"[45]. A procissão do Entêrro, que saía de noite da Ordem Terceira do Carmo, era solene e aparatosa. Os carregadores do esquife — observou Vieira Bueno — vestiam dalmáticas, tendo a cabeça coberta com amictos. As três Marias, vestidas semelhantemente, iam cantando uma melopéia plangente. Tudo entre filas de anjos e luzes

[44] Von Martius, *Através da Bahia,* pág. 123.

[45] Afonso A. de Freitas, "A Cidade de São Paulo no ano de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXIII, pág. 131.

dos tocheiros de tôdas as Ordens Terceiras e Irmandades existentes em São Paulo. Logo atrás do esquife — ainda segundo Bueno — ia o centurião, à frente de homens uniformizados como os legionários da Roma antiga. Era o centurião um sujeito agigantado, que aparecia todos os anos para fazer esse papel "de um modo irrisório, pelo exagêro com que marchava, dando longas pernadas, gingando com o corpo e batendo bravamente no chão com o cabo da lança". Êle e seus comandados eram a nota burlesca dessas procissões do Entêrro[46]. A fisionomia de exibição carnavalesca — segundo Vieira Bueno — era dada por outro lado à procissão de Corpus Christi pela cavalgata de São Jorge. Como se sabe era de praxe em todo o mundo português que a imagem do santo cavaleiro acompanhasse o préstito do Corpo de Deus[47]. Rompia a marcha a cavalgata de São Jorge — observou Vieira Bueno — na ordem seguinte: um cavaleiro chamado Casaca de Ferro, envergando armadura de papelão pintado, que hasteava bandeirola vermelha com cruz branca no centro; dois cavaleiros negros, vestindo calções amarelos, colêtes vermelhos, capas agaloadas da mesma côr, tendo na cabeça chapéus com plumas. Um dêles tirava de um clarim sons descompassados e o outro tangia dois timbales. Seguiam-se os chamados cavalos de Estado. Por fim aparecia São Jorge: era uma figura de guerreiro de cara redonda e rubicunda, com bigodes retorcidos e olhos arregalados, vestindo arnês de ferro (pintado sôbre madeira), capa de veludo carmesim agaloada,

---

[46] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", cit.

[47] Afonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1735-1765)*, I, pág. 182.

chapéu com pluma branca e uma lança em riste[48]. Conhecem-se documentos de 1810 e 1812 relativos a despesas feitas com a procissão de São Jorge, registrando-se nêles as importâncias pagas aos que tocaram clarins e timbales, ao aluguel de três cavalos selados para os tocadores tocarem na véspera e no dia da procissão e ainda as despesas "com quem trançou o cavalo do Santo, fêz a manta, pintou e dourou os cascos" bem como com a compra de "fita côr-de-rosa para remate das tranças da cavalgadura de São Jorge"[49]. E de 1819 uma ordem da Câmara para que se mandasse fazer uma nova crineira e rabicheira com asseio para o cavalo da montaria do Santo, visto que as que havia eram muito velhas e indecentes[50]. Além das procissões, outras festas de inspiração religiosa no setecentismo e na primeira parte do oitocentismo animavam a cidade e às vêzes as chácaras de suas imediações. Como em todo o mundo lusitano — observou Afonso A. de Freitas — era a prática da Folia do Espírito Santo uma das mais arraigadas na população crente de São Paulo colonial, e as ruas paulistanas davam trânsito a numerosos e barulhentos grupos angariadores de donativos para ela[51]. O mesmo acontecia com as festas dos santos de junho e com o Natal. Em 1734 a própria Câmara — mostrou Taunay — providenciava o pagamento da despesa de lenha para a fogueira de São João feita "à porta do excelentíssimo

---

48 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

49 "Papéis Avulsos", *Rev. do Arquivo Municipal,* XXXIV, págs. 183-184, e XXXIX, pág. 190.

50 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXII, pág. 275.

51 Afonso A. de Freitas, "Folia do Espírito Santo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXIII, pág. 115.

36 — A imagem de São Jorge, a cavalo, era figura obrigatória no préstito do Corpo de Deus.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

senhor Conde General". Era o poder municipal que com tôda a ingenuidade — escreveu aquêle historiador — se encarregava de mandar acender a fogueira em honra ao Batista, em frente ao palácio[52]. Por ocasião dessas festas de junho e do Natal, ainda no começo do século dezenove, era costume de muitas famílias abastadas se transportarem para suas chácaras, nos arredores da cidade, onde as comemorações se faziam mais à vontade[53].

Compreende-se a importância dessas festas e das procissões religiosas na pequena cidade em que, nos dias comuns, quase que não havia diversões nem passatempos. Uma ou outra vez um espetáculo no Curro, uma reunião com dança e com jogos de cartas, um passeio campestre ou a brincadeira do entrudo, precursor do carnaval: homens e mulheres se divertiam então atirando uns sôbre os outros frutas artificiais, como limões e laranjas, feitos de cêra e cheios de água perfumada. Considerava-se de grande impropriedade — como observou sèriamente o viajante Mawe em 1807 — um cavalheiro atirar êsses limões de cheiro sôbre outro cavalheiro[54]. E havia ainda as festas reais. Em 1808, por exemplo, festejando-se em São Paulo a chegada da família real portuguêsa ao Rio de Janeiro, determinava o governador Franca e Horta que nas três "noites de Encamisadas" que iam ser feitas, e nas três noites de fogos, os estudantes de tôdas as classes dessem um "Carro de Parnaso", onde se fizessem composições poéticas aludindo ao

---

[52] Afonso de E. Taunay, *História da cidade de São Paulo no século XVIII,* tomo 3, págs. 171-172.

[53] Monsenhor J. Marcondes Homem de Melo, citado por José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista,* II, págs. 586-587.

[54] John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil,* pág. 93.

acontecimento[55]. Durante essas festas havia luminárias, que até 1817 eram feitas com tigelinhas de azeite em que flutuavam pavios, e daquele ano em diante com "lanternas de vidro"[56]. Por outro lado, já na segunda metade do século dezoito havia pelo menos dois locais conhecidos na cidade como pontos de passeio e de divertimento: o sítio da Luz e certos trechos da várzea do Tamanduateí. Especialmente aos sábados, mas também nos outros dias da semana, muita gente ia passear ou rezar no sítio da Luz[57]. Ao recolhimento da Luz — escreveu Manuel Cardoso de Abreu — iam "os magnatas da cidade e o mais plebeu, por passeio divertir-se"[58]. Fizeram-se ali, no fim do setecentismo e começo do oitocentismo, as chamadas Feiras de Pilatos, mais um divertimento que um mercado, pois como escreveu o brigadeiro Machado d'Oliveira "alimentavam-se bailes, concertos de música e folguedos nesse sítio"[59]. O bairro da Luz consolidou o seu prestígio como local de passeio e de divertimento com a abertura do Jardim Público, em 1825[60]. Da várzea do Tamanduateí, "na paragem

---

[55] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* LVII, págs. 255-256. No Rio de Janeiro êsses "carros de idéias" com que se faziam as comemorações públicas no tempo dos vice-reis desapareceram provàvelmente sob a influência dos artistas vindos para o Brasil na Missão Francesa. Êsses artistas europeus introduziram nas festividades cívicas os "templos gregos" e os "arcos triunfais". (Gastão Cruls, op. cit., I, pág. 269).

[56] Nuto Santana, *Metrópole,* pág. 71.

[57] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, págs. 349-355.

[58] Manuel Cardoso de Abreu, "Divertimento Admirável", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, pág. 253.

[59] Machado d'Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822,* pág. 190.

[60] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pág. 137.

Tabatingüera", já em 1773 dizia-se nas atas da Câmara que era lugar de recreio e divertimento do povo da cidade[61]. E sobretudo depois que se fizeram ali, no govêrno de Cunha Meneses, "passeios gramados", o povo se recreava de dia e de noite, no tempo da sêca. Às vêzes assistindo aos exercícios das fôrças militares[62]. Isso, enquanto não se abriram valas para os lados da Penha, porque depois se formaram poças de água que desmancharam o encanto do lugar[63]. Mas faziam-se passeios também a locais mais afastados da cidade. Como aquêle a que se referiu o viajante Beyer em 1813: um passeio campestre, a cavalo, organizado pela Marquesa de Alegrete, da cidade até o outro lado do rio Tietê, com "muitas senhoras casadas e moças bonitas na comitiva"[64].

Entre as diversões ou os passatempos de dentro de casa o jôgo de cartas, no comêço do século dezenove, Von Martius observou que era mais raro em São Paulo do que em outras cidades brasileiras[65]. Parece que êle representava um passatempo — segundo indicam as notas de John Mawe, quase na mesma época — a que a sociedade se entregava apenas como parte final das reuniões que se faziam nos dias de solenidade religiosa ou de alguma festa particular[66]. O

---

[61] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XVI, pág. 206.

[62] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XVII, pág. 540, e Antônio Egídio Martins, op. cit., I, págs. 60-61.

[63] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, págs. 60-61.

[64] Gustavo Beyer, "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo em 1813", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XII, pág. 275.

[65] Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, pág. 209.

[66] John Mawe, op. cit., págs. 91-92.

jôgo devia no entanto estar algo difundido entre as classes mais humildes, desde o setecentismo, a julgar por umas medidas tomadas em 1748 pelas autoridades municipais contra negros e mulatos que costumavam se juntar por várias partes jogando chapas, cartas e outras espécies de jôgo e a dançar batuques, como se dizia em um Registro Geral da Câmara[67]. Rugendas confirmou a observação de Von Martius, escrevendo alguns anos mais tarde que a música, a dança e a conversação substituíam entre os paulistanos o jôgo, que era um dos divertimentos principais na maioria das cidades do Brasil[68]. A diversão favorita, sobretudo das senhoras de São Paulo — observou também Mawe — era a dança. Dançando elas revelavam muita graça e muita vivacidade[69]. Apareciam nos bailes e em outras festas públicas com elegantes vestidos brancos, o cabelo prêso com travessas e o pescoço cheio de colares de ouro. Os homens eram conversadores e inclinados à jovialidade. "Um meio mais requintado e cortês — escreveu o inglês, que vinha do Rio da Prata — que o das colônias espanholas"[70]. Disseram em 1820 ao viajante Eschwege que em São Paulo tudo perdia a animação, como nas outras cidades do interior do Brasil, quando os governadores não procuravam agitar um pouco a vida social em seu redor. Saint-Hilaire, comentando essa observação, escreveu que provàvelmente os paulistanos se tornaram menos comunicativos, menos hospitaleiros e mais

---

[67] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* IX, pág. 127.

[68] João Maurício Rugendas, *Viagem Pitoresca Através do Brasil,* págs. 99-100.

[69] John Mawe, op. cit., págs. 91-92.

[70] John Mawe, op. cit., págs. 90-91.

reservados a partir da chegada de Dom João VI ao país — imitando nesse tempo os fluminenses feridos pelo desprêzo dos portuguêses[71]. Referindo-se à existência da cidade em tôrno de 1811 escreve D. Ezéchias Galvão da Fontoura que não deixava de haver então divertimentos "que produziam tédio aos que se consagravam a estudos sérios e difíceis"[72]. Aludia de certo às festas ou aos passeios. Ou então aos concertos das bandas de música militares. E provàvelmente às touradas, se é que nesse tempo já se faziam. Sabe-se que em 1817 tomavam-se medidas na Câmara para que uma praça de touros fôsse feita à custa de particulares, ficando a municipalidade encarregada de mandar fazer só os três camarotes da frente, para o governador, a câmara e o cabido, e as trincheiras[73]. No ano seguinte, como iam morrendo alguns dos bois destinados a êsse "curro", a Câmara mandava que êles fôssem cortados no açougue, guardando-se apenas os mais bravos[74]. O circo dos curros (no local onde é agora a praça da República) teve no entanto um anfiteatro de madeira que segundo Saint-Hilaire tivera sua construção orientada por Daniel Pedro Muller e mostrava bom gôsto[75]. Ali os toureiros, que eram na maioria homens de côr, segundo Martius, enfrentavam touros do sul, que pareciam menos fe-

---

[71] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo,* pág. 186.

[72] Ezéchias Galvão da Fontoura, *Vida do Exmo. e Revdmo. Sr. D. Antônio J. de Melo, Bispo de São Paulo,* pág. 28.

[73] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXII, pág. 126.

[74] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXII, pág. 188.

[75] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 174.

rozes que os de Espanha[76]. Já em 1823 porém ordenava o govêrno da província ao poder municipal que desmanchasse o curro, convidando os particulares a que recolhessem os seus camarotes devido ao estado de ruína em que se achava tudo[77].

---

[76] Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, pág. 209.

[77] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIII, pág. 44, e *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo,* XVIII, pág. 233.

IX — O COLÉGIO E AS LETRAS

São Paulo de Piratininga, vila e depois cidade pobre, quase isolada do mundo, e sede de uma capitania de expressão econômica secundária na América Portuguêsa, cumpriu na medida do possível — isto é, pobremente — sua missão de núcleo urbano e de centro regional, na medida em que essa missão se exprime na organização do ensino, na formação de bibliotecas, nos contactos que multiplicam as possibilidades de desenvolvimento e realização das vocações literárias ou científicas. Embora nas próprias raízes da povoação se encontrasse o esfôrço de Anchieta, com sua humilde escola para curumins, o Colégio dos Jesuítas foi pràticamente o seu centro único de educação até meados do setecentismo. Só depois se fundaram as chamadas "escolas menores" e, no comêço do oitocentismo, os bons cursos de matemática e de filosofia que se deram em alguns de seus conventos. Fora

das escolas era quase impossível que o saber se transmitisse, pois quase não havia livros, sobretudo no quinhentismo e no seiscentismo. Ao longo do setecentismo, lentamente talvez, devem ter se formado e se enriquecido um pouco as "livrarias" dos conventos, fundando-se apenas no fim do primeiro quartel oitocentista uma biblioteca pública. Daí em parte a pobreza da literatura piratiningana nos séculos coloniais em confronto com a que se desenvolveu — embora às vêzes através de poucas figuras interessantes — no Rio de Janeiro, nas Minas ou em algumas capitanias do nordeste. Aos vagos cronistas e poetas cujos manuscritos quase sempre se perderam, dos primeiros séculos em São Paulo, sucedeu no setecentismo pouca coisa mais do que historiadores como Taques e Frei Gaspar, e alguns paulistas educados em Coimbra ou em outros centros europeus de cultura — de que José Bonifácio foi a expressão maior — e que se destacaram nas ciências e nas letras.

No Colégio dos Jesuítas — parte das construções que abrangiam também a igreja e o convento — é verdade que se ensinavam desde os tempos da fundação, no comêço os curumins e depois indistintamente os meninos de Piratininga[1]. Sabe-se que Anchieta empregava mesmo tôdas as horas do dia nesses trabalhos de ensino — como observou Teodoro Sampaio — reservando a noite para na falta de livros tirar das lições ditadas cópias para distribuir entre os indiozinhos. E ainda compunha diálogos e autos, hinos e cânticos, e refazia a sua arte da gramática tupi para se aperfeiçoar na língua da terra[2]. Foi mesmo o

---

[1] Antônio de Toledo Piza, na edição de *Os Guaianás,* de Couto de Magalhães, pág. 123.

[2] Teodoro Sampaio, citado por Afonso de E. Taunay, *Assuntos de Três Séculos Coloniais,* pág. 130.

"pátio do Colégio de São Paulo" durante os primeiros séculos pràticamente o único centro de instrução existente na vila, com suas escolas "de ler, de escrever e de algarismos", e depois as suas classes de "latim e casos de consciência" e os "cursos de artes"[3]. Aliás as aulas dos Jesuítas eram as únicas não apenas em São Paulo, mas em tôdas as capitanias da América Portuguêsa até fins do século dezesseis[4]. No século dezessete, entre os onze colégios estabelecidos pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil — além das escolas para meninos e outros estabelecimentos menores — estava o de Santo Inácio, em São Paulo, onde se ensinavam a gramática, a retórica e as humanidades, base do ensino jesuítico[5]. A influência dos padres relativamente à educação parece que foi no entanto se enfraquecendo à medida que se agravou a sua pendência com os moradores da vila[6]. Mas pelo menos em fins do século dezessete, além dos mestres do Colégio, havia já professôres particulares, cujo patriarca deve ter sido Antônio Pereira da Costa, "estante nesta vila em 1682"[7]. As classes particulares deviam porém ser em número diminuto e de nível inferior — observou Alcântara Machado — tão baixo era o salário daqueles que ensinavam uma criança a ler e a escrever[8].

---

[3] Afonso de E. Taunay, *Estudos de História Paulista*, pág. 285.

[4] Moreira d'Azevedo, "Instrução Pública nos Tempos Coloniais do Brasil"; *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro*. LV, tomo II, pág. 141.

[5] Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, págs. 299-300.

[6] Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, págs. 87-88.

[7] Citado por Afonso de E. Taunay, *História da Vila de São Paulo (1701-1711)*, pág. 176.

[8] Alcântara Machado, op. cit., pág. 88.

Da falta de livros na vila dá bem idéia o fato de que apenas quinze espólios em que se descreviam êsses objetos foram encontrados pelo autor de *Vida e Morte do Bandeirante* pesquisando os inventários processados de 1578 a 1700. E cinqüenta e cinco, os "livros de ler de letra redonda" relacionados. Na maioria, devocionários e produções da literatura religiosa: uma porção de exemplares das "Horas de Rezar em Linguagem", sermões e confessionários. A literatura profana, além de poucos trabalhos didáticos, representada por uma crônica do Grão Capitão, um volume de Fernão Mendes Pinto, as novelas de Miguel Cervantes e o *Fralsantônio* de Vilhegas[9]. O inventário de Mateus Leme, em meados do século dezessete — 1633 — revela que êle possuiu talvez a primeira coleção de livros didáticos existentes na vila. Eram três volumes, um dêles "o livro pequeno intitulado *Tratado de Prática da Aritmética*", primeiro volume de matemática quiçá chegado a São Paulo, no comentário de Taunay[10]. Biblioteca bem maior teve o ricaço Guilherme Pompeu de Almeida, que viveu em Parnaíba em fins do século dezessete e comêço do dezoito. Por sua morte seus livros — contou Pedro Taques na sua "Nobiliarquia" — "encheram as estantes do colégio de São Paulo, a quem constituiu herdeiro da maior parte dos seus grandes cabedais"[11]. De livrarias, nada. "Nas tendas de Antônio de Azevedo de Sá, Diogo de Moura e outros mercadores de fama — escreveu Alcântara Machado — tudo se encontrava, menos livros". E o próprio sortimento de papel de

---

9 Alcântara Machado, op. cit., págs. 90-92.

10 Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 175.

11 Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro,* vols. XXXII, XXXIII XXXIV e XXXV.

escrita era mesquinho[12]. Em meados do seiscentismo no entanto já havia pelo menos quem encadernasse livros. Segundo referência de Taunay, no inventário de Pedro Bernardes aparecia um "tôrno de imprensar livros". Dizia o arrolamento de sua oficina que êle aplicava "arrumações de cadeira de estado", dispondo de instrumentos numerosos e variados para a lavragem dos couros[13].

Compreende-se, por essas e outras razões, que São Paulo, tão fortemente impulsivo na fase heróica dos bandeirantes (e talvez por isso mesmo), não fôsse nos tempos coloniais — como escreveu Sílvio Romero — um grande centro de cultura intelectual, "um foco brilhante nas letras"[14]. Nada surgiu, na humilde vila do Campo de Piratininga — empenhada sempre na luta contra os índios, contra a carência de recursos, e atraída pela miragem do sertão — que pudesse ao menos se aproximar de movimentos literários como o representado pelo chamado Grupo Pernambucano (fins do século dezesseis e comêço do dezessete), com a *Prosopopéia*, de Bento Teixeira Pinto. Ou pelo Grupo Baiano, com Botelho de Oliveira, Itaparica, Vieira, Euzébio de Matos e particularmente Gregório de Matos. No primeiro século e meio de existência da povoação de Piratininga, tem-se notícia de umas poucas figuras nas suas letras, e assim mesmo de pequena significação. Uma delas, Pedro de Morais Madureira, paulista da primeira metade do século dezessete a que se referiu Pedro Taques quando escreveu a história da expulsão dos Jesuítas. Seria autor de um manuscrito. Havia se educado em Por-

---

[12] Alcântara Machado, op. cit., pág. 88.

[13] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 171.

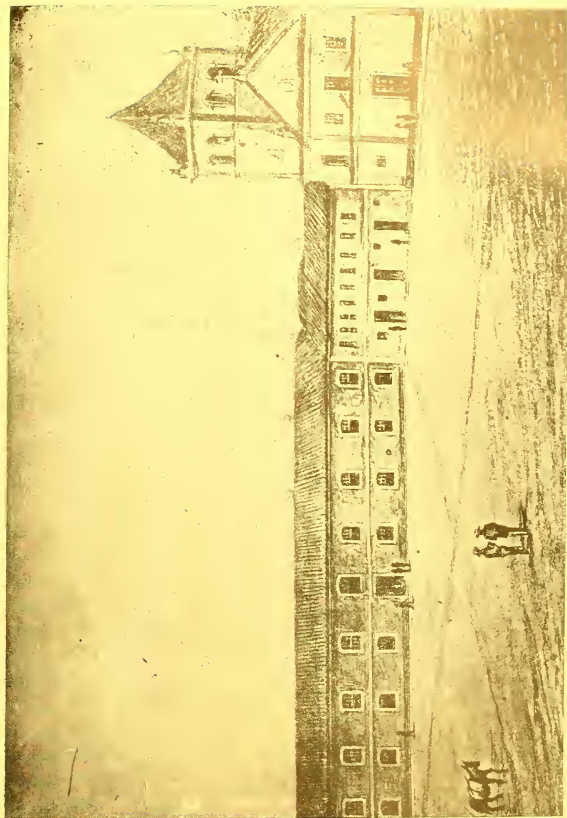
[14] Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira,* II, pág. 253.

tugal e tinha boa cultura, segundo Taques[15]. Outra, o padre Manuel de Morais, natural de São Paulo, que passa por ter sido espírito culto e agitadiço, observou Romero, e que foi o autor de uma História do Brasil que se supõe perdida[16]. Ainda outra, Diogo Grason Tinoco, "talvez paulista ou que viveu entre paulistas", disse Taunay, na segunda metade do século dezessete e que escreveu um poema no ano de 1689: a primeira epopéia inspirada na aventura dos bandeirantes e na descoberta das minas — composição épica em oitava rima de que são conhecidas apenas as estâncias citadas por Cláudio Manuel da Costa no Fundamento Histórico do seu poema "Vila Rica"[17]. Particularmente através dêsse Diogo Tinoco se refletia assim — ainda que modestamente do ponto de vista da qualidade literária de sua produção — o caráter da povoação piratiningana: centro preparador das expedições que se afundavam pelo sertão no rumo das minas.

De nível um pouco mais alto foram as letras e o ensino em São Paulo durante o século que se seguiu — o dezoito — e no primeiro quartel do dezenove. No decorrer do setecentismo o centro melhor de instrução da cidade continuou a ser o Colégio dos Jesuítas. Para os seus estudantes graduados sabe-se que se faziam mesmo atos públicos de "conclusões lógicas". Armavam-se cadeiras muito adornadas para a banda da rua — escreveu um contemporâneo — "e ali se digladiavam defendentes e argüentes". Convidados religiosos estranhos à Companhia, clérigos seculares e leigos de erudição para tomarem parte nessas sessões como

[15] Citado por Afonso de E. Taunay, *Escritores Coloniais,* págs. 53 e seguintes.

[16] Sílvio Romero, op. cit., II, pág. 34.

[17] Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 53 e seguintes.

37 — O Colégio dos Jesuítas foi nos tempos primitivos e durante todo o período colonial o centro principal de instrução em São Paulo.
(Reprodução de gravura antiga — Arquivo do Departamento de Cultura)

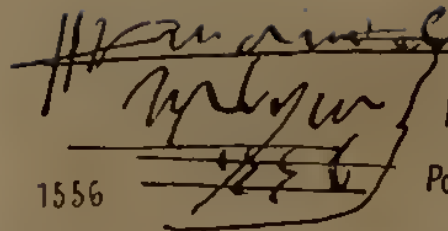
argüentes — observou Taunay — surgiam contendores ansiosos de revelarem preparo, levando a melhor sempre os alunos do colégio, que se defendiam apoiados pelos lentes[18]. Um debate possìvelmente muito útil, dentro do estilo de aprendizagem dominante na época. O que não reinava entre êsses estudantes do pátio do Colégio era muita moralidade. O padre Manuel da Fonseca escreveu que nesse tempo se conservava em São Paulo o "abominável costume" que era êsses estudantes residirem na cidade acompanhados de suas antigas amas, quase sempre índias, e êsse contacto forçado só podia dar péssimos resultados "em terras influxivas de lascívia e entre pessoas tão propensas a êsse vício". "Os que pretendem aproveitar os filhos com as letras cuidando muito em lhes buscar casas aos que moravam na cidade, os entregavam ao cuidado de uma índia. As mesmas que lhes davam o leite eram as primeiras a induzir a perder a preciosa jóia da pureza"[19]. Mas como centro de instrução o pátio dos Jesuítas era o melhor. A Companhia fazia questão — observou Taunay — de manter em um lugar onde tanto se lhe combatera a influência e de onde chegara a ser expulsa, excelente corpo de professôres no seu colégio, embora não tanto ilustrado quanto o da Bahia, o mais prestigioso colégio do tempo, e onde estudaram aliás vários paulistas, das famílias mais importantes da capitania[20].

Em meados do século dezoito e particularmente nas vizinhanças do último quartel dêsse século os

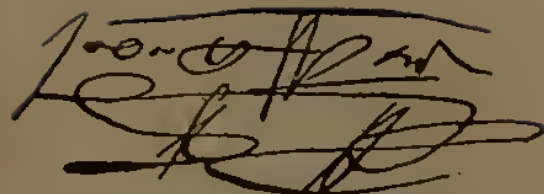
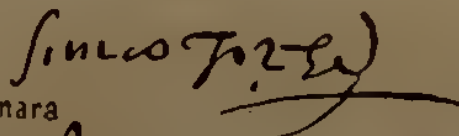
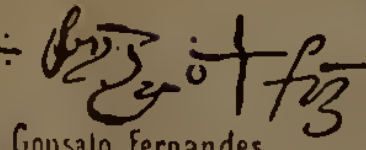
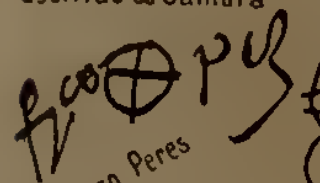
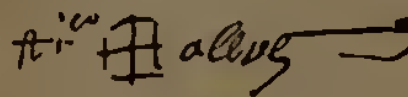
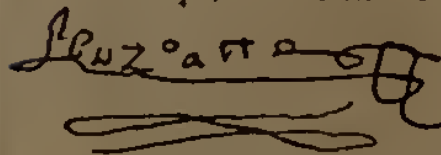
---

18 Afonso de E. Taunay, *Estudos de História Paulista*, págs. 286-287.

19 Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, págs. 41-42.

20 Afonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, págs. 16-17.

moradores da cidade se viram beneficiados com algumas iniciativas, oficiais ou particulares, de certo relêvo no domínio do ensino. De 1754 data o estabelecimento de uma escola de latim para os Meninos do Côro e Capelães da Sé, fixando-se em São Paulo vinte anos depois André da Silva Gomes de Castro, que era mestre de capela e que foi também professor de gramática latina, ensinando de graça a meninos pobres[21]. Em 1768 o governador Luís Antônio organizou os Estatutos para o Mestre de Meninos, estatuindo: "Que todos os Mestres sejam obrigados a ensinar pelo Livro de Andrade e seguir em tudo aquelas regras que no princípio do livro se prescrevem para a boa direção das escolas e será bom que tenham outros livros como a *Educação de um Menino Nobre* e a tradução das *Obrigações Civis* de Cícero, para que possam inspirar aos meninos as boas inclinações e o verdadeiro merecimento do Homem"[22]. A idéia de que houvesse na cidade Mestres de Meninos e os respectivos estatutos ocorreu ao capitão-general diante da dificuldade que êle teve para encontrar uma pessoa "que tivesse letra" para ocupar cargos na Secretaria do Govêrno, quando se afastaram por motivo de doença os que serviam ali[23]. O mesmo Luís Antônio, poucos anos depois, instituiu na cidade uma aula de geometria em que muito poucos estudantes se matricularam[24]. Quase que não havia interêsse por qualquer espécie de estudo e os pequenos empreendimentos

---

21 Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* III, pág. 157, e VI, pág. 157.

22 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XIX, pág. 22.

23 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XIX, pág. 20.

24 Afonso de E. Taunay, *Assuntos de Três Séculos Coloniais,* págs. 140-141.

Assinaturas dos membros do 1.º governo da vila de São Paulo (1556) — (Reproduzidas do álbum *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno*, 1905)

que se tentavam era difícil que encontrassem repercussão. Apesar de em 1772 se fundarem, em São Paulo como em outras localidades do país, "escolas menores" — os primeiros institutos oficiais de ensino, à custa do "subsídio literário"[25] — sabe-se que em 1776 havia um único mestre-régio (professor público) na cidade: Pedro Homem da Costa[26]. No fim do século — em 1798 — três professôres, de retórica, de filosofia e de gramática. O difícil parece que era ainda obter alunos para êsses professôres. O governador general Pilatos, em correspondência de 1801, escrevia que entre os paulistanos não havia gôsto em se aplicarem ao estudo das artes e das ciências, de modo que era com muita dificuldade que se conseguia que os estudantes destinados à vida eclesiástica freqüentassem os estudos de filosofia e de retórica[27].

A era oitocentista — observou Taunay — foi que trouxe grande melhoria às condições de instrução em São Paulo. Com cursos de matemática e de filosofia professados por homens do relêvo intelectual de Martim Francisco, de Feijó, de Mont'Alverne. Êste lecionando filosofia escolástica e aquêles o kantismo[28]. Podia acrescentar José Bonifácio, que Vieira Bueno disse ter sido quem vulgarizou na cidade a filosofia de Kant, que aprendera na Alemanha[29]. No convento de São Francisco, além do ensino da filosofia teve algum

---

25 Alcântara Machado, op. cit., págs. 87-88.

26 Eugênio Egas, "São Paulo — A Cidade", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XIV, pág. 293.

27 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXX, págs. 37 a 40.

28 Afonso de E. Taunay, *Estudos de História Paulista,* pág. 293.

29 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.os 1, 2 e 3.

brilho no comêço do oitocentismo o ensino do latim e da retórica[30]. O estudo da filosofia em São Paulo — escreveu Von Martius em 1818 — que antes era feito, como na maioria das escolas brasileiras, por um livro antiquado, modelado pelas teorias de Brucker, tomou outro rumo desde que a filosofia de Kant se tornou acessível aos pensadores brasileiros pela tradução de Viller. Por outro lado os clássicos latinos eram estudados com afinco no ginásio, se é que se podia dar êsse nome — observou o naturalista alemão — ao instituto existente na cidade para instrução da mocidade[31]. Apesar de tudo eram portanto ainda precárias as condições do ensino nas proximidades de 1822 e nos anos que se seguiram à independência política do país. Mas houve algumas tentativas e realizações. Em 1821 assentou-se que fôssem reunidas tôdas as Aulas Régias da cidade, tanto as de Teologia como as de preparatórios, no palácio, formando-se assim uma espécie de colégio[32]. E em 1825 criou-se uma escola para meninas pobres: o Seminário das Educandas, na antiga chácara da Glória[33]. "Que me lembre — escreveu Vieira Bueno — havia em São Paulo duas escolas nesse tempo. A do mestre régio (que o povo dizia mestre-rege), regida pelo mulato padre Francisco Rabecão, assim chamado por tocar êsse instrumento; e a do mestre José Antunes (esta particular) que funcionava em uma pequena casa da rua das Flores". O padre Rabecão, segundo êsse cronista, era o terror dos meninos. José Antunes era entrevado e vivia sentado em uma cama da qual

---

30 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

31 Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, pág. 207.

32 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* II, pág. 38.

33 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* I, pág. 25.

38 — Diogo Antônio Feijó. O regente do Império cultivou o chá e a filosofia em São Paulo.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

regia a escola "servindo-se, para chamar à ordem os alunos, de uma longa vara de marmelo com uma bola de cêra na ponta. Eram formidáveis as caroladas que êle com grande destreza vibrava com tal vara. Nos casos mais graves funcionava tambem a Santa Luzia aplicada por algum decurião"[34]. Em 1827 Vieira Bueno foi para o Seminário de Santana, instalado em uma antiga casa dos Jesuitas, anexa à uma pequena igreja, uma légua ao norte da cidade. Aí a escola de instrução primária, escreveu êle, era regida segundo o método lancastrino (ensino mútuo) por um oficial inferior do Exército. No intuito de propagar êsse método, "sem dúvida muito superior à antiga rotina", o govêrno havia mandado que fôssem habilitados oficiais inferiores[35]. Em relação ao ensino secundário e superior não tiveram repercussão alguma — escreveu Fernando de Azevedo — as instruções escritas por José Bonifácio e enviadas pela Junta de São Paulo em 1821 aos deputados paulistas eleitos para as côrtes de Lisboa, sugerindo entre outras medidas a reorganização do ensino secundário e superior e a criação de uma universidade em São Paulo, com uma Faculdade de Filosofia em que as ciências físicas e naturais e as matemáticas puras e aplicadas começassem a fazer parte obrigatória do plano de estudos na vida do ensino[36].

---

[34] Francisco de Assis Vieira Bueno, *Autobiografia*, pág. 5.

[35] Francisco de Assis Vieira Bueno, op. cit. Segundo êsse método de Lancaster cada grupo de alunos (decúria) era dirigido por um dêles (decurião), mestre da turma por ser menos ignorante ou mais habilitado. Assim bastaria um professor só para uma escola com grande número de estudantes. Foi aplicado no país, na esperança de se resolver o problema da educação popular, de 1823 a 1838. (Fernando de Azevedo, op. cit., págs. 328-329).

[36] Fernando de Azevedo, op. cit., pág. 212.

Por outro lado durante todo o século dezoito e os primeiros anos do dezenove a pobreza de livros acompanhou na cidade a precariedade dos meios de instrução. Bibliotecas razoáveis havia apenas em alguns conventos, embora a livralhada legada ao Colégio dos Jesuítas por Guilherme Pompeu de Almeida provàvelmente tivesse se dispersado por ocasião da extinção da Companhia de Jesus em meados do século. Não havia mesmo, de modo geral, inclusive no comêço do oitocentismo, curiosidade ou interêsse por livros. Em 1801 — segundo correspondência do general Pilatos — não houve ninguém na cidade que se animasse a comprar qualquer dos livros enviados da Metrópole para que se vendessem em São Paulo. Os que se espalharam entre a população foram dados pelo governador[37]. Eram em geral livros técnicos, como *Açúcares do Rio, Álcalis Fixos, Artes de se fazer cola, Canais de Fulton, Coleção Inglêsa sôbre a Cultura do Linho, Cultura das Batatas, Cultura do Cravo Girofe, Cultura da Canela de Goa, Fazendeiros do Brasil, Ciências das Sombras, Telégrafos, Edifícios Rurais, Mineralogias de Bergman, Tabacologias.* Mas figuravam também na remessa livros como *Canto Heróico, Histórias d'América, Histórias dos Principais Lazaretos, Paládios Portuguêses* e outros[38]. Em

---

[37] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXX, págs. 37 a 40.

[38] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXX, págs. 148-149 e 228-229. De modo geral o desinterêsse por livros era observado em todo o país no comêço do século dezenove. Luccock escreveu que raramente deviam ser comprados por brasileiros os livros franceses que em seu tempo chegavam ao Rio de Janeiro e eram vendidos em leilão. (John Luccock, *Notas sôbre o Rio de*

1818 dizia o viajante Von Martius que apenas duas coleções de livros — que podiam merecer o nome de bibliotecas — existiam na cidade: eram a do convento dos Carmelitas e a do "venerando bispo". Esta última continha um bom número de obras históricas, canônicas, velhos clássicos, e representava um meio regular de instrução para os jovens seminaristas[39]. A do convento do Carmo, não se sabe se era desorganizada, apesar de guardada com zêlo excessivo, como as bibliotecas de conventos visitadas na mesma época em outras cidades brasileiras por viajantes estrangeiros. Zêlo excessivo mas talvez explicável, porque o livro era então em São Paulo como em todo o país qualquer coisa de raro e de estranho. Situação que provocou aquela observação amarga de Koster no comêço do oitocentismo, diante do que vira em centros adiantados como Recife e São Luís do Maranhão: "O único recurso para se conseguir livros nos portos brasileiros era o contrabando, tamanhas eram as dificuldades encontradas"[40]. Von Martius ignorou ou esqueceu porém, em São Paulo, a biblioteca do convento dos Franciscanos. Em 1821 o govêrno da província enviou ao guardião dêsse convento uma representação de vários professôres régios e "pessoas literatas da cidade" para que a numerosa livraria dos Franciscanos fôsse posta à disposição do público[41]. Respondeu o guardião que os livros sempre estiveram

---

Janeiro e partes meridionais do Brasil, pág. 380). E assinalou a falta de livros como um aspecto chocante de São João del Rei, cidade cuja população revelava, sob outros pontos de vista, certo refinamento. (Luccock, op. cit., pág. 313).

39 Von Martius, op. cit., I, pág. 298.

40 Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pág. 241.

41 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, II, pág. 32.

à disposição das "pessoas literatas". Mas o govêrno insistiu no seu pedido, solicitando que a livraria ficasse aberta das oito às onze da manhã, e que se recolhessem a ela os volumes que se achavam dispersos e emprestados, pelo perigo que corriam de se perderem[42]. No mesmo ano — em 1821 — José Bonifácio ofertava seus livros e mapas à Sociedade Econômica a Benefício da Agricultura e Indústria, que se pretendia fundar[43]. A essas coleções decerto se referia Aires do Cazal na sua *Corografia Brasílica*, na ocasião em que se discutia se Rio de Janeiro ou São Paulo deveria ser a sede da Universidade, escrevendo que provàvelmente a preferência seria dada à capital da província: entre outras coisas, porque em São Paulo "os insetos danificavam menos as bibliotecas"[44]. Só em 1825, no entanto, foi criada pelo govêrno da província a Biblioteca Pública de São Paulo. Em grande parte, com a livralhada que tinha sido do bispo Dom Mateus de Abreu Pereira. Mas também com os livros que tinham pertencido aos Franciscanos, com os seiscentos volumes doados pelo tenente-general Arouche de Toledo Rendon, e com a coleção do desembargador Chichorro da Gama. Essa biblioteca pública funcionava junto ao convento franciscano e foi anexada em 1827 à Academia de Direito[45]. Mesmo com imprensa, todavia, não contava ainda a cidade em 1822, e só no ano seguinte o professor de gramática latina Antônio Mariano de Azevedo Marques faria circular *O Pau-*

---

[42] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XXXVII, págs. 152-159.

[43] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, II, pág. 56.

[44] Aires do Cazal, *Corografia Brasílica*, I, pág. 163.

[45] Daniel Pedro Muller, *Ensaio dum quadro estatístico da província de São Paulo*, pág. 261, e José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, I, pág. 471.

lista, bi-semanário manuscrito, distribuindo cada exemplar por cinco assinantes[46]. Em 1824 o presidente da província fazia sentir ao Ministro da Fazenda que a província de São Paulo era talvez a única do Brasil que não tinha ainda em sua capital uma oficina tipográfica[47]. Três anos depois — em 1827 — surgiu o primeiro jornal impresso na cidade — *O Farol Paulistano* — fundado pelo baiano José da Costa Carvalho[48].

Não havia portanto condições que tornassem possível em São Paulo, ainda durante o setecentismo e mesmo no começo do século dezenove, o florescimento de uma literatura que pudesse ao menos ser comparada, em suas produções, à representada pela Escola Mineira (com Basílio da Gama, Durão, Cláudio, Alvarenga, Gonzaga) ou pela Primeira Escola Fluminense da classificação de Sílvio Romero (com Silva Alvarenga, Sousa Caldas, São Carlos e outros). Nem mesmo alguém se lembrou em São Paulo de fundar academias como as dos Renascidos, dos Felizes, dos Seletos ou a Arcádia Ultramarina, da Bahia ou do Rio de Janeiro. As poucas figuras de São Paulo que se destacaram nas letras na última parte do período colonial e até o começo do oitocentismo — antes que se fundasse o Curso Jurídico — estudaram quase tôdas em Coimbra ou em outros centros universitários da Europa. E nada produziram que revelasse uma infuência regional ou da cidade. A não ser, até certo ponto, êsse fenômeno novo, por influência do meio, em relação aos cronistas

---

46 Afonso A. de Freitas, "A cidade de São Paulo no ano de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XXIII, pág. 131.

47 Citado por Freitas Nobre, *História da Imprensa de São Paulo*, pág. 26.

48 Freitas Nobre, op. cit., págs. 29-49.

anteriores, que foi o representado pelo genealogista Pedro Taques. "Quando se procura a vida do povo. não em fórmulas, mas em fatos positivos — escreveu Sílvio Romero — o paulistano [Pedro Taques] é talvez o mais significativo de nossos cronistas. Que era antes dêle a história nacional? A enumeração dos reis da metrópole e dos governadores da colônia, a biografia dos missionários, a crônica das ordens monásticas. Era uma história exterior, decorativa e insignificante na sua pretensiosidade espetaculosa. Passava-se na rua, ao ar livre, é certo; porém metida num palanque ou num coreto; não era no chão das praças, no meio da onda popular. A história era também — observou o sistematizador da história da literatura brasileira — um gênero de importação, vinha enfardada da metrópole como a pimenta, a cebola e os queijos do *reino*"[49]. O autor da "Nobiliarquia Paulistana" e Frei Gaspar da Madre de Deus foram aliás em meados do século dezoito, como escreveu Taunay, "os dois únicos picos proeminentes na depressão profunda da vida intelectual de São Paulo". Estudavam em comum, às vêzes em Santos, quando Frei Gaspar residiu ali, outras vêzes na rua do Carmo, em São Paulo, onde morava o linhagista[50]. As *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar, foram impressas pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1797-1798[51]. Antes de Taques e de Frei Gaspar houve paulistas que estudaram na Europa e se fixaram em Portugal, como o moralista Matias Aires, que em Lisboa pu-

---

[49] Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira,* II, pág. 247.

[50] Afonso de E. Taunay, *Escritores Coloniais,* pág. 155.

[51] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 173.

blicou as suas *Reflexões sôbre a Vaidade dos Homens*[52]. Foi em Coimbra que êle obteve as insígnias de mestre em Artes, apenas as primeiras letras tendo estudado em São Paulo, de onde saiu com onze anos de idade[53]. Também Teresa Margarida da Silva e Orta deve ter chegado à Europa em 1716 ou 1717, publicando em 1752 o romance *Aventuras de Diófanes*[54].

Figura de certo relêvo intelectual em fins do século dezoito e comêço do dezenove em São Paulo foi José Arouche de Toledo Rendon, autor de "memórias" sôbre as aldeias de índios, sôbre a cultura do chá e sôbre o estado da agricultura na capitania. Deixou também Arouche alguns trabalhos "de fantasia", entre os quais Toledo Piza mencionou "A superioridade das letras sôbre as armas, isto é, dos Filhos de Minerva sôbre os Alunos de Marte". Também Arouche estudou em Coimbra[55]. E êsse foi ainda o caso de seu irmão Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, autor de uma memória sôbre a ornitologia brasileira, de que existem apenas restos mutilados. Foi o primeiro filho de São Paulo — observou Taunay — que escreveu cientìficamente alguma coisa sôbre as ciências naturais. Comentou ainda Ordonhes, com dezenas de notas, a publicação de uma carta de Anchieta[56]. Ainda podiam ser lembrados aqui Teotônio José Juzarte, português de nascimento, autor do manuscrito "Diário de navegação do rio Tietê, rio Grande, Paraná e Guate-

---

[52] Fernando de Azevedo, op. cit., pág. 179.

[53] Ernesto Ennes, *Estudos sôbre História do Brasil*, pág. 179.

[54] Ernesto Ennes, op. cit., págs. 18, 34, 45, 46 e 54.

[55] Antônio de Toledo Piza, "O Tenente-General Arouche Rendon", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, V, pág. 105.

[56] Afonso de E. Taunay, *Escritores Coloniais*, págs. 259 e seguintes.

mi"[57]; Manuel Cardoso de Abreu (1750-1800), autor do "Divertimento Admirável"; e Frei Miguel Arcanjo da Anunciação, irmão de Frei Gaspar[58], entre as figuras de projeção menor. Quatro intelectuais de São Paulo que se educaram na Europa na 2.ª metade do setecentismo — um dêles com lugar de relêvo na história literária do país — foram José Bonifácio de Andrada e Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Francisco José de Lacerda e Almeida e o conselheiro Antônio Rodrigues Vellozo de Oliveira. José Bonifácio já fazia versos quando embarcou em 1783 para Portugal[59], mas a sua formação intelectual foi inteiramente européia. Seu contemporâneo Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, foi dos historiadores brasileiros de seu tempo, segundo Romero, "o que melhor sabia fazer um livro"[60]. Lacerda e Almeida, nascido na cidade de São Paulo, em 1770 foi para Coimbra onde fêz estudos de Matemática e de Filosofia, bacharelando-se em 1776; em 1790 apresentou à Academia das Ciências de Lisboa os seus *Diários de Viagens* pelo interior do Brasil. O conselheiro Vellozo de Oliveira, natural da cidade de São Paulo, fêz o curso de Direito em Coimbra e publicou a *Memória sôbre a Agricultura e Colonização do Brasil, A Igreja no Brasil* e a conhecida *Memória sôbre o melhoramento da província de São Paulo*[61]. Poucas figuras de intelectuais de primeira

[57] Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 247 e seguintes.

[58] Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 203 e seguintes.

[59] Sílvio Romero, op. cit., II, pág. 212.

[60] Sílvio Romero, op. cit., II, pág. 272.

[61] Afonso A. de Freitas, *Prospecto do Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estatístico, Biográfico, Bibliográfico e Etnográfico, Ilustrado de São Paulo*, págs. 13-14. Dessa última "memória" de Vellozo são interessantes, entre outras coisas, êstes conceitos sôbre as cidades: "... não

39 — José Arouche de Toledo Rendon. Publicou, em fins do setecentismo e começo do oitocentismo, "memórias" sobre as aldeias de índios, a situação da agricultura e a cultura do chá na capitania de São Paulo.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

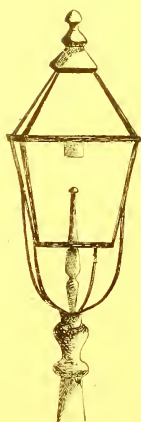
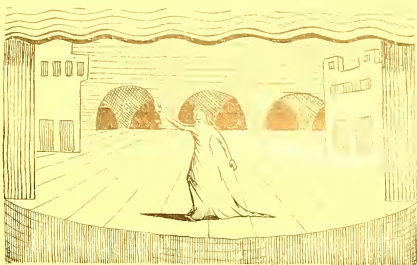
grandeza podia portanto apresentar a cidade de São Paulo — como sede de província ou centro regional — no começo do oitocentismo. Vasconcelos, em 1826, pleiteando no parlamento que a Universidade fôsse instalada em Minas Gerais, dizia que ali o número de literatos era incomparàvelmente maior que o da província de São Paulo[62]. Talvez estivesse [illegible]. Mas Saint-Hilaire observou, em compensação, que na cidade de São Paulo se notava maior cultura intelectual do que na capital das Minas[63]. É que nos tempos vizinhos da independência política do país — como escreveu Vieira Bueno — a mocidade das classes superiores e medianas de São Paulo de longa data havia freqüentado as aulas públicas de latim, de retórica e de filosofia. Conquanto o conhecimento dessas disciplinas não bastasse para fazer sábios — acrescentou — bastava todavia para fazer letrados, relativamente instruídos, aptos para adquirirem outros conhecimentos. Não foi de outra maneira "que entre nós se formaram homens notáveis sem saírem da terra natal e sem cursarem Academias, como Paula Sousa, Feijó, Álvares Machado, Machado d'Oliveira e outros"[64].

---

será jamais conveniente, antes sobremaneira prejudicial, que cada uma das cidades e vilas adquira tal grandeza e tamanha extensão que as comodidades sociais em vez de crescerem fujam para sempre do seio delas. Com efeito, as povoações demasiadamente grandes são umas massas enormes e contrárias à natureza, que ela procura por isso destruir a cada momento e de mil maneiras diferentes." (Antônio Rodrigues Vellozo de Oliveira, *Memória sôbre o melhoramento da província de São Paulo*, pág. 123).

62 Citado por Almeida Nogueira, *Estudos Ligeiros*, pág. 139.

63 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 188.

64 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", cit.

X — O CURURU E A CASA DA ÓPERA

Aquilo que se disse do ensino e das atividades intelectuais na vila e na cidade de São Paulo durante os tempos coloniais podia se escrever também de sua existência artística. Pintura, música erudita, teatro, tudo muito pobre e muito rudimentar mesmo em paralelo com outras localidades brasileiras na mesma época. Povoação cujos moradores sonhavam antes de mais nada com o sertão, nos dois primeiros séculos, e depois mergulhados na modôrra do tempo dos capitães-generais, quase isolada da Metrópole e menos marcada que as cidades mais ricas de alguns pontos do litoral brasileiro pelo reflexo de certos valores artísticos tradicionais na Europa, teve São Paulo expressão insignificante como palco de realizações de arte. Pouco podiam representar, do ponto de vista artístico, as telas e os painéis, por exemplo, que os inventários do século

dezessete revelam ter ornamentado as taipas de algumas casas mais abastadas, pois ainda no começo do século dezenove notou um viajante francês que os paulistanos — mesmo os de mais recursos — penduravam nas paredes e se embasbacavam diante de gravuras ordinárias, que eram o refugo das lojas européias. De nível um pouco melhor, mas ainda insignificantes, os trabalhos que algumas igrejas e alguns conventos puderam ostentar a partir do setecentismo: feitos por pintores, entalhadores e douradores estrangeiros quase sempre. De música erudita haveria a registrar apenas a vaga contribuição dos mestres de capela, a partir de meados do seiscentismo, sem que nada levasse a povoação piratiningana, daí por diante, a reunir fatôres e condições que fizessem dela, no comêço do oitocentismo, um centro musical da importância do Rio de Janeiro ou de algumas outras cidades do norte do Brasil. O próprio teatro — de que Anchieta mesmo lançou as raízes, com seus autos de intuitos religiosos — se fêz sempre em tablados improvisados, apresentando por certo com maus artistas os dramas pastoris e as comédias da época, até que em fins do século dezoito se edificasse a Casa da Ópera, aliás um sobrado como outro qualquer. Apenas a música popular — não dependendo quase de estudo, de tradições eruditas, de cultura intelectual — teve elementos para se desenvolver, e deve-se assinalar que São Paulo de Piratininga foi mesmo de certo modo a matriz de um tipo de música popular que se estenderia depois a uma vasta região do país: o cururu, que remonta às origens da fundação da vila e que nasceu provàvelmente da fusão de elementos da música dos brancos e da música dos índios. No setecentismo e no oitocentismo, enriqueceu-se a música popular da região de que São Paulo era

o centro com a contribuição dos batuques e das cantigas africanas. E quase não houve cronista europeu, do começo do oitocentismo, que conhecendo a cidade não se referisse ao gôsto e mesmo à paixão de sua gente pelo canto e pela dança.

Pobreza ainda maior que a de livros em São Paulo nos primeiros séculos coloniais — de acôrdo com as pesquisas feitas nos inventários quinhentistas e seiscentistas por Alcântara Machado[1] — foi a de quadros, tendo observado Taunay no entanto que houve pelo menos um paulista retratado no século dezessete: Francisco Nunes de Siqueira, cujo retrato eqüestre — que seria documento bastante precioso de nossa arte primitiva — se perdeu[2]. A referência mais antiga que se conhece a quadros é a do arrolamento do espólio de Gaspar Barreto, em 1629, em cuja casa havia na sala doze painéis. No fim do século dezessete essas indicações foram se tornando um pouco mais freqüentes. Pedro Vaz de Barros, morto em 1695, deixou quinze telas, entre as quais "doze painéis de madamas" — provàvelmente simples figurinos franceses, no dizer de Taunay[3]. Na casa de Matias Rodrigues da Silva êsse falecido já no começo do século dezoito, havia "três painéis grandes feitos na terra e três painéis pequenos feitos na terra"[4]. Também quadros de assuntos religiosos apareciam nos inventários relativos a algumas casas, antes do século dezoito[5]. Êsses painéis

---

[1] Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 40.

[2] Afonso de E. Taunay, *História da Vila de São Paulo (1701-1711)*, pág. 190.

[3] Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 189.

[4] Afonso de E. Taunay, op. cit., págs. 188-189, e Belmonte, *No Tempo dos Bandeirantes*, pág. 49.

[5] Alcântara Machado, op. cit., pags. 55-56.

feitos na terra decerto não passavam de rudes telas que através das janelas abertas dessas casas de mais recurso haviam de fazer com que se arregalassem de espanto ou de admiração os olhos amendoados de mamelucos e de índios quase selvagens. Mas que pouco podiam representar como realização de arte e sobretudo como expressão de qualquer traço artístico regional. Pois sabe-se que a própria pintura colonial fluminense, com algumas realizações razoáveis a partir do século dezessete, não teve nada de marcadamente brasileiro ou luso-brasileiro. Hannah Levy escreveu que mesmo as suas raríssimas paisagens não passam de indicações sumárias de árvores ou de gramados que nada têm de tìpicamente nossos. Nenhum objeto de caráter local definido. E sua fonte provável de inspiração teria sido representada por gravuras européias como registros de santos, livros de preces e estampas de missais[6].

Já a música, desde os primeiros tempos, teve outra presença e algum caráter. Nos tempos da fundação os padres da Companhia — e particularmente Anchieta — compunham hinos e cânticos "ressumbrantes de piedade e em que latejava o intento da conversão", como escreveu Teodoro Sampaio[7], que representavam instrumentos de primeira ordem na obra de catequese: as próprias cantigas dos índios foram aproveitadas pelos Jesuítas e postas em canto de órgão para servirem à "propagação da fé"[8]. Essas cantigas de índio — que eram toadas melancólicas de cururu

---

[6] Hannah Levy, "A pintura colonial no Rio de Janeiro", *Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 6, pág. 7.

[7] Citado por Afonso de E. Taunay, *Assuntos de Três Séculos Coloniais*, pág. 130.

[8] Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, pág. 253.

e de cateretê, segundo Couto de Magalhães — foram adotadas junto com as suas danças para as festas do Divino Espírito Santo, de São Gonçalo, de Santa Cruz, de São João e Senhora da Conceição[9]. O cururu remonta assim às origens da cidade de São Paulo — como lembrou ainda recentemente o Professor Roger Bastide — constituindo um dos meios [illegible] que se serviram os Jesuítas para converterem os índios à religião cristã por meio do canto e da dança[10]. Entretanto, uma das surprêsas que teve o pesquisador dos inventários coloniais de São Paulo — Alcântara Machado — foi a ausência quase completa, nas relações dêsses espólios, de violas e de guitarras, "êsses companheiros da gente peninsular". Encontrou êle mencionadas apenas seis violas de pinho do Reino, "com tastos de cordas", uma guitarra, uma "harpa velha com sua chave" e uma "cítara com roda de rendas"[11]. Essa pobreza dos instrumentos com que se fazia a música popular nos primeiros séculos é realmente chocante em face da referência de Taunay, de que desde 1657 tenha tido a vila de São Paulo um mestre de capela em sua matriz, o que implicava — escreveu aquêle historiador — a existência de um côro, embora desacompanhado de órgão e realejo, "e quiçá apenas apoiado por alguma harpa ou cítara"[12]. Aliás, antes de 1657. Uma ata da Câmara em 1649 registrava a opinião do vigário, de que Manuel Pais de Linhares não devia exercer o ofício de mestre de capela, "não tendo discípulos nem músicos para se celebrarem os ofícios divinos",

---

[9] Couto de Magalhães, *Os Guaianás,* pág. 19. rodapé.

[10] Roger Bastide, "O cururú, expressão da alma paulista", *O Estado de São Paulo,* de 5 de julho de 1951.

[11] Alcântara Machado, op. cit., pág. 39.

[12] Afonso de E. Taunay, *História da Vila de São Paulo (1701-1711),* pág. 185.

como era uso e costume "em todos os mestres de capela"[13].

Também nos tempos da fundação se inseriu o teatro na existência da vila piratiningana: mas apenas de cunho religioso — como em outras partes do Brasil na era quinhentista — pois Anchieta já em 1570 ao lado da igreja e do colégio dos Jesuítas armou o tablado fazendo representar ali o auto "A Pregação Universal", até certo ponto no estilo das peças de Gil Vicente[14]. A semelhança entre os autos dos Jesuítas e as composições de Gil Vicente observou Norberto de Sousa e Silva que estava apenas no desprêzo pelas regras dadas pelos antigos em relação à poesia dramática. Não haveria nexo nas cenas dos autos, entrando e saindo os atores, para dar conta do seu diálogo, à vontade do poeta[15]. É possível que em São Paulo durante o seiscentismo — embora se desconheça qualquer referência a respeito — se representassem também dramas pastoris à maneira de Gil Vicente e de João de la Emzina, que eram apreciados então — como escreveu Norberto — em tôda a península ibérica e talvez em seus domínios[16]. Ou ainda certas comédias do baiano Manuel Botelho, de meados do século dezessete, que segundo Varnhagen foi quem primeiro tentou introduzir na América Portuguêsa a comédia espanhola[17]. Mas tudo isso em tablados improvisados, pois não havia casas de espetáculo. Para essas representações — escreveu Melo Morais Filho referindo-

13 *Atas da Câmara da Vila de São Paulo,* V, pág. 373.

14 Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista,* pág. 23.

15 Citado por Henrique Marinho, *O Teatro Brasileiro - Alguns apontamentos para a sua história,* págs. 32-33.

16 Henrique Marinho, op. cit., págs. 32-33.

17 Lafaiete Silva, *História do Teatro Brasileiro,* págs. 129-130.

40 — Representação teatral em tablado erguido no pátio do Colégio. Os "autos" dos Jesuítas foram apresentados desde os tempos primitivos da povoação.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

se ao Brasil em geral — o teatro era armado de improviso, geralmente no terreiro das igrejas: um tablado em tôrno do qual cresciam festões vegetais, formados de trepadeiras e parasitas[18].

No decorrer do setecentismo e durante o primeiro quartel do oitocentismo tiveram expres[illegible] maior na cidade as atividades artísticas, embora nem no terreno das artes plásticas, nem no da música e nem no do teatro pudesse ainda a povoação do planalto se colocar na plana da Bahia ou do Rio de Janeiro. No comêço do século dezoito pôde São Paulo ostentar, em algumas de suas igrejas principais, pinturas de artistas estrangeiros contratados por benfeitores ricos como José da Silva Ramos. Não só pintores, aliás, como também douradores e entalhadores[19]. E nos últimos anos do setecentismo, os trabalhos de um artista nacional de certo mérito: Jesuíno do Monte Carmelo, que segundo Mário de Andrade foi pintor, arquiteto e talvez entalhador. Dêsses trabalhos, os mais importantes foram feitos nos templos do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo[20]. Fora das igrejas, nada ou quase nada. Ainda em 1819, visitando as residências dos moradores abastados da cidade, escrevia Saint-Hilaire que as suas salas eram freqüentemente ornamentadas com gravuras. Mas que essas gravuras constituíam, quase sempre, o refugo das lojas européias. No entanto era tamanho o atraso em matéria de arte que era raro que não fizessem com que o francês admirasse tais "obras-primas"[21].

---

[18] Citado por Lafaiete Silva, op. cit., págs. 15-16.

[19] Ernesto Ennes, *Dois Paulistas Insignes,* pág. 42.

[20] Mário de Andrade, *Padre Jesuíno do Monte Carmelo,* págs. 9 e 97 e seguintes.

[21] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo,* pág. 175.

Da música popular pode-se dizer que às cantigas portuguêsas e indígenas dos primeiros tempos, e à fusão de umas e outras na formação de novos estilos, veio se juntar no século dezoito principalmente a contribuição das músicas africanas. Em meados do setecentismo já negros e mulatos — vindos das Minas ou pelo caminho do Parati, provàvelmente — "tocavam batuques" em várias partes da cidade, combatidos aliás por medidas da Câmara porque eram "causa de muitas ofensas de Deus e distúrbios do povo"[22]. É evidente no entanto que os ritmos e as melodias dos "negros da Guiné" transportados para o planalto de Piratininga — como aquêles dos índios — acabaram sendo absorvidos, ou impuseram muitos de seus valores à música popular que foi adquirindo determinados contornos na região de São Paulo. O interêsse pela música, o viajante Beyer pôde observar na cidade em 1813. Disse êle que o canto e a música eram talentos comuns, em que especialmente as mulheres revelavam muita graça e facilidade, mostrando-se desembaraçadas também na harpa, na guitarra e no piano[23]. Poucos anos depois Von Martius escrevia que o gôsto pelo canto era razoàvelmente desenvolvido na capital de São Paulo: chegara a essa conclusão assistindo a um sarau musical onde ouvira modinhas brasileiras e de "origem portuguêsa"[24]. A importância da música entre os paulistas foi ainda salientada pelo desenhista Rugendas[25]. Por outro lado, apesar

---

[22] *Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo*, IX, pág. 127.

[23] Gustavo Beyer, "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo em 1813", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, XII, pág. 275.

[24] Von Martius, *Viagem pelo Brasil*, I, págs. 209-210.

[25] João Maurício Rugendas, *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, págs. 99-100.

41 — Costumes de São Paulo no comêço do século XIX.

(Desenho de João Maurício Rugendas, *Viagem Pitoresca através do Brasil*, 2-17).

das medidas policiais que desde os tempos primitivos se tomavam contra os ajuntamentos de índios e mamelucos, e depois também de negros — ajuntamentos em que se cantava, se tocava e se dançava — aos poucos foram sendo admitidos os menos chocantes ou menos perigosos dêsses divertimentos. Já se tornavam comuns, no comêço do oitocentismo, pelo menos os descantes e batuques. Segundo Vieira Bueno, os roceiros que estacionavam na rua das Casinhas para venderem as mercadorias de seus sítios, cantavam de noite as suas modinhas e batucavam "a toque de viola"[26]. Três violeiros — fabricantes de viola — e cinco músicos profissionais havia na cidade pelas estatísticas de 1822[27].

De música erudita ou quase-erudita é que pouco se poderia dizer. Sabe-se que os mestres de capela tiveram importância maior em relação ao seu desenvolvimento em São Paulo a partir de meados do século dezoito. Em 1774 foi contratado em Lisboa, para criar e reger o côro de música da catedral paulistana, um mestre de capela que era um entusiasta de seu ofício: André da Silva Gomes de Castro. Desempenhou êle gratuitamente, por mais de cinqüenta anos, êsse seu cargo[28]. Era também compositor, e muitas de suas músicas foram executadas na Sé[29]. Entretanto, em fins do século dezoito e comêço do dezenove não era São Paulo centro musical que pudesse ser comparado com os de Minas, Rio, Bahia, Pernam-

---

26 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

27 Afonso A. de Freitas, "São Paulo no dia 7 de Setembro de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXII, pág. 3.

28 Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* III, pág. 157.

29 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* I, pág. 33.

buco e Maranhão, segundo Sílvio Romero[30]. E na época da independência política do país, nada na cidade revelava ainda a tendência para a laicização da música, já observada na Côrte com a presença de compositores como Marcos Portugal e Sigismundo Neukomm[31].

As atividades teatrais — já com São Paulo elevado à categoria de cidade — continuaram sendo feitas em tablados[32]. Em meados do século dezoito — mostrou Nuto Santana — o espírito reacionário dos governantes coloniais tentou impedir — ou impediu mesmo — a construção de um edifício próprio para representações teatrais e outros espetáculos na cidade. Consta de uma vereança de 1763 — citada por aquêle pesquisador — que "se passou um mandado para o alcaide desta cidade notificar a todos os autores da casa da ópera que estão fazendo na rua de São Bento para que entre outras coisas apresentem a ordem que tem régia de Sua Majestade para fazerem a dita ópera tudo por requerimento do procurador do conselho, por não convir ao bem comum desta cidade o fazer-se semelhante casa"[33]. Depois dessa casa de espetáculos que ficou em projeto — tendo servido de casa da ópera, na época, outra casa da rua de São Bento, entre o largo de São Bento e o do Rosário[34] — o primeiro teatro de São Paulo — o chamado Teatro da Ópera ou Casa da Ópera — localizou-se no pátio do Colégio, em frente ao palácio dos gover-

---

30 Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, II, pág. 200.

31 Fernando de Azevedo, op. cit., pág. 256.

32 Afonso de E. Taunay, *Sob El Rey Nosso Senhor*, págs 370-372.

33 Citado por Nuto Santana, op. cit., IV, págs. 54-55.

34 Afonso de E. Taunay, op. cit., pág. 302.

nadores. Foi levantado em 1793[35] e era construído em "estilo moderno", como escreveu Von Martius em 1818[36]. Mas diferia pouco dos sobrados comuns da cidade: de taipa, com paredes de barro calcado entre tabuões, atravessadas por tiras de madeira e caiadas com tabatinga. Janelas de g[illegible][37] [illegible] três no pavimento de cima, e três portas largas no térreo[38]. Por fora não mostrava o fim para que se destinava: segundo Saint-Hilaire era uma casa estreita, sem nenhum ornamento arquitetônico, pintada em seu tempo de vermelho e com janelas de postigo prêto[39]. Entrava-se no teatrinho paulistano por um vestíbulo estreito, por onde se ia aos camarotes e à

---

[35] Aureliano Leite, op. cit., pág. 67. O primeiro teatro do Rio de Janeiro, também chamado Casa da Ópera, foi instalado em 1767 pelo padre Ventura. (Gastão Cruls, *Aparência do Rio de Janeiro,* I, pág. 198).

[36] Von Martius, op. cit., I, pág. 209.

[37] Yor Queiroz, "O Teatro da Ópera", *Rev. XI de Agôsto.*

[38] Yor Queiroz, loc. cit.

[39] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 195. Muito diferente portanto, a Casa da Ópera paulistana, do edifício onde na mesma época funcionava o teatro de Vila Rica, por exemplo, que era muito bonito e se destacava — de acôrdo com referências de Mawe e de Von Martius — como uma das casas melhores da capital das Minas Gerais. (John Mawe, *Viagem ao Interior do Brasil,* pág. 251, e Von Martius, op. cit., I, pág. 311). Nem podia se comparar, por outro lado, com o Teatro de São João, na Bahia, inaugurado nas Portas de São Bento em 1812 (Von Martius, *Através da Bahia,* pág. 119, rodapé) ou com o Teatro Real de São João, fronteiro à Lampadosa, no Rio de Janeiro, construído quase na mesma época que o da Bahia segundo o modêlo do São Carlos, de Lisboa (citado por C. de Melo Leitão. *Visitantes do Primeiro Império,* pág. 123), que eram casas de espetáculo planejadas e edificadas já de acôrdo com os requisitos consagrados para êsse tipo de construção.

platéia. A sala, com vinte e oito camarotes em três ordens, era iluminada por um lustre e por uma porção de velas. A platéia parece que só era freqüentada por homens, que se sentavam em bancos de madeira. Trezentas e cinqüenta pessoas cabiam nesse teatro do pátio do Colégio, cujas decorações, pano de bôca e pintura do teto não valiam grande coisa[40]. Para melhoramento dêsse teatro o govêrno da província nomeou em 1821 uma comissão[41].

O repertório do teatro colonial — em São Paulo como em outras partes do Brasil — era bastante variado. Segundo Taunay, incluía desde peças de Molière, de Racine, de Corneille, até tragédias de Metastásio e Alfieri. Dos velhos autores espanhóis representados às vêzes no próprio idioma, até a "Inês de Castro" e "Egas Muniz". "Sumamente apreciava o público as comédias e entremezes como repouso para os lances trágicos"[42]. Por outro lado, composições de Antônio José da Silva substituíram os autos ao sabor de Gil Vicente, que segundo Lafaiete Silva parecem ter durado em cena até aproximadamente 1733[43]. No comêço do século dezenove Von Martius assistiu na Casa da Ópera paulistana à representação da opereta francesa "Le Deserteur", informando então que os artistas eram negros ou mulatos e que o ator principal, um barbeiro, "emocionou profundamente seus concidadãos"[44]. Logo depois, no mesmo teatro, Saint-Hilaire assistiu à apresentação de "O Avaren-

---

[40] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 195.

[41] *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* II, pág. 89.

[42] Afonso de E. Taunay, *Sob El Rey Nosso Senhor,* págs. 370-372.

[43] Lafaiete Silva, op. cit., págs. 18, 19 e 23.

[44] Von Martius, *Viagem pelo Brasil,* I, pág. 209.

to" e de uma farsa. As atrizes — que o botânico achou péssimas — eram mulheres da vida. Os atores todos operários — acrescentou o francês — e em sua maioria mulatos[45]. O mesmo se verificava nessa época em outras cidades do Brasil. Na Bahia, onde segundo Von Martius raramente trabalhavam artistas brancos: só em papéis de personagens [illegible][46]. Ou em Vila Rica, onde Saint-Hilaire observou que êles costumavam pintar o rosto de branco e de vermelho, mas que as mãos "traíam a côr que a natureza lhes dera"[47]. Às vêzes dirigidos por empresários estrangeiros: sabe-se que um italiano de nome Zacheli orientava a companhia que em 1822, na noite do Sete de Setembro, apresentou na Ópera paulistana a peça "O Convidado de Pedra"[48].

---

[45] Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pág. 196.
[46] Von Martius, *Através da Bahia,* pág. 120.
[47] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* I, pág. 139.
[48] Almeida Nogueira, *Estudos Ligeiros,* pág. 75.

*

TERMINOU-SE A REEDIÇÃO DESTA OBRA EM JULHO DE 1954, NO 4.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO. A CONFECÇÃO TIPOGRÁFICA FOI REALIZADA NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., À RUA CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,

PARA A

LIVRARIA *JOSÉ OLYMPIO* EDITORA,

RIO DE JANEIRO.

*